



JOÃO CARLOS TEDESCO

Imigração venezuelana no Brasil

fronteiras, políticas
e inserção social

AC
ACERVUS

© João Carlos Tedesco, 2023

O autor é integralmente responsável pela veracidade dos dados, pelas opiniões e pelo conteúdo do trabalho aqui publicado.

Editoração

Alex Antônio Vanin
Álison Wagner Gomes da Silva

Revisão

A revisão do texto foi de responsabilidade do autor.

Projeto Editorial

Acervus Editora

Imagem da 1ª Capa

Fronteira entre Brasil e Venezuela. Fotografia de Adwo, via Adobe Stock.

Imagem da 4ª Capa

Imigrantes venezuelanos/as chegando em Pacaraima, após atravessar a fronteira. Fonte: Revista *Véja* (2019).

Conselho Editorial

Ancelmo Schörner (UNICENTRO)
Cristina Moraes (UDESC)
Diego Ferreto (UNISANTOS)
Eduardo Knack (UFCG)
Eduardo Pitthan (UFFS – Passo Fundo)
Federica Bertagna (Università di Verona)
Helion Póvoa Neto (UFRJ)
Humberto da Rocha (UFFS – Erechim)
José Francisco Guelfi Campos (UFMG)
Roberto Georg Uebel (ESPM)
Vinícius Borges Fortes (ATITUS)

CIP – Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

T256i Tedesco, João Carlos
Imigração venezuelana no Brasil: fronteiras,
políticas e inserção social / João Carlos Tedesco. –
Passo Fundo: Acervus, 2023.
292 p. : il. color. ; 21 cm.

ISBN: 978-65-81266-60-8.

1. Imigração venezuelana - Brasil. 2. Política.
3. Brasil - Fronteiras. 4. Inserção social. I. Título.

CDU: 981

Catalogação: Biblioteca Jucelei Rodrigues Domingues - CRB 10/1569

ACERVUS EDITORA

Av. Aspirante Jenner, 1274 – Lucas Araújo
Passo Fundo | Rio Grande do Sul | Brasil
Tel.: (54) 99676-9020
acervuseditora@gmail.com
acervuseditora.com.br

JOÃO CARLOS TEDESCO

Imigração venezuelana no Brasil

fronteiras, políticas
e inserção social



Sumário

Apresentação	7
Considerações iniciais	13
PARTE I. Mobilidades no Sul-Global: novas dinâmicas	
1. Um Sul-Sul Global em movimento	41
PARTE II. Entre “ter tudo e, depois, se ver sem nada”: ambiguidades e contradições em processo	
2. Venezuela: da política de bem-estar às crises (1990-2017)	73
PARTE III. Emigrações e ações governamentais do Brasil	
3. A grande emigração venezuelana e a Operação Acolhida (2017-)	101
4. A Operação Acolhida e seus universos relacionais	115
5. A ampliação do campo institucional e o controle social	137
6. O campo da assistência e a presença de instituições religiosas	159
7. Interesses comuns e funcionalidade do/no programa de Acolhida Humanitária	177

PARTE IV. Interiorização: trabalho e inserção social de imigrantes

8. Interiorização de imigrantes: fim de uma etapa e começo de uma outra	191
9. “Para nunca mais ter de ficar na rua e pedir marmitta”: esperanças e desencantos	217
Considerações finais	263
Referências bibliográficas	279

Apresentação

Por que temos medo do migrante?

Temos medo porque ele é *outro*,
o que nos obriga ao confronto conosco mesmos.
Temos medo porque ele é *diferente*,
o que nos leva a questionar nossa igualdade assimétrica.
Temos medo porque ele é *estrangeiro*,
o que nos força a dialogar com outra cultura.
[...]

Temos medo porque ele aponta *horizontes novos*,
o que evidencia nossa mesquinhez, hermetismo e fechamento.
Temos medo porque ele quer *mudanças*,
o que mexe com a mesmice de nossas ideias envelhecidas.
Temos medo porque ele é portador da grande *utopia*,
o que revoluciona e transforma nossas vidas mortas.

Alfredo José Gonçalves, Cs., *Retratos da metrópole*, p. 282-283.

Os migrantes se deslocam no espaço como pequenos grãos de areia, em dias de calmaria, quase imperceptíveis, formando lentamente as dunas, que pouco se destacam na paisagem como um todo. Já nos dias de ventania, as ondas de areia são visíveis, correm apressadas e desordenadas, machucam a pele, dificultam o andar, cegam os olhos; as dunas se formam rapidamente, mudam de lugar, soterram os obstáculos, impedem o livre transitar e forçam o desvio do caminho. Em ambos os casos, o resultado é a duna, como um amontoado de areia, aglomerada com velocidade variável. Contudo, finos grãos de areia continuam se despreendendo da duna, mantendo-se em movimento, seguindo o fluxo do vento. É possível ignorar os grãos soltos de areia, mas não a duna, cuja presença demarca e delimita um espaço.

A metáfora da duna, usada por Abdelmalek Sayad, para referir-se à mobilidade dos migrantes, é apropriada para descrever a entrada de imigrantes venezuelanos no Brasil, tema central do estudo aqui apresentado. Historicamente, a condição fronteira seca, entre o Brasil e a Venezuela, permitiu a circulação de pessoas e mercadorias, atendendo às demandas de ambos os lados. Os e/ imigrantes fluíam pela porosidade fronteira, como finos grãos de areia, espalhando-se ao vento, pouco visíveis entre os estabelecidos. Tratava-se de migrações planejadas e ordenadas.

Contudo, desde 2015, os diferentes países têm se debatido com uma “crise migratória”, cujas “dunas” formam-se da noite para o dia, colocando os Estados-Nação em apuros, uma vez que não estão preparados para lidar com essa demanda e oferecer uma infraestrutura mínima de acolhimento. Esses fluxos migratórios com origens e destinos difusos, possuem múltiplas causalidades: a conjuntura macroeconômica e política, desastres ambientais, conflitos armados, intolerância étnica, religiosa e política, colocou em marcha milhares de pessoas, em busca de um novo lar. Nesse universo complexo, misturam-se os e/imigrantes, que partem por uma decisão individual, e os refugiados, que são forçados a deixar sua pátria, e pedir refúgio em outro país. A fronteira entre o e/imigrante e o refugiado é tênue e flexível. Em linhas gerais, para o imigrante, existe a possibilidade do retorno ao lugar de partida, enquanto o refugiado não tem mais para onde retornar – “não existe lar se não há para onde ir” –, não só no aspecto material, mas também no quesito fronteiras nacionais, inchando os campos de refugiados, e pressionando o crescimento da população de apátridas.

Para Sigmund Bauman, os e/imigrantes e refugiados em movimento, deslocados pelas guerras, os despotismos e a brutalidade de uma existência sem perspectivas, são estranhos que batem à nossa porta. Para quem está *do lado de dentro da porta*, eles são estranhos, representam *o outro*, e como tal, causam ansiedade e medo. O que querem? O que esperar deles? Quando vão embora?

A presença desse sujeito *diferente*, acaba por impactar no cotidiano, pela sua simples presença, além de sua cultura, língua, hábitos, costumes, saberes e fazeres. Os *estabelecidos* podem ignorar a presença do *outro*, tomar conhecimento, acolhê-lo, assumir atitudes de xenofobia, entretanto, o outro permanece como um fato social completo – o emigrante ou refugiado lá, é o imigrante/refugiado aqui, ou seja, é o mesmo sujeito. Logo, as migrações regionais ou transnacionais debatem-se entre a *ausência* – no local de partida, onde os grãos de areia foram removidos – e a *presença* – no local de chegada, onde a areia se depositou e formou a duna.

O discurso e a política do Estado-nação são atravessados pela dicotomia: como lidar com a ausência e a presença? O impacto demográfico da chegada de um fluxo migratório mais denso é imediato: há a urgência em prover questões básicas, como habitação, alimentação, saúde, trabalho; e, posteriormente, demandas mais complexas, como educação, espaços de socialização, inserção linguística, econômica, política e cultural, atenuando as relações de alteridade. Enfim, o “outro”, gradualmente é revestido com os direitos e os deveres da cidadania, enquanto a sua essência permanece “estrangeira”, acalentando silenciosamente o sonho do retorno à “sua pátria”.

O cenário, visto do alto da duna, carrega todas as implicações apontadas até aqui. Mas, como se comportam os pequeninos grãos de areia, que se movimentam na base e entre as dunas? O estudo minucioso e sensível de João Carlos Tedesco busca responder a esse questionamento, a partir de uma observação acurada em campo, vivenciada em Roraima, em novembro de 2022, como integrante da missão Acolhida, e a produção de uma densa descrição etnográfica. A Operação Acolhida, comandada pelas Forças Armadas Brasileiras, com a presença de instituições religiosas e órgãos internacionais, foi instituída entre 2017 e 2018, resultado da crise humanitária em Roraima, quando milhares de imigrantes/refugiados venezuelanos buscavam atravessar a fronteira entre os municípios de Santa Elena de Uairén e Pacaraima, distante 215

km de Boa Vista, a capital de Roraima. O gigantesco número de imigrantes/refugiados venezuelanos que chegavam diariamente, somado à incapacidade e falta de infraestrutura do Estado brasileiro para acolhê-los, gerou uma situação de caos e xenofobia, o que atraiu órgãos internacionais, como ONU e ACNUR. A partir de então, com a formalização da Operação Acolhida, foi adotada, como estratégia, a “interiorização do imigrante” – ou seja, a redistribuição dos grãos de areia pelo território – a fim de dividir com toda a nação o ônus da presença dos venezuelanos.

Ao longo das páginas do presente estudo, Tedesco vai descrevendo o cotidiano dos sujeitos em deslocamento; suas expectativas, seus saberes e fazeres, suas frustrações, seus dilemas diários, muitas vezes afeitos a um prato de comida. Ainda, evidencia em vários momentos, como a Venezuela, cuja economia está baseada na produção de petróleo – sua maior riqueza e desgraça –, sem uma tradição emigratória, tornou-se no maior foco de migração da América Latina em menos de uma década. Enfatiza que a migração de venezuelanos ao Brasil é uma “migração de proximidade”, favorecida pela fronteira seca, mas não o destino ambicionado. Mapeia o complexo mosaico dos imigrantes, cujos indícios apontam que o imigrante não é o miserável, mas uma baixa classe média, muitos com formação profissional em nível superior, que têm a possibilidade de optar pela migração, bem como optar pelo retorno futuramente. Por outro lado, traz o nacional, o brasileiro, seu olhar para/sobre o *outro*, o seu (des)interesse em recebê-lo, e as relações cotidianas, pautadas em estigmas e na correlação nacionais/não nacionais.

Portanto, Tedesco analisa a migração venezuelana inserida nos fluxos migratórios transnacionais do século XXI, que fomentam os deslocamentos populacionais do Sul-Sul global, no presente recorte, América Latina. Chama atenção também a essas novas correntes migratórias, que permanecem em movimento, nem sempre se fixando no local de chegada, acompanhando o mercado de oferta de trabalho; imigrantes fortemente conectados entre si

e o local de origem, via redes digitais, possibilitando o reagrupamento com os “seus”, ou a busca por trabalho em melhores condições, no mesmo país ou outro país. Enfim, no decorrer dessas páginas, nota-se o choque e o entrecruzamento entre o espaço de experiência e o horizonte de expectativa. Uma população em *movimento*, atacada e espetacularizada pela mídia, alvo de xenofobia, mas que, na sua base, está em busca de uma perspectiva de vida melhor. Contribui para aproximar-se desse universo particular, mas atrelado ao contexto global.

Rosane Marcia Neumann
PPGH/FURG

Referências

- GONÇALVES, Alfredo Jose. *Retratos da metrópole*. São Paulo: Centro de Estudos Migratórios - CEM, 2022.
- WEIWEI, Ai. *Human Flow: Não Existe Lar se Não Há para Onde Ir*. Documentário, 141 min. Alemanha, 2017.
- SAYAD, A. *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: Edusp, 1998.



LIMITE
VENEZUELA-BRASIL

Aviso de limite
de fronteira entre
Venezuela e Brasil,
2019. Fotografia de
Tiago Orihuela, via
Adobe Stock.

Considerações iniciais

Já é reconhecido mundialmente que a Venezuela vem passando por uma intensa realidade conflituosa em múltiplos âmbitos, mas tendo o econômico e o político como centrais, fato esse que vem resultando numa das maiores crises humanitárias da América Latina (Silva, 2017). A sua expressão maior é a emigração de mais de sete milhões de pessoas (algumas análises já indicam em torno de 8 milhões) até então (início de 2023) (Acnur, 2022), ou seja, em torno de 20% de sua população. Essa crise humanitária se expressa pelas precárias condições de sobrevivência econômica (trabalho, consumo, remuneração aviltada, informalidade, produção, embargos, etc.), problemas ligados aos direitos humanos, falta de atendimento à saúde, intenso controle social, precários serviços públicos básicos como água, luz, gás, combustíveis, impunidades para alguns e excessos de punições para outros (OEA, 2019, Bento, 2020), dentre uma lista longa de processos que denotam precariedades, limites e ausência de condições sociais para permanecer no país.

O presente texto tem como objetivo central analisar alguns dos processos que envolvem a imigração venezuelana para o Brasil, principalmente, a que foi e está sendo mediada pela Operação Acolhida nas cidades de Pacaraima e Boa Vista. A ação humanitária do Governo Federal denominada Operação Acolhida, de uma forma sintética, foi fruto da intensa presença de imigrantes venezuelanos em particular que chegaram em Pacaraima e Boa Vista, no

estado de Roraima a partir de 2017, e a incapacidade de absorção econômica, de acolhida por instituições humanitárias. Ela expressou uma resposta da esfera governamental através de uma ampla política de acolhida e de tentativa de inserção social e laboral de imigrantes exclusivamente venezuelanos (Silva, 2017; Baeninger; Silva, 2018). Em fevereiro de 2018 foi instituída a referida operação por meio de uma Medida Provisória, que se converteu na Lei nº 13.684 (em junho de 2018), a qual deliberou para a efetivação do “Comitê Federal de Assistência Emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária” (BRASIL, 2018, apud Mendes; Silva; Senhoras, 2022).

A Operação Acolhida foi até então a maior ação de acolhida humanitária da história do país; talvez seja uma das maiores do mundo no que tange ao acolhimento e tentativa de encontrar espaços de trabalho para imigrantes. Nunca uma ação assim envolveu tantas instituições; nunca o Exército havia sido mobilizado para gerenciar um processo dessa monta e com os objetivos que envolvessem imigrantes, ou seja, a dimensão da acolhida, da esfera humanitária, etc. O montante financeiro canalizado pelo governo federal também expressa essa grandeza (em média, até então de R\$ 350 a 400 milhões anuais). Nossa intenção, como já mencionado, é entender alguns de seus processos, principalmente os de controle e regramento social pelos órgãos de estado, mas, também, de interiorização, sendo essa a que realmente demonstra a eficácia do referido programa. Sabemos que a imigração venezuelana no Brasil é algo novo, possui especificidades de vários âmbitos, vem revelando relacionais sociais e políticas alimentadas por politizações e ideologizações, bem como demonstra ser dinâmica em termos de mobilidade em razão de ser um país vizinho de amplo espaço fronteiro, além, é evidente, de seu amplo contingente que, segundo algumas fontes, nesse início de 2023, esteja na casa da passagem pela fronteira de um milhão de pessoas.

Paez e Vivas (2017) diferenciam três ondas de migração de

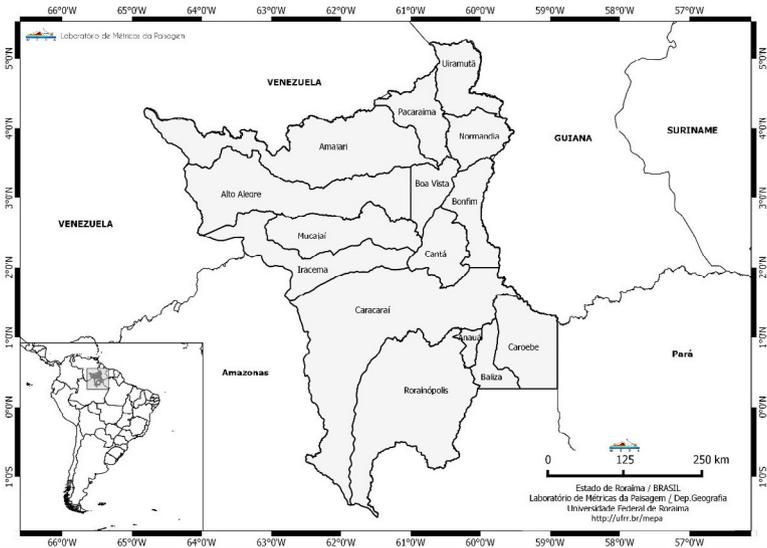
venezuelanos a partir do início do século XXI: a primeira fase (2000 a 2012) é denominada a dos que emigram “procurando novas oportunidades”; a segunda (2013-2015) é a da “crescente desesperança” e, a atual (2017 ...) é a da “migração do desespero”. Segundo os autores, a primeira se caracteriza por famílias ou cidadãos de renda média, com alta qualificação que, resolveram migrar para os EUA e Europa; a segunda se deve à intensificação dos conflitos políticos e à crise econômica interna no país. Muitos que saíram dessa leva foram para países vizinhos e, junto aos emigrantes de qualificação média, havia também trabalhadores com menos ganhos, desempregados e muitas mulheres; na terceira onda, que se evidencia atualmente, a profunda crise econômica e política a produziu. É uma onda heterogênea, de vários grupos sociais, muitos são solicitantes de refúgio; dentre eles estão povos indígenas, grupos sociais mais vulneráveis, famílias inteiras com crianças, membros da família buscando atendimento médico no SUS do Brasil; todos, em suas especificidades, buscam espaços em vários países do mundo, muitos deles atravessam caminhos perigosos, de longas distâncias para atingir seus destinos esperados, dentre os quais, os EUA (Leite; Castro, 2021).

A intensa presença de venezuelanos nas cidades de fronteira com o Brasil, a partir de 2017, revelaram a precariedade de serviços, de infraestrutura, de vias de acesso, etc.; fez compreender, como diz Paiva e Gonçalves (2021), as desigualdades brasileiras, a precariedade de vida (ausência de trabalho, de serviços básicos em espaços fronteiriços), principalmente, do norte do país, quando empobrecidos de um país (Venezuela) se juntaram aos empobrecidos autóctones. Nesse processo, desenvolveram-se concepções negativizadas dos imigrantes como se eles fossem os culpados pela situação já precária vivida pelos autóctones. Xenofobia, nacionalismo, violência, repressão, expulsões, tentativa de fechamento de fronteira, impedimento dos imigrantes de acessar serviços básicos, etc., foram expedientes comuns. Imigrantes venezuelanos ficaram num fogo cruzado, entre mediadores que produziam as-

sistência e acolhimento, e, outros, hostilidades. Produziu-se uma ampla economia política da imigração, com múltiplos interesses, securitização de fronteira, políticas públicas (o governo brasileiro criando ações para a acolhida, o governo Venezuelano incentivando o retorno de emigrantes), estratégias e deliberações de ambos os lados como militarização, segurança, ordem pública e direitos humanos (Gomarasca, 2017).

A conjuntura que produziu a Operação Acolhida é complexa e ampla. Não se pode esquecer a experiência brasileira na ajuda Humanitária no Haiti, a politização governamental (Lula, Dilma, Temer e Bolsonaro) em torno dos governos Chávez e Maduro, a intensa chegada de imigrantes, a impossibilidade de dar conta pela ótica do controle e restrição, pressão e ações da sociedade civil e instituições religiosas junto aos imigrantes que chegavam, carência de infraestrutura e controle social pela esfera governamental, pressão e conflitos sociais de e com moradores de cidades como Pacaraima, Manaus e Boa Vista (Baeninger; Silva, 2018; Silva 2017 e 2018; Vasconcelos, 2021, BRASIL, 2018).

Nesse contexto, solidariedade e hostilidades passaram a ser (e ainda são), dois horizontes que compunham as relacionalidades que foram se constituindo; houve uma grande pressão do Conselho Nacional de Direitos Humanos-CNDH – junto ao governo Federal enfatizando a necessidade de controle de fronteira pelo estado brasileiro. Havia o argumento da “higienização social” expresso na necessidade de retirar imigrantes das ruas e, com isso, garantir a segurança aos moradores e aos imigrantes para evitar conflitos, dentre outros processos (Vasconcelos, 2021; Zambrano, 2021; Mendes; Silva; Senhoras, 2022).



Mapa do estado de Roraima e seus municípios. Fonte: Zambrano (2021).¹

De uma forma genérica, não podemos deixar de mencionar alguns aspectos para além da especificidade migratória em questão, mas que também a contemplam. Em primeiro lugar, nunca devemos esquecer que a imigração é parte constitutiva da História e, não temos dúvida em dizer que sempre se fará presente, inclusive com tendência de se ampliar em razão do aumento da pobreza do mundo ocasionado pelas formas predadoras de produção, que excluem, exploram, substituem força de trabalho e concentram capitais e riquezas em poucos espaços mundiais; há várias outras razões que, somadas a essa anterior, expressas, por exemplo, na intensa automação, nas tecnologias que substituem a presença humana no campo produtivo, seja esse no espaço urbano e/ou rural/agrícola.

Nesse processo da possível intensificação da imigração, não dá para esquecer os conflitos políticos, religiosos e culturais, bem

¹ Disponível também em: <http://ufrr.br/mepa/phocadownload/geograficos/roraima-2aa.jpeg>.

como as guerras que continuamente se apresentam, as catástrofes naturais, os desequilíbrios ambientais, dentre outras questões de ordem mais subjetivas, que envolvem múltiplos horizontes e, no seu conjunto, possuem sua parcela na origem dos atuais fluxos. Ninguém imaginava há 10 anos atrás que quase oito milhões de venezuelanos (até início de 2023), num curto tempo, deixariam o país (OIM, 2023). São processos que se desenvolvem e, não necessariamente, previsíveis.

Os dados sobre os fluxos migratórios internacionais estão nas agendas e agências internacionais de notícias, no meio acadêmico e na esfera governamental. Isso se deve não somente pelo dado quantitativo, mas, também, pelos sujeitos coletivos, pelas origens, destinos e processos que os condicionam. Essa realidade vem impactando no meio social, nas políticas públicas, na esfera do Direito, nos âmbitos culturais, religiosos e valorativos, desafiando a sociedade em geral para ser mais inclusiva, hospitaleira, diversa, transnacional, integrativa, plural, dentre outros horizontes considerados de grande expressão e/ou que foram conquistas sociais nas últimas décadas. Mesmo sendo uma realidade perene, com oscilações em determinados períodos, a sociedade em geral de maior expressão de destino dos fluxos não aceita com facilidade, nem acolhe como deveria e, muito menos, integra os imigrantes.

Julgamos ser necessário compreender os fenômenos migratórios, suas causalidades, os processos históricos de desenvolvimento, (neo/re)colonização de vários países que a rejeitam ou que impõem restrições (o caso venezuelano é expressivo disso), bem como conceber que a diversidade cultural é um recurso civilizatório, sempre foi e sempre será, uma vez que a imigração no mundo sempre existiu e, na atualidade, demonstra ser inevitável e irreversível. Muitos países centrais desejam estancá-la, porém, para isso (se fosse possível!), muita coisa deveria ser feita em termos de condições econômicas no mundo e, ao que parece, não há nenhuma vontade política de países ricos e seus governantes de assim proceder, além de que seus resultados não seriam imediatos,

ainda mais num contexto de crises múltiplas vividas nos últimos anos (“bolha imobiliária” de 2008/9, pandemia da Covid-19, invasão russa na Ucrânia e seus desdobramentos em vários países em termos econômicos e na produção de milhões de demandas de asilo humanitário, além de crises econômicas e de abastecimento de mercadorias em vários países).

Não podemos esquecer também que foi produzido na sociedade em geral e na brasileira, em particular, principalmente nos últimos anos, um pensamento social ou uma representação em torno dos imigrantes como indesejados, ou seja, eles não são demandados pelo mercado, não há manifestação pública e aberta em torno de sua necessidade e desejo. Em razão disso, sua chegada não é bem-vista, representa, para essa concepção social, um custo, um aumento de custos ao Estado num contexto de escassos recursos para saúde, educação, geração de empregos, etc. Desse modo, alimenta-se mais ainda a xenofobia, fortalecem-se os símbolos, rituais e discursos em torno do estado-nação, da sociedade nacional, de uma comunidade forjada e consensual em seus traços, história, valores e destino (Anderson, 2008); cria-se com mais força uma ideia de que essa nação é também *minha propriedade* (“meu país”, “nosso emprego”), é *nossa* identidade nacional e, que necessita ser protegida, defendida contra os que vêm “de fora”, os que ameaçam esse domínio territorial, essa coletividade que passou a ser com mais força definida por um horizonte geográfico e que reverbera, na consciência dos seus membros, quem está nele e quem está fora dele e que as oportunidades devem ser dadas aos que já são deles por direito à anterioridade, aos que chegaram antes (Figueira, 2018; Vasconcelos, 2021).

Não temos nenhuma dúvida em afirmar que imigrantes produzem riquezas, informações, dinamizam afetos, conectam-se transnacionalmente com as instâncias locais/regionais e entre si, alterando o que, aparentemente, estava estabelecido em seus universos de experiências e de relacionalidades, assim como de autóctones; atravessam fronteiras, limites de estados nacionais,

alguns destes efetivados para separar, selecionar e excluir; revelam e personificam um mundo desigual, riquezas mal distribuídas, poderes despóticos e excludentes, imperialismos e novas colonizações; reivindicam direitos internacionalizados como o de migrar, de cidadania política, de pertencimentos globais e de refúgio. Eles dinamizam e advogam transformações sociais, rupturas das ordens injustas, colocam sociedades em xeque, induzem autocríticas nos espaços de destino, principalmente as que produziram a dinâmica (neo/re)colonialista, as que necessitam de força de trabalho, de contribuintes para o caixa da previdência social e os que demandam mais consumidores.

Desde a década de 1990, a questão migratória no Brasil vem se tornando um *fato marcante* e que passou a demandar informações, conhecimentos, opiniões, tomada de posição da população e da esfera governamental. Quantidade de fluxos, origem étnica de imigrantes, nacionalidades, formas de deslocamentos, legislações, controle nas regiões de fronteiras, instituições mediadoras das demandas burocráticas, causalidades e conseqüências, filiações religiosas, concessão de vistos especiais, problemas burocráticos, dentre outros aspectos, estiveram e ainda estão na centralidade desse fenômeno. São migrações que se diferem, em alguns âmbitos, das mais antigas (de mais de um século) e que marcaram a história e a (re)ocupação do território brasileiro do século XIX até meados do século XX. Não são migrações de ocupação do meio rural, nem para o trabalho rural, também não são, em grande parte, famílias inteiras que chegam; com exceção de venezuelanos e haitianos, muitos deslocam-se como indivíduos isolados, de países diversos. Há uma série de outras questões que passaram a fazer parte no contexto da *nova* imigração no Brasil. Questões de gênero, por exemplo, também não são as mesmas relacionadas à migração de um século antes, principalmente de mulheres; não há acordos, nem políticas entre governos que as induzam, com exceção para o caso haitiano (Visto Humanitário); há contingentes e nacionalidades, as quais são adeptas ao credo islâmico e prove-

nientes de países africanos e asiáticos. Na atualidade, imigrantes relacionam-se cotidianamente com os locais de origem através dos meios de comunicação disponíveis e mais baratos, muito diferente da imigração de antes para o Brasil.

As comparações são muitas; há processos sociais, históricos e lógicas que se assemelham, mas há muitas diferenças também. No entanto, a imigração atual, além de uma série de outras questões e, nesse aspecto, não muito diferente das anteriores, carrega estranhamentos socioculturais e geográficos, produz conflitualidades e relacionais novas, mobiliza múltiplos fatores, afetos, pertencimentos, sonhos, crenças, idealizações, desencantos e complexifica, como sempre o fez, a realidade social (Macedo, 2019). Chamamos atenção também, inicialmente, para o fato que, independentemente de sua temporalidade, não podemos esquecer que a emigração e imigração são dois fenômenos interligados (Sayad, 1998). Horizontes amplos se conectam, instituições e campos variados do conhecimento se inserem na temática. O esforço dispendido na esfera do trabalho, o desejo de fazer poupança em outro país, para muitos imigrantes, é sinônimo de possibilidade de investir, em geral, no local de origem. Essa lógica entre parcimônia em um local, auxílio familiar e possível investimento em outro, é lugar comum em meio aos imigrantes. Isso, em boa parte, se difere da “velha” imigração para o Brasil, ainda que situações dessa natureza também tenham sido desenvolvidas, porém não com o dinamismo das migrações atuais. As tecnologias de comunicação e informação, os sistemas bancários de envio de remessas (recursos financeiros), bem como os meios de locomoção, permitiram essa diferença, deram uma nova dimensão ao processo que é mais intenso hoje e se expressa pelo prisma transnacional do imigrante, sua pertença binacional, os vínculos em redes e as mobilidades geográficas constantes dependendo de que país for e de onde estiver no momento localizado.

Não há dúvidas que a humanidade continua a ter mecanismos frágeis de governança global das migrações e, em vez de alterar

isso, permite desenvolver com mais intensidade a intolerância, discriminação e racismo. Situações raras de acolhimento humanitário existem, como é o caso da que estudamos (Operação Acolhida), porém, nessas, imigrantes estão sob guarida de instituições. As grandes questões nesse campo giram em torno da dimensão social, do pensamento social, das representações negativas imputadas aos imigrantes. Particularmente, os imigrantes venezuelanos², em sua intensidade numérica, suas trajetórias e especificidade de acolhida pela esfera governamental e pela sociedade brasileira, vêm expressando tudo isso.

O Brasil passou a figurar, nos últimos cinco anos, como um, dentre os vários, dos grandes destinos dos quase oito milhões de venezuelanos que saíram do país neste período. Com uma faixa de fronteira que ultrapassa 2 mil km de extensão, de baixa densidade demográfica, com florestas densas, reservas indígenas com grandes extensões de terras, com montanhas e barreiras naturais, dentre outros elementos, mesmo havendo fluxos de entrada e saída, essa realidade migratória, nunca havia chamado tanto a atenção de autoridades governamentais, nem da sociedade brasileira em geral, no estado de Roraima, seu atual epicentro (Silva 2018b; Silva 2017). Há, entre os territórios brasileiro e venezuelano, 1.645 km de fronteira seca, com apenas um ponto oficial no Brasil, em Pacaraima, distante 215 km da capital, Boa Vista; desta metrópole até Manaus, outros 800 km. O acesso terrestre ao Brasil é relativamente curto, no entanto, é hostil, mesmo assim, há circulação de venezuelanos para o Brasil por essa via, com intuito de residir ou como ponte para seguir em direção a outros países em busca de trabalho (Ramires *et al*, 2020, p. 12; Silva, 2018b).

² Ao nos referirmos a imigrantes venezuelanos (no masculino), não estamos identificando apenas os homens; não é expressão de narrativa que demarca o sexo dos sujeitos. A utilizamos de uma forma genérica para nos referirmos a ambos os sexos.



Marcos de fronteira do Brasil com a Venezuela, entre os municípios de Pacaraima (BR) e Santa Elena de Uairén (VEN). Foto: Amanda Magnani/*Revista Crisis*.

No interior desse processo, o país testemunha e está envolvido num dos maiores deslocamentos populacionais de sua história (Silva, 2017, 2017a; Baeninger; Canales, 2018; Milesi; Coury; Souza, 2018). A Venezuela não era país de tradição de emigração. Em 2015, somente 1,9% dos venezuelanos viviam fora do país; no entanto, quase 5% de sua população era formada por imigrantes, boa parte desses, de brasileiros (OIM, 2017). Em 2017, tornou-se o quarto país do mundo com maior solicitação de refúgio, somente atrás da República Democrática do Congo, Afeganistão e Síria (OIM, 2018). O país possui em 2023 em torno de 30 milhões de habitantes (Kohn, 2023), 20% desta população saiu dele nos últimos 5 a 6 anos. É algo impactante, não comum em todo o mundo contemporâneo a não ser em períodos de grandes guerras.

Na realidade, essa intensa emigração é parte integrante das migrações num contexto diferenciado, ou seja, de uma dinâmica Sul-Sul global, mais especificamente, fronteiriças merco sulinas (Baeninger; Silva, 2018), expressão de mobilidades de crises (problemas econômicos e políticos), com intenso processo dirigido e/

ou tutelado no espaço de destino (Baeninger; Silva, 2018), ou seja, pela participação do estado nesta governança e direcionando os fluxos internos no país, baseado nos critérios de mercado de trabalho e não em nichos étnicos (Silva, 2017).

O ano de 2017 marcou o início desse novo cenário no Brasil. A intensa migração venezuelana chamou a atenção da sociedade, dos órgãos de comunicação em razão da quantidade numérica, das conflitualidades, da falta de alternativas e da situação precária vivida pelos imigrantes. Ainda em 2017, configurou-se uma crise humanitária em Roraima. Em fevereiro de 2018, o Presidente Temer foi pressionado a assinar uma medida provisória e alguns decretos para viabilizar um acolhimento emergencial aos imigrantes. Ainda em fevereiro de 2018, o governo federal instituiu o Comitê Federal de Assistência Emergencial como expressão do reconhecimento da situação crítica e, implantou uma estruturação de acolhida. Desse modo, surge a Operação Acolhida, como uma ação conjunta entre múltiplas agências, tendo a centralidade das Forças Armadas e vários órgãos e ministérios. Com o passar de alguns meses, em 2018, agências internacionais e organismos não estatais foram se inserindo, principalmente, instituições do ensino superior localizadas em Roraima, várias entidades religiosas, de direitos humanos e de ações sociais (Silva, 2018; Figueiras, 2018; Santos, 2021). As intenções eram, e continuam sendo, de assistência emergencial aos imigrantes mais vulneráveis, alimentação, saúde, interiorização, dentre uma série de ações que passaram a fazer parte do cotidiano da realidade de seu interior.

Como já mencionamos, Roraima é o estado do extremo norte do país com maior acesso viário para a Venezuela através do município de Pacaraima (BR) e, tendo Santa Elena de Uairén como primeiro município de fronteira no país vizinho. O fato marcante desse processo de fronteira é que, por décadas, sempre dinamizou fluxos migratórios entre os dois países; nos últimos quatro ou cinco anos, a intensidade dos fluxos possui preponderância de um lado. São venezuelanos que adentram. Isso vem produzindo con-

seqüências para a região e para o referido estado de múltiplas dimensões (negócios, habitação, idiomas, políticas públicas, infraestrutura, dentre outras).



Mapa de algumas regiões da Venezuela e sua fronteira com o Brasil. Fonte: *Poder 360* (2019), apud Huning (2022).

A face mais drástica disso tudo se revelou, e continua, para o caso brasileiro, no estado de Roraima e, em parte, no Amazonas (com centralidade para a cidade de Manaus), com o total descon-trole social e político entre 2017 e 2019, em algumas cidades, em particular, na porta de saída venezuelana que é Pacaraima e em sua capital, Boa Vista. A presença efetiva e ampliada do Exército Brasileiro, dos órgãos ligados à ONU (ACNUR, OIM, Unicef),

bem como a Cruz Vermelha, mas, acima de tudo, de instituições religiosas, em especial, da Igreja Católica e de outras entidades da sociedade civil, vem dando um certo ordenamento, uma tentativa de gestão do processo, principalmente com obras assistenciais (abrigos para mães, serviço da Caritas como abrigos, entrega de marmitas, assessorias, cursos profissionalizantes, dentre várias atividades de auxílio, assistência, apoio, orientação etc.) (Hüning, 2022). Porém, a problemática é tanta, os limites da mesma forma, ambos em razão da quantidade de imigrantes, da realidade jamais vivida no local e por todo o país. O desespero e desamparo de milhares de pessoas que, no início do processo não tinham para onde ir, noites no relento e na chuva, oposição e ações de contraposição por boa parte da população local, destino incerto (a única certeza é que estavam fora de seu país), sem trabalho, sem domínio da língua, dentre uma série de outros processos, marcaram a vida deles e ainda, num grau menor, se fazem presente ainda que em menor intensidade. Esse grau menor não é em razão da redução da quantidade de entradas, pois há períodos em que ela se amplia, mas pela organização e regramento da Operação Acolhida e de outros processos burocráticos e de viabilização das ações de interiorização de imigrantes.

Segundo informações colhidas em Pacaraima, havia (em 2022) maior número de venezuelanos na cidade do que de nativos³ ainda que, por ser uma cidade de fronteira, essas mobilidades populacionais entre os municípios acontecem de uma forma muito comum. O comércio da cidade ganhou um amplo incremento; muitos negócios e serviços constituíram-se ou intensificaram-se pela presença de dezenas de milhares de venezuelanos.

A permanência de intensos fluxos em cidades do referido estado próximas à fronteira, antes da existência da política pública denominada de Operação Acolhida (2018), processou-se em razão da possibilidade de retorno ao país de origem, proximidade

³ Segundo o IBGE, em 2021, a população de Pacaraima girava em torno de 19 mil habitantes. Ver <https://pt.wikipedia.org/wiki/Pacaraima>. Acesso em 16/11/2022.

territorial com familiares. Por ser um espaço de trânsito cotidiano e que caracteriza a estratégia de migrações da esfera territorial sul-sul do mundo em suas rotas já constituídas, expressa-se agora, em grande parte, pela dimensão forçada, pela maior facilidade (custo reduzido) de mobilizar a força de trabalho;⁴ representa, como diz Basso (2003), uma dinâmica dos periféricos na periferia do capital em nível mundial, diante também, das restrições do norte global aos imigrantes das últimas décadas.

Entre janeiro de 2017 e agosto de 2020, o Brasil recebeu mais de 600 mil venezuelanos. Esse processo exigiu organização, centralidade de comando e, ao mesmo tempo, descentralização de atividades (Baeninger; Silva, 2018). O país não estava preparado para tanto, o comando da Operação Acolhida não esperava fluxos tão intensos. Havia limites no controle de fronteira, na infraestrutura de abrigos, no controle das vias alternativas de entrada de imigrantes no país, na estrutura de acolhimento humanitário. A forte presença de entidades locais, estaduais, nacionais e internacionais desde o início do processo, deu-se em razão disso, ou seja, da intensidade dos fluxos de uma forma abrupta, pela premência de resolver alguns de seus dilemas para reduzir um pouco a realidade problemática vivida pelos imigrantes e os limites expressos no interior da Operação (ACNUR, 2022a).

Segundo Mendes; Silva; Senhoras (2022), para compreendermos alguns dos processos que produziu a crise venezuelana dos últimos dez anos, precisamos ter presente que o país sempre ocupou, não muito diferente de vários países da América Latina, uma posição subalterna na divisão internacional do trabalho, não obstante ser um dos maiores produtores de petróleo e possuir uma das maiores reservas mundiais. Esse é seu produto por excelência, assim o foi por quase um século, desde as primeiras décadas do século XX (Fernández, 2019; Useche; Linárez, 2018; Figueira, 2018;

⁴ O processo migratório de venezuelanos no Brasil e, vice-versa (“imigração de gravidade”), sempre existiu, porém, a partir de 2016, intensificou-se atingindo um pico em 2019, antes da Pandemia da Covid-19, com 143.633 imigrantes registrados que entraram no Brasil (Dados de Relatório do Acnur, 2020).

Maringoni; Da Costa, 2009). O país passou a ser conhecido pelo seu produto número um de exportação e de organização econômica; esse produto produziu a história e a identidade venezuelana do século XX e dessas duas primeiras do atual século.

A crise que assolou o país iniciou segundo analistas ainda em 2010, porém, intensificou-se entre os anos de 2016 e 2017 em razão do petróleo e dos consequentes níveis inflacionários do país. O descompasso entre a existência de uma grande fonte de recursos financeiros (petróleo) e a má distribuição de seus recursos vêm marcando essa crise, mas, acima de tudo, é fruto de uma conjuntura de rompimentos de acordos, de sanções e embargos econômicos, congelamentos de ativos no exterior, promovidos pelos Estados Unidos. Por isso que, julgamos interessante, ainda que esboçados superficialmente aqui, nunca perder de vista elementos históricos que, em razão de conjunturas políticas e econômicas, vêm à tona.

Autores como Silva e Peres (2020) vão buscar em tempos mais longínquos as causas dessa crise, em particular, nas décadas de 1950 e 1960, em razão de acordos mundiais de oferta de petróleo, os quais fizeram com que não houvesse uma dinâmica de investimentos tecnológicos e em infraestrutura desse produto básico, bem como de uma diversificação e variedade produtiva, tornando-se, historicamente, dependente de uma *commodity* apenas, fato esse que revela os intensos e profundos processos de dependência externa de países periféricos. Ao comentarmos isso em um seminário sobre o tema das migrações venezuelanas, um participante levantou a mão e solicitou a palavra e fez o seguinte comentário: “professor, mal comparando, mas é como se a China, da noite para o dia, ou, em razão de algum presidente do Brasil que resolvesse ser contra os comunistas, não comprasse mais a soja brasileira. O que seria da economia do país e, particularmente, de nosso estado? Mais de 90% do produto vai para a China e na forma de grãos [...]”. É uma comparação não desprezível, pois realmente, o país depende muito da China para a compra deste produto.

Talvez, a dificuldade em comparar é que também na China estruturou-se todo um aparato industrial, comercial e de consumo interno da soja e, o país não possui no mercado mundial essa ampla oferta necessária do produto, diferentemente do petróleo, que há muita oferta e acordos dos EUA com vários países exportadores, fato esse que deixou a Venezuela em situação muito difícil.

Mas, retornando ainda a aspectos históricos mais recentes, as décadas de 1970 e 1980 foram importantes para o país, pois com os choques mundiais do petróleo (1973 e 1978/9), os preços subiram e o país viveu uma onda de prosperidade, porém, a dinâmica dos produtos numa economia aberta nunca é linear por muito tempo; isso é expressão do jogo das *forças de mercado*. Isso também fez com que o país avançasse na exploração e imediata comercialização do produto sem um maior investimento na industrialização, na utilização mais ampla dessa matéria-prima que não seja como fonte de energia, bem como em acordos mais amplos com outros países, parcerias industriais e comerciais, etc. (Campos, 2016; Cruz, 2014). Apenas então, mencionamos esses elementos aqui para enfatizar que as causas da emigração de venezuelanos são múltiplas e correlacionadas e, também, não produzidas somente no interior do referido país. Há múltiplos processos internos e externos que as estão produzindo (OIM, 2022).

A migração Venezuelana vem se expressando em duas frentes ou em duas lógicas: uma delas alimenta a já antiga e intensa emigração Sul/Norte, em particular, da América do Sul para a América do Norte, a qual o Brasil também é um membro desse processo com intenso contingente de emigrantes nos Estados Unidos; outra é a intensificação de um processo de longa data de mobilidades de vários países na dimensão Sul/Sul, no entorno próximo entre países dessa macrorregião da América do Sul (Missão Paz; Conectas, 2017). Desse modo, nessa última dimensão, a busca por trabalho e moradia em países dessa macrorregião já é lugar comum, apenas que, com a Operação Acolhida, esse processo se dá de uma forma administrada, gestada por instituições me-

diadoras e por demandas específicas (Vasconcelos, 2021; OIM, 2022; Baeninger; Silva, 2018).

Segundo dados do Acnur (2022), mais de 50% dos venezuelanos estavam vivendo (em 2022) numa situação de extrema pobreza. Segundo os dados dessa entidade da ONU, os 10% mais ricos do país ganhavam em média US\$ 553,20 por mês, os 10% mais pobres sobreviviam com apenas US\$ 8 por mês. A inflação atingiu, em outubro de 2022, o patamar de 155%; com isso se tem uma ideia da perda do poder de compra da população assalariada. Somente nos quatro primeiros meses de 2022, mais de 200 mil venezuelanos apresentaram-se na fronteira com os Estados Unidos; esses somam-se aos mais de um milhão que já entraram ou tentaram entrar em períodos anteriores recentes. Nos últimos meses de 2022, a grande maioria dos imigrantes estava passando pelo Bóssão de Darién, uma região inóspita, de selva e muita lama em razão das chuvas, altamente perigosa entre a Colômbia e o Panamá; é um caminho alternativo, menos custoso em termos financeiros, mas muito perigoso, difícil, com riscos enormes de assalto, sequestros, perdas de vida humana, etc.; é um trajeto alternativo para concretizar a idealização de viver nos EUA, da intensa migração para países fronteiriços e da dificuldade de abrigo e encontrar lugar para trabalhar, como é o caso do Brasil e Colômbia, dos limites para atingir países da Europa, dentre outros processos.



Imigrantes no interior da selva de Darién, no Panamá, tentando ir para os Estados Unidos. Fonte: <https://noticias.r7.com/internacional/fotos/a-dura-viagem-dos-haitianos-pela-selva-colombiana-de-darien-30092021>

Onde fica



Localização do Tampão de Darién entre o Panamá e a Colômbia. Foto: *Arte O Globo*, 12/10/2022.



Venezuelanos e colombianos cruzando a selva do Darién no Panamá com a intenção de chegar ao México e atravessar a fronteira com os Estados Unidos. Foto: EFE - Mardú Marrón, em 13/10/2022.

Entendemos que imigrantes, de uma forma geral, em suas várias formas de deslocamento, condições e situações nas sociedades de destino, necessitam redefinir muitos de seus processos de vida, de sociabilidade, de integração e convívio social. Os que solicitam asilo, refúgio, os que emigram de uma forma forçada por múltiplos motivos, como grande parte dos venezuelanos nos últimos cinco anos, possuem uma relação conflituosa mais intensa no seu espaço de origem e, talvez, necessitem reconfigurar de uma forma mais ampla sua identidade, nacionalidade, pertencimentos, etc. Alguns autores que revisamos sobre a realidade do êxodo de venezuelanos/as para vários países falam de uma *venezuelanidade*, ou seja, de processos que exigem novas formas de agrupamentos, de transnacionalidades, pertencimentos, do fato de que entrelaçam-se novas relações, interesses, trocas, produtos, serviços, projetos, sonhos. No entanto, mesmo que seu país

de origem (Venezuela) esteja distante, não está ausente (“Lejos, pero presente”) (Páez, 2023).

É visível a soma de esforços das entidades civis, militares, religiosas e humanitárias (ONU, Cruz Vermelha) para amenizar as consequências dessa realidade de crise no país e que redundam, dentre outros aspectos, na emigração (Wendling; Nascimento; Senhoras, 2021). As ações de interiorização⁵ de levadas de imigrantes para várias partes do país viabilizam deslocamentos cotidianos, em geral, de ônibus até Boa Vista e, após, dependendo da região do país, de avião, com passagem paga pelo governo brasileiro e por entidades humanitárias. Porém, as demandas ou os receptores não são muitos em nível de país. A grande maioria permanece em espera por meses para conseguir um espaço de trabalho, fato esse que, somado às entradas diárias, produz um imenso contingente represado de imigrantes que, segundo informações de um coronel da Operação Acolhida em Boa Vista, em novembro de 2022, nas tendas da Operação havia quase 10 mil venezuelanos/as. Muitos dos imigrantes permanecem em barracas do Exército ou em abrigos organizados pela Igreja Católica e/ou outras entidades. Segundo dados da própria Operação Acolhida, até início de 2023, a referida política pública havia conseguido interiorizar em torno de 100 mil venezuelanos/as.

Há uma grande dificuldade na sociedade brasileira e em todo o mundo que recebe o maior número de fluxos de imigrantes sobre o fenômeno em si, suas causas, sua importância, sua inevitabilidade; há contradições em concepções que defendem a liberdade de ir e vir, a abertura e não bloqueio de fronteiras, a globalização econômica etc., porém, no que tange aos fluxos migratórios internacionais defendem a existência de muros, fechamento de fronteiras, legislações restritivas, não acolhimento, etc. Não obstante, a

⁵ Desenvolveremos algo nesse sentido nos capítulos seguintes sobre o tema. Aqui somente mencionaremos que é uma ação desenvolvida pelo Governo Federal, através de seus órgãos responsáveis em Pacaraima e Boa Vista, a qual objetiva facilitar a realocação voluntária de imigrantes venezuelanos pelo interior do país em busca de um espaço laboral e de integração local.

imigração faz parte da constituição da vida em sociedade em todos os tempos, de ser constitutiva de nossa cultura social, em última instância, da natureza humana (Bauman, 2017) e da reprodução da espécie. Não obstante, há ainda um amplo sentimento social anti-imigração no mundo.

Como já mencionamos, a representação do estado-nação é ainda constitutiva de nosso imaginário fronteiriço e de nacionalidade; as diferenças sociais tornam-se institucionalizadas (“nós” e os “outros”); aguçam-se os preconceitos raciais, sociais, étnicos e culturais. Nos primeiros meses da imigração, houve uma intensa produção midiática em Roraima com temáticas negativas em torno dos venezuelanos, como indesejáveis, contrabandistas, vagabundos, miseráveis, invasores, prostituição, “que trabalham por um prato de comida”, pedintes; dimensionaram-se discursos de cunho nacionalista. Não fora dada voz aos imigrantes, falou-se deles, mas sem ouvi-los. Foram vistos como pessoas inferiorizadas pela pobreza, com xenofobia da população local e muita hostilidade cotidiana (Vasconcelos, 2021; Baeninger, 2018; Ramos, 2019).

Em razão disso, podemos afirmar nesse espaço de abertura de nosso singelo estudo que há ainda um *caminho civilizatório* amplo para ser percorrido no sentido de entender, hospedar e conviver harmonicamente com a imigração e os imigrantes na sociedade atual, no Brasil em particular. Imigrantes ainda são vistos desde os tempos dos regimes coloniais como “raças submetidas” (Arendt, 1963), sujeitadas, inferiorizadas, sem direito à mobilidade social, principalmente no que tange ao horizonte laboral, como invasores e, por isso, devem ser coibidos pelos estados nacionais, estigmatizados pela mídia, negados e discriminados por grupos neofacistas e de extrema direita em várias partes do mundo. Para a esfera do estado e/ou do Direito, o imigrante constitui-se como *provisório*; suas constantes regularizações, renovação de documentos revelam isso (Sayad, 1998); o que é *perene* é a sua provisoriidade como bem afirma Sayad (1998).

Dito isso de uma forma genérica, nosso estudo busca, de uma forma simples e sintética, descrever e analisar alguns dos aspectos que envolvem a presença de imigrantes venezuelanos no interior da Operação Acolhida, suas espacialidades em Pacaraima e Boa Vista, bem como uma breve inserção analítico-descritiva do processo de interiorização e sua expressão num pequeno espaço regional que é o centro-norte do Rio Grande do Sul, tendo a cidade de Passo Fundo como seu epicentro.

Nossas fontes são basicamente entrevistas com imigrantes e outros envolvidos na Operação Acolhida, decorrente de uma pesquisa de campo em Pacaraima e Boa Vista durante todo o mês de novembro de 2022, bem como contatos com imigrantes venezuelanos no município de Passo Fundo entre os meses de dezembro de 2022, à maio de 2023. Em Pacaraima e Boa Vista tivemos acesso ao interior das instalações da Operação Acolhida, mediados por religiosos que colaboravam com várias ações de assistência, abrigo e cursos, parcerias com as forças centrais da referida, que era o Exército e a ONU. Em seu interior, tivemos muitos contatos com imigrantes, com militares e funcionários de várias entidades. Estivemos auxiliando em vários trabalhos de orientação e encaminhamentos para documentos, vacinas etc., junto a entidades que lá atuavam e ainda atuam, tanto em Pacaraima, quanto em Boa Vista, principalmente junto ao Acnur/ONU. Essas inserções nos permitiram entender alguns dos processos da complexa organização, da dinâmica militar que a Operação Acolhida expressa em seu manto da ajuda e/ou acolhida humanitária.

Tivemos acesso aos acampamentos indígenas que, também, compõem a Operação, porém, nesse espaço, o contato com eles era extremamente dificultado; havia sempre a necessidade de autorização e/ou a presença de algum oficial do Exército ou da liderança indígena. Neste cenário, não conseguimos auxiliar em suas demandas e nas ações de seu cotidiano em termos de assistência, porém, tivemos oportunidades de conversar inúmeras vezes com indígenas no entorno dos acampamentos, nos seus espaços de

venda de artesanatos, nas ruas de Pacaraima e de Boa Vista. Em todos os espaços controlados pela Operação, havia uma intensa vigilância e controle de entradas e saídas; nos espaços dos indígenas, esse processo era bem mais efetivo. Acreditamos que havia necessidade de controlar informações que entravam e que saíam, bem como o fluxo migratório que chegava e que se inseria no interior dos abrigos, promover ações para evitar conflitos, entradas de pessoas com a intenção de comercializar produtos, drogas, estratégias de convencimento para decisões de saída do abrigo, de pessoas ligadas ao campo midiático e, com isso, que houvesse informações distorcidas, registros de situações não interessantes para os que gerenciavam o cotidiano da Operação Acolhida, dentre muitos outros processos.

No espaço de interiorização, ou mais particularmente no meio urbano de Passo Fundo, buscamos, de uma forma aleatória, contatar com o máximo possível de imigrantes (homens e mulheres), frutos ou não da Operação Acolhida. Segundo o presidente da Associação dos Venezuelanos, existia (em janeiro de 2023) em torno de mil imigrante, “ou até mais”, segundo ele. Buscamos contatos pelo método de *bola de neve* junto a imigrantes venezuelanos (redes de contato entre eles, serviam para produzirmos as nossas), bem como servindo-nos de nossas inserções junto à Pastoral dos Migrantes da Arquidiocese de Passo Fundo, em trabalhos de assistência, encaminhamento de documentação, aulas de língua portuguesa, visitas em casas para entrega de roupas e alimentos, etc. Nossos espaços de contato foram múltiplos desde setembro de 2022, quando começamos a estudar algo sobre essa realidade migratória, e, de uma forma ou de outra, todos serviram para obter conhecimentos e compreender pelos menos alguns dos processos que envolvem a saída do país e a presença na referida cidade.

Procuramos também nos servir de dados de relatórios de entidades como a ONU (OIM, Acnur), da própria Operação Acolhida, junto à Polícia Federal em Roraima e em Passo Fundo, informações mais gerais do fenômeno migratório contemporâneo,

dentre outros canais de divulgação das mobilidades populacionais atuais. Procuramos ao máximo revisar literatura sobre a imigração venezuelana no Brasil, os processos que ocasionaram a crise econômica e política na Venezuela, bem como a constituição da Operação Acolhida no Brasil.

Enfim, é um processo social que está em andamento; muitas notícias surgem de tempos em tempos e, acabam também servindo de fontes; tivemos dificuldades de colocar limites às nossas fontes cotidianas que iam aparecendo. Nossa reflexão é singela e se direciona para alunos de graduação e entidades de auxílio aos imigrantes em nossas intervenções, cursos, etc. É um estudo genérico, descritivo e pouco analítico. Intenciona, como já mencionamos, referenciar o tema junto a pessoas não especializadas, mas interessadas na questão. Esperamos atingir esse intento.

PARTE I

Mobilidades no Sul-Global:

novas dinâmicas



Família venezuelana em
processo de migração.
Fotografia de Hugo Axl,
via Adobe Stock.





Imigrantes na fronteira
com a Colômbia.

Fonte: BBC News –
Brasil, 28/08/2018.

1. Um Sul-Sul Global em *movimento*

Sabemos que há imigrantes e imigrantes, que é difícil, quando não equivocado, falar em imigração e imigrantes de uma forma genérica. Há tipificações, há os que são vistos pela sociedade autóctone como mais legítimos e com mais aceitação, principalmente nas hierarquias produzidas entre países, credos religiosos e regiões do mundo. Há também, os que necessitam vistos e os que não, os que correm riscos de vida ao atravessar barreiras, muros, fronteiras vigiadas e mares. Na realidade, isso tudo não demonstra ser muito diferente do que sempre foi. Seleções, quantidades, origens, destinos, requisitos e otimizações de imigrantes são marcas da História. Isso também produziu diferenciações, desejos da sociedade de destino em gerenciar o processo como se faz numa empresa objetivando sua otimização, benefícios e racionalizações de ações. Esse processo, além de produzir conflitos entre imigrantes e autóctones, vem criando relações inamistosas entre imigrantes da mesma nacionalidade e de outras diferentes.

A realidade da migração de venezuelanos no Brasil vem demonstrando esses processos todos. Ela intensificou de uma forma abrupta a imigração no país; está envolta em questões de ordem política no país de origem e de destino. Há uma ampla e complexa política pública específica para eles; é uma imigração proveniente de um país vizinho que, até bem pouco tempo, absorvia grande contingente de imigrantes brasileiros; um contingente que circula entre dimensões polêmicas que envolvem legitimidade e não acei-

tação em razão de alguns fatores políticos, quantidade de fluxos, dispêndio financeiro na política pública, exclusividade de uma nacionalidade na ação humanitária, etc. A imigração Sul-sul Global revela, com essa experiência, um dinamismo mais intenso e, de certa forma, diferenciador dos últimos anos. Imigrantes de algumas regiões da África, em particular, a subsaariana, do continente asiático e latino-americano vêm imprimindo trajetórias pouco dinâmicas até então, as quais se direcionam também para o Brasil. Como já mencionamos, é o caso de venezuelanos para o Brasil, Argentina e Colômbia. Essas migrações também têm seu dinamismo intensificado em razão das políticas de resistência e barreiras aos imigrantes no chamado Norte-Global.

Nesse singelo capítulo de abertura de nosso genérico estudo, abordaremos alguns aspectos da dinâmica atual das migrações internacionais mundiais e localizaremos alguns dos eventos da migração de venezuelanos num cenário de migração latino-americana. É uma análise mais do que introdutória; serve apenas para informar alguns elementos que dão o tom dessa realidade no mundo atual.

Uma dinâmica migratória de *proximidade*

Em vários países vem se intensificando o debate sobre a correlação entre imigração e economia, ou, mais precisamente, o custo da imigração, principalmente em razão das crises econômicas (a de cunho financeiro de 2008/9, da pandemia e, mais recentemente, da invasão da Rússia na Ucrânia e seus desdobramentos em várias partes do mundo), da falta de empregos, das demandas pelo setor de saúde e de auxílios emergenciais junto à esfera pública. Empresas migram pelo mundo afora em busca de fatores maximizadores, principalmente, de mão-de-obra e matéria-prima, com isso, continuam produzindo formas precarizadas e chantagens aos trabalhadores que vivem de salário ou de outras formas, que

são dependentes de outrem em termos de remuneração. Dupas (2005) diz que o capitalismo global conseguiu inventar, em meio aos direitos do trabalho, trabalhadores sem direitos, processo esse fundamental para a aceitação e inserção de mão-de-obra nas fronteiras transnacionais, impondo novos padrões gerais e privados de acumulação de capital às custas do trabalho precarizado (Dupas, 2005). Nesse sentido, as empresas, nesse mundo global, migram com a finalidade de otimizar fatores; os trabalhadores migram com a intenção de melhorar de vida, de sair de uma situação não boa, idealizando uma melhor. A riqueza nesse mundo que se diz globalizado em algumas coisas não se globaliza, logo, os empobrecidos vão ao encontro dela, na maioria das vezes, enfrentando muitas barreiras, sejam elas físicas e geográficas, legislações e resistências sociais. Na realidade, pouco se fala da importância dos imigrantes junto aos cofres da previdência social, do aumento do consumo que eles promovem, da geração de empregos pelos novos serviços ocasionados em razão de suas presenças em sociedades, dos impostos diretos e indiretos que eles pagam, de setores produtivos que eles revitalizam e colaboram para a mundialização dos mercados de seus produtos.

Dados mais recentes nos informam que há, no início de 2023, mais ou menos 300 milhões de imigrantes (Acnur, 2023). Uma entre 30 pessoas viviam, em 2022, fora de seu país (Acnur, 2022). As mulheres representavam quase 50% dos imigrantes internacionais, fato esse que marca e diferencia o cenário atual de outros tempos da dinâmica migratória. O status de refugiado entre os imigrantes vem aumentando sempre mais. Ser forçado a deixar tudo para trás e tentar a vida em outro lugar, este é o dilema enfrentado pelo número recorde de 82,4 milhões de pessoas, de acordo com dados do relatório *Tendências Globais*, do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur), divulgado em junho de 2022. Nas últimas duas décadas, a América Latina em particular, vem se revelando uma ampla região de migrantes. Segundo dados da OIM, em 2021, mais de 4% da população era

migrante. A fome, a turbulência política, a pobreza econômica, governos insanos, desastres ambientais, embargos econômicos, somados às políticas imperialistas e/ou neocoloniais de algumas nações centrais, dentre outros processos, vêm produzindo e ampliando essa realidade de êxodo. Países como o México, o Haiti, o Peru, a Venezuela, inclusive o Brasil, revelam isso (Idos, 2022). Países desse continente convivem numa situação aparentemente ambígua: possuem um índice elevado de emigrantes (o Brasil, segundo dados do Ministério de Relações Exteriores, em 2023, há por volta de 4,5 milhões), e, também, são receptores. Brasil, Colômbia e Equador, em relação aos venezuelanos, demonstram bem isso. Ou, então, vários outros, como é o caso da Argentina, Chile, República Dominicana, México, também o Brasil, os quais recebem imigrantes de vários outros continentes. A crise no Haiti, na Síria, na Ucrânia, no Afeganistão e na Venezuela, nas últimas duas décadas, ampliou esse contingente.

Com a intensa migração de venezuelanos desde 2017, a América Latina revelou ser também uma região de intensa circulação de pessoas. Sempre houve migrações do centro-sul do continente para a sua parte norte, principalmente em direção aos Estados Unidos. No entanto, registrou-se, nas últimas décadas, uma forte migração de haitianos para alguns países do centro-sul da América, bem como bolivianos, ambos tendo o Brasil como expressão de destino.



Imigração de venezuelanos/as em Pacaraima. Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil.

Para o caso brasileiro, dados da OBMigra (2020) colocam que, em 2019, as principais nacionalidades presentes eram assim representadas: 39% venezuelanos, 14,7% haitianos, 7,7% colombianos, 6,8% bolivianos e 6,7% uruguaios. A região Sudeste era a mais procurada (56%) e a parte sul do país com 20,1%. O Conselho Nacional de Imigração (CNIg) autorizou em 2020, 2.499 imigrantes a emitir a carteira de trabalho, 1.365 senegaleses, 364 haitianos, 297 bissau-guineenses, 115 bengalis e 100 dominicanos (Calza, 2022). Se analisarmos de uma forma mais ampla, na dinâmica dos fluxos migratórios mundiais, segundo Ricci (2021, p. 20), as principais áreas de partida são a Ásia (111 milhões), a Europa (67 milhões), a América do Sul (43 milhões), a África (41 milhões) e a Oceania (2 milhões). Em termos de países, a Índia é o primeiro, com 17,9 milhões de emigrantes, logo em seguida está o México com 11,2 milhões, a Federação Russa com 10,8 milhões, a China com 10,5 milhões, a Síria com 8,5 milhões (essa última configura neste quadro em razão da guerra civil que assola o país

há vários anos) (Idos, 2021) e, entre 2019 e 2022, a Venezuela vem liderando com o maior fluxo de saída, com quase oito milhões (Baeninger, 2022).

Em termos de localização, quase 60% dos imigrantes internacionais estão inseridos nos países do norte do mundo. O primeiro em destinação é a Europa com 93 milhões, seguida da Ásia com 79 milhões, a América toda (com centralidade para sua parte norte) com 74 milhões, a África com 25 milhões e a Oceania com 9 milhões. A metade da imigração internacional se concentra em 10 países, ou seja, a Alemanha com 15,8 milhões, a Arábia Saudita (13,5), a Federação Russa (11,6), o Reino Unido (9,4), os Emirados Árabes Unidos (8,7), a França (8,5), Canadá (8,0), a Austrália (7,7), a Espanha (6,8) e a Itália (6,4) (Ricci, 2021; Idos, 2022).

Os países árabes chamam a atenção pelo número elevado de imigrantes e refugiados em seus territórios. Isso se deve também ao setor petrolífero que demanda trabalhadores de vários países, em particular, de asiáticos. A média dos imigrantes nos países considerados de “alto desenvolvimento” - os do “Norte do mundo” - em relação a sua população, é de 11,9%, os do Sul do mundo são ao redor de 2,0% (Idos, 2021). O mundo em 2021, registrava uma população ao redor de 8 bilhões; 60% dessa população mundial vivia, no período, na Ásia (4,6 bilhões), os outros 40% estavam distribuídos pela África (1,3 bilhão), América (1 bilhão), Europa (800 milhões), a Oceania (43 milhões) (Idos, 2022). O Brasil, por exemplo, figura nas primeiras colocações em termos de emigrantes. Revela ser, como já mencionamos, um país que vem recebendo estrangeiros nas últimas décadas, mas que possui um grande contingente em vários países, com preponderância para os Estados Unidos. Dados mais recentes (2022) do Ministério de Relações Exteriores informam a presença de entre 4.5 a 5 milhões, ressaltando sempre a imprecisão dos dados e as várias passagens por inúmeras fronteiras sem registro nenhum, ou mesmo retornos com registros pouco eficazes pelos órgãos públicos de controle e

fiscalização. Estados Unidos, Portugal, Austrália e Canadá são os países de maior opção de brasileiros nestes últimos anos.

Em termos econômicos e demográficos, julgamos interessante enfatizar que, o PIB mundial atingiu em 2021, 133 trilhões de dólares (americanos), 46% dele está nos países do “Norte do mundo”, o qual compreende somente 17,5% da população mundial (1,4 bilhão de pessoas). O “Sul do mundo” comportava, em 2021, a cifra de mais de 6 bilhões de pessoas (Fondazione Ismu, 2022). Nunca esquecendo que, nessas macrorregiões, há espaços de alta riqueza, assim como de muita pobreza; ambas se situam muito próximas e revelam as contradições do desenvolvimento, as oportunidades econômicas, dentre uma série de outras questões ligadas à dimensão política.

As desigualdades econômicas expressas em nível mundial também se reproduzem no interior dos países com consequências migratórias (Idos, 2021). É por isso que há uma intensa migração no interior de alguns países da União Europeia nos últimos 40 anos, bem como de países ricos em direção a países em desenvolvimento. Essa é uma das explicações para o fato da intensa emigração de italianos e espanhóis para o Brasil nas últimas duas décadas. Só para ilustrar esse fenômeno na Europa por exemplo, em 2019, ela recebeu em torno de 4 milhões de imigrantes, dos quais, mais de 2 milhões eram de países de fora da União Europeia, porém, mais da metade destes mais de 4 milhões circulou de um país a outro no interior do bloco dos 27 países (28 na época, pois, o Brexit ainda não tinha se constituído). O Reino Unido, por exemplo, possuía, em 2019, um contingente de italianos muito grande, estimou-se em mais de 600 mil. Por isso que alguns jornais da Itália, de uma forma irônica, estampavam notícias dizendo que Londres era, em 2019, “uma das maiores cidades “italianas” (Ricci, 2021). A França, nesse mesmo ano, recebeu 369.946 imigrantes, dos quais, 167.527 eram provenientes de fora do referido bloco, mais da metade do interior dele; porém, teve 312.554 emigrantes (Alievi, 2020). A Espanha não ficou muito para trás, ela in-

corporou 532.132 imigrantes, sendo 314.238 que não faziam parte do bloco, porém, teve mais de 800 mil emigrantes. A Itália não se situa distante desta dinâmica, ou seja, recebeu 343.440 imigrantes em 2019, mas teve 155.110 emigrantes, dos quais mais de 40 mil emigraram para fora da União Europeia (Alievi, 2020).

Desse modo, a retórica midiática e política de alguns países em relação à “invasão migratória” ou do “pericolo immigrazione” é uma falácia, ou meia verdade. Só para termos uma ideia, entre 2014 e 2019 (em 6 anos), quase dois milhões de italianos transferiram-se para outro país (Fondazione Ismu, 2022), o equivalente a uma cidade como Nápoles. Somente em 2018 foram quase 300 mil (Idos, 2019). No país continua a discussão sobre as chegadas, as polêmicas infundáveis, quedas de braço entre governos e agências mediadoras, Ongs, instituições que tentam evitar os naufrágios no Mediterrâneo, as controvérsias com outros países que são acusados de não colaborar financeiramente e na absorção de parcelas dos que chega, porém, no referido país discute-se pouco sobre as saídas, as denominadas fugas de cérebros, imigrantes qualificados, etc.

Outro fator que possui correlação com a imigração do presente e/ou a do futuro, é a taxa de fecundidade que, na União Europeia, era, em 2021, de 1,6 filho por mulher; na Itália, em particular, era de 1,3. A correlação entre nascimentos e mortes na União Europeia, no período de 2015-2019, ficou em menos 994.600 pessoas e, de menos 902.172 na Itália. Há um desequilíbrio muito grande nesse sentido. No horizonte dos números e projeções, segundo previsão da ONU (2019), em 2050, a população mundial atingirá 10 bilhões, com aumento de mais de 100 milhões/ano em razão da precedente (Cesareo, 2020). A África poderá liderar esse incremento populacional e atingir quase 3 bilhões de pessoas. Estima-se que a Nigéria superará a população dos Estados Unidos, atingindo 430 milhões em 2050, bem como a da Índia superará a da China (Idos, 2022). Os dados vêm revelando que a idade média dos imigrantes é entre 29-39 anos, porém,

há em torno de 37 milhões abaixo de 20 anos. Isso revela que estão migrando mais pessoas em idade laboral e que estão constituindo famílias. (Cesareo, 2022).

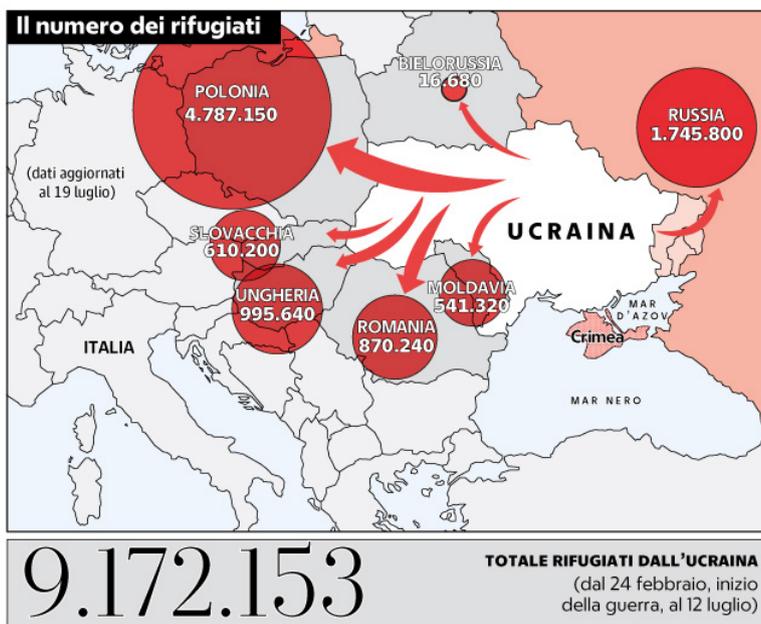
Nesse mundo das desigualdades, há os imigrantes, mas, acima de tudo, os que solicitam status de refúgio, vítimas de conflitos bélicos, religiosos, políticos, de situações ambientais e de catástrofes naturais. Essa é uma questão em que os números assustam e desafiam nações e concepções sobre a imigração atual no mundo. Em 2015, por exemplo, mais de um milhão de pessoas deslocou-se em busca de proteção internacional e cruzou a União Europeia, contra 280 mil de 2014.⁶ A rota Mediterrânea central foi a que mais esteve presente, tendo a Itália como epicentro. Em razão disso, a Áustria ameaçou construir uma barreira na fronteira com a Itália. Houve, em razão disso, intensificação de guardas costeiras e fronteiras europeias e novas estratégias operativas integradas em nível de União Europeia, intenso repatriamento de estrangeiros em situação irregular, políticas de realocação e inserção em determinados países através de quotas nacionais. A Alemanha, Suécia e Hungria, por exemplo, receberam 60% dos refugiados entre 2015 e 2016. A Alemanha sozinha recebeu 30% de todos eles em 2015 e mais de 60% de todos os pedidos em 2016, totalizando, nos dois anos, mais de um milhão (Cesareo, 2020). Questões de ordem demográfica, previdenciária, de mercado de trabalho no país, bem como estratégia para evitar maiores conflitos e divisões no interior do bloco estiveram no centro da decisão do governo alemão.

De acordo com o relatório “Tendências Globais”, divulgado pelo ACNUR, havia, em 2021, um total de 27,1 milhões de pessoas na condição de refugiadas, porém, se considerados os deslocamentos forçados em específico, esse dado vai para mais de 100 milhões de pessoas; contingente esse que, segundo padre Alfredo Gonçalves⁷, boa parte se “vê condenado a sair improvisamente

⁶ Ver, FRONTEX, *Risk analyses for 2016*. Documento. https://europa.eu/european-union/about-eu/agencies/frontex_pt;

⁷ Conforme matéria “100 milhões de refugiados”, de Alfredo J. Gonçalves, disponibilizada no Niem-Migrações, dia 26/06/2022.

devido a tensões, conflitos armados ou guerras abertas, deixando tudo às suas costas incluindo às vezes terra e família, outra parte, pressionada igualmente pela intolerância, acaba pedindo asilo político em outro país”. Ao lado desses estão também os deslocados internos, vítimas, em geral, de violências e guerras. Esses estão em situação preliminar do pedido de refúgio ou simplesmente em situação de fuga de uma situação insuportável como é o caso da atual guerra na Ucrânia que já possui mais de 8 milhões, “da Síria (cerca de 8 milhões), Venezuela (com mais de 7 milhões), Sudão do Sul (entre 2 e 3 milhões)!... Ao redor de um milhão, vêm Etiópia, Nigéria, Mianmar, Iêmen, Afeganistão, Moçambique. Temos ainda os povos que sequer possuem território, os Palestinos e os Curdos, que há tempo lutam respectivamente contra Israel e a Turquia” (Cesareo, 2022). Realidade essa complexa e, em geral, provocada por grandes potências que exportam conflitos para fora delas, com isso, vendem armas, geram empregos, produzem nova divisão geopolítica e dos mercados, disputas por recursos naturais e alimentos, acumulando capitais, e, com isso, disseminando conflitos, mortes e destruição na casa dos outros, em países subdesenvolvidos, criando grandes levas de “deslocados”, de sujeitos sem condições de viver nesses espaços, tendo de migrar para simplesmente não morrer, vítimas da pobreza extrema, da fome, da falta de trabalho, da barbárie política, da exploração de mão de obra, dos condenados à guerra (Gonçalves, 2022).



Refugiados da Ucrânia em alguns países. Fonte: Daniele Raineri, jornal La Repubblica, 24-07-2022. https://www.repubblica.it/esteri/2022/07/24/news/ucraina_guerra_5_mesi_profughi_morti_crisi_economica-358964151/

Nesse cenário, imigrantes passaram a ser parte de um amplo jogo estratégico, produziram e continuam a produzir conflitos, divisões na sociedade e revelam a complexidade que o fenômeno apresenta. Além dos conflitos étnicos, religiosos e políticos, há os ambientais e de catástrofes que também mobilizam milhões de pessoas e aportam, em grande parte, na zona europeia Ocidental. Estudos recentes informam que as mudanças climáticas levaram 35 milhões de pessoas a deixarem suas casas no mundo (Caritas Migrante, 2021). Dentre um amplo leque de tragédias naturais, estão as tempestades, inundações, ciclones, terremotos, salinização de porções de terra em países costeiros da África, secas, assoreamentos de grandes rios, dentre outros fatores. Em agosto de 2022 e início de setembro, o mundo viu imagens de boa parte do território do Paquistão inundado pelas monções, intensas chuvas, cen-

tenas de milhares de desalojados e, o governo solicitando auxílio internacional. Os dados divulgados estimam que os *imigrantes climáticos* (secas, desertificações, inundações e outras intempéries) poderão ser, em 2050, em torno de 200 a 400 milhões. Os atuais refugiados por conflitos políticos, religiosos e raciais somam mais de 70 milhões; ao todo, em suas múltiplas causas, são mais de 100 milhões espalhados pelo mundo (Cesareo, 2022).



Imigrantes sendo resgatados pela marinha italiana. Foto: AP/Francisco Seco; em 11/08/2022. Fonte: <http://www.hrw.org/news/2023/01/09/italys-anti-rescue-decree-risks-increasing-deaths-sea>

Com a pandemia, muitos que já eram imigrantes tiveram que se deslocar ou não o puderam fazer, foi o caso dos mais de 3 milhões que ficaram bloqueados e sem possibilidade de retornar aos seus países de origem em 2020 (Cesareo, 2021). Muitos destes sem recursos econômicos, sem possibilidade de incorporar os auxílios emergenciais, sem assistência social, consular e de saúde. Esse contexto mundial ampliou a vulnerabilidade socioeconômica dos imigrantes. Fruto dos acordos com os Estados, o México deportou em 2021, 114 mil estrangeiros que haviam entrado em ter-

ras estadunidenses. Em 2022, a Unidade de Políticas Migratórias do país havia interceptado mais de um milhão e meio de pessoas na fronteira com os dois países.⁸ O Brasil também é um país que deportou nos últimos anos. As deportações cresceram 5.708% no país em 2020; foram 2.901 pessoas deportadas no referido ano segundo dados da Polícia Federal obtidos pela Globo News, muitas em razão da Pandemia e por falta de documentação.



Dados sobre as deportações de estrangeiros no Brasil. Fonte: Viviane Sousa e Isabela Leite, Globo News e G1, em 21/02/2021.

Trata-se de um aumento, como vimos, de 5.708% na comparação com 2019, quando somente 36 estrangeiros foram deportados do país. Em 2020, cerca de 30 portarias foram criadas pelo Governo Federal com esse objetivo. Contraditoriamente, apesar do número recorde de deportações, o Brasil concedeu, em 2020, 26.810 novos pedidos de refúgio; em 2019, foram aprovados 21.541. O maior número de pedidos deferidos é de venezuelanos; Síria e Cuba aparecem, com apenas 166 e 123 pedidos aprovados, respectivamente. Foram mais de 40 mil indeferidos em 2020. O

⁸ Fonte: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/02/21/deportacoes-de-estrangeiros-crescem-708percent-no-brasil-em-2020.ghtml>

número de refugiados no Brasil, até final de 2021, era de aproximadamente 60 mil (Acnur, 2022).

Múltiplas dinâmicas em ação e reação

A realidade atual demonstra que a mundialização financeira se hegemoniza e (des/re)territorializa em consonância com o capital industrial e comercial (em alguns casos e países, ambos estão imbricados e correlacionados). Nesse contexto, há um aumento da velocidade da circulação monetária, da chamada internacionalização da economia mundial, ou seja, um movimento intenso de capitais de vários campos, em correspondência e/ou contraposição à mobilidade de imigrantes, da economia criminal em escala internacional (máfia, drogas, prostituição, tráfico de pessoas, extermínio de grupos étnicos etc.). Esse processo, que conta com a benevolência de políticas públicas de abertura ingênua e subordinada aos capitais financeiros de alguns países, contribui para a formação e expansão de mercados mundiais e, como consequência, para o alargamento das desigualdades no desenvolvimento, para a total submissão à mundialização financeira (essa protegida, historicamente, pelo FMI e pelo Banco Mundial) e ao desmantelamento do estado-social, junto com o estado-nação (Dupas, 2005; Antunes, 2020; Patarra, 2006).

A racionalização da produção, sob a falácia da égide do mercado, vem deduzida e alimentada pela decadência do Estado (Santos, 2011). Essa questão não é tão simples, pois este ganha feições, funções e fruições diferenciadas em correspondência com as variadas condições em cada país, região e em cada continente. O Estado possui um papel central no que tange à imigração (legislação, controle de fronteira das mais variadas formas, extradição, vistos, regularização, reciprocidade de direitos etc.). O excesso de estado em alguns casos e a falta em outros, no tocante à imigração, pode ter consequências desastrosas. Expressão disso são os campos de

refugiados, os acampamentos de imigrantes em fronteiras, como foi o caso da França com a Inglaterra, próximo ao Canal da Mancha, bem como em cidades de fronteiras entre Brasil e Venezuela, dentre os já bem conhecidos como os da Turquia e Grécia.

Malgrado sua participação diferenciada em termos de proteção social, econômica, jurídica e política, pode-se dizer que a esfera pública vem passando, nos últimos anos, pela dinâmica da desregulamentação e desterritorialização ainda que, em alguns momentos e em alguns setores, novas regulamentações, reterritorializações e regramentos se façam presentes (o caso do Mercosul, do Nafta, da Alca, da União Europeia, dos Tigres Asiáticos, dos Brics e de outros acordos bilaterais entre nações, como é o caso das solicitações de países desejosos da proteção da Otan e de fazer parte da União Europeia nesse cenário bélico em que vive esse continente).

Em razão da invasão da Rússia na Ucrânia, novas dinâmicas políticas e econômicas, organizações transnacionais, sanções, fronteiras protetivas se fazem presentes, novas barreiras se constituem, fazendo com que se discuta o “fim da globalização”, ou a volta de um mundo “bipolar”, ou outras coisas parecidas. Países de continentes variados vão em busca de acordos, cooperação, ações militares conjuntas, como é o caso da recente (junho de 2022) visita do Presidente Nicolas Maduro, da Venezuela, ao Irã e os acordos militares e econômicos que foram assinados. Ao que nos parece, são redefinições de um conflito geopolítico e econômico de longa data e que ganha novas feições, porém, para os imigrantes, a lógica que os produz é a mesma, acrescida agora neste período que estamos escrevendo (agosto de 2022) de milhões de migrantes que estão deixando a Ucrânia e adentrando para países fronteiriços, dentre eles, a Polônia primeiramente, porém, sendo distribuídos para outros países para encontrar guarida temporária, principalmente na Europa, mas, também, no Brasil e em outros países da América Latina. Nesse sentido, a História se repete, casos semelhantes aconteceram durante as duas grandes guerras

e, ao que parece, vem se repetindo, inclusive, com novas e sérias ameaças de outros conflitos como é o que se desenha entre a China com Taiwan e a reação do governo americano e de alguns países da Europa. Parece-nos que os ventos destruidores dos velhos conflitos estão novamente soprando em várias partes do mundo.

A Europa ocidental e outras partes do mundo convivem, intencionalmente ou não, de uma forma ambígua com o fenômeno, ou seja, ao mesmo tempo que, concretamente, necessitam de mão-de-obra, querem evitá-la, burocratizá-la e selecioná-la como se faz com um objeto material qualquer. Necessitam de população (para uma série de variáveis econômicas, mas não só), porém colocam barreiras à sua inserção (Ambrosini, 2009; 2020; Alievi, 2020). O que parece consensual é a necessidade econômica dos fluxos de migrantes, porém, quantos, quem, como, para que, e até quando, não há uma política comum, partindo do pressuposto, é evidente, que se poderia ter instrumentos políticos, militares e burocráticos para tanto, ou seja, de que o fenômeno passaria meramente pelo canal político ou pelos muros físicos existentes nas fronteiras. Ao que se sabe, isso não é totalmente possível (Castles, 2005; Bauman, 2017).

O fechamento de fronteiras ou a sempre maior constituição de muros estaria expressando um paradoxo da globalização ou uma nova relação entre essa e o estado-nação? No final da década de 1980, um grande e significativo muro foi derrubado na Alemanha; governantes anunciavam uma nova era, de fronteiras deslizando, alguns, inclusive, na concomitância das manifestações públicas favoráveis à queda do Muro de Berlim, estavam construindo os seus, como foi o caso do governo americano na fronteira com o México, que, em 2022, chegara a mais de 1.500 km, bem como vários outros de menor expressão na Europa, legislações antiimigrantes como é o caso da Hungria, Polônia (ainda que essa esteja sendo a salvaguarda para seus vizinhos da Ucrânia em razão do conflito bélico), da própria Espanha em suas ilhas, na Grécia, dentre outros. Paradoxos nesse sentido sempre aconteceram. Louva-

-se a queda de alguns muros, porém, constroem-se outros e com intenções sempre comuns, ou seja, evitar a entrada de pessoas indesejadas.

Se voltássemos para nosso espaço mais vizinho, a intensificação da imigração venezuelana para vários países de sua proximidade e para outros de maior fluxo, como é o caso dos Estados Unidos e da Europa, está em correspondência com o aumento do contingente de pessoas forçadas a se deslocar no mundo que, em 2020, atingia a cifra de quase 100 milhões. Destes, em torno de 55 milhões são de deslocamentos internos, 37 milhões de deslocamentos internacionais e 3,5 milhões contam com seus pedidos ainda em processamento – a cada minuto 25 pessoas são obrigadas a deixarem seus lares globalmente por motivos de perseguição e conflitos de suas regiões (OIM, 2022; Bento, 2020; Cesareo, 2022). No caso brasileiro, em razão da Pandemia e da intensa migração de venezuelanos, a fronteira entre os dois países também foi motivo de muitas polêmicas, disputas jurídicas e políticas, tentativas de fechamento, bloqueios e protestos de ambos os grupos nacionais (população de Pacaraima e de imigrantes venezuelanos que foram impedidos de entrar no Brasil e/ou, no período da Pandemia da Covid - 19, impossibilitados de retornar), além de uma intensa fiscalização e controle de ambos os países.

Com a crise econômica da Venezuela, a migração Sul/Sul entre países desse continente intensificou-se. Como já mencionamos, Brasil, Colômbia, Peru, Chile, Argentina vêm incorporando imensos contingentes de venezuelanos que, segundo dados do Acnur/ONU, no final de 2022, juntos, podem ter atingido a casa dos quatro milhões. Dos mais de sete milhões de venezuelanos que buscaram até então as portas de saída do país, quase dois milhões foram para a Colômbia; para o Brasil já se aproximam de um milhão; para os Estados Unidos, o número também é elevado, além de outros países que os estão acolhendo (Acnur, 2022).



Imigrantes venezuelanos/as abrigados/as em acampamentos da Acnur/ONU em Boa Vista (RR). Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil. Ramana Rech Duarte – Migra/Mundo Equipe, em 14 de dezembro de 2020.

É importante enfatizar que os dados são muito imprecisos, pois muitos não são registrados, entram em países por caminhos alternativos, migram e vão para casa de familiares, parentes, amigos e conhecidos; outros entram, solicitam as políticas de Acolhida Humanitária, e, após um tempo, retornam. Portanto, entradas, retornos e reemigrações são comuns; é parte da dinâmica da mobilidade populacional e, os dados estatísticos, além de comumente falhos, não abarcam essas estratégias e racionalidades próprias dos imigrantes. Por isso que a grande maioria de imigrantes venezuelanos que estão entrando no Brasil são do estado vizinho de Bolívar. Isso permite mobilidades mais curtas, retornos possíveis, custos mais baixos, vínculos históricos já existentes etc.



Estado de Bolívar, na Venezuela. Fonte: Mapa elaborado por Genisvan André (2018) a partir de adaptações de informações obtidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Apud Santos (2018, p. 67).

Esse crescimento das migrações forçadas no mundo vem atingindo países que, até então, não haviam vivenciado com tanta intensidade essa realidade. É o caso do Brasil em razão do número de solicitantes de refúgios, como já foi mencionado, que já ultrapassou a marca das 100 mil pessoas (Acnur, 2022). A demanda por refúgio vem aumentando, as concessões é que não se alteram muito, ressaltando os venezuelanos (que foram priorizados pelo governo Bolsonaro, o qual, através da Operação Acolhida, permitiu a simplificação e a prioridade nos processos de reconhecimento da condição de refúgio). O argumento é sempre o mesmo há muitos anos: falta de pessoal para análise e permissão para a tomada de

decisão dos pedidos. Não podemos esquecer algumas especificidades nesse processo que se evidenciaram nas últimas décadas. Os deslocamentos populacionais assumiram algumas configurações distintas dos fenômenos anteriores. As periferias do mundo global, em várias dimensões, passaram a constituir redes migratórias, algumas conservando os mesmos processos de outros espaços mais convencionais de imigração, outras produzindo certa especificidade, como é o caso da venezuelana no Brasil dos últimos cinco anos (Bastos; Obregón, 2018; Silva; Baeninger, 2021).

Vínculos migratórios entre os vários países que compõem essa dinâmica Sul-Sul sempre existiram, porém, nesses últimos anos, entre alguns países produziram-se mediações, envolvimento governamentais, políticas públicas, instituições internacionais, redes que viabilizaram trajetos, informações, remessas financeiras, contatos, horizontes transnacionais mais intensos. As fronteiras, como dizem Silva e Baeninger (2021), neste novo, ou, então, mais intenso contexto migratório, ganham conotações mais globais, expressam mobilidades de fatores, tensões econômicas e políticas (como é o caso da venezuelana), com solicitações de refúgio, abrigo, proteção, espaços de vida e de trabalho. Com isso, países do Sul-Global acabam sendo os amortizadores de crises e de decisões políticas anti-imigração no Norte-Global, assim como, mesmo sendo países de grande fluxo de emigrantes (como é o caso do Brasil), acabam exercendo processos muito comuns nas situações com imigrantes, como “uma externalização de fronteiras do Norte no Sul global” (Silva; Baeninger, 2021, p. 129).

Controle de fronteiras, isolamento, políticas de inclusão/exclusão, de seleção, favorecimento aos desejáveis, e bloqueio ou dificuldades aos indesejáveis, militarização, legislações restritivas, políticas públicas, etc., nesse atual contexto, mesclam-se com lógicas securitárias fundamentadas na garantia dos direitos humanos, na lei do refúgio (9.474/1997) e/ou na lei da migração (13.445/2017), na acolhida pautada pela representação do humanitário; todas, em seu conjunto, passam a ser expedientes de espa-

ços centrais de imigração, porém, agora, em cenários periféricos (Silva; Baeninger, 2021; Agier, 2006).

Julgamos interessante pensar nisso, assim como no fato muito comum em regiões no Brasil, constituídas há um século por imigrantes europeus ou mesmo da América Latina, nas quais presenciemos situações de exploração e/ou posicionamentos contra imigrantes e/ou migrantes. O fato polêmico evidenciado nesse momento (março de 2023) em que migrantes baianos e imigrantes de algumas nacionalidades que residem no sul do Brasil denunciam situações *análogas* ao trabalho escravo em colheita de uva para as grandes vinícolas do município de Bento Gonçalves na região dos Vinhedos do Rio Grande do Sul, território esse constituído na sua grande maioria por imigrantes italianos de mais de cem anos.

As migrações internacionais recentes para o Brasil vêm se tornando pauta de muitas manchetes midiáticas (jornais e televisão), polêmicas, discussões acadêmicas, jurídicas e políticas; demandaram nova legislação a partir de 2017, com muitos avanços, mas extremamente criticada pelos analistas dos direitos humanos e dos direitos dos imigrantes em particular, em razão dos cortes governamentais em relação ao texto original aprovado na casa legislativa, seus constantes aditivos e normativas, configurações de imigrantes em situação de refúgio, sendo esses, em alguns casos, com intensa ideologização e politização pelo governo Bolsonaro, em particular, venezuelanos, manifestações sociais em torno de múltiplas questões.

A fome e o refúgio, ou o *refúgio* da fome...

A realidade migratória atual vem demonstrando que é difícil falar em imigrantes de uma forma genérica ainda que haja muitas questões que são comuns; há os que conseguem com mais facilidade entrar nos países como é caso de venezuelanos no Brasil, há os que entram, mas não podem retornar, pois não há como voltar ou

levar os filhos porque não possuem o visto; há os que para entrar devem passar por situações constrangedoras, atravessar mares, florestas, muros, fronteiras com barreiras não só físicas, mas que exigem desembolso financeiro, requisitos burocráticos, etc. Nesse sentido, devemos considerar que os imigrantes são sujeitos que transitam em múltiplos territórios e, por isso, conectam-se e se articulam por várias redes em fronteiras também diversas (religiosas, linguísticas, culturais, geográficas e políticas), porém, sempre em correlação com a esfera do trabalho. Desse modo, eles diversificam seus pertencimentos, suas relações com os espaços e com as esferas que se retroalimentam (Bauman, 2017; Ambrosini, 2020; Sassen, 2016).

Entendida assim, a imigração é também *circulação*, ou seja, processo que se dá em interligação do aqui e do acolá, como redes de relações possibilitadas por estratégias (retornos, trânsitos, relações mais fortes, ou não num determinado lugar, identificação linguística e/ou religiosa com grupos). Nunca esquecendo que entre as múltiplas causalidades das saídas está também o aquecimento global, que vem demonstrando ser cada vez mais intenso, produzindo catástrofes ambientais de grandes proporções e concentração de população em grandes centros urbanos (Giudici; Wihtol de Wenden, 2020). Tudo isso acaba produzindo mais e mais pobreza, mais e mais fome e, mais e mais estratégias de saídas como desespero para sobreviver e/ou não mais do que continuar a viver, ter algum tipo de abrigo, sustentar a família, lutar por um prato de comida (Bauman, 2017). Pensar que isso possa se reverter de imediato, se é que existam ainda condições e interesses nesse sentido, é pura ingenuidade. Parece que o mundo não caminha para essa estrada. Ao contrário, vimos todos os dias estatísticas do aumento desmesurado da derrubada de florestas (vide o caso brasileiro durante os quatro anos do governo Bolsonaro), exploração sem medida de recursos naturais não renováveis, sede egoísta e irracional de lucros imediatos, guerras civis, guerras armamentistas, muros e mais muros, fronteiras cada vez mais fechadas, dentre uma longa

lista de processos que não nos deixam animados. Além disso, com o aumento da pobreza, das contradições sociais, intensificam-se as conflitualidades. As relações sociais se tornam sempre mais tensas, desesperadoras, violentas, de exclusão, de disputas não éticas e muito menos que sejam reveladoras da humanidade dos humanos, e, com isso, a vida se coloca em perigo (Lemke, 2017; Mbembe, 2018). A fuga desesperadora de intensos contingentes, em boa parte dos continentes, é expressão clara disso tudo; é a sua contradição, sua negativização.



Migrantes, de vários países, tentando atravessar uma das pontas do muro que separa o México dos Estados Unidos, em Tijuana. Foto: Atlas/Vídeo. Agência Getty Images. David Mcnew. Fonte: https://elpais.com/internacional/2018/04/29/mexico/1525033999_476242.html. Acesso em 12 de novembro de 2022.

Não dá para imaginar que a natureza vegetal e animal possa se renovar imediatamente, muito menos processos de desenvolvimento sustentável, equitativo e solidário sejam passíveis de produzirem efeitos de uma forma imediata no mundo. Além de que precisaríamos de um amplo conjunto de pré-requisitos para viabilizar isso e, ao que parece, experiências nesse sentido evidenciam-se em conta-gotas, num ritmo muitíssimo menor do que as destruições. Já são décadas de alerta sobre a irreversibilidade do

aquecimento global, das catástrofes, dos custos de vidas humanas (Pandemia da Covid-19), dos desembolsos financeiros elevados para reconstruir os estragos e as consequências, das perdas de milhares de vida. Parece que tudo isso não encontra eco em sociedades maiores, em governos que têm poder em nível mundial, empresários, cientistas, agricultores de grandes quantidades de cultivos, dentre outros (Macedo, 2019).

O capitalismo desenvolve o imaginário do dinheiro, do lucro, da acumulação, da mercadoria como representação do bem-viver, mas *ele* não pode e nem deve distribuir tudo isso para todos; logo, não indo ao encontro de todos, os excluídos ou incluídos marginalmente vão em *sua* direção. Por isso, países que concentram mais a riqueza, há maior presença de imigrantes. Dados recentes (de 2022) informam que há mais de 2 bilhões de pessoas vivendo em situação de insegurança alimentar no mundo, ou seja, não ganham recursos financeiros suficientes para matar a fome de sua família e/ou para nutrirem-se com o mínimo necessário para uma vida minimamente saudável. A maioria desse contingente, em termos percentuais, está na África, com 20% de atingidos; Ásia com 11,7% e América Latina e Caribe com 6,6% (Idos 2022). Para muitas destas regiões, principalmente de países da África e da Ásia, grandes contingentes não idealizam muito mais ao sair do seu país do que ter a possibilidade de comer; submetem-se a trajetórias perigosas, ultrajantes, constrangedoras de intensa exploração e violência em vários âmbitos, seja em selvas como no Panamá para chegar aos EUA, em mares, como o Mediterrâneo entre norte da África e Sul da Europa, os perigos, altos custos financeiros e as prisões nos muros da fronteira entre México e EUA, nas intensas distâncias, realizadas com longas caminhadas e enfrentando perigos como as vividas por senegaleses, bengalis, haitianos e venezuelanos para atingir o norte do Brasil, dentre centenas de outras experiências atuais, que expressam desesperos em busca de pão, trabalho e abrigo (Baeninger; Vedovato; Nandy, 2020). Muitos morrem ao atravessar e, o fazem tentando defender e reproduzir sua própria vida. Se conseguem atingir o destino, comumente são tratados

como “ilegais”, portanto, como contraventores e, por isso, serão criminalizados. Além da fome que os vitimou, agora o são pelo estado-nação, pelas legislações de países e da cultura social produzida nos espaços de destino (Vasconcelos, 2021; Bauman, 2017; Bezerra, 2020).

Quando se fala em migração de venezuelanos, correlaciona-se imediatamente ao problema da fome. Imigrantes em entrevistas diretas, que fizemos em Pacaraima e em Boa Vista, mencionam a “dieta do Maduro” que, na realidade, representava o fim das políticas sociais de décadas anteriores à população mais necessitada em razão da crise econômica do país. As narrativas que ouvimos em torno da “dieta do Maduro” expressavam-se num tom irônico e estavam correlacionadas à situação política e econômica precária do país, ao desabastecimento alimentar, à falta de comida, à ausência de nutrientes e/ou ao prato vazio na mesa de boa parte da população. Muitos nos disseram que o governo oferecia um prato de lentilhas para a população mais empobrecida, porém, “poderia até alimentar, encher a barriga e matar a fome como se diz, mas não nutrir, essa era a dieta do Maduro que todos falam”, comenta informalmente uma venezuelana, que disse ser enfermeira em seu país, na fila da marmita junto a Caritas de Pacaraima.

Nas mídias do país, nos últimos anos, muitas manchetes estampavam imagens das imensas filas de pessoas tentando conseguir um prato de comida. Várias instituições em Pacaraima e Boa Vista, no estado de Roraima, bem como em Manaus (AM), atuam nesse campo, ou seja, garantindo a preservação da vida através de um prato de comida, assim como vimos inúmeros imigrantes afirmando que estavam trabalhando como diarista “por um prato de comida”, ou, “não cobro nada, pego o que me derem”. As agências humanitárias no Brasil que lidam com as questões que envolvem a migração deles, atuam diretamente nessa questão

O direito à alimentação está no rol dos direitos fundamentais da pessoa humana; nesse sentido e, por princípio, abarca uma dimensão transnacional e transfronteiriça. No entanto, isso não é levado em conta por governos, pela lógica econômica e de merca-

do, muito menos por sociedades enriquecidas. Muitos alimentos estão servindo para os biocombustíveis e para outros fins e, não para a alimentação humana (Dupas, 2005). Todos sabemos que, com as tecnologias modernas e as pesquisas científicas, a produção de alimentos no globo vêm aumentando. É por isso e para isso que elas existem e se intensificam cada vez mais. Porém, por que a fome vem se ampliando? Contraditoriamente, aumenta a oferta de alimentos e a fome! O problema nisso tudo está nas dinâmicas de poder, na má distribuição, no uso dessa fonte de vida para outros fins, no desperdício, no consumo exagerado de muitos, nas estratégias de dominação econômica e política e na produção da dependência, na guerra pelos grãos que faz com muitas regiões do mundo tenham de trocar suas riquezas naturais (ouro, petróleo, madeira e outros minérios) por comida. Os alimentos, como quaisquer outros recursos, são mercadorias, fazem parte de uma geopolítica de lucro e poder e, não de defesa e preservação da vida.



Realidades contrastantes e que se revelam nas necessidades de mobilidades, seus meios diferenciados e suas intencionalidades. São migrantes hondurenhos/as na região de fronteira com a Guatemala, rumo ao México, para tentar entrar nos EUA. Foto: WFP/Julian Frank. ONU-NEWS, em 14/06/2022. <https://news.un.org/pt/story/2022/06/179235>. Acesso em 10 de novembro de 2022.

Imigrantes continuam sendo necessários nas sociedades enriquecidas, porém, não são reconhecidos. Eles colaboram para a reconfiguração do tecido social produtivo, no sistema de proteção social, na sociabilidade urbana em vários países, bem como em propiciar alimentos provenientes da agricultura à mesa de muitas nações que não são as suas de nascimento. Na Itália, por exemplo, segundo Baldini (2021, p. 323), os imigrantes geraram um montante financeiro em torno de 29 bilhões de euros e incorporaram um gasto de 25 bilhões, ou seja, produziram um saldo de 4 bilhões de euros. Isso precisa ser dito e divulgado para auxiliar na ruptura do preconceito contra eles, para contrapor o discurso ideologizado e sem fundamento do “custo imigração”. Na Espanha, em 2021, por exemplo, havia necessidade de mais de 450 mil imigrantes para a colheita de frutas e hortigranjeiros (Idos, 2022).



Rotas migratórias atuais na América do Sul e as que levam migrantes para a América do Norte. Fonte: OIM/Gema Cortés – Niem-migrantes, 31/01/2023.

As migrações internacionais, como diz, Silva (2018) precisam ser situadas, dentre uma série de outros elementos, no contexto da divisão internacional do trabalho, ou seja, entender qual o lugar que determinados países ocupam nesse horizonte relacional econômico e político. A Venezuela, por exemplo, é um dos países de maior exportação e de reserva de petróleo no mundo. Em 2011, o país superou a Arábia Saudita na exportação e nas reservas do produto cru, além de que, no mesmo ano, era um dos quatro maiores fornecedores para os Estados Unidos e, com isso, quase a metade de sua receita financeira anual advinha do referido produto. Segundo Figueira (2017, apud Silva, 2018), quando Chávez assumiu o poder, o barril do petróleo custava US\$ 13, chegou a US\$ 96 em 2008 e a US\$ 104 em 2014.

Na América Latina, a imigração representa em torno de 6% do total global, mais de 70% desse fluxo expressa-se numa dinâmica inter-regional, de migração Sul/Sul. Porém, um dado que chama a atenção, é que, em 2019, segundo a OIM (2022), mais de 800 mil europeus estavam vivendo como imigrantes na América do Sul, dentre eles, estão espanhóis, portugueses e italianos, fato esse que revela a importância do continente nesse quadro global das migrações. Já mencionamos que a Venezuela é um país que, historicamente, recebia muitos imigrantes, além de que ela não possuía tradição de emigrações; em 2010, por exemplo apenas em torno de 1% de sua população era constituída de imigrantes (OIM, 2017; Pizarro; Riveira, 2016). No entanto, em 2017, o número de pedido de refúgio de venezuelanos cresceu 8.828%; só no Brasil esse pedido cresceu de 280 pessoas em 2015 para quase 8 mil em 2017 (Missão Paz; Conectas, 2017). Como dizem Silva e Baeninger (2021, p. 130), a “lógica Sul-Sul não é apenas uma questão geográfica de localidade de origem e destino, mas, também, o da possibilidade do destino, que só é possível no Sul global para a maioria desses venezuelanos e de outros movimentos semelhantes que ocorrem por esse Sul”. Essa possibilidade vem se demonstrando pela condição e reconhecimento de refúgio, de possibilidade de residência temporária.

Especialistas enfatizam que regiões ricas estão ficando sempre mais ricas e as empobrecidas se ampliando em quantidade e intensidade, ou seja, em outras palavras, o fosso que separa enriquecidos e empobrecidos está cada vez maior (Bauman, 2017). Parece que a sede capitalista para o lucro e à acumulação de capitais produzem um imaginário escatológico de que os fins dos tempos estão próximos, logo, precisamos nos proteger acumulando riquezas como tábua de salvação e/ou proteção frente ao seu próprio fim. A globalização nos foi representada e/ou simbolizada como algo sem fim, sem limites, um progressivo de ações econômicas e sem fronteiras (Sassen, 2016; Castles, 2005). A realidade atual demonstra vários processos que não são bem assim, principalmente na correlação com os imigrantes e com os conflitos e crises mundiais. Ela revela sua ambivalência, complexidade, aberturas e fechamentos de fronteiras, proteção comercial, sanções, mercados orientados pelos ventos da política e conjunturas de momento, dinâmicas essas que, aparentemente, não estavam em seu *catecismo*.

Enfim, a realidade vivida por venezuelanos no estado de Roraima e do Amazonas é por demais conhecida, em particular, em Pacaraima e nas capitais, Boa Vista e Manaus. Já são quase cinco anos que esse processo vem se desenvolvendo. Dia-após-dia, levadas imensas de pessoas atravessam a fronteira e buscam inserir-se no Brasil. Em alguns períodos, há histórico de entradas diárias de mais de mil pessoas. No período que estivemos presente na cidade de fronteira (novembro de 2022), a média diária de chegada, segundo o comando do Pelotão do Exército lá presente, girava entre 400 a 500 pessoas. No relatório apresentado pelo comando militar da Operação Acolhida, no mês de novembro de 2022, foram quase 15 mil entradas; em informações obtidas por membros do Exército, em conversa telefônica, em maio de 2023, a média diária de entrada era de 1.100 pessoas. É uma realidade migratória jamais vivida pelo país em termos de intensidade num tempo tão curto e num estado com condições limitadas como é o de Roraima. É o que veremos a partir do capítulo 2.

A close-up photograph of a weathered metal sign. The sign is rectangular with a black border and is mounted on a rusty metal post. The text on the sign is in large, bold, black capital letters. The top part of the sign reads 'LIMITE' and the bottom part reads 'VENEZUELA-'. The sign shows signs of age and wear, with scratches and rust visible. The background is a blurred outdoor scene with a cloudy sky.

LIMITE
VENEZUELA-

PARTE II

**Entre “ter tudo e, depois,
se ver sem nada”:**

ambiguidades e contradições
em processo



Aviso de limite de
fronteira entre Venezuela
e Brasil, 2019. Fotografia
de Tiago Orihuela, via
Adobe Stock.



Imigrantes venezuelanos/as no interior de um abrigo em Boa Vista. Foto: Marizilda Cruppe/ Conectas Direitos Humanos. Fonte: <https://www.conectas.org/noticias/situacao-de-migrantes-em-roraima-preocupa-diz-cndh/>

2. Venezuela:

da política de bem-estar às crises (1990-2017)

Na fronteira entre Brasil e Venezuela, com exceção dos municípios de Santa Elena de Uairén e Pacaraima, quase nunca houve uma dinâmica de interação social entre os dois países. Numa ampla faixa de fronteira, há muitos campos abertos, florestas, rios, savanas, criação de gado em campos de grandes extensões, comunidades indígenas de ambos os lados, amplos setores de mineração, etc. Há somente uma rodovia com ligação entre a capital do estado de Roraima e a referida cidade de fronteira no interior do país vizinho, fato esse que reduz os espaços de ligação e de interação entre os dois países e, ao mesmo tempo, amplia os fluxos por onde ela passa, principalmente nos horizontes comerciais e turísticos em razão do Parque La Gran Sabana no território fronteiriço da Venezuela. O município de Pacaraima está localizado entre as reservas indígenas Raposa Serra do Sol e São Marcos, incluindo também a Vila Surumu e trinta e cinco comunidades indígenas, destacando-se as etnias Wapixana, Macuxi e Taurepang (Silva, 2018b; Santos 2018). Portanto, é uma região de intensa territorialidade e circularidade indígena de longa data.

Santa Elena de Uairén sempre teve uma grande expressão comercial, a qual atraía e ainda, em parte, atrai população (de uma forma pendular) de brasileiros para fazer compras, tratamento médico, atividades de garimpo e comércio do ouro, aquisição de produtos de marcas internacionais com preços acessíveis (Santos, 2018; Silva 2018). Com a crise econômica, a partir de 2017, mui-

to disso se alterou; houve grande escassez de mercadorias, redução significativa de brasileiros em seu interior e/ou que a tinham como fonte de comércio, mudando um pouco o vetor. Pacaraima passa a se tornar importante, tendo tido um grande incremento comercial a partir de 2017 com a possibilidade que venezuelanos tinham de obter produtos básicos como açúcar, arroz, sal, produtos de higiene pessoal, farinhas, tecidos, calçados, etc., além de se tornar a porta de entrada para quase um milhão de imigrantes nos últimos cinco anos.

Buscamos nesse capítulo analisar alguns desses processos que marcaram a história econômica da Venezuela, bem como a dinâmica migratória entre os dois países, as consequências disso tudo e a constituição da política pública do governo brasileiro denominada de Operação Acolhida. É uma análise genérica de alguns tópicos de uma forma sintética, fruto de revisão de literatura e de pesquisa de campo nas cidades de Pacaraima e Boa Vista.

Período de atração...

A literatura que revisamos enfatiza que, pelo menos, nas últimas duas décadas do século XX até meados da segunda década do século XXI, havia um sentimento entre brasileiros residentes em regiões da fronteira de que a Venezuela representava um cenário de fartura, uma espécie de *el dorado* (Ramos, 2019; Silva, 2017). Como já mencionamos, o país atraía imigrantes de vários países da América Latina, dentre eles, o Brasil, principalmente para estudar no ensino superior, atuar no setor petrolífero, dentre outros horizontes, em cidades maiores como a capital, Caracas (Bento, 2020). Produziu-se, nesse período, uma imagem do bem viver, de prosperidade, de ser contemplado pelo estado em suas políticas de bem-estar social (educação, saúde, subsídios ao consumo, etc.), fruto da economia do petróleo, dos dividendos financeiros e das políticas sociais de governos (Vasconcelos, 2021; Rodrigues, 2006;

Silva, 2017). Silva e Baeninger (2021) enfatizam que, historicamente, o município de Pacaraima, principalmente, seu comércio urbano, sempre foi muito dependente do comércio de Santa Elena, por isso, também, o movimento migratório nessa microrregião foi constituído com grande intensidade pelos brasileiros, alimentando o sonho de viver melhor no país vizinho. Além desse processo mercantil, como já mencionamos, a extração do ouro contribuiu também para atrair brasileiros.

Essas ações e representações foram produzidas e/ou exacerbadas pelo governo Chávez (1999-2013), que buscou implementar ações expressivas de políticas de bem-estar social, subsídios para inúmeros setores (produção, comércio, consumo, infraestrutura, educação, saúde, dentre outros) e para as famílias em geral (Sarmiento; Rodrigues, 2018), buscando produzir uma dimensão de inclusão social, de oportunidades para populações empobrecidas e preteridas pela esfera pública e governamental de até então.

Como já mencionamos na introdução desse livro, o petróleo venezuelano, em razão de acordos internacionais com grandes compradores, em geral, na forma de *commodities* (*in natura* ou semielaborado) e, numa conjuntura internacional favorável (pós-década de 1990), associado a um governo populista, com forte controle social pela esfera militar, dentre outros processos, produzia essa realidade de bonança, bem como uma experiência *sui generis* de intervenção social e econômica, que ganhava eco em alguns países da América Latina, dentre eles, Cuba, Brasil e, em parte, no Chile e no Uruguai com governos progressistas e de forte presença e sensibilidade social (Vasconcelos, 2021). Não temos condições de adentrar aqui para as minúcias das ações, dos programas, dos auxílios, de suas contradições e/ou críticas, nem julgamos necessário para nossos objetivos.⁹

⁹ Sobre a temática, ver: GUARDIA, I. Fuga de venezolanos durante la Revolución Bolivariana (1998-2007). *Investigaciones Geográficas*. Alicante, n. 44, p. 187-198, fev. /jun. 2008. KOEHLIN, José; EGUREN, Joaquín (Org.). El éxodo venezolano: entre el exilio y la emigración. *Colección OBIMID*, vol., nº 4, Peru, 2018; USECHE, E.; LINÁREZ, Y. Migración venezolana: el petróleo como agente movilizador. *Cuadernos de Formación - CELAG*. Qui-

Neste período (entre final do século XX e início do XXI), houve uma grande emigração de brasileiros para determinadas regiões da Venezuela, em particular, nos espaços fronteiriços com o Brasil, também para atuar em garimpos, os quais, no país vizinho, eram permitidos. Esse processo ainda continua, porém, com uma via de duas mãos; há venezuelanos no setor de mineração no estado de Roraima, assim como há brasileiros atuando no setor no país vizinho. Essa é uma dinâmica de fronteira que ganha outros contornos. Esse processo produziu um intenso fluxo de brasileiros para cidades como Santa Helena de Uairén (Zambrano, 2021). Nesta, além da questão do ouro (que se revela até então [em 2023] como abundante envolvendo indígenas e não-indígenas brasileiros e venezuelanos), havia uma grande atração para o turismo nas regiões de savanas (cascatas, montanhas, florestas nativas, campos abertos, rios), bem como para otimizar financeiramente as compras e adquirir residência, terras, algum tipo de patrimônio em razão das políticas de bem-estar (Wendling; Nascimento; Senhoras, 2021; Bermúdez, 2018; Silva, 2018).

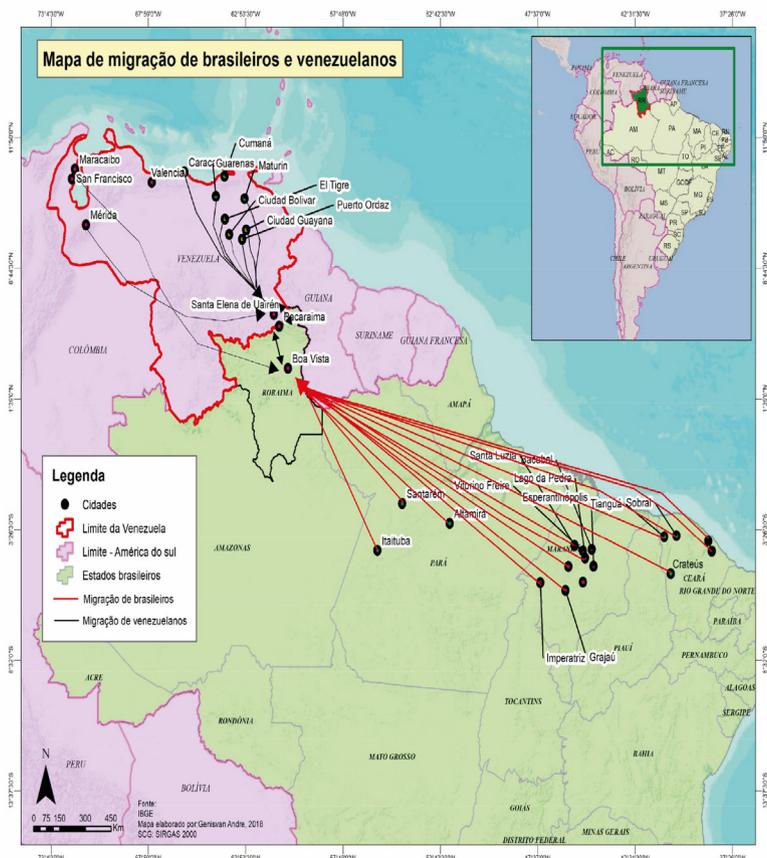
É sabido que muitos dos mineradores que estão em terras dos indígenas Yanomami em Roraima, nestes últimos anos, são oriundos da mineração na Venezuela de alguns anos atrás. Há essa correlação geográfica, de sujeitos, de ilegalidades e de conflitualidades que se reproduzem sem um maior impedimento pela esfera governamental e, com isso, associando, cooptando e vitimando indígenas como o evidenciado pela realidade trágica e, com forte indício de genocídio no estado de Roraima, que estamos presenciando pelos canais de comunicação nos meses de janeiro e fevereiro de 2023.

É importante enfatizar que as regiões de fronteira sempre expressaram circulação de pessoas. Essa mobilidade caracterizou-se como um fato normal nestes territórios, porém, foi intensificada

to: CELAG, 2018; WENDLING, K. C. S.; NASCIMENTO, F. L.; SENHORAS, E. M. A crise migratória venezuelana. *Boletim de Conjuntura – BOCA* - vol. 8, n. 24, 2021. SENHORAS, E. M. (Org.). *Migração venezuelana no Brasil e em Roraima*. Boa Vista: IOLE, 2021.

num período em que havia muito mais atração e otimização de negócios, lazer e residência para brasileiros, moradores da vizinhança do país (Manaus, Boa Vista e outras cidades do extremo norte do Brasil), do que o Brasil para venezuelanos. Quando se tem presente a migração de venezuelanos para o Brasil na atualidade (a partir do final da segunda década do século XXI), não se pode perder de vista a de brasileiros *ontem*, é evidente, em menor quantidade. Mas, mesmo assim, era uma dinâmica de mobilidade populacional muito ampla, de entradas e retornos (Vasconcelos, 2021; Bento, 2020). A literatura que revisamos também não aponta dados de mobilidades de brasileiros na Venezuela e nem de venezuelanos no período do *boom* econômico daquele país em razão, acreditamos, da falta de controle e de interesse em registros estatísticos e por ser um processo que havia se constituído como de mobilidades cotidianas, como algo normal e *naturalizado*. O que se sabe é que esse processo ia bem mais além da cotidiana passagem de brasileiros e venezuelanos que interagem entre as duas cidades de fronteira mais conhecidas (Ribeiro, 2018; Vasconcelos, 2021).

Autores que revisamos enfatizam que a intensa migração de brasileiros em associação com venezuelanos, em suas redes e outros vínculos mercantis legais e ilegais, produziu muitos conflitos, contraposição junto às populações autóctones, camponeses, indígenas, dentre outros, em razão de processos ligados à soberania nacional, ao desmatamento e degradação ambiental, à retirada ilegal de riqueza, exploração e violências junto às comunidades indígenas e camponesas, em pequenos vilarejos/povoados, bem como vários outros processos envolvidos como o uso do mercúrio, prostituição, mortes, máfias e redes de narcotráfico, apropriação de terras de uma forma indevida e ilegal, dentre outras questões. Em outras palavras, brasileiros passaram, com o tempo, a não serem bem-vistos pelo amplo conjunto da sociedade venezuelana no interior, em particular, do amplo estado Bolívar, divisa com o Brasil (Vasconcelos, 2021; Senhoras, 2019; Vaz, 2017; Silva, 2018).



Fluxo histórico dos espaços de maior mobilidade de brasileiros e venezuelanos entre os dois países. Fonte: Mapa elaborado por Genisvan André (2018) a partir da pesquisa de campo feita por Alessandra Rufino Santos. Apud Santos (2018, p. 48).

Silva e Góis (2021) enfatizam que a migração de venezuelanos para várias partes do mundo, ou, então, em sua grande quantidade na parte do Sul-Global, em países de sua vizinhança, é muito intensa e não ganha a visibilidade nos meios de comunicação mundial como vem ganhando os refugiados da síria e, acrescentaríamos, para o ano de 2023, os ucranianos. Segundo os autores citados, a crise humanitária, econômica e política na Venezuela produziu a maior mobilidade ou deslocamento populacional da

história recente da América Latina num tempo tão curto. Ela precisa ser vista na lógica de desenvolvimento de vários países latino-americanos no conjunto da divisão internacional do trabalho e dos capitais.

A dimensão política e econômica da Venezuela vai estar na raiz desse processo todo. A produção de petróleo, sendo a principal atividade econômica, foi incentivada pelo governo venezuelano, em particular, no período do governo Chávez, e pelo mercado externo do período. Em contrapartida, sempre houve reduzidos investimentos, incentivos e inovações na produção agrícola e na (agro)indústria, processo esse que fez o país depender quase que exclusivamente de importação de produtos do exterior, dentre os principais, os Estados Unidos num primeiro momento, China, Rússia e Cuba em outro, com comércio variado de produtos que eram trocados por petróleo. Desse modo, vendia-se petróleo bruto e comprava-se bens de consumo primários, acreditando que esse processo poderia ser infinito e economicamente viável (Fernández, 2019).

Essa crise na Venezuela pode se dar em tempos variados em vários de seus países, pois é fruto de questões mais amplas, de geopolítica e geoconomias globais ao longo de várias décadas, por isso, também, as soluções para essa intensa mobilidade, estão longe de serem encontradas e viabilizadas num tempo curto e no interior de um só país, em seu epicentro momentâneo que é a Venezuela. Tendo presente que suas causas mais profundas estão fora do país, os autores citados dão ênfase ao fato de que a economia política que move as forças que compõem o mercado do petróleo está na causa das políticas econômicas internas que dependem dessa fonte geradora deste recurso (Silva; Góis, 2021). Portanto, a política atual ou de algumas décadas e que vem produzindo, nos últimos anos, a intensa mobilidade populacional para fora do país, precisa ser vista também como resultado desse modelo de desenvolvimento que não é só aplicado no referido país, mas, sim, nesse cenário do Sul-Global.

As oscilações de preços, como o evidenciado entre os dois choques mundiais (décadas de 1970 e 1980), as posteriores altas seguidas do preço do barril e que se estenderam por vários anos, com períodos curtos de alguns meses apenas em que o barril subiu mais de 300% (Vasconcelos, 2021), fizeram com que as entradas de recursos financeiros abundantes produziam certa estabilidade econômica; essa, garantia estabilidade social e política, contentando a grande maioria da população, pois não mexia em demasia com os impostos dos ricos e ampliara o consumo de camadas médias e baixas da população. Era o tempo da “Venezuela saudita” (Mendes, 2010). Essa realidade econômica produzia uma representação de abundância, de bonança, de crescimento do PIB, inseria o país no rol dos grandes produtores de petróleo, ou seja, num cenário de grande importância e referência internacional, além de atrair imigrantes de vários países de seu entorno, dentre eles, como enfatizamos, do Brasil, Colômbia, Chile, Argentina e Uruguai (Useche; Linárez, 2018; Vasconcelos 2021).

Porém, como se sabe, o petróleo é uma *commodity* globalizada e, além do mais, controlada por grandes grupos econômicos do setor e vinculado a ele, por isso, sofre oscilações de preço em razão de processos que vão além de sua esfera produtiva. A queda dos preços do petróleo entre meados da década de 1980 (logo após o segundo choque) e por quase toda a de 1990, somente para dar um exemplo, refletiram negativamente na esfera política da Venezuela. É neste contexto de crise que surge Chávez. Ele foi conseguindo apoio principalmente de grupos anti-imperialistas. Ele já era uma liderança conhecida de oposição por ter estado à frente numa tentativa de golpe de estado em 1992 e, por ter sido preso como consequência disso, ação que o tornou mais conhecido e que expressou, no período, grande possibilidade de ser uma liderança social. A questão ideológica que ele abarcava não foi tão relevante na adesão popular e, sim, a crise econômica, o descontentamento da população empobrecida com as políticas de cunho neoliberais e subservientes aos interesses americanos, principal-

mente no campo petrolífero, por toda a década de 1990 (Oliveria, 2018; Zambrano, 2021).

Chávez foi eleito no final de 1998, dois anos depois de ter saído da prisão. Iniciou seu mandato nos primeiros dias do ano seguinte (1999) e já buscou redefinir as políticas neoliberais, articulou-se com os países da OPEP (Exportadores de Petróleo), convocou um plebiscito para promover reformas constitucionais através de uma assembleia constituinte, buscou controlar o câmbio para combater a inflação que assolava o país, implementou amplas políticas sociais. Porém, diante de uma mini queda do preço do barril do petróleo em 2000, viu-se obrigado, no início de seu governo, a estender a mão para o FMI e fazer alguns acordos que não se diferenciavam dos governos anteriores (Barros, 2006; Vasconcelos, 2021; Senhoras, 2019). Com os atentados de 11 de setembro de 2001, o petróleo passou a ganhar mais preço, fato esse que permitiu compensar a queda de um ano antes e, dar um fôlego maior ao governo; com isso, de uma forma rápida, Chávez viabilizou profundas e alargadas políticas sociais (saúde, educação, gastos sociais, etc.), porém, descuidando-se de investimentos maiores na agricultura, indústria e infraestrutura, inclusive na modernização na grande fonte de receitas que era a indústria petrolífera.

No início de 2002, Chávez alterou por completo a direção e os quadros de comando do segundo escalão da PDVSA (empresa petrolífera do país) para ter o controle total. Isso provocou reações amplas de trabalhadores em geral, mas principalmente, os que perderam seus espaços. Paralisações e greves passaram a ser constantes na empresa. Como retaliação, o governo demitiu em torno de 18 mil dos quase 40 mil funcionários da referida empresa por abandono do emprego (Mendes, 2010). Nessa ação, Chávez, conseguiu o que desejava, ou seja, ter total controle e poder de decisão sobre a estatal, bem como viabilizar canais e alianças alternativas, para além das já existentes com os Estados Unidos, principalmente com a Rússia e a China.

Por um período, entre 2002 a 2008, o petróleo teve uma grande alta; o mercado do produto em nível mundial teve um maior vigor, no interior do país, as políticas sociais foram fortalecidas, porém, muitos dos profissionais demitidos da referida estatal migraram para os Estados Unidos e alguns países da Europa. No entanto, os Estados Unidos não viram com bons olhos a ampla propaganda interna no país contra a sua hegemonia na América Latina, bem como os acordos com os dois países referidos. Retaliações, sanções econômicas e financeiras começaram a se evidenciar por vários países, inclusive alguns da Europa.

Vários analistas colocam que a euforia da tremenda oferta do produto e sua possibilidade de exportação pela Venezuela fizeram com que houvesse uma valorização no câmbio e, com isso, provocado a redução do poder de iniciativa de outros setores econômicos, em particular, a indústria; além de que, essa euforia e suas consequentes ações no campo econômico e social no referido país criaram dependência social e econômica e, consequências catastróficas quando o preço dessa *commodity* cair. Em 2015, o país importava mais de 60% do que consumia; havia grande produção de frutas, mas uma imensa carência de cereais e proteína animal. Autores dizem que a forte inserção do estado na economia fez com que houvesse sempre altos índices de inflação, a qual ia de uma forma ascendente corroendo o poder de compra da população. Uma queda brusca do barril de petróleo como a de 2014, que baixou para US\$ 32 e que se intensificou em 2016, para US\$ 21, tendo um custo que beirava os US\$ 18, produziu uma catástrofe no país (Silva, 2018). Gastava-se mais do que se arrecadava e, a dependência a um só produto aumentava. Tentou-se, em alguns anos, um incipiente processo de diversificação industrial, bem como tímidas ações em prol da reforma agrária, porém, não supriam as carências internas e nem foram significativas perante o modelo de importação adotado (Vasconcelos, 2021; Ferreira, 2015; Silva, 2017a).

De uma forma geral, a intensa oferta do produto, somada ao crescimento da demanda, produziram uma maior determina-

ção de que era preferível vender petróleo e usar esses recursos para distribuir à população sem precisar investir tanto em outras fontes geradoras de emprego e renda como é o caso da indústria, comércio, agricultura e serviços. Essa foi a tônica de vários governos, inclusive os militares, porém, em razão de políticas sociais, foi exacerbada em todo o período do governo Chávez e, que acabou trazendo inúmeras consequência ao seu Vice e sucessor, Nicolás Maduro, de 2013 até então (início de 2023).

“... da noite para o dia, estávamos sem nada”: contradições de uma economia dependente

No final da década de 1980 e por toda a de 1990, o país revelou processos contraditórios dessa ilusão de prosperidade. A crise econômica que se abateu em vários países em razão das artimanhas políticas e econômicas de grandes grupos em promover os choques de petróleo, reduziu o poder de compra da população em vários países. Esse processo fez com que o estado venezuelano, que já havia praticamente nacionalizado todo setor petrolífero, tivesse dificuldade de sustentar as suas políticas sociais e se viu também sem poder para enfrentar os sérios problemas de corrupção na esfera do governo por décadas de caráter liberal e militarizado, principalmente entre 1970 a 1999.

A baixa demanda do referido produto em alguns períodos históricos, fazia com que caíssem os preços internacionais dele, comprometendo sempre as políticas de governo, em particular, as implementadas por Chávez a partir de 1999. Frente a isso, o governo adotou medidas paliativas como a desvalorização da moeda, aumento do preço da gasolina no mercado interno, cortes nas políticas sociais, congelamento de salários do setor público, privatização de alguns serviços, etc. (Mendes, 2010). A vulnerabilidade da economia se intensificou na década de 1990 quando houve uma intensa oferta do referido produto mundial fruto dos

estoques dos Estados Unidos. A Venezuela começa a sentir, em meados da primeira década do século XXI, o lado perverso da dependência a um só produto (Bento, 2020; Mendes; Silva; Senhoras, 2022; Silva; Peres, 2020).

Não podemos esquecer que Chávez foi eleito pela primeira vez em 1998, com promessas de cunho socialista, de forte intervenção estatal, com ampliação de programas sociais, ações contra seus opositores, principalmente os proprietários de terras e de mineração, altos funcionários da indústria petrolífera reconhecidos como de oposição, dentre outras medidas, as quais acabaram provocando muitas divisões e conflitos sociais. Políticas sociais como subsídios aos produtos de uma ampla cesta básica, incentivo às cooperativas de produtores e de consumidores, intenso investimento na educação, dentre outros processos sociais, reformas e/ou reestruturação na indústria petrolífera (que, posteriormente, revelaram-se insuficientes em termos de modernização e adequação tecnológica) fizeram parte de seu primeiro mandato (Silva; Peres, 2020; Koechlin; Eguren, 2018). Algumas ações que intencionavam desconcentrar e transferir rendas dos mais enriquecidos do país produziram descontentamentos entre funcionários de alto escalão do setor petrolífero, de exportadores de minérios, de latifundiários e grandes redes de comerciantes. Muitos deles emigraram para os Estados Unidos ou países vizinhos como a Colômbia e o Peru (Vasconcelos, 2021; Senhoras, 2019).

Esse processo amplo de medidas e propostas governamentais, contraposições de opositores - sindicatos patronais e várias entidades e representantes de capitais externos ligados aos governos liberais anteriores - produziu greves, demissões, paralisações de produção, dentre outras formas de oposição social e política ao governo que se implementava no início do século XXI. Várias ações de sabotagem no interior do amplo complexo petrolífero abriram possibilidades e produziram os argumentos necessários para que o novo governo assumisse o controle total do setor, ao mesmo tempo, enfrentasse tentativas de golpes de estado financiados pelos

Estados Unidos, os quais viam seus interesses afetados no setor petrolífero, além de que não podiam impedir os acordos e ligações do país com a China, Cuba e Rússia, bem como com alguns países exportadores de petróleo não alinhados aos americanos como era o caso do Irã (Mendez, 2010; Vasconcelos, 2021; Fernandez, 2019; Ferreira, 2015).

Segundo Senhoras (2022), as medidas principais de Chávez no setor específico do petróleo foram, dentre outras, tentar dar garantias de preços estáveis ao produto em acordo com países exportadores, membros da OPEP, e controlar a oferta do referido insumo; porém, esse processo revelou-se não eficaz, pois o cenário da globalização, de mercados abertos e de outros processos principalmente expressos pelo poder transnacional da indústria petrolífera internacional e americana em particular, passavam para além das dimensões nacionais e, eram as que, em geral, definiam e definem as políticas petrolíferas e seu mercado mundial em termos de preços, quantidades produzidas, etc.

Reduzir tributos e administrar preços pela esfera pública como fez Chávez demonstraram ir contra a corrente do setor petrolífero (Moreira, *et al.* 2017). O governo ainda fez um amplo esforço, entre 2010 e 2012, no sentido de fomentar pequenas e médias empresas, porém, num cenário de globalização econômica, ausência de uma base de décadas anteriores de dependência de uma única *commodity*, não obteve grandes resultados e, havia se consolidado um modelo de desenvolvimento com amplos canais de importação de produtos e exportação de um só, além de demandas sociais intensas e vultuosas em termos financeiros (Vasconcelos, 2021; Silva 2018). A dinâmica de uma economia, ou melhor, de uma política econômica governamental que se situava num contexto em que o estado de bem-estar social estava definindo no mundo, que a globalização retirava das mãos do estado grande parte de seu poder de definir políticas econômicas nacionais, da consolidação de governos liberais em boa parte do mundo e que controla os mercados, dentre outros aspectos, revela-

va a inconsistência e a dificuldade que o governo Chávez teria para seguir com suas intenções.

As retaliações e embargos econômicos e de produtos alimentícios e de primeira necessidade foram intensos a partir de 2013. Produtos chegavam às prateleiras de supermercados e nas casas de boa parte da população através de redes de comércio informal com preços estratosféricos. Nos supermercados, os comerciantes respondiam que “hay, pero no hay”, querendo com isso dizer que havia, mas com preços que não eram os que estavam aí expostos; ou melhor, se pagar mais, leva! Em razão disso, o comércio entre Pacaraima e cidades mais próximas da fronteira com o Brasil tornou-se intenso; os “bachaqueros”, em alusão ao deslocamento de formigas, iam para a cidade brasileira comprar gêneros para revendê-los na Venezuela a preços muito mais altos dos definidos pelo governo do referido país. Isso se tornou muito evidente e mais traumático para a população em razão da forte queda do preço internacional do barril de petróleo no ano de 2014.

As sanções americanas foram muitas; bancos dos EUA fecharam contas de bancos venezuelanos em seu país, deixaram de receber pagamentos em dólares. O governo venezuelano ficou impedido de fazer dívidas junto às empresas de petróleo americano com vencimento superior a 90 dias. O governo americano proibiu credores internacionais de renegociar dívidas com o governo venezuelano emitidas antes de agosto de 2017, foram também impedidos de fazer transações com instituições financeiras da Venezuela. Em 2019, as importações americanas de petróleo venezuelano foram zeradas, além da pressão para que outros países assim também o fizessem (Leite; Castro, 2021). Esse processo intensificou a hiperinflação, impediu o acesso ao dólar oficial, ampliou o contingente de pessoas que fugiam do país, aumentou o endividamento nacional, bem como bloqueou o acesso aos mercados de capitais internacionais. Porém, alguns autores defendem que a crise venezuelana entre 2016 até então apenas intensificou um processo que foi produzido ainda nas décadas de 1970 e 1980, com políticas

neoliberais, pacotes econômicos ditados pelo FMI, privatização de empresas, repressão militar frente aos movimentos sociais. O contexto que Chávez assume é justamente de insatisfação popular e de empobrecimento ainda maior da população já empobrecida.

Boa parte da população perdeu o que havia conseguido anos antes com as políticas sociais de Chávez; a inflação corroía o salário, a economia informal dos produtos alimentícios e gêneros de primeira necessidade contribuía ainda mais para criar um mercado paralelo mais caro em razão da inexistência e/ou boicote de venda pelos comerciantes dos produtos com preços pré-fixados pelo governo Bolivariano (Vasconcelos; Santos (2021). A partir dessa realidade de limites de consumo, a credibilidade e a legitimidade do governo Maduro começam a ser colocada em xeque pelos que o apoiaram; recursos e apoios outros do governo americano intensificaram esse processo (Fernández, 2019). Em 2015, o governo perdeu a maioria na casa legislativa; em 2017 desponta a liderança do deputado Juan Guaidó como presidente da Assembleia, tendo sido reconhecido como presidente interino do país por países como EUA, Colômbia, Brasil, Chile, Equador, Reino Unido, França.

A instabilidade política, com várias ações internas e externas de apoio a um ou ao outro, vários confrontos, legitimidade de um (Maduro) e de outro (Guaidó) produziu uma maior instabilidade econômica, com hiperinflação, desabastecimento ainda maior, intensa emigração de população em geral, e, em particular, a que também chamou muito a atenção foi a indígena que, Paez e Vivas (2017) denominaram de a “migração do desespero”, expressa como crise humanitária e que demandava assistência e acolhida. Países promotores de sanções, que estiveram, em boa parte, historicamente, na causa dos processos econômicos que culminaram nessa realidade passaram a ser benevolentes, inclusive ofuscando essa realidade e obscurecendo as ações e barreiras econômicas ao país, por meio de ajuda humanitária, permitindo entrada no país de uma forma menos restritiva que outros imigrantes. Frente a essa realidade, o governo, a partir de 2017, viu-se com maior difi-

culdade ainda em promover políticas de abastecimento que pudessem amenizar o problema.

Como já mencionamos, em 2014, por exemplo, os preços do barril de petróleo despencaram. O que era negociado a US\$ 115, passou a ser US\$ 50, com perdas de em torno de 60% (Silva; Peres, 2020). O petróleo, em 2016, representava cerca de 80% da receita de exportação e quase 70% do financiamento da administração pública da Venezuela (Silva, 2020). A importação de bens e produtos básicos acabou sofrendo uma grande redução, deixando a população com reduzida oferta de bens e serviços necessários (Vasconcelos, 2021). Essa ação, fruto da ampla oferta mundial, de efeito retardado da crise da bolha imobiliária dos Estados Unidos (2008 e 2009) e que teve grande repercussão também na Europa, foi fundamental para gerar uma crise econômica intensa e que se refletiu no âmbito político interno no país.

Com a queda do preço do petróleo, o câmbio paralelo também acaba sendo depreciado, reduzindo imensamente o poder de compra do venezuelano. A moeda venezuelana foi depreciada em quase 90% a mais em relação ao câmbio oficial em 2014 (Silva, 2018). Essa depreciação da moeda afetou imensamente as importações de alimentos e de outros produtos que o país não produzia, gerando uma imensa e descontrolada inflação, como consequência, redução drástica do poder de compra da população. Esse processo revelou também um forte poder dos comerciantes, opositores do governo Maduro na dinâmica dos boicotes, nas estratégias para aumentar o preço dos produtos básicos, etc. Diz Silva (2018) que o salário-mínimo, em 2017, era de em torno a 315.540 bolívares (mais ou menos R\$ 46) e uma camiseta de algodão custava mais de 30 mil bolívares; além dos preços altos dos produtos importados, do baixo salário, nesse mesmo ano, quase 30% da população estava desempregada e, boa parte desta, tomando o rumo em direção às portas de saída do país.

No ano 2000, a Assembleia Constituinte elaborou a nova Constituição. Segundo Barros (2006), ela deu muitos poderes ao

presidente, além de possuir uma dimensão de cunho social, impediu a privatização da empresa PDVSA (setor petrolífero), novas eleições e mandato de seis anos para o presidente. Nesse mesmo ano, houve eleição com segunda vitória de Chávez e tendo a maioria na Assembleia Nacional. Essa hegemonia chavista permitiu que o governo adotasse medidas que descontentaram setores da sociedade, os quais tentaram, como já foi mencionado, um golpe em 2002, o qual fracassou e, abriu margem para um governo mais militarizado e centralizador. Foi um período muito tumultuado, com indícios de guerra civil, intensas e prolongadas greves, sabotagem na produção de petróleo, em redes de transmissão de energia; muitos desses movimentos, como mencionamos, foram financiados por empresas americanas do setor petrolífero. Chávez, por sua vez, aproveitou da instabilidade para implementar amplas políticas sociais para agradar a população de baixa renda e conquistar sua adesão. Nas análises de Barros (2006), a dívida interna do país cresceu de 4,3% do PIB em 1998 (antes do governo Chávez) para 17,3% em 2003. Com altos e baixos em termos econômicos, Chávez foi governando seus seis anos e, em 2008, promoveu uma mudança na constituição, permitindo a reeleição, fato esse que o levara novamente ao poder até sua morte, vítima de um câncer, em 2013 (Zambrano, 2021; Vasconcelos, 2021; Fernández, 2019).

É importante enfatizar que Chávez, em suas medidas sociais, agradava alguns e desagradava outros. A classe trabalhadora foi intensamente contemplada com programas sociais. Houve um amplo controle da imprensa, inclusive com fechamento de canais de televisão e rádios. A renda do petróleo lhe permitia manter um modelo estatista, rentista e assistencialista (Zambrano, 2021; Bastos; Obregón, 2018), porém, essa estratégia de ação governamental somente presente num país na América Latina, sem parceiros fortes que a sustentasse de uma forma eficaz e, também fizesse frente ao modelo de desenvolvimento capitalista periférico desenhado e acionado externamente, fez com que a Venezuela começasse, a partir de 2015, a entrar numa espiral de crise, pobreza

e violência, porém, agora com um governo menos carismático (Nicolás Maduro) e enfrentando uma oposição mais ampla, melhor aparelhada pelas redes sociais e pelo apoio de grandes grupos econômicos e políticos americanos, principalmente do amplo setor do complexo petrolífero.

Maduro vence a primeira eleição com uma margem reduzida em relação ao candidato de oposição, Capriles, com 50,75 a 48,97%, além de fortes acusações de inconstitucionalidade (Santos, 2019), porém, a grande questão foi a dívida pública externa que quase quadruplicou entre 2006-2012, com empréstimos junto a bancos chineses e, com pagamentos acordados em remessas de petróleo. “Também, em 2012, antes que o preço do petróleo despencasse, a Venezuelana já havia esgotado quase totalmente seu montante de reservas internacionais líquidas, com limitações para o fluxo de entrada maiores que para o de saída e elevados gastos com o serviço da dívida (Vera, 2018, apud Leite; Castro, 2021, p. 82). Frente a esse processo, já no início do mandato, Nicolás Maduro se viu numa complexa situação de restrição de divisas, sendo obrigado a cortar importações e, com isso, criar um problema sério de abastecimento de oferta de consumo, além de que adotou uma série de políticas de congelamento do dólar, sobrevalorização do bolívar. Como consequência desse processo, houve uma fuga imensa de capitais, ausência de produtos, inflação alta, comércio paralelo, falta de insumos para a produção de bens nacionais, ausência de reservas líquidas, intensa retaliação e quebra de contratos com grandes grupos petrolíferos dos EUA. Com isso, o país se viu ainda mais insolvente, com incapacidade ainda maior de importações. Em 2016, “80% dos domicílios tornam-se pobres e 10 milhões de pessoas vão à pobreza extrema (Leite; Castro, 2021, p. 84).

Em abril de 2013, com 50,75% dos votos válidos (Bastos; Obregón, 2018), Nicolás Maduro foi eleito. Ele buscou seguir aquilo que Chávez denominava como “revolução bolivariana”, caracterizada por forte ação do estado no âmbito social, desconcentração e transferência de renda, tendo a memória chavista como capital

político para seguir nessa linha de ação governamental. A crise ficou mais aguda em 2017 quando Donald Trump, presidente dos Estados Unidos no período, impôs sanções econômicas à Venezuela. Outros países, pressionados pelos EUA, também imprimiram sanções à Venezuela, que fizeram intensificar a crise, gerando hiperinflação, aumentando ainda mais o empobrecimento da população para quase 80% (Bento, 2020). Portanto, boa parte da crise econômica da Venezuela precisa ser entendida em seus processos externos, nos interesses de grandes grupos, incentivados e amparados por ações governamentais, principalmente americanas, e que tiveram profundas implicações políticas no interior do referido país e que obrigaram o governo a agir com “mão pesada”, como nos disse um imigrante em Pacaraima, contra os opositores e os que desenvolviam a lógica política “do quanto pior, melhor”.

Nesse contexto, Nicolás Maduro intensificou políticas de intervenção estatal, que revelaram ser catastróficas, pois, várias empresas fecharam, empreendedores foram para os Estados Unidos e Europa. As forças armadas foram ainda mais promovidas e, isso permitia ao governo certo apoio e fidelidade, principalmente para coibir e reprimir manifestações; muitos de seus líderes foram perseguidos, além de reduzir a liberdade de imprensa e a liberdade política (Zambrano, 2021; Jubilit; Fernandes, 2018); houve reformas constitucionais para legitimar a redução da liberdade de imprensa e dar mais poder ao presidente. Isso foi intenso entre os anos de 2015 e 2017.

Os fluxos de brasileiros no interior do país ou migrando temporariamente para compras reduziram de forma abrupta a partir de 2015. Porém, o problema não foi só na dimensão econômica e na maximização de fatores ligados aos preços dos produtos; as alterações e relacionais ampliaram-se para outros horizontes (políticos, afetivos, famílias, etc.), nas migrações de fronteira, na dimensão transnacional, nas estratégias de presença não só de brasileiros na Venezuela, mas, também, de venezuelanos no Brasil, muitos deles aproveitando a zona franca de Manaus, por exemplo,

para comprar produtos industriais e, para espaços de trabalho, em geral, com trabalhadores qualificados (Vasconcelos, 2021; Ferreira, 2015; Senhoras, 2019).

Desse modo, há vários fatores que, interligados produziram o intenso e abrupto movimento migratório de venezuelanos para várias partes do mundo, em particular, para o Brasil. Em 2016, por exemplo, período que antecede a Operação Acolhida, segundo Silva (2018), entraram quase 60 mil venezuelanos e retornaram por volta de 47 mil, ou seja, quase 10 mil permaneceram no território brasileiro, porém, em 2017, o processo se intensifica ainda mais, com um aumento maior de imigrantes que permaneceram no país e que acabaram pressionando o governo brasileiro para uma ação mais efetiva ou de fechamento de fronteira ou de acolhida e abrigo.

Insistimos no fato de que a dependência econômica a um só produto, bem como o modelo capitalista periférico, o qual tem um papel secundário do processo da divisão internacional do trabalho e da produção, revela, agora, de uma forma intensa, sua face contraditória através de situações crônicas e, muitas delas, internamente, deliberadas por grandes grupos de opositores políticos do setor atacadista, de desabastecimento de produtos de consumo básico, gerando inflação galopante, aviltamento do poder de compra, desemprego em massa, falta de medicamentos, dentre outras consequências. Porém, a que impactou ainda mais foi a tensão política, a estratégia governamental de uma certa militarização social para viabilizar o controle social, repressão aos opositores e, dentre outras estratégias, a intensa migração para regiões de fronteira com o Brasil e Colômbia, de população com temor de perseguição, principalmente de altos funcionários de empresas estatais, bem como de população em geral que viu seu poder de compra perder força, além de perda de emprego e de perspectivas de vida no país.

Claro que, nas questões de ordem comercial, houve a participação de grandes redes de distribuição de alimentos, medicamentos, bens e serviços, as quais boicotaram o governo, contrapuseram-se às políticas de Maduro e auxiliaram na produção do

desabastecimento. Houve um jogo estratégico de ambos os lados, repressão de um lado, desabastecimento de outro; quem saiu perdendo com tudo isso, de uma forma imediata, foi a população de baixa renda, que viu os preços dos produtos subirem, seus ganhos perdendo capacidade de compra, a fome batendo nas suas casas e a perda do emprego e das políticas sociais que antes eram suas salvaguardas. Nesse período (2015 a 2017), houve uma intensa mobilização política internacional (Europa, Estados Unidos, países vizinhos, com centralidade para a Colômbia) no sentido de questionar a legitimidade do governo Maduro, intervenções políticas no país, discussões e tentativas de alternativas aos embargos econômicos, implementação de ações humanitárias para atender às levas de migrantes que estavam começando a sair do país (nesse cenário, a ONU esteve envolvida por meio do Acnur e da OIM), apoio de alguns países ao governo Maduro (dentre eles, alguns do continente americano, com especial atenção ao México), estratégias do governo em tentar melhorar a imagem do país à comunidade internacional com incentivo ao turismo, financiando viagens internacionais para os ricos e classe média, incentivo de retorno aos emigrantes (“*Plan Vuelta a la Patria*”) que haviam saído recentemente (2016 e 2017), dentre outros dispositivos de governo para demonstrar estabilidade política e econômica (Vasconcelos, 2021; Zambrano, 2021; Bastos; Obregón, 2018).

O “*Plan Vuelta a la Patria*” buscava facilitar o retorno com viagens subsidiadas, inclusive algumas pagas totalmente se os que haviam saído comprovassem não possuir recursos financeiros para tanto. Porém, o “*Plan...*” não obteve muito êxito em razão da sequência dos problemas econômicos e de emprego e, também, o temor de serem reprimidos internamente pela opção da saída. O Brasil e a Colômbia eram dois países que possuíam o maior contingente de imigrantes entre os países da América Latina. Há análises que demonstram que muitos dos que retornaram do Brasil, reemigraram. Um de nossos entrevistados em Passo Fundo foi um deles. Ele disse que já retornou duas vezes antes de ser interiorizado pela

Operação Acolhida, pois aproveitava os incentivos “para visitar a família que havia ficado. [...]. Não conseguia mais arrumar emprego lá. Eu tinha um pequeno negócio, tipo oficina mecânica aqui. [...]. Só que vi que o meu país tinha só petróleo e ainda não sabia o que fazer. Esse não chegava para comprar mantimentos e nem gerar emprego. Conclui que realmente, o país estava e está quebrado, falido. [...]. Daí entrei na Operação Acolhida, e hoje estou aqui. [...]; um dia pretendo voltar sim”.

O presidente Maduro, em 2018, viu-se numa situação sem saída, controlava preços e os produtos sumiam das prateleiras, precisava vender petróleo para comprar alimentos, foi obrigado a reduzir as políticas sociais, a sua “dieta” (“dieta de Maduro”) ficou ainda mais diminuta, fatores externos iam minando a dinâmica das políticas internas. A crise política interna produziu uma política da crise externa com governos dando auxílio humanitário, acolhida e guarida aos imigrantes que chegavam em milhares todos os dias, em geral, os mesmos governos que produziram boicotes, embargos, restrições e, em boa parte, os causadores da crise econômica e política do país. Vasconcelos e Santos (2021, p. 44) colocam que “de um lado, o humanitarismo que se apropria da noção de crise para justificar, no cenário internacional, atuação e a captação de recursos com o objetivo de aliviar o sofrimento humano de quem se coloca em movimento. De outro lado, a cooperação internacional que visa construir, por meio da ajuda humanitária, alianças que ampliem a possibilidade de ingerência na Venezuela. Isso sugere que a crise política e a “política da crise” se retroalimentam”.

As sanções e as retaliações fizeram com que o governo não tivesse mais possibilidade de obter recursos financeiros nos Estados Unidos e em alguns países da Europa de nenhum tipo de instituição. Em janeiro de 2017, a inflação de preços ao consumidor chegava à casa dos 758%, sendo que no ano a taxa ficou em 1.350%; algo impensável e incontrolável, produzindo, com isso, profundas fissuras e conflitualidades sociais. As políticas de aumento de salário agravavam ainda mais, pois a inflação, pelo desabastecimento

e embargos econômicos, corroía rapidamente o poder de compra dele (Zambrano, 2021). Teve um período, em 2019, que para comprar uma cesta básica, eram necessários mais de 90 salários-mínimos. Em 2020, o governo aumentou em 70% o salário-mínimo, mas a desvalorização da moeda e a inflação, o reduziram a menos de 5 dólares. A emigração forçada em massa revelou ser a saída para centenas de milhares de venezuelanos, decisão nada fácil para quem havia até poucos anos atrás boas condições de vida, salário com grande poder de compra, políticas sociais, investimentos em educação, infraestrutura de ambientes construídos para a família e, sem uma experiência migratória anterior.

Um fato mais marcante ainda em termos políticos, foi a eleição de 2018, a qual produziu um intenso clima de tensão social no país. Maduro venceu a eleição e a oposição não o reconheceu como o vitorioso. Em 2019, as forças de oposição, lideradas por Juan Guaidó, constituíram um governo paralelo, dividindo ainda mais a sociedade, chamando a atenção internacional, produzindo guerra civil em alguns estados. A crise ampliou-se, atingindo todos os setores, com intensa repressão política sofrida por seus líderes e a fuga em massa de milhares de pessoas, de oposição ou não ao governo, que viram na saída do país uma estratégia para sobreviver, para buscar melhores condições de vida, proteção social, etc. (Mendes; Silva; Senhoras, 2022; Silva, 2017a).

Em 2020, em torno de seis milhões de venezuelanos já haviam saído; o Brasil já havia incorporado mais de meio milhão, mas foi a Colômbia que mais foi demandada, com quase um milhão. Segundo dados de Zambrano (2021), havia mais de 46 mil venezuelanos nos abrigos de Boa Vista em 2019; em torno de 500 pessoas por dia atravessavam a fronteira com o Brasil. No início de 2021, a Colômbia registrava quase dois milhões de venezuelanos; em torno de 700 mil haviam conseguido residência no país (OIM, 2021). Estudos demonstram que, a partir de 2016, houve uma saída maior do país de camadas médias da população principalmente para o Brasil; a partir de 2018, a população mais empobrecida en-

grossa as fileiras dos migrantes (Baeninger, 2018). Segundo dados de Zambrano (2021), entre janeiro de 2017 a outubro de 2021, mais de 600 mil venezuelanos atravessaram a fronteira no Brasil, dos quais, em torno de 50% haviam permanecido no país.

Desse modo, percebe-se que havia uma mobilidade intensa de entradas e retornos; inclusive, é possível que muitos entraram mais de uma vez. Venezuelanos já presentes no Brasil foram os que mais retornaram até 2019 em razão de dificuldade de encontrar emprego, ataques xenofóbicos, estigmas sociais, altos preços dos aluguéis, dentre outras questões. Dados do Ministério do Poder Popular de Relaciones Exteriores da Venezuela (MPPRE, 2020) informam que em fevereiro de 2020, houve retorno de 17.522 venezuelanos, deste total, a maioria, no Brasil (7.285), seguidos do Peru (4.259), Equador (3.242) e Colômbia (764) (Vasconcelos, 2021, p. 73). Diante desse cenário de crise, para contingentes amplos da população, não havia alternativas que não fosse a migração, principalmente para países vizinhos, que representava menos custo para ir e, se a realidade se alterava, para retornar. Na análise de Zambrano (2021) e Silva; Peres (2020, p. 36), entre 2016 a 2021, o país havia produzido quase sete milhões de emigrantes, boa parte deles, solicitando o status de refúgio.

Para o caso do Brasil, muitos fizeram o percurso, e ainda o fazem, de várias regiões da Venezuela, a grande maioria de ônibus até chegar na fronteira, entre os municípios de Santa Elena de Uairén (VE) e Pacaraima (BR). Imigrantes denominam essa estratégia como sendo “fugindo do Maduro” ou da “dieta do Maduro”, “migração do desespero”, “forçados a migrar”, em geral, em razão da falta de comida, militarização social, ausência de atendimentos de saúde, falta de medicamentos, inflação muito alta, moeda desvalorizada em relação ao dólar, instabilidade financeira, dentre outras questões. Autores dizem que, em grande parte, é a população mais empobrecida que emigrou, mas, também, há camadas médias, profissionais com grande qualificação que eram funcionários de empresas estatais, militares de oposição, profissionais

do setor da saúde (médicos e enfermeiros), dentre engenheiros, arquitetos, administradores de empresas, muitos desses, foram em direção aos Estados Unidos e Europa.

A situação precária vivida por boa parte da população chamou a atenção do mundo todo. Segundo Bento (2020), a partir dos dados do Observatório Venezuelano de Violência (OVV), em 2018, houve um total de 23.047 homicídios no território nacional, correspondendo a uma taxa de 81,4 para cada 100 mil habitantes, cerca de 90% dos crimes cometidos não foram processados¹⁰; de 2014 até meados de 2018, registraram-se 14.986 prisões arbitrárias e, pelo menos, 8.451 pessoas sujeitas a medidas cautelares em processos penais injustos, por motivações políticas (*International Amnesty*, 2018, p. 05; apud Bento, 2020). As várias formas de violência foram a partir de então revelando-se o combustível indutor das emigrações, de solicitação do status de refugiados, de busca de uma situação melhor de vida não mais no interior do país. Esse processo todo despoticizou o amor-pátrio, tendo as portas de saída apresentando-se como solução (Sassen, 2016). Essa autora diz que os múltiplos processos que produzem expulsões se situam para além das questões econômicas ainda que essas sejam centrais.

Autores enfatizam que essa migração uniu todas as classes sociais em torno da necessidade de emprego, para muitos, de comida e abrigo nos espaços de além-fronteiras nacionais. Em meio a esse amplo contingente, houve e continua presente, uma ampla fuga de cérebros, principalmente para os Estados Unidos e Europa; para os países vizinhos, o maior contingente é de população mais empobrecida. Muitos dos que estão na Operação Acolhida possuem tratamentos equivalentes e estão em situação de demanda pela interiorização. É o que veremos nos próximos capítulos.

¹⁰ Segundo os dados da ACNUR para julho de 2020. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2020/07/14/monitoramento-e-acao-acnur-apoia-venezuelanos-fora-de-abrigosem-roraima/> Acesso em 13/12/2022.

Conflito na fronteira do Brasil com a Venezuela entre manifestantes e a Guarda Nacional Venezuelana, no município de Pacaraima em 24 de fevereiro de 2019. Fotografia de Tiago Orihuela, via Adobe Stock.





PARTE III

Emigrações e ações governamentais do Brasil



Comitiva interministerial acompanha acolhida a refugiados na fronteira com a Venezuela. Fonte: Assessoria de Comunicação Social (Ascom). Ministério da Defesa. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/ultimas-noticias/comitiva-interministerial-acompanha-acolhida-a-refugiados-na-fronteira-com-a-venezuela>.

3. A grande emigração venezuelana e a Operação Acolhida (2017-)

A intensa emigração de venezuelanos para várias partes do mundo induziu alterações de muitos processos. Países vizinhos, que não recebiam grandes levas de imigrantes em tempos curtos, foram pegos de surpresa e totalmente despreparados, como foi o caso do Brasil, Colômbia e Equador. Eles tiveram de se reestruturar nesse sentido com políticas públicas, redesenhar ações de fronteira, canalizar somas altas de recursos, enfrentar resistências em seu interior, dentre uma série de outros processos.

Para alguns desses países, imigrantes venezuelanos foram e estão sendo usados como dividendos políticos, otimização no mundo econômico e, em particular, no laboral e de consumo. Municípios brasileiros como Pacaraima e Boa Vista, bem como Manaus, passaram a receber recursos financeiros do Governo Federal para infraestrutura, saúde e segurança; o país passou a ter visibilidade internacional e incorporação de uma performance positiva na comunidade internacional no tocante ao âmbito da acolhida humanitária a imigrantes, além de um amplo envolvimento social e de instituições que se inseriram nos espaços de maior presença deles. Fronteiras entre os dois países ganharam conotações diversas pela conflitualidade produzida, bem como pela dinâmica da acolhida.

Todos sabemos que a condição de um indivíduo que atravessou a fronteira nacional de uma forma não comum, não cotidiana e, movida por processos que dificultarão seu retorno, é de alguém

que passa a ficar na margem, que saiu do centro (*ex-cêntrico*), que poderá estranhar(-se), estar e ser distante (Santos, 2018), ou de colocar-se na distância para ver melhor e compreender(-se), comparar o “de lá” com o “de cá”, fazer o encontro de sociedades, de vividos, de culturas, de sociedades (Martins, 2008). Por isso que as fronteiras, ao produzirem diferenças, separações, divisões, acabam produzindo reconhecimento e definição identitária. É no encontro do “outro”, nas interações sociais que o “nós” se define, se repensa. Como diz Santos (2018), nessa específica fronteira, línguas se mesclam com as pessoas, com os interesses, e, muitas vezes, menos pela geografia e/ou nacionalidade; sujeitos sociais transitam cotidianamente entre diversas identidades. Novas identidades e identificações resultantes surgem, bem como semelhanças e diferenças. Atores sociais caracterizam esse espaço, principalmente os indígenas, garimpeiros, madeireiros, empresários de comércios variados, em particular, do ouro, além de fazendeiros, militares, dentre outros (Oliveira, 2021).

Nesse cenário de mobilidades e contexto social, nossa descrição e breve análise intencionam esboçar alguns elementos desse complexo relacional que produziu migrações intensas e vem se apresentando na política governamental denominada de Operação Acolhida, localizada no estado de Roraima, extremo norte do país. Para desenvolvê-las, fizemos revisão de literatura sobre o tema, servimo-nos do recurso de entrevistas em Pacaraima e Boa Vista, relatórios de entidades envolvidas (Exército, ACNUR, OIM, dentre outras), bem como contatos informais com imigrantes e com população autóctone que dialogávamos no cotidiano de nossa presença nos abrigos das instituições de acolhida e fora deles.

A fronteira da/na esperança ...

Autores enfatizam que as fronteiras amazônicas são complexas por inúmeras razões, mas, acima de tudo, pelo fluxo e re-

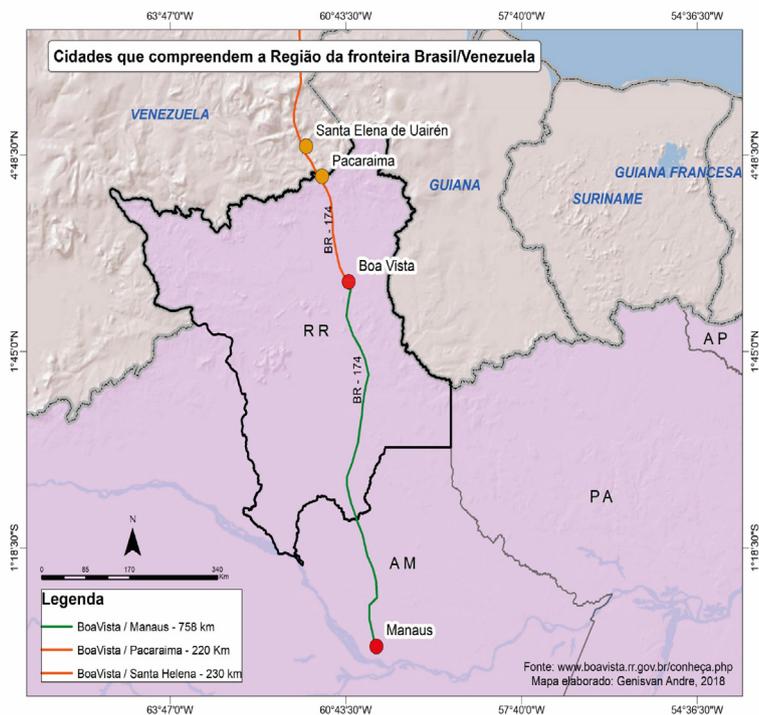
fluxo de imigrantes, seus elementos geográficos, por serem áreas de pouca presença de controles sociais pelas forças de estado, formação de núcleos urbanos, intensa presença de povos indígenas, fronteiras tríplices em alguns locais, fatos esses que fazem com que Becker (2007) enfatize que elas não têm porteiros, nem muros intransponíveis, além de carecerem de impedimentos burocráticos. São essas questões que nos fazem entender a intensa presença de brasileiros na Venezuela pós década de 1970 até alguns anos atrás e, nos últimos anos, a intensa migração de venezuelanos para o Brasil.

Sabemos que as fronteiras territoriais de países podem significar barreiras, dimensões descontínuas, inserções no espaço do *outro*, desproteção, desaprovação da população de um lado dela, mas, ao mesmo tempo, para o caso em questão, ou seja, de entrada de venezuelanos, podem significar abrigo, guarida, inclusão coletiva, sonho de vida melhor, uma estratégia temporária, um caminho/espço para o possível retorno (Vasconcelos, 2021), também uma compensação pela intensa passagem de brasileiros em anos anteriores.

As fronteiras despertam sentimentos e valores que se diferenciam entre os grupos sociais e grupos nacionais. Por isso que são por excelência, espaço de trocas, de relações comerciais, de interesses binacionais e/ou *subnacionais*, de interpersoalidades, de encontros e desencontros de vários sujeitos, portanto, de construção de interações sociais constantes. As fronteiras menos *visíveis* são as que, muitas vezes, podem produzir mais conflitualidades em razão de suas dúvidas que são geradas no outro lado, pelas dívidas, incertezas, mudanças e arraigamentos nos sujeitos sociais (Santos, 2018). Por isso que deslocar-se para além das fronteiras nacionais é uma decisão que implica uma série de elementos. Impactos, mudanças, dimensões relacionais alteradas, dentre múltiplos outros aspectos, acontecem para os que atravessam e para os que incorporam em seus cenários os que chegam. Os municípios de Pacaraima, Boa Vista e Manaus, para

o caso específico de venezuelanos, expressam bem isso em suas múltiplas dimensões.

Ao atravessar a fronteira, deixa-se para trás muita coisa; encontram-se espaços novos e culturas diferentes; incorporam-se expectativas múltiplas tais como o desejo de ganhar dinheiro, adquirir projeção de futuro, inserir-se num país rico, progressista, de bem-estar, aprender coisas novas e idealizar viver do modo que boa parte dos autóctones vivem (maior possibilidade de consumo, em alguns casos, maior democracia, cidadania, direitos, dinheiro no bolso/banco, etc.), receber os ganhos financeiros em moedas de maior valor, aprender/apreender e empreender, fazer algum curso acadêmico e/ou técnico, dentre outras questões. Tais aspectos revelam o desejo de ter uma oportunidade de ascensão socioeconômica, porém, o espaço de origem, para muitos que transpõem as fronteiras nacionais, não é esquecido em seus múltiplos aspectos e sentidos, um deles é expresso pelo envio de dinheiro a familiares e, um outro, é a possibilidade que imigrantes têm de serem indutores de desenvolvimento, quando não de progresso econômico, de retornarem e otimizarem os recursos enviados e poupados durante o período em que estiveram fora (Albuquerque, 2010; 2014; Marin, 2015; Santos, 2018).



Espaços fronteiriços e interligações de maior expressão entre Brasil e Venezuela. Fonte: Mapa elaborado por Genisvan André (2018) a partir da adaptação de informações contidas no site: www.boavista.rr.gov.br/conheça.php. Apud Santos (2018, p. 35).

Imigrantes venezuelanos, ao fragmentar sua família, distanciar-se de seus amigos, de seus espaços de vida no lugar/local, de suas experiências, podem aproximar-se entre si como imigrantes, defender pautas, direitos, produzir um sentimento de pertencimento fora de seu país, construir um “nós” identitário, regionalizado e/ou nacionalizado, um sentimento nacionalista, compreender-se como “imigrantes venezuelanos”, etc. Por isso, como diz Canclini (2008), as fronteiras são móveis, podem produzir hibridismos, disputas diversas entre grupos sociais por espaços de (sobre)vivência, por trocas simbólica e materiais, afirmações identitárias, descoberta e/ou negação do *outro* (Martins, 2009),

momento e espaço onde migrantes podem se tornar e/ou serem concebidos e tratados legalmente e cotidianamente como (e)(i) migrantes; elas são *lugares* de trocas simbólicas e materiais. Desse modo as fronteiras são construções sociais baseadas em passagens, acordos, poderes, convívios, conflitos, associações, etc. (Santos, 2018).



Imigrantes venezuelanos/as chegados em Pacaraima na fronteira com o Brasil. Foto: Luiz Valério. Jornal Extra. Fonte: <https://www.roraimanarede.com.br/noticia/46935/imigrantes-venezuelanos-chegam-a-roraima-cada-vez-mais-miseraveis>

Na realidade, imigrantes atravessam múltiplas fronteiras, idealizam projetos novos, desejos de ir e voltar, ou, então, de permanecer e reconstruir suas vidas. A saída de pessoas de um país pode significar um desastre, como também uma excelente fonte de renda. Nesse horizonte estão presentes as lógicas e representações que alimentam a noção de estado-nação, de cidadania, de nacionalidade. Desse modo e, em razão disso, é que se fala em

cruzar fronteiras, uma ação envolta em relacionalidades políticas, étnicas, identitárias, imbricadas num campo social que transpassa ações para além dos limites, das barreiras e sentidos das fronteiras nacionais, que permanecem nos limites dos dois países; relações diretas e indiretas de sujeitos via confins dos estados nacionais (Albuquerque, 2014).

Entre fronteiras, há múltiplos e variados horizontes e relações, as quais, sem perverter a perspectiva histórica, dão o tom da dinâmica econômica de nações. Na relação migratória de venezuelanos para o Brasil, esse processo está bem evidente. Nesse sentido, fronteiras podem imbricar relações, juntar mais do que separar, dividir ou colocar barreiras, em algumas circunstâncias, reduzir ainda mais a mobilidade individual, reforçar segregações ocupacionais, induzir à participação em atividades ilegais, ou seja, serem mediadoras de situações e de identificações sociais pouco edificantes.



Uma parte do “Muro da Paz”, que separa católicos e protestantes, na cidade de Belfast, Irlanda do Norte. Fonte: foto de Radharc Images/Alamy. Good Friday agreement.

Na ótica das fronteiras, imigrantes podem ser estigmatizados, estereotipados, tipificados, integrados e assimilados em razão de serem diferentes, de outro lugar, “do lado de lá”. Os “do lado de

cá” não têm muitos conhecimentos sobre, podem tratá-los como diferentes e, talvez, com indiferença, como alguém com costumes diferentes, estranho e estranhado, que deve se adaptar ao novo local, de se reterritorializar. Isso tudo demanda uma realidade negociada e reconstruída (Santos, 2018). Porém, a negociação não é tão livre e sem resistências, até porque o imigrante é visto como alguém que “não é daqui, mas está aqui e que, tudo indica, não pretende ficar muito tempo”, como diz Sayad (1999); que busca imprimir valores, crenças que são de um tempo e de vivências anteriores à emigração, que querem fazer valer seus conhecimentos, seus cursos, em geral, não reconhecidos, como uma imigrante que entrevistamos em Boa Vista, que foi professora universitária no curso de enfermagem na Venezuela por mais de 10 anos e, na referida cidade, trabalhava de garçonne em um bar. Disse ela em entrevista que, “tem vezes que nem me reconheço. [...]. Se pensar no que eu era, em tudo o que estudei, me entristece muito. [...]. Jamais eu imaginaria isso, estar aqui; mas é o que deu para mim no momento. [...]. Vim imaginando atuar em algum hospital, até no ensino, mas já entendi que, por alguns anos, isso jamais será possível”. Há uma intensa e forte crise de identidade para muitos imigrantes, além do profundo desencanto com a desconexão entre saberes adquiridos e os espaços laborais “que sobram”.

Grimson (2005) diz que a fronteira traz em si uma contradição, ou seja, ela pode se tornar um limite, mas também um lugar de encontro; ela pode unir extremidades, fazer a mediação para que haja comunicação, diálogo, conhecimento e reconhecimento entre as diversidades. As migrações, que não sejam as denominadas “forçadas”, são processos que podem promover isso (Santos, 2018). Martins (2009) enfatiza que a fronteira é o lugar da descoberta, mas, também do desencontro, pois há temporalidades históricas diferenciadas, experiências de vida que ganharam especificidade em razão dos limites e barreiras das fronteiras físicas e culturais. A situação econômica difícil em seu país e o fato de ter atravessado a fronteira geográfica, produziram, num curto tempo,

mudanças amplas na vida de muitos dos imigrantes venezuelanos; além disso, muitos foram rotulados, estereotipados genericamente em razão dos espaços de trabalho, como trabalhador braçal, desqualificado. “Se eu digo o que eu era e fazia, ninguém vai acreditar, porque eles têm o contraponto do presente, como vão comparar com o que fiz e faço? Não há como, então, é melhor até ficar quieto para não passar vergonha, ou se indignar”, comenta a referida entrevistada, professora, em Boa Vista.

A possível transitoriedade (no trabalho, no lugar, no país, etc.), torna os imigrantes também provisórios, com alguém do não-lugar em múltiplos sentidos, tanto para eles, quanto para os autóctones. Por isso, muitos dos que entrevistamos buscam encontrar estratégias, racionalidades adaptativas, muitas vezes, sujeitando-se, rebaixando-se, humilhando-se, mimetizando-se, assimilando-se para melhor ser tratado, concebido e obter alguma vantagem com isso frente a sua situação precária e imaginada transitória de vida.

Diz Ambrosini (2009) que a percepção da diversidade e da discriminação, mais ou menos explícita, auxilia a reforçar os confins do pertencimento. Há vários tipos de ações transnacionais que conectam pessoas e instituições em espaços distantes (Marini, 2015). Elas constroem campos sociais, interligados além-fronteiras nacionais, colocam imigrantes em contatos com não imigrantes, numa dinâmica social regular de vínculos e em tempos contínuos. Legislações, barreiras físicas, acordos diplomáticos, repatriamento, políticas de incentivo à atração e ao retorno, políticas sociais e de cidadania, normativas e exigências para conseguir vistos permanentes, políticas de regularização coletiva, constituição de campos de refugiados, abertura e fechamento de fronteiras, investimentos financeiros em países de origem de fluxos, dentre outros processos, estão nas atribuições do estado nacional. Não são raras as ações repressoras e a disseminação do perigo da imigração produzidas por determinados governos. Desse modo, a governabilidade das migrações depende muito da dinâmica social,

política e econômica de contextos e de governos, mas acima de tudo, de definição do poder de controlar e gerenciar as fronteiras.



Imigrantes venezuelanos/as chegando em Pacaraima, após atravessar a fronteira.
Fonte: Revista *Veja* (2019).

As fronteiras tornaram-se territórios tensos, em que se encontram indivíduos de vários países, os quais se vêm impossibilitados de migrar de uma forma legalizada, ou seja, pelos caminhos normais que o visto e o passaporte permitem (Rodrigues, 2006). Não é o caso da fronteira entre Brasil e Venezuela, porém, esse é um caso atípico de países vizinhos em que a passagem entre os dois, com exceção do período pandêmico, nunca foi tão conflituosa e/ou que tenha expressado um horizonte de grande barreiras e/ou exigências entre os dois países.

A fronteira, segundo Marini (2015), expressa terra de ninguém, porém, ao mesmo tempo, terra de todos. Nela se encontram múltiplas nacionalidades, línguas, culturas, bandeiras, etc., com um mesmo propósito: transpassá-la, atravessá-la, ir para o lado de lá, para o espaço idealizado. Ela se torna um caminho fechado, mas, também, entrelaça sujeitos, saberes, experiências de vida, motivos, intercâmbios e descoberta de oportunidades. Nela

há oportunidades e oportunismos, gente que quer atravessar e gente que se aproveita da situação para traficar e explorar pessoas em situação vulnerável.¹¹ Nessa dimensão, a desagregação social, a deterioração institucional (Mendes; Silva; Senhoras, 2022; Rodrigues, 2006), o “desespero de famílias e a repressão social por parte do governo Maduro”, como diz um imigrante entrevistado, justificando sua saída do país, fizeram com que houvesse um imenso contingente de saídas para países vizinhos, que fosse acionada a fronteira geográfica, principalmente com países mais vizinhos (Brasil, Guiana Inglesa e Colômbia) e, imprimissem, nesse ato, outras e múltiplas fronteiras (culturais, linguísticas, costumes, história, afetos, etc.) (Rodrigues, 2006; Albuquerque, 2010).

Já mencionamos que o Brasil figurou intensamente como um dos espaços de fluxos de entrada neste início de 2023 (período que estamos escrevendo). Os dados do início de 2023 são muito descontraídos, porém, instituições que atuam nesse campo migratório quantificam em quase um milhão de venezuelanos que atravessaram a fronteira e, na sua maioria, entraram para o estado de Roraima, via município de Pacaraima. Como já dissemos, esse estado fica ao extremo norte do país, distante dos espaços políticos e econômicos de grandes decisões governamentais e dos grandes capitais, região de precária infraestrutura de vias de acesso. Por estar no grande território amazônico, seu isolamento torna-se mais expressivo. Mas, essa não é a questão principal. Na realidade, é um estado que configura regiões deliberadamente periféricas no tocante às políticas públicas, de infraestrutura, etc. Boa parte do estado, historicamente, sempre foi habitada por povos indígenas que receberam pouca atenção até então da esfera pública estatal, não obstante a demarcação da terra indígena Raposa Serra do Sol pelo governo Lula (em abril de 2005) e a questão que envolve o garimpo ilegal e situação precária, vexatória e desumana vivida pelo povo Yanomami e outros na região norte do país (Mendes; Silva; Senhoras, 2022).

¹¹ Ver texto de GONÇALVES, A. “Fronteira: oportunidade e oportunismos”. In: *Niem-Migração* [site], UFRJ. Matéria enviada, em 22/09/2022.

Essas realidades revelam a dinâmica econômica e as relações culturais, sociais e étnicas dessa fronteira específica entre Brasil e Venezuela. Indígenas sempre circularam em seus territórios de pertencimentos interétnicos. A mineração é uma atividade binacional, com seus mecanismos de comércio, suas redes internacionais, com a circulação de moeda tendo a oferta do ouro como lastro; o comércio, dependendo das realidades econômicas dos dois países, possuía um trânsito específico, principalmente bens de consumo e a gasolina; os investimentos, as habitações, as línguas, os contatos, os rituais institucionais religiosos, as otimizações em múltiplos âmbitos, os casamentos mistos, historicamente, sempre se processaram de uma forma a não tanto levar em conta regramentos e controles de fronteira entre Boa Vista e várias cidades da Venezuela, em particular as do estado Bolívar, bem como entre Pacaraima e Santa Elena pela proximidade geográfica, trânsito e habitação de população dos dois países.

Entre Pacaraima e Santa Elena, há décadas, como já mencionamos, sempre houve redes de comércio, de entrelaçamentos de sujeitos para além da dimensão binacional do estado-nação, ou seja, vínculos que se sobrepuseram à dimensão internacional (Santos, 2018). Essas redes redefiniram constantemente processo de fronteira, alterações na organização espacial e relacional, atraindo imigrantes de ambos os lados, dando dinamismos ao cenário amazônico e produzindo um âmbito subnacional constituído por comunidades, sujeitos coletivos e atores sociais de fronteira em seus cotidianos (Machado, 1998). Em dois momentos do período que estivemos em Pacaraima, fomos solicitados para ir à Santa Elena comprar farinha e outros produtos para a padaria, onde auxiliávamos como voluntário. Indagamos quem nos solicitou se não haveria problemas de fronteira, etc., a resposta que obtivemos é que “aqui é normal isso. Ninguém controla. Se é um carro com placa da Venezuela como é o do [nome do funcionário da padaria, imigrante venezuelano], não tem problema. [...]. Quando o preço está melhor lá, a gente vai e compra lá, mas tem de pesquisar sempre”.

Nessa mobilidade mútua entre fronteiras entrelaçaram-se parentescos, casamentos mistos, sobrenomes, constituição de famílias com nacionalidades distintas. Isso produziu historicamente “essa normalidade migratória na região”, como nos disse uma venezuelana que atua como médica em Pacaraima e que realiza trabalho voluntário com imigrantes que vivem em ruas da referida cidade. Desse modo, houve, historicamente, uma condensação de processos econômicos e socioculturais com raízes mais amplas e profundas entre alguns dos municípios, mas por excelência os dois que apresentam os vínculos migratórios mais intensos na atualidade, que é Pacaraima e Santa Elena de Uaiarén. Segundo Santos (2018, p. 102), “muitos brasileiros e venezuelanos que vivem na fronteira Brasil/Venezuela reagem ao fenômeno migratório como uma nova experiência de construção de futuro e, por isso, de contração do tempo e do espaço. Na verdade, as concepções de tempo e de espaço referem-se à memória do lugar e às relações com o passado e, também, à necessidade cotidiana de produzir as condições de realização do trabalho, da sociabilidade e da cultura, respectivamente”.

Enfim, mencionamos isso tudo ligado às dimensões das fronteiras, de uma forma genérica, simplesmente para dizer que é nesse horizonte espacial que imigrantes e refugiados venezuelanos adentram, ou seja, num estado de pouca absorção econômica, num contexto de crise econômica do país, e que, com a Pandemia da Covid-19 e outros fatores, continua em situação precária. Com a chegada de imigrantes, desde 2017, intensificada após 2018, o estado teve de ampliar a rede de serviços em termos de saúde pública, segurança, transporte, abrigos, moradias, dentre outros, que já eram precários anteriormente. O impacto econômico em Pacaraima e Boa Vista, em poucos meses, pós 2017, começou a aparecer, principalmente em termos do crescimento do PIB do estado, na ampliação de bens e serviços, na diversificação econômica, na infraestrutura, nos investimentos e na intensa ampliação de atividades geradas pela Operação Acolhida e pela intensa presença de imigrantes.



Imigrantes venezuelanos/as atravessando a ponte Simón Bolívar em Cúcuta, na Colômbia. Foto; Greg Kahn. Fonte: <https://www.nationalgeographicbrasil.com/cultura/2018/06/para-os-refugiados-venezuelanos-esta-ponte-conecta-o-passado-e-o-presente>.

4. A Operação Acolhida e seus universos relacionais

Já mencionamos na Introdução do presente livro que a constituição do referido programa do governo federal deu-se em razão da intensa presença de imigrantes venezuelanos em Pacaraima e Boa Vista em 2017. Ele é fruto de muitos embates, discussões na esfera governamental, pressões sociais da população destes dois municípios, visibilidade pública da realidade em que viviam imensos contingentes de imigrantes, de apoios internacionais, de presença de instituições mediadoras no Brasil que já estavam tentando amenizar a problemática que a imigração vinha causando nos espaços de sua maior presença. É esse complexo relacional e institucional que se constituiu em razão da presença exclusivamente de imigrantes venezuelanos que o capítulo se ocupará, dando um panorama geral de seus processos externos e internos.

Um campo de ação num cenário ideologizado

As entradas de inúmeras instituições como parceiras e/ou como parte central no complexo de ações da Operação Acolhida não foram sem disputas ou sem processos que delinearão conquistas de espaço. Aqui não temos condições de descrevê-las, nem analisar os elementos que permitiram sua aceitação e ação pelas instituições centrais, como é o caso das forças armadas brasileiras; também não analisamos o que realmente cada uma faz em sua

especificidade, os processos que as interligam, as hierarquias, as complementariedades, bem como as articulações que envolvem as ações de instituições de apoio e auxílio humanitário que estão fora do espaço de controle funcional da Operação Acolhida, como abrigos externos, casas de passagens, instituições promotoras de cursos, qualificações, empreendedorismo, alimentação e outros auxílios prementes, bem como as fontes de recursos financeiros internos (do Brasil) e de entidades externas.¹²

O que podemos simplesmente afirmar é que há um amplo espectro de ações, instituições, envolvimento diretos e indiretos, processos que começaram no início da Operação (em 2018) e que não existem mais, bem como as que foram sendo incluídas no decorrer destes mais de quatro anos de funcionamento. Por isso, é um processo complexo, interligado de fatores e sujeitos, que são dinâmicos e, como consequência, se alteram e se adaptam constantemente, expressam, talvez de uma forma não tão evidente, interesses, pontos de vista, relações de poder, desigualdades, etc.

As buscas por recursos e cooperação financeira, logística, assistências religiosa, dentre outras, sejam elas nacionais ou internacionais, também estão em correspondência com o poder e a performance dos sujeitos envolvidos e suas instituições, dos resultados obtidos, das metas cumpridas, das interiorizações, do controle social, “de não ter mais ninguém dormindo e perambulando pelas ruas, tanto aqui em Pacaraima, quanto em Boa Vista e Manaus”, como ouvimos do Comandante Geral em uma reunião em Pacaraima.

Nesse complexo de relações, de ações e de hierarquias de poder, há múltiplos interesses envolvidos, de quem solicita, de quem financia e de quem recebe. Dependendo da cor partidária do atual contexto político brasileiro, do apoio ou não ao governo Chávez, de décadas anteriores, ou do Maduro, na atualidade, é possível,

¹² Uma análise detalhada sobre isso encontra-se em Vasconcelos (2021), Baeninger; Silva (2018), Zambrano (2021), Albuquerque; Oliveira (2020), Senhoras (2022), Bezerra (2020).

ou não, haver disponibilidade de auxílios. Paradoxalmente, países que promovem embargos e sanções para a Venezuela colaboram para financiar a ONU que, por sua vez, canaliza recursos para a sua participação na Operação Acolhida. O Governo brasileiro, de 2018-2022, produziu inamistosidade com o governo venezuelano e, em razão disso, vem desembolsando uma média anual de quase meio bilhão de reais para auxiliar imigrantes do referido país, mesmo sabendo que boa parte da energia gerada no estado de Roraima é produzida por geradores, na forma mecânica, em razão do corte de fornecimento de redes de transmissão pelo governo Maduro, provenientes de uma central elétrica que foi construída próximo da fronteira em parceria e acordo entre o presidente Chávez e o governo Lula.

O que queremos dizer com isso é que há, no jogo das governanças locais/regionais e globais que envolvem imigrantes, múltiplos interesses, por isso que, para determinados estados nacionais, há imigrantes e imigrantes, alguns passam despercebidos, outros são vítimas de múltiplos processos, outros ainda servem para alimentar discursos xenofóbicos e dividendos políticos. Dádivas, dívidas, relações de poder, redes, hierarquias institucionais, governos e cores partidárias se mesclam nesse jogo da *governança de vulnerabilidades* (Vasconcelos, 2021), a qual tem nos imigrantes seus sujeitos por excelência sob o manto das questões humanitárias e/ou de fronteiras nacionais, mas que atravessam múltiplas destas. Além de que, em nível nacional e governamental, houve um amplo processo que redundou em portarias, reuniões, controvérsias e toda a dimensão política do processo. O importante para nós aqui é que a Operação Acolhida foi constituída e, não se deu de uma forma tão *natural* e consensual em várias das esferas envolvidas, principalmente no interior do corpo ministerial e governamental do período (final de 2017 e início de 2018).

Como já mencionamos, o referido programa governamental atua basicamente em três grandes frentes na gestão do fluxo migratório, ou seja, primeiramente, na recepção, identificação e

triagem de imigrantes; posteriormente, no acolhimento em abrigos e, por fim, na interiorização em vários espaços do país, que demandam trabalhadores (BRASIL, 2021). A Operação Acolhida está em andamento (estamos escrevendo no início de 2023), centrada preponderantemente em dois municípios, Pacaraima e Boa Vista (em Roraima), mas com algumas ações em Manaus (estado do Amazonas). Essa política revela ser algo inédito no Brasil em termos de quantidade de imigrantes, de instituições envolvidas, de montante de recursos públicos, da intensa e centrada presença do Exército, o qual, em parte, já tinha alguma *expertise* em razão da ação humanitária promovida pela ONU no Haiti e, na qual o Brasil esteve presente com papel central em anos recentes.

Quem passar por Pacaraima e Boa Vista atualmente (início de 2023) ficará admirado com a quantidade de tendas de várias cores e formatos; em Pacaraima, a maioria são brancas, assim como centenas de contêineres climatizados; é uma ampla estrutura com vários postos (identificação, recepção, triagem, etc.), escritórios para as principais instituições (forças armadas, ONU, Cruz Vermelha), hospitais, espaços de lazer, refeitório, lavanderia, postos de saúde, corredores com cordas e/ou fitas como se fossem corrimões, que vão orientando os imigrantes para onde passar, para formar filas, para ter controle dos processos burocráticos e não haver tumulto nos atendimentos e garantir a sequência e a lógica dos serviços (Oliveira, 2021).



Parte do complexo de abrigos que envolve a Operação Acolhida em Boa Vista. Fonte: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/2021/outubro/presidente-da-republica-visita-o-centro-da-operacao-acolhida-em-boa-vista-rr>

As ações do macro programa governamental e das inúmeras instituições envolvidas são em grande número, subdivididas e vinculadas a outras de maior presença, de difícil identificação em sua totalidade, até porque muitas não existem mais, outras surgiram, algumas se expressam mais, outras, tornaram-se subsidiárias e estão no campo assistencial de forma parcial, etc. Na sua grande maioria, as ações desenvolvidas, movem-se, primeiramente, no âmbito da legalização documental, viabilização de espaços de abrigos (em geral, em lonas adaptadas para isso), cuidados emergenciais (alimentação, vacinas, saúde), com postos de recepção e identificação (cadastramento junto a Polícia Federal, cartões de entrada e saída do país para os que não possuem passaporte, encaminhamento para os abrigos e outras documentações em correspondência com a demanda dos imigrantes [refúgio ou declaração de residência]) e, por fim, o extremamente idealizado e esperado pelos imigrantes, que é o processo de interiorização (distribuição deles pelos estados brasileiros a partir de uma série de exigências, comprovações e vínculos em redes, para moradia e trabalho).

As ações, deliberações, regramentos, exigências para permanecer no sistema da Operação Acolhida são tantas que é difícil descrevê-las de uma forma minuciosa, até porque, em se tratando de uma realidade de pessoas em *movimento*, muita coisa se altera e/ou foi alterada até então nestes cinco anos de existência. Situações novas demandam ações, envolvimento e presenças de outros atores sociais. Porém, sabe-se que tudo isso, segundo um dos comandantes que entrevistamos em Pacaraima, “não foi até então nada fácil e, não será daqui para frente. Foi muito, mas muito complicado no início. Agora já dominamos boa parte da situação, e as surpresas e os desafios são menores, mas ainda existem. [...]”. A questão não é só aqui no interior geográfico da Operação Acolhida, mas no interior das cidades, tanto aqui de Pacaraima, como também e, muito mais, em Boa Vista, lá em Manaus também; o desafio é diário e, como não se sabe quantos virão amanhã (imigrantes venezuelanos), nem quantos sairão, então é difícil até planejar [...], precisamos sim sempre nos precaver, estar preparados. [...]”. Somos em muitos, mas a centralidade da Operação é das Forças Armadas, do Exército em particular, nas ações principais” (Entrevista direta em Pacaraima – outubro de 2022).

Há inserções diárias de amplos contingentes no interior dos abrigos, principalmente em Boa Vista onde a estrutura é bem maior; muitos preferem outros espaços nas cidades que não sejam da Operação Acolhida, mas a ela correlacionados, em geral, sob o amparo e a organização de entidades religiosas. Em geral, os abrigados podem ficar até um limite de três meses. Segundo entrevistados, esse limite temporal, é muito flexível por múltiplas razões (doenças, não agrupamento familiar, não conseguiu ser interiorizado, ausência de documentação, etc.). A questão da reunificação familiar é um processo também que requer documentação, condições de acolhimento diferenciado, bem como exigências no processo de interiorização que não são fáceis de resolver, principalmente as condições econômicas exigidas para se situar no espaço de destino (Mendes; Silva; Senhoras, 2022; Vasconcelos, 2021; Silva, 2017).

Muitas das ações da Operação Acolhida já ganharam maturação nestes quase cinco anos de efetiva materialidade, principalmente em termos de gestão, infraestrutura, mediações, sensibilização social, políticas públicas, etc. Além das inúmeras instituições públicas (ministérios envolvidos), organismos internacionais, instituições religiosas e Ongs, há a participação de imigrantes e centenas de voluntários no processo de gerenciamento de algumas ações, principalmente durante os dois anos de Pandemia da Covid-19, para a execução de protocolos, controlar contágio, tratar os infectados, educação sanitária, limpeza, segurança nos abrigos, dentre muitos outros processos. No período pós-pandêmico, vimos também a intensa presença de imigrantes venezuelanos atuando como voluntários ou como trabalhadores remunerados em várias ações principalmente no campo da assistência alimentar, na confecção de alimentos, na assistência sanitária, no auxílio aos elementos centrais da Operação, que são acolhimento, alimentação, abrigo e interiorização. Gerenciar esse processo que, em geral, nesse período todo, houve momentos que ultrapassava a presença de dezenas de milhares de imigrantes venezuelanos em seus abrigos, sem experiência prévia de muitas instituições, revelou ser de difícil execução.¹³

¹³ Segundo Albuquerque e Oliveira (2020), entre 2018 e 2021, o Governo Federal canalizou recursos no valor, em média de 280 milhões de reais anuais para as ações da Operação Acolhida. Para 2022, não dispomos de dados, porém, segundo informações que obtivemos com o comando do Exército em Pacaraima em entrevista, houve, em 2022, verbas suplementares em razão dos serviços prestados, dos custos maiores da interiorização e do aumento do número de imigrantes, principalmente de indígenas.



Vista de parte do complexo de abrigos da Operação Acolhida em Pacaraima. Foto: Operação Acolhida – Divulgação. Fonte: <https://www.resgateaeromedico.com.br/acao-humanitaria-operacao-acolhida-recebe-e-presta-assistencia-aos-imigrantes-venezuelanos-em-raraima/>

Em Pacaraima, conversamos com militares a respeito de muitos imigrantes chegarem na fronteira em situação muito precária, sobre o fato de muitos deles não solicitarem a mediação e o amparo da Operação Acolhida. As respostas foram várias, mas a que mais esteve presente foi que muitos deles haviam terminado os recursos e conseguido chegar até Santa Elena, o fato também de que muitos não tinham a noção das distâncias, haviam optado por seguir caminhando até Boa Vista, distante 200 km, muitos não compreendiam as intenções da Operação Acolhida, achavam que era um acampamento para pernoitar e nada mais, o fato também de muitos terem sido atraídos para ir até Boa Vista e não permanecer em Pacaraima em razão de que, nesta última cidade, não havia possibilidade de emprego, além de que, segundo a fala de um militar da Operação, “é muito comum para eles pegar carona em caminhões e, nessa situação, muitas mulheres acabam se prostituindo, ou entregando alguns pertences em troca desse traslado”.

Um oficial do Exército nos disse que a Operação atua “nas consequências dessa realidade que eles estão vivendo; não atuamos nas causas e, nem temos condições para isso; não desejamos repatriar ninguém; esse era o temor de muitos dos que chegavam no início da Operação, até por volta do final de 2019; depois com a Pandemia, as coisas ficaram mais complicadas, porque muitos chegavam pelos atalhos e não passavam pela fronteira dos dois países e nem da Operação e, ficavam perambulavam pelas ruas. Veio o fechamento de fronteira, daí se obrigaram a entrar nos abrigos” (Entrevista com militar que atuava na Operação Acolhida em Pacaraima, novembro de 2022).

A especificidade dessa imigração terrestre de venezuelanos/as expressa também conflitualidades no âmbito econômico, político e de poder, revela desigualdades e hierarquias do capitalismo mundial, de busca de controles por recursos energéticos (no caso, o petróleo), a porosidade de fronteiras nacionais nesse mundo que se diz global e de confins deslizantes; manifesta as contradições econômicas de processos de desenvolvimento, de oportunidades, de falta de condições para bem viver, a concentração de renda, os macroprocessos que estão alterando o mundo do trabalho. A imigração dos referidos sujeitos em questão representa tudo isso e muito mais, não muito diversa de outros imigrantes e nacionalidades em várias partes do mundo, inclusive para o Brasil e do Brasil para outras fronteiras nacionais.

Como forma de não permitir explicitações de maiores contradições e conflitualidades, governos, aliados com grandes capitais (que são os promotores, em boa parte, dos processos contraditórios presente nessa realidade migratória), buscam localmente, aonde os fluxos se evidenciam, acolher, regulamentar, gerenciar, defender a sociedade autóctone do estrangeiro, do desconhecido, daquele que pode promover a desestabilização social, que pode se tornar uma ameaça. Como diz Vasconcelos (2021, p. 271), “dicotomias como segurança/humanitarismo, problema/oportunidade se interseccionam e produzem paradoxos no acolhimento

dos/as recém-chegados/as. [...]; são vítimas para uns e agressores para outros; vulneráveis para alguns e aproveitadores/as para os contrários. Os/As forasteiros/as venezuelanos/as, por sua vez, lançam mão de distintos agenciamentos e se esforçam para modificar a percepção de indesejáveis para desejáveis. Melhor receber doações como vulnerável do que despertar desconfiança como aproveitador/a”.

A resistência de muitos imigrantes a se inserir no interior da Operação também, acreditamos e/ou inferimos nós, deve-se a que muitos deles vivenciaram uma estrutura social e política com grande controle militar, com reduzido poder de contraposição e, ao chegar ao Brasil, ao atravessar a fronteira, em Pacaraima, já se depararam com um amplo processo de organização e controle social também militarizado.



A luta por obter um prato de comida entre imigrantes venezuelanos/as e ação de voluntários/as em oferecê-la, é uma realidade cotidiana nesses quase cinco anos de sua intensa presença em Boa Vista e Pacaraima. Foto: Emily Costa/G1 RR/Arquivo

A presença indígena: especificidades, conflitualidades e desafios

O referido Programa contempla também indígenas venezuelanos de várias etnias, com preponderância da Warao, Pemon, Eñepa e Kariña os quais possuem acampamentos/abrigos em Pacaraima e Boa Vista. Eles são contemplados pela Operação Acolhida, com um tratamento e atendimento particularizado, ações específicas, etc. Diz uma liderança religiosa, que acompanha diariamente e promove ações no interior dos referidos acampamentos indígenas, por ocasião de uma entrevista em Pacaraima, que “eles não reivindicam trabalho, e, sim terra para eles. Vai ser difícil, porque há essa luta dos indígenas no Brasil e, nada é feito, então, não sei o que vai dar com eles; é um problemão que se tem pela frente. [...]. Eles são diferentes, são indígenas; tem de atuar diferente com eles, por isso o estado está controlando mais. [...]. Mas tem muito conflito lá com eles. [...]. Como te falei, é um problema a ser enfrentado”.

Houve já processos de interiorização de indígenas, porém, para inserção em outras terras indígenas do Brasil. Segundo dados obtidos em entrevista junto ao Comando do Exército em Pacaraima, havia em novembro de 2022, mais de seis mil indígenas em abrigos da Operação, ressaltando a intensa mobilidade (entradas e saídas, retorno à Venezuela e/ou inserção em grupos de indígenas brasileiros, os quais sempre compuseram sua mobilidade e territorialidade, bem como afinidade cultural e linguística), além dos que se deslocam do interior dos agrupamentos (abrigos e comunidades) e passam a se inserir em meio à população não-indígena no Brasil e buscam trabalho e sobrevivência fora de seu núcleo original (Cirino, 2020).



Terras indígenas São Marcos e Raposa Serra do Sol em Roraima. Fonte: Zambrano (2021).¹⁴

Em Pacaraima, estivemos várias vezes em espaços onde indígenas da etnia Warao vendiam seus artesanatos, principalmente nas imediações do complexo físico da Operação Acolhida. Aproveitávamos a oportunidade para conversarmos sobre sua história, como chegaram em Pacaraima, suas demandas e idealizações. Percebemos que é um grupo que, nas últimas décadas, vem migrando muito em razão das expulsões, inexistência de um território fixo e demarcado na Venezuela, vitimado pelo agronegócio e mineração, mas, acima de tudo, pelo descaso governamental. Informam alguns dos nossos interlocutores que eles idealizam pressionar o governo para obter terra na Venezuela e no Brasil, que o fato de terem atravessado a fronteira com o Brasil representa para eles a inexistência de espaços no país deles, que já não têm para onde migrar. Entrevistados indígenas expressam profunda preocupação com as mudanças culturais, com a dispersão territorial como estratégia

¹⁴ Pode ser visto também no site do jornal *Folha de São Paulo*. Disponível em: https://www.researchgate.net/figure/Figura-3-Mapa-deRoraima-com-delimitacao-da-Terra-Indigena-Raposa-Serra-do-Sol-Fonte_fig1_336646720.

para sobreviver, dentre outras questões; enfatizam que sempre foi parte de sua cultura, de suas relações parentais e de mobilidades as interações com povos no Brasil, que era comum atravessarem fronteiras nacionais. Para eles, a mobilidade territorial para além da fronteira nacional, em situação de normalidade de vida, há outros significados, mas que, agora, ganha novos contornos. Eles estão sob controle militar, enclausurados num ambiente diminuto, com novas demandas, enfim numa estratégia que, na sua idealização, pode lhes trazer algum fruto frente a essa situação conjuntural de crise em seu país de origem. No entanto, essa situação pode também expressar mudanças profundas em razão dos limites que os acampamentos apresentam e as relacionalidades produzidas, as quais, em geral, reduzem o poder da hierarquia indígena e centraliza as determinações externas (militares, Funai, Igreja Católica e Evangélicas, bem como outros órgãos da Operação Acolhida).

Autores enfatizam, bem como ouvimos em nossas entrevistas com religiosos e membros do Exército que atuam junto a esses grupos, que há inúmeras questões conflituosas, de difícil gerenciamento pelos órgãos responsáveis em razão da especificidade da questão, da pouca ou inexistente presença da Funai, principalmente nos primeiros anos de acampamento, do fato de serem indígenas estrangeiros, de expressar uma realidade nova (a presença de indígenas não estava na dinâmica das ações da Operação), do fato de suas demandas serem diferenciadas junto ao governo brasileiro, de não terem condições adequadas nos abrigos para obter renda, desenvolver aspectos culturais e educação adequada, de serem comandados e controlados pelo Exército Brasileiro, de terem a sua costumeira mobilidade dificultada, de não poderem receber visitas de indígenas e não-indígenas de uma forma que não seja sob vigilância, autorização e controle, a não ser que as pessoas de entidades assistenciais e/ou de direitos humanos e de suas representações do Brasil e da Venezuela; reclamam também do fato de não haver abrigamento com configuração específica para essa população, de haver misturas étnicas no interior de abrigos, dentre outras questões. Vimos muito disso em entrevistas, presenciamos

situações de conflitos nos portões dos abrigos, em conversas aleatórias com indígenas fora deles e com pessoas que atuam em seu interior, membros de entidades assistenciais e religiosas.



Acampamento de indígenas Warao e E'ñepa em Boa Vista; ele é parte dos vários acampamentos indígenas presentes no programa da Operação Acolhida. Fonte: <http://bitly.ws/IcRM>

Famílias de indígenas Warao¹⁵ foram chegando de uma forma bastante significativa, tanto em Pacaraima, quanto Boa Vista e Manaus, a partir de 2017; chegaram com transporte rodoviário, ou a pé de Santa Elena e se direcionavam para Pacaraima. Muitos deles,

¹⁵ Segundo Castro (2000), os Warao constituem-se de uma parcialidade indígena que habitava o estuário do rio Orinoco; porém, com os projetos hidrelétricos e portos nesse território, tiveram de migrar. E, essa dimensão passou a ser constante em razão de apropriação privada de territórios que eles iam ocupando. Muitos deles passaram a habitar em cidades como Caracas, outros migraram para a Colômbia e o Brasil. Tornou-se, na realidade, um grupo nômade em razão das constantes expulsões pela pressão fundiária e/ou por projetos públicos justificados, por governos, como de interesse nacional e de desenvolvimento. Boa parte dessa comunidade atualmente vive do artesanato; em razão de sua situação precária de sobrevivência, foi obrigada a fragmentar-se, viver em pequenos grupos em espaços múltiplos, inclusive no espaço urbano como operários, trabalhadores informais. Os que migraram para o Brasil e estão no interior da Operação Acolhida formam um agrupamento e possuem uma demanda específica que é a obtenção de terras no Brasil, em particular, no estado de Roraima, fato esse que lhe permite a circulação pela territorialidade sempre existente entre os dois países.

logo no início, foram acolhidos em abrigos da Secretaria de Assistência Social do Estado de Roraima, outros foram para casas e abrigos alugados por instituições públicas e/ou religiosas, as “casas de passagens”, espécie de residências temporárias até receber um espaço mais adequado. Essas casas de passagens ainda hoje existem em Boa Vista. Visitamos algumas delas com dezenas de imigrantes venezuelanos e sob a gestão financeira da Igreja Católica e/ou da Pastoral Universitária junto à UFRR (Universidade Federal de Roraima) (Vasconcelos, 2021; Silva 2017a; Machado, 2020). Percebemos que há uma intensa demanda por esses espaços em razão de que possuem “mais liberdade”, muitos dos próprios imigrantes gerenciam os estabelecimentos, a alimentação é variada e elaborada pelos habitantes das casas e, também, por haver uma interface com a Operação nas questões ligadas à interiorização.

Como enfatizamos, a presença indígena redefiniu processos no interior da Operação Acolhida, ocasionou um grande alvoroço, pois ninguém sabia como proceder, “quem deveria ser responsável por eles, que Ministério, se era a Funai, se era a ONU, enfim, se daria ou não para colocá-los todos juntos com não-indígenas”, como nos disse uma religiosa que acompanha um dos acampamentos em Pacaraima. Informa a interlocutora que as demandas indígenas eram outras e eles não queriam ser contemplados pela interiorização, além da especificidade cultural, religiosa, alimentar, linguística, territorial (é um grupo étnico que possui uma ampla territorialidade circulatória, inclusive abarcando regiões do norte do Brasil), comunicação intercultural, assistência à saúde, de ingerência política e de gestão pública (SANTOS et al, 2018; Vasconcelos, 2021). “Ninguém tinha até então experiência para lidar com a situação”, diz a interlocutora. Grupos ligados aos estudos indígenas de universidades públicas do estado de Roraima e do Amazonas, bem como da Organização Internacional das Migrações (OIM), juntamente com organismos internacionais ligados aos indígenas foram acionados e auxiliaram e assessoraram as instituições ligadas à Operação Acolhida para encontrar caminhos

de gestão e de acolhimento deles de uma forma diferenciada (Vasconcelos, 2021). Mas, ao que pudemos perceber, os desafios foram e continuam sendo grandes. Para os não-indígenas que estão inseridos na Operação, a idealização é o processo de interiorização para trabalho e moradia, mas, para os indígenas, não há até então nada em evidência no sentido de alguma solução. Acreditamos que as dificuldades serão maiores. As mediações governamentais e institucionais responsáveis pela acolhida humanitária realizam ações mais objetivas e concretas em termos de resultados com os não-indígenas (Cirino, 2020).

De qualquer forma, os indígenas atestaram que o país não estava, e ainda não está, preparado, em vários âmbitos, para atender ao amplo contingente que estava chegando diariamente da Venezuela. A partir do final de 2017 e, mais intensamente, no início de 2018, com a estruturação da Operação Acolhida em Roraima e logo depois em Manaus, com a ampliação do pessoal especializado de instituições de auxílio humanitário (ACNUR e UNICEF, Cruz Vermelha), bem como de outros órgãos ligados aos indígenas, houve uma tentativa de estruturação logística e administrativa, a qual viabilizou junto aos órgãos federais alojamentos, abrigos diferenciados para os indígenas dentro dos protocolos internacionais e regras de conduta de uma “gestão humanitária” e das políticas de abrigo do Governo Federal (Vasconcelos, 2021; Silva, 2012; Santos *et al.*, 2018).

Já mencionamos que há abrigos de indígenas venezuelanos fora dos espaços e do controle da Operação Acolhida. Isso é fruto de conflitos entre comandos indígenas e o comando da Operação, das dificuldades e limites vividos pelos indígenas (falta de alimentação, escola para filhos, má gestão e/ou falta de legitimidade do Exército Brasileiro em suas deliberações). Vimos muitos indígenas nas ruas de Pacaraima e Boa Vista, bem como em alguns espaços que eles produziram como *funcionais* para as vendas de seus produtos, principalmente no centro de ambas as cidades e/ou nas proximidades das portas principais de entradas dos abrigos da

Operação, onde circulam muitos militares, funcionários das agências internacionais e nacionais, pessoas em geral.



Indígenas Warao vivendo fora de abrigos em Pacaraima e fazendo um apelo público para auxiliá-los em suas demandas por alimentação. Fonte:<https://racismoambiental.net.br/2019/02/20/imigrantes-em-roraima-indigenas-warao-sem-abrigo/>

Em geral, esses grupos que se constituem informalmente, são auxiliados por instituições religiosas, Ongs, dentre outras, além da produção e venda de seus artesanatos principalmente nas cidades de Boa Vista e Manaus. Em conversa com uma religiosa que acompanha um dos abrigos dos Warao em Pacaraima, ela enfatizou a dificuldade de gerenciamento deles em razão de que “eles sempre migraram, sempre estiveram na estrada, dizem que já andaram por toda a Venezuela”; a mobilidade em suas territorialidades e junto às parcialidades que se constituíram no decorrer de muito tempo, são, como já mencionamos, parte de sua cultura. “Eles chegam e partem, não ficam muito no acampamento, mas daí é sempre muito complicado, gera conflito com o Exército. [...] Tem vez que sobra muita comida, porque tu pensa que tenha uma quantidade de indígenas e, em vez, tem outra, bem menor; com isso, muitos venezuelanos ficam no portão de entrada para ganhar a comida que é levada para eles, as marmitas que sobram, daí vira aquela bagunça no portão do acampamento, de gente disputando a comida que era

para os indígenas. [...]; tem vez que chega a formar confusão. Os imigrantes contam com essa marmitta que sobra”.



Acampamento improvisado de um pequeno grupo indígena Warao, fora da Operação Acolhida. Foto: Poder360, 21/02/2023. Fonte: <https://www.poder360.com.br/brasil/venezuelanos-vivem-dificuldades-em-abrigo-improvisado-em-roraima/>

Como vimos em nota de rodapé anteriormente, migrar para eles, historicamente, tornou-se uma estratégia em razão do avanço das invasões e expulsões de seu território e para não serem mortos pelas milícias, pecuaristas, mineradores que invadem suas terras na Venezuela (Vasconcelos, 2021; Albuquerque; Oliveira, 2020). Desse modo, eles vivem em grupos, produzem muito artesanato e encontram nichos de mercado ou constroem seus mercados como o evidenciado em Pacaraima e Boa Vista, também em Manaus, para os que estão fora dos abrigos. Por serem exímios migrantes, eles não se adaptam e, reagem frente aos regramentos locais, às formas de proibição e limites de circulação. Eles possuem seus regramentos, suas relações de confiança, sua comunicação cultural e linguística, suas dádivas, as quais baseiam-se, em grande parte, no parentesco, na reciprocidade, fatores esses que desafiam as autoridades da Operação Acolhida. Tivemos ocasião de entrar em duas oportunidades no interior dos abrigos (os indígenas denominam

de acampamento ou “as carpas”), porém, sempre com muito cuidado, muita dificuldade para dialogar com eles e, o que podemos dizer pelas falas deles, é que esse espaço controlado, representa uma parada para uma nova passagem, rumo a um outro espaço, ainda desconhecido. Eles enfatizam que o estado de Roraima é muito grande, há terras indígenas de tempos imemoriais, grupos que fazem parte de suas interações e, que a fronteira de um outro país, para eles, possui pouca implicação.

De um modo geral, acolher, como diz Vasconcelos (2021), é um ato que pressupõe aceitação e retribuição, que define um hóspede e um que recebe (anfitrião), um que dá e um que recebe e, esse último, se sente na obrigação de, ao seu modo, e com as condições que dispõe, retribuir. Na dimensão da dádiva, quem dá, define processos relacionais e demarca também relações que podem ser de poder. A Operação Acolhida, como seu nome diz, busca acolher, fornecer alimentos, moradia temporária, segurança e mediação na possibilidade de encontrar trabalho em todo o país. Por isso, não querer abrigo oferecido pela política pública brasileira pode ser um ato de recusa de uma doação, de ajuda, de ser mal-agradecido, como uma recusa de um presente, de não reconhecer o esforço do país a que está inserido e que lhe permite permanecer por um período.

Desse modo, quem é acolhido, incorpora obrigações, interesses de quem a pratica e a retribuição se dá na forma da aceitação do controle, do regramento e, deveria retribuir com gratidão e reconhecimento. Em nossas atividades de auxílio na aprendizagem da língua portuguesa junto a um abrigo para mães com filhos pequenos, uma das responsáveis pela casa argumentava, ao chamá-las para irem ao curso ou informá-las que “o professor chegou”, “que vocês têm de agradecer que vem alguém aqui, de graça, ensinar vocês, que é para o bem de vocês, depois não vão saber falar, não vão arrumar emprego nenhum e vão se dar mal e querer voltar. Agradeçam por isso. [...] Se vocês estão aqui, sustentadas, com cama, mesa e abrigo, devem seguir as regras, acatar o que

é oferecido e agradecer por isso”. Muitas resistiam em participar em alguns dias de nossos cursos por motivos variados: o horário das aulas, a necessidade de amamentar o/a filho/a, desilusão em relação à possibilidade de ser interiorizada, de encontrar trabalho, com a própria situação de vida, uma forma, talvez, de se contrapor ao funcionamento, regramento, controle exercido pelos/as gestores/as da casa, etc. Para quem gerenciava e insistia para que houvesse a presença delas nas aulas, elas deveriam expressar gratidão, seguir o combinado previamente, cumprir as regras, retribuir com a participação presente e com a aprendizagem.

Enfim, vimos neste sintético capítulo que a Operação Acolhida surge num contexto que demandava controle, regramento, abrigo e distribuição de imigrantes venezuelanos que estavam, partir de 2017, chegando de uma forma inesperada, descontrolada e desesperadora. Isso produziu reação social, mudanças, novas exigências e ações por parte da população autóctone, de entidades públicas e assistenciais nos locais de destino, bem como olhares da mídia nacional e internacional. Nesse sentido, houve, então, uma forte ação pública para evitar maiores conflitualidades e, a solução encontrada foi o abrigo exclusivo aos imigrantes venezuelanos. Junto a esses, migraram grandes contingentes de indígenas que também passaram, de uma forma diferenciada, a constituir o público-alvo da Operação Acolhida. A presença deles demandou alterações nos processos, novos desafios, envolvimento de outras entidades, bem como a busca de alternativas, as quais até então, nada se evidenciou, para além da interiorização. No próximo capítulo, veremos algumas das ações presentes no interior da referida operação em razão da presença de um amplo campo assistencial institucional.



Inúmeras são as dificuldades enfrentadas por imigrantes venezuelanos/as e colombianos/as para chegar aos Estados Unidos, principalmente ao atravessar o Panamá. Fotos: Getty Images. Fonte: <https://elvenezolanocolombia.com/2022/02/el-terro-rifico-e-intransitable-paso-por-el-tapon-del-darien/>.



Imigrantes venezuelanos/as em rua de Pacaraima. Foto: Folha UOL – Mundo; em 12/09/2021. Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2021/09/numero-de-refugiados-venezuelanos-desabrigados-explode-na-fronteira-brasileira.shtml>

5. A ampliação do campo institucional e o controle social

Entendemos que as atuações da Operação Acolhida se processam em campos relacionais que, em tese, beneficiam os dois lados, os venezuelanos, que são acolhidos, retirados das ruas, abrigados e, no estágio final, interiorizados. Essa ação é vista com bons olhos pelos habitantes das cidades de Pacaraima e Boa Vista; porém, há os que criticam o atendimento oferecido a eles (abrigo, comida, vacinas, assistência geral à saúde, teste grátis de Covid, gratuidade dos deslocamentos para Boa Vista e, de lá para locais de interiorização), ações essas que, em boa parte, autóctones não possuem. Há quem diga também que as Forças Armadas brasileiras poderão ganhar um dinamismo maior e diferenciado, uma *expertise* na mobilização tropas para ações humanitárias, receber verbas, desenvolver dimensões solidárias, parcerias com instituições nacionais e internacionais, contribuir para uma performance positiva do país junto às agências humanitárias internacionais como a ONU, Cruz Vermelha, dentre outras.

Nesse universo de interesses, centralidade de poder, controle social, reconhecimento e instituições variadas, estão os imigrantes venezuelanos. O capítulo analisa alguns desses processos polêmicos e que podem revelar uma *comunidade de interesses* envolvidos na roupagem da *dimensão humanitária*.

Algumas estratégias e racionalidades adaptativas

Há uma dimensão entendida e/ou concebida pelos militares que compõem a Operação Acolhida como sendo humanitária; fala-se em “Acolhida Humanitária”, “Ajuda Humanitária”, algo que, como diz Vasconcelos (2021), se expressa como inédito, não tão convencional em se tratando de militares e, em particular, de Exército brasileiro; como já mencionamos, não é o comum de sua doutrina e/ou formação, muito menos de suas ações até então no interior do país.

Imigrantes entrevistados em Pacaraima (novembro de 2022), que viviam fora dos abrigos da Operação, justificavam que preferiam isso, ou seja, muitos deles alugavam algum espaço de moradia ou moravam na rua em abrigos em frente de casas, empresas e prédios residenciais, recebiam alimentação de entidades religiosas e Ongs e não se submetiam às regras do Exército nos abrigos oficiais. Na cidade de Pacaraima, no período que ficamos lá, havia centenas para não dizer milhares nessa situação. Em Boa Vista, esse processo era intenso, principalmente nos entornos da Rodoviária e dos próprios abrigos oficiais, bem como havia algum tipo de abrigo em residências alugadas, casas no entorno de paróquias, gerenciadas por instituições religiosas. Em nossas entrevistas, pudemos constatar que havia alguns motivos para isso: a falta de vagas nos abrigos da Operação e/ou condições não boas em seu interior, a possibilidade de encontrar algum tipo de trabalho nas cidades, a liberdade para se mobilizar, de encontrar alimentação em frente a restaurantes, recebimento de marmitas entregues pela Caritas e entidades de religiosas, doação de pessoas, bem como alguma torneira pública de água para lavar a roupa e fazer higiene do corpo, dentre outros fatores.



Venezuelanos/as acampados/as e sendo vigiados/as por militares ao redor da rodoviária em Boa Vista - RR. Foto: Alan Chaves/G1 RR. Fonte: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/operacao-retira-mais-de-400-venezuelanos-abrigados-no-entorno-de-rodoviaria-em-boa-vista.ghtml>

Segundo entrevistas com representantes de entidades religiosas, que atuam com imigrantes venezuelanos em Pacaraima e Boa Vista, alguns nos disseram que o momento atual (2022) era bem menos conflituoso: “agora não é nada; queria que você visse em 2018, aí sim era triste ver milhares e milhares na rua, dormindo embaixo de marquises, em casas abandonadas. Agora está tudo muito melhor; há problemas, mas muita coisa se encontrou solução. [...]. Nossa, não dá nem para comparar. Há quem dá comida; tem muita organização agora. Anos atrás, não tinha nada; era só gente pedindo comida, crianças com fome, uma tristeza e um desolamento total. Mas não eram 10 ou 20, eram centenas, ou teve momentos que eram em milhares. E, o que fazer? [...]. Mas, ainda hoje tem muitos deles trabalhando, fazendo biscates para cá e para

lá onde encontram, em troca de um prato de comida. Matar a fome do dia passa a ser o grande dilema cotidiano deles. [...]. Quem está fora da acolhida [Operação Acolhida] passa por isso ainda hoje. É uma luta diária” (Entrevista com religiosa que presta atendimento a imigrantes em Boa Vista, em novembro de 2022).



Imigrantes venezuelanos/as sem abrigo em espaços públicos na cidade de Boa Vista. Foto: Felipe Medeiros/Amazônia Real. <https://amazoniareal.com.br/operacao-acolhida-nao-cumpre-promessa-a-refugiados-venezuelanos/>

Entidades de direitos humanos e das igrejas denunciam a exploração da força de trabalho por empregadores em Pacaraima, Boa Vista e Manaus. Falam que eles pagam “no máximo R\$ 10,00 ou, no limite, R\$ 15,00 por dia”; que há exploração sexual de adolescentes, riscos de tráfico de crianças, etc. Venezuelanos entrevistados dizem também que não são bem acolhidos, “muitos dormem na rua aqui [Pacaraima] porque não têm lugar nos abrigos; se vai transferir todos para Boa Vista, dizem que o custo é alto e que não tem dinheiro, que é final de governo e inventam outras coisas. [...].

É gente na rua, no sol e na chuva. Tem os que ajudam, mas acho que não dão conta, é muita gente” (Entrevista com Venezuelano que morava na rua em Pacaraima há mais de seis meses, porém, esteve em abrigo da Operação, mas, saiu por motivo de temor do Covid e, por achar que o ambiente não era bom, “muito controle lá [nos abrigos] e, eu tenho família para sustentar, preciso encontrar alguma coisa para fazer para ganhar dinheiro”).

Segundo os dados divulgados pelo comando da Operação, de junho a setembro de 2022, houve um aumento de 65% das entradas de venezuelanos; foram registradas 7.596 entradas no município de Pacaraima em junho; 8.428 em julho; 11.781 em agosto e; 12.649 em setembro; 15.678 em novembro (OIM, 2022). Em novembro de 2022, houve o registro de mais de 15 mil entradas (informações do comando da Operação em reunião com entidades, no dia 07/12/2022).¹⁶ É importante frisar que essas são entradas oficiais, ou seja, as que passam pela Operação. Há um imenso contingente “que passa reto”, como nos disse uma religiosa que atua com mães venezuelanas, mães sem a presença dos pais das crianças, em Pacaraima. Esses não são contabilizados, pois preferem serem inseridos no país através de suas redes de parentesco, familiar, de amigos e de conterraneidade, com pessoas que já estão interiorizadas e/ou inseridas informalmente no Brasil.

Vimos que no interior das “carpas” (como os venezuelanos denominam as tendas/abrigos), há muitos funcionários venezuelanos, assim como voluntários, esses principalmente para atuar em ações que os militares definiam como sendo de lazer, ou, então, como “desestressores sociais”, ou seja, ações que produzem brincadeiras que os envolvem, ouvir músicas venezuelanas, fazer encenações teatrais, momentos lúdicos variados (Vasconcelos, 2021; Zambrano, 2021). Essa era uma estratégia para fazer frente ao cotidiano dos abrigos, ao tempo longo de espera para a interiorização, bem como nas atividades burocráticas que “muitas delas

¹⁶ Informação obtida pelo *WhatsApp* junto a uma responsável por uma entidade religiosa que participou da reunião.

chegam de levar o dia todo para os encaminhamentos de documentos, que começa com a ida para a Polícia Federal, depois para a área da saúde, vacinação, exames e, segue para outras documentações, sejam elas de refúgio ou de residência temporária”, disse-nos uma religiosa que atua com abrigos fora das tendas oficiais, mas que possui intensa circulação em todos os espaços burocráticos da Operação Acolhida. Após um dia de intenso envolvimento com documentação e ações normativas da Operação, as quais demandam tempo longo de espera, de viagens de locais distantes e noites mal dormidas para chegar até a fronteira, de temores pela situação desconhecida, de intenso calor e muitos deles/as com fome, torna-se necessário encontrar momentos promotores de algum tipo de descontração. Isso é fundamental também para quem já está no interior dos abrigos há mais tempo em espera para ser interiorizado ou transferido para Boa Vista, ou alguém que aguarda documentos vindos da Venezuela ou de confecção pelos órgãos governamentais brasileiros. Relatando sobre alguns dos procedimentos burocráticos e as dificuldades, Vasconcelos (2021, 104), diz que,

Contudo, além dos aspectos burocráticos, existiam problemas de ordem estrutural como, por exemplo, o acesso ao sistema. Quando parava de funcionar, era necessário uma longa espera até o retorno das atividades. *Ao meio dia eram visíveis os sinais de cansaço e esgotamento físico das pessoas que esperavam.* Alguns vencidos/as pelo cansaço dormiam sentados/as com a cabeça entreposta entre os joelhos, crianças de colo choravam com sede e fome. Ao meio dia era servido um copo de sopa para quem aguardava o atendimento (Grifo nosso).

As estratégias eram múltiplas no período de nossa pesquisa, e, tudo indica que continuam sendo, desde permitir reagrupamento de membros da família que, por alguma razão, não puderam permanecer juntos na mesma tenda, uso de telefone gratuito para comunicação internacional dos imigrantes (com familiares, amigos, etc.), orientações sobre doenças, necessidade de higiene, legislação

migratória, etc., grande parte, em língua espanhola (Vasconcelos, 2021; Senhoras, 2022). Vimos muito isso em Pacaraima e em Boa Vista. Essas atividades, em geral, eram desenvolvidas por voluntários/as venezuelanos/as. Esse processo revelava, e ainda continua, também uma tentativa de dar uma dimensão e/ou representação mais humanitária dos militares tendo sempre presente que a sociedade venezuelana desde o governo Chávez e, exacerbada agora no segundo governo do Presidente Maduro, foi e, continua sendo, intensamente controlada pelas forças militares e, isso para os imigrantes poderia estar muito presente (Vasconcelos, 2021).

Em entrevistas, quando indagados sobre as condições, as ações cotidianas nos abrigos, não era incomum o fato de que muitos se sentiam agradecidos por ter tido esse tipo de auxílio e por estar aguardando com ansiedade a possibilidade de encontrar trabalho e ser interiorizado. No entanto, também não era incomum narrativas contrárias ao exagero de regramento, do fato de controlar a saída e o horário de entrada, ainda que enfatizavam que “os militares nos tratam bem”, “são acolhedores, amistosos, flexíveis, que não os agridem física ou verbalmente”, “são diferentes dos da Venezuela”, de suas experiências vividas principalmente com militares da gestão do Presidente Maduro. Não temos condições de avançar nessa questão, pois não adentramos por esse tema com nossos interlocutores. Talvez essa concepção de que os militares do Brasil, ou, particularmente, os militares no interior da Operação Acolhida, sejam mais amistosos, menos truculentos e controladores, deve-se justamente à política pública referida, bem como às parcerias que são feitas com instituições de acolhida humanitária como é o caso da ONU, do campo religioso e de Ongs variadas. São ações pedagógicas que, no nosso entendimento, são diferenciadas pela sua especificidade e objetivos, não tão comuns, como já falamos, à formação geral dos militares brasileiros. Desse modo, inferimos que esses tiveram que, em boa parte, se reinventar, produzir novas relacionais e aprender com o novo contexto e seu papel institucional.

Em algumas entrevistas que fizemos, o tema da política estava em pauta, em outras circunstâncias a deixamos de lado por múltiplas razões. Vimos chavistas e antichavistas, porém, havia poucos ou quase ninguém se dizer “do Maduro”, muitos nos disseram que saíram de lá porque a “dieta do Maduro nos estava matando”. Ouvimos, entre eles, breves discussões nesse âmbito político, porém, ao que pudemos evidenciar, não se conversava muito. Residimos por um mês junto com três venezuelanos em Pacaraima e, as discussões políticas sempre foram a tônica de nossos encontros informais em momentos de refeição (em jantares diários na casa). República socialista bolivariana, crise econômica, militarização, desemprego, petróleo, embargos comerciais, salário baixo, perspectivas de curto prazo para o país deles, dentre outras questões, eram a tônica a todo o momento, porém, isso se desenvolvia num espaço de residência, em situação informal, entre amigos e colegas de trabalho (na padaria, a qual auxiliávamos). Um imigrante que residia conosco disse que era “muito difícil os venezuelanos discutirem política; eles querem evitar conflitos entre eles; muitos mentem sobre o passado chavista ou se estão ou não do lado do Maduro, mesmo do lado do Guaidò. Eu acho que é porque a preocupação é outra aqui; seja de um lado ou do outro, estamos todos aqui na mesma situação, procurando emprego num outro país e contando com a benevolência de todos aqui, do país em geral que nos acolhe. Parece que a crise geral, botou todo mundo no mesmo saco ou no mesmo buraco como se diz aqui”. Conversamos com outras pessoas que promoviam assistência junto aos imigrantes e a resposta foi praticamente a mesma: “eles não falam de política; falam da crise e que precisam de ajuda; acho que eles têm receio que tenha bolsonarista ou não e que, por isso, não irão ajudá-los. [...] Na realidade, eu acho que eles têm a fome que *fala* mais alto e que precisa encontrar solução todos os dias”.



Jovens, imigrantes venezuelanos, em busca de trabalho, nos espaços de semáforos em ruas de Boa Vista/RR. Fonte: G1/RR (2017). Apud Santos (2018, p. 40).

Parcerias, assistências e racionalidades adaptativas

Conversando com imigrantes no interior da parte física da Operação (tendas) para saber a que eles atribuem o colapso da economia venezuelana, percebemos que, em razão de suas posições políticas, havia horizontes explicativos. Alguns disseram que “o governo Chávez investiu só num produto e esqueceu os demais”; “que o socialismo de Chávez acostumou mal a população e acabou com os pequenos empresários”; “que o controle de preços pelo governo inviabilizou a produção e os comerciantes pararam de distribuir e os produtores pequenos pararam de ofertar porque não valia mais a pena”; “teve muito boicote dos ricos, dos comerciantes, muita gente escondendo produto para aumentar o preço, para se contrapor ao presidente Maduro”; “o preço baixo do petróleo matou o país, mas teve a mão dos Estados Unidos nisso”; “o governo não investiu no petróleo e ficou dependente dos americanos e, esses fecharam a torneira; quando eles romperam os contratos,

o país desabou”; “O governo não teve pulso firme para evitar o desabastecimento com importação e nem com incentivo interno, controlou mais a sociedade. O controle de preços não funciona numa economia capitalista”; “muito comércio clandestino com o Brasil e a Colômbia”; “a propaganda da oposição de que a Venezuela ia quebrar, fez com que tenha quebrado mesmo. [...]. O Governo teve de controlar a oposição e não controlou quem produzia a propaganda enganosa. [...]. Mesmo com controle da oposição e dos que se revoltaram, eleitores de Maduro, a violência foi intensa, muitos conflitos, mas muitos mesmos, não dava para sair na rua. [...]; tu saías de celular, te roubavam. Em Caracas está assim”; “o baixo preço do consumo ajudava a população de baixa renda, mas desmotivava o que produzia, o que ofertava, o comerciante. Meu pai tinha um comércio e, faliu da noite para o dia. Isso foi também o que aconteceu com a maioria, de diferença de alguns meses, se viram sem nada, sem trabalho, sem salário, sem emprego e sem comida” (Fragmentos de diálogos sobre o tema da crise no país com imigrantes no espaço da Operação Acolhida em Pacaraima e em Boa Vista, bem como fora dos abrigos, em conversas aleatórias, no mês de novembro de 2022).

Pelas visitas que conseguimos efetivamente realizar no interior dos abrigos e diálogos com entidades que normatizavam a distribuição dos imigrantes no interior deles, vimos que havia conflitos de várias ordens, mas, principalmente, pelo fato da não aceitação de separação de membros das famílias. Havia separação entre membros da família, homens, mulheres, bem como “espaços separados para o público LGBT”. A família considerada nuclear (pai, mãe e filhos) permanecia junta, se fosse um casal sem filhos, havia separação entre homem e mulher. Porém, isso tudo nem sempre era respeitado ou levado com tanto rigor por parte dos militares; “tudo dependia da existência de espaços disponíveis, de banheiros e chuveiros”, de infraestrutura mais ampla, de insistência dos sujeitos (imigrantes) envolvidos e seus argumentos (doenças, não consegue dormir, algum tipo de temor, etc.).

Imigrantes entrevistados informavam que não era tão normal a convivência no interior dos abrigos em razão de conflitos, de possíveis abusos sexuais, temor de roubos em seus pertences (ainda que boa parte destes eram guardados em espaços reservados e controlados pela Operação e, para ter acesso a eles, havia necessidade de identificação e acompanhamento de funcionário). Mas, muitos dos que conversávamos e que estavam fora dos abrigos para resolver questões burocráticas e/ou outra questão qualquer, enfatizavam o excesso de calor, a falta de infraestrutura de iluminação e ventilação, os mosquitos pela parte da noite, o fato de entrar muito cedo nos abrigos (entre as 18 e 19 horas) e não terem o que fazer, não conseguirem dormir cedo, ou mesmo de não dormirem durante boa parte da noite. Ao serem indagados sobre o fato de seus representantes comentar essas questões com o comando do Exército, um entrevistado disse que “é muito difícil, porque eles vão dizer que somos mal-agraçados, que estão fazendo de tudo para melhorar a nossa vida, que estamos aqui ganhando tudo, que se não estiver bom que vamos dormir na rua então, ou voltar ao nosso país. Isso já ouvimos demais. Então, quase ninguém diz em voz aberta isso, na frente do comandante”.

As reclamações ampliavam-se em vários âmbitos; alguns nos disseram que havia excesso de gente no interior dos abrigos, fatos esses que faziam com que muitos desistissem e, por consequência, de todo o processo da Operação Acolhida, e preferissem dormir nas ruas, em espaços que muitos deles encontravam na cidade ou em terrenos do seu entorno. Muitas vezes, o desejo da liberdade, de poder estar com grupos afins, de conseguir fazer alguns biscoitos e ganhar algum dinheiro, de ter algum conhecido que foi interiorizado e que prometeu que arrumaria emprego em alguma cidade não tão longe, ou seja, que não tivesse tanto custo de locomoção, etc., produziam desistência e/ou a saída dos abrigos da Operação. A demora para a interiorização também foi revelada nas entrevistas como causa desanimadora da permanência neles, fazendo com que muitos que lá estavam, buscassem encontrar estra-

tégias para ir até Boa Vista e/ou Manaus, ou mesmo em Pacaraima, para se abrigar, encontrar algum trabalho, “nem que seja por um prato de comida, capinando e roçando terrenos, vendendo abacaxi e banana, até na venda de ouro teve gente aqui que entrou” (Entrevista com um padre que atende na paróquia de Pacaraima. Ele nos informou que os mineiros “buscam a gente de avião para ir rezar missa nas minas”, que lá “é outra realidade” e que há “brasileiros e venezuelanos trabalhando juntos nesse ramo” nos dois países).

Há entre imigrantes venezuelanos uma ampla proximidade em razão da luta comum, dos motivos que os levaram a sair, da situação precária que os irmana; deste modo, torna-se oportuna a vinculação que é produzida entre eles. Redes informais, de conterraneidade, de afinidade de pensamento e de opinião inclusive sobre as tendas e, com isso, muitos deles desafiavam-se para encontrar soluções fora, antecipam-se ou burlam as que são prometidas pela Operação (de interiorização) (Vasconcelos, 2021). No entanto, não havia muita liberdade e nem facilidade para pernoitar nas ruas de Pacaraima e de Boa Vista, pois, além das ações de resistência da população local, havia deliberação da Operação para coibir, em momentos outros, para oferecer segurança aos imigrantes e evitar maiores conflitos com autóctones e entre os próprios imigrantes, porém, quanto mais gente na rua, mais revelaria que a Operação não estaria dando conta de suas funções, não estaria atraindo os imigrantes, que eles não se sentiam acolhidos, etc. Era comum em reuniões com o comando da Operação ou em entrevistas com órgãos de imprensa a afirmação de “que não havia mais ninguém na rua, dormindo na rua e causando problemas”, que a “Operação havia solucionado essa questão e que havia lugar para todos nos abrigos”. Na realidade, a narrativa era apenas para salvaguardar a Operação, pois havia notícias todos os dias da intensa presença de imigrantes dormindo e vivendo nas ruas de Pacaraima e, muito mais em Boa Vista, bem como em Manaus.



Casal de venezolanos no interior do abrigo Rondon 5, em Boa Vista. Foto: Amanda Magnani - Revista *Crisis*.

Já foi mencionado que no complexo que envolve a Operação há muitas parcerias entre o setor militar com o religioso e organizações laicas, com as de cooperação internacional (ONU, Cruz Vermelha); há também, paralelo a essas organizações, micro ocupações espontâneas em várias partes das duas cidades que mencionamos sem o auxílio delas, ou, então, dependendo de quem as constitui, pode haver alguma relação com organizações religiosas. Diz uma liderança de uma das pastorais sociais da Arquidiocese de Boa Vista em entrevista: “isso sempre ocorreu. A população encontra seus meios; os imigrantes não chegam aqui pedindo tudo ou achando que vão receber tudo. Eles também são protagonistas e buscam seus caminhos mesmo em situação precária como tu vês aqui”.

No interior dos abrigos da Operação, há alguma possibilidade de reunião, de atividade coletiva, em grupos, principalmente no campo religioso (cultos e celebrações), para lazer e cultura (música, teatro e assistir televisão), bem como cursos de língua portuguesa. A intenção maior, segundo membros do Exército que conversamos informalmente, era sempre de evitar aglomeração,

permitir que membros da referida instituição possam fazer algum tipo de revista nos alojamentos. Posturas corporais, moralidade no vestir e nos comportamentos e normativas de presenças em espaços permitidos devem ser levadas à risca (Vasconcelos, 2021). Homens, por exemplo, não podem ficar sem camisa, as mulheres não devem vestir roupas curtas nas pernas; é vetada a entrada em salas do comando militar sem passar por assessores, sem algum tipo de triagem e justificativa. São todas dimensões relacionais, normativas e hierárquicas que eram alimentadas por regramentos militares. Interlocutores diziam que havia uma grande preocupação em evitar conflitualidades maiores nos relacionamentos internos, entre imigrantes e, esses com os membros da Operação. São normativas que circundam entre ações que objetivam cuidados e as de controle e repressão.

A alimentação era e é feita, em geral, por empresas terceirizadas, distribuídas pelo Exército e seus voluntários e/ou funcionários, muitos deles, venezuelanos. Segundo entrevista com voluntários que auxiliam na distribuição, “ele [cardápio] não varia muito; é quase sempre feijão e arroz, massa, alguma carne e pouca salada”. “Eles dizem que é boa, raramente reclamam, pelo menos em nossa frente. [...]. A gente vê que muitos até deixam comida no prato, ou porque recebem demais, ou não gostam da comida, do tempero aqui do Brasil, de repetir muito a mesma”; “eles agradecem de coração porque dizem que é muito melhor do que a ‘dieta do Maduro’, que, para eles, não matava a fome”. “Eu acho que aqui, o que for dado é muito melhor do que comiam por lá nos últimos tempos. Eu vejo que eles agradecem de coração” (Fragmentos de conversas com imigrantes em Pacaraima). Essa dimensão da gratidão, ao que nos pareceu, vem acompanhada da resignação, ou seja, não há outra possibilidade, a situação anterior era desesperadora para muitos deles; o prato de comida é a sua dádiva diária, porém, implica construção de relações, muitas delas, baseada em sujeição e humilhação (Vasconcelos, 2021).

Em Boa Vista, segundo entrevista com militar de um dos abrigos que visitamos, “ainda que haja grande controle, há certa liberdade para entrar e sair dos abrigos. Há controles e identificações, porém, as pessoas buscam mais alguma forma de conseguir algum trabalho que, a cidade grande pode oferecer. [...]. Venezuelanos oferecem-se para trabalhos voluntários no interior dos abrigos, na limpeza, na distribuição de comida, nas informações que necessitam serem feitas diariamente, pois há todo o dia centenas de novos ocupantes”. Segundo o militar entrevistado, as atividades e ações promotoras daquilo que os militares da Operação chamam de *desestressa*, ou seja, de ações que os mantém ocupados, produzem novas relações, envolvimento, brincadeiras, identificações com o país de origem, etc.; são, em geral, jovens os que mais participam; seus pais e mães saem para tentar algum trabalho, em geral, de vendedor nas ruas de uma forma informal. Os abrigos são cercados por tapumes, cercas de tela ou muros de concreto. Nos seus portões, há guardas do Exército ou voluntários venezuelanos que controlam as entradas e saídas durante as 24 horas do dia. Bolsas e outros pertences são revistados. Em Pacaraima, ao que pudemos perceber, esse processo é bem mais flexível, mas em Boa Vista não, talvez em razão do amplo contingente presente, de ser uma capital, uma cidade bem maior e de difícil controle social em seu interior pelo Exército. Não é permitido levar objetos cortantes, ferramentas e outros utensílios de trabalho para dentro das tendas/abrigo (Vasconcelos, 2021). Eles são guardados em local apropriado e, se necessário for, são entregues no dia seguinte para os proprietários por ocasião de sua saída para buscar trabalho ou efetivar alguma atividade burocrática, de saúde ou alguma compra no comércio local.



Casas de abrigo da Operação Acolhida para imigrantes venezuelanos/as e, as cercas para evitar as passagens sem autorização, em Boa Vista. Foto: Amanda Magnani - Revista *Crisis*.

Essa realidade revela estratégias/táticas de imigrantes, de militares, de tentativas de produzir vínculos entre todos eles de uma forma harmônica e, de “resolver, por conta deles, a situação” como nos disse uma religiosa em conversa informal no interior de algumas tendas. São lógicas institucionais, mas, também informais de (auto)gestão do processo que se apresenta com a chegada de mais e mais imigrantes venezuelanos em seu primeiro espaço de acolhida, que é em Pacaraima. No entanto, é importante enfatizar que abrigo e alimentação são as demandas centrais dos imigrantes num primeiro momento e a preocupação maior das entidades de acolhida. São dois horizontes prementes. Vimos que são distribuídas diariamente milhares de marmitas. Muitos migram para Pacaraima e Boa Vista em razão delas, pois, em geral, contemplam basicamente as três refeições diárias. Isso faz parte da política da Acolhida Humanitária do Governo Federal. Entrevistamos imigrantes que enfatizavam que as marmitas eram as salvadoras, diz um deles, “elas nos salvam. Elas matam o que vinha nos matando, a fome”.

Abrigos, proteção às noites de temperatura mais baixas, locais para se lavar, para a higiene e necessidades fisiológicas, fora dos espaços institucionais da Operação Acolhida, são incipientes. Já enfatizamos que havia, e ainda há, muitos imigrantes que viviam nas ruas das três cidades (Pacaraima, Boa Vista e Manaus), mas, sem a marmita, eles morreriam de fome, pois não há alternativa, não há trabalho para todos. Em Boa Vista e Manaus, há mais opções, porém, são cidades bem maiores, onde a preocupação dos pais em relação aos filhos também é maior; há perigo de assalto, de tráfico de pessoas, bem como a quantidade maior do contingente de imigrantes limita os espaços de possibilidade de encontrar trabalhos (Vasconcelos, 2021). Em Pacaraima, quase todas as manhãs do mês de novembro íamos, por volta das 6 ou 7 horas, caminhando, de nossa residência ao local físico da Operação Acolhida, e, era comum passar ao lado de, no mínimo, uma centena de imigrantes ainda dormindo em calçadas, parte externa de algumas casas com algum tipo de abrigo para as chuvas da noite que, naquele período, comumente aconteciam.

Insistimos no fato de que vimos muitos venezuelanos participando junto a entidades de apoio aos imigrantes. Havia ofertas de serviços, possibilidade de iniciativas (culturais, cursos de música, línguas, artesanato, no campo das informações sobre legislação, documentação viagens, interiorização, assistências, etc.), fomento ao empreendedorismo, ações que viabilizam a geração de alguma renda. Essas ações todas, tanto em Pacaraima, mas, principalmente em Boa Vista, em geral, eram capitaneadas por entidades religiosas, em particular, da Igreja Católica, em suas ligações com entidades assistenciais e/ou religiosas internacionais. Há, em muitas dessas ações, a participação de imigrantes na sua proposição, bem como na sua viabilização, ainda que eles sejam o denominado público-alvo. Porém, segundo uma responsável por uma organização em Boa Vista que viabilizava cursos profissionalizantes para imigrantes, em geral, mulheres, esse processo só aconteceu com maior expressão “a partir de 2021 quando se teve uma maior cons-

ciência da necessidade de viabilizar ações que pudessem ser mais estruturantes, que criassem condições ou para a empregabilidade ou para empreender, quando, também conseguimos recursos de entidades da Igreja Católica fora do país”. Continua a interlocutora dizendo que, “antes se pensava que a imigração iria acabar logo; de um ano e meio para cá é que começamos a pensar no longo prazo, em realmente auxiliar para encontrar soluções para os imigrantes para além do abrigo e da comida. [...]. Já se passou a fase de ficar querendo saber como o imigrante veio, por que veio, como foi o traslado, o que fez aqui no início, como é sua família. A curiosidade em torno deles é importante e faz parte de todos nós porque não sabemos nada da vida deles, mas, agora, eles querem saber como enfrentar o dia a dia agora, sobreviver, trabalhar, ganhar a vida sem ficar dependendo sempre, para ficar por aqui ou para ter dinheiro para retornar, pois a maioria deles não tem mais um centavo, se não viabilizar algo, termina o período do abrigo, ou muitos deles estão saindo de lá (abrigos) e querendo fazer algo, ver que trabalhos eles podem oferecer ou até empreender”.

Há vários projetos humanitários, dentre eles o “Mexendo a Panela, “Caminhos da Solidariedade”, “Missão Brasil-Venezuela”, “Casa Minha Pátria”, “Igreja Acolhedora”, “Fundação Fé e Alegria”, “Fraternidade sem Fronteira”, “Pastoral dos Migrantes”, “Serviço Jesuíta a Migração e Refúgio”, “Federação Humanitária Internacional”, “Igreja Nossa Senhora da Consolata”, “Caritas Arquidiocesana de Boa Vista”, dentre outros tantos que, em geral, estão ligados às igrejas e movimentos religiosos, ONGs, entidades internacionais de ajuda humanitária. Não avançamos na questão de como essas entidades vinculam-se entre si, integram-se nas ações, retroalimentam processos, porém, imaginamos não ser nada fácil em razão da quantidade de instituições envolvidas, mediadores, financiamento, infraestrutura de cada uma, ações para além da alimentação e da assistência, suas ligações com a política maior da Operação Acolhida, etc.



Membros de entidade da Igreja Católica (ao centro, vestidos de camisa branca), juntamente com voluntários/as venezuelanos/as, distribuindo alimentos e doces junto aos imigrantes recém chegados, na cidade de Pacariama. Fonte: pesquisa de campo.

Alguns autóctones que dialogamos de uma forma informal, em geral, empresários lojistas, donos de restaurantes que almoçávamos em Pacariama, foram unânimes em afirmar que “essas marmitas atraem mais imigrantes ainda, pois, muitos deles têm cama, mesa e banho gratuito. [...]”. Numa penúria como eles dizem que vivem lá, ter tudo isso, não tem quem não venha, até porque se quiser voltar, o caminho de volta está livre”. Já mencionamos que há muitas controvérsias, oposição, resistência de membros da sociedade local em razão do fato de que partes da cidade de Pacariama, segundo um proprietário de um restaurante, “viraram dormitório; onde você andar por aí está tomado de gente dormindo, de dia e de noite, em frente as lojas, por tudo. Eu queria que tivesse visto anos atrás, a cidade era um dormitório só. Agora está bem menos. [...], mas ainda é só prato e plástico das marmitas no chão, não jogam nada no lixo. A cidade não é deles, não é! [...]. Urubus

infestam a cidade, não tinha isso antes. [...]; qualquer canto, pecinha de casa, virou aluguel. Muitos proprietários vão ou foram já para Boa Vista e, alugam aqui. [...]. Eu atendo mais de 80% aqui de venezuelanos, meu movimento (demanda por alimentação e ganho financeiro) é com eles”. No entanto, alguns dos que conversamos afirmaram que o comércio em geral ficou intensamente dinâmico com a presença deles; reconhecem que as próprias marmittas empregam muita gente, enfim, que a economia da cidade teve um salto imenso nos últimos quatro anos em razão dos imigrantes venezuelanos, além de que, não são só eles que jogam os pratos de isopor e plásticos no chão.



Imigrantes venezuelanos/as em rua central de Pacaraima/RR. Foto: Caíque Rodrigues/G1 RR.

Um empresário do setor de alimentação, em entrevista na cidade de Pacaraima, disse que “agora a situação está bem melhor com as marmittas. Eu fazia centenas por dia e enviava para o Exército. [...]. Por meses, no início, aqui quem comia alguma coisa era pão e mortadela, ou pão puro, a família inteira. E, quem conseguia isso, podia se contar feliz. [...]. Havia muita fome aqui, muita fome; era só gente, mães e crianças chorando de fome”. Todos os entre-

vistados disseram que a falta de comida era o que mais os deixavam preocupados, “não ter o que dar para os filhos comer”. Um deles nos disse que passou 13 dias “comendo pão e mortadela”.

Em entrevistas com lideranças de igrejas e de entidades internacionais em Pacaraima e em Boa Vista, ouvimos sempre algum tipo de comentário sobre o fato de que “muitas coisas se dão de cima para baixo”, referindo-se às ações, decisões, controle de informações nas mãos do Exército. Houve comentários de que no início foi muito mais e que agora, estão reconhecendo que há entidades internacionais com mais *expertise* nesse tipo de ação e que precisam ser ouvidas, mas ainda, segundo uma liderança do movimento de Direitos Humanos e mesmo uma responsável pela Pastoral Universitária em Boa Vista, “há um caminho longo a percorrer e que é um desafio. Há necessidade de humanizar o comando do Exército também, alguns carregam a truculência do comandante militar; desenvolver ações com imigrantes é um desafio permanente e diferenciado; [...], é necessário desenvolver dimensões de participação, não só para ouvir, mas para sugerir, implementar e, também, criticar”. Há comentários de liderança do campo dos direitos humanos que foram entrevistados por nós e que enfatizaram a dimensão militarizada e centralizadora, aliadas à falta de conhecimento e de preparação de comandantes e de militares que atuam em geral para lidar com essa realidade, a dos indígenas em particular; comentam que as forças armadas carecem da compreensão que envolve o sentido de humanitário; questiona-se se é possível um “soldado humanitário” em razão de sua formação e objetivo da instituição no Brasil.

Entidades da sociedade civil, que são muitas, bem como as de cunho religioso, possuem uma grande interface com os órgãos internacionais, principalmente os da ONU. Pela literatura que revisamos, há também, muitos comentários e narrativas de imigrantes e de entidades parceiras que as interlocuções do Exército com essas últimas são reduzidas, que há hierarquias entre instituições, que há portas fechadas para muitas ações, falta de clareza na apli-

cação dos recursos, na determinação de tarefas subalternizadas aos órgãos e entidades de apoio, inclusive tomando espaços que antes haviam sido ocupados por imigrantes e/ou a população das cidades onde se situam as ações mais centrais. “O poderio militar se reafirma com a centralização da gestão dos recursos financeiros, ao mesmo tempo em que oblitera, de certa forma, as vozes dissonantes da SCO [Sociedade Civil Organizada]” (Vasconcelos, 2021, p. 167).

Enfim, não podemos esquecer que o Exército, em tese, possui a percepção do estrangeiro como inimigo, como um possível invasor, pois uma de suas funções é o resguardo de fronteira nacional. Por isso que a instituição e seus comandantes, quando do surgimento da Operação Acolhida, não estavam preparados para acolher, para atuar numa dimensão que carrega o *humanitário* como centralidade, que necessita adotar mecanismos para amenizar a fome de contingentes muito grandes e integrá-los em vez de expulsá-los. Vimos a presença de várias instituições com intenções comuns, que são as de assistência, auxílios, promoções de um mínimo de cidadania aos imigrantes, que se revelam em várias ações. Porém, ficamos com a consciência de que há muitos limites, dificuldade de gerenciamento, conflitualidades, controles exagerados por parte de instituições de regramento social, reduzida eficácia na dimensão da interiorização (essa última veremos mais adiante em outro capítulo com um pouco mais de detalhes), bem como estratégias para ser e não ser contemplados pela referida operação. Processos esses que revelam dinâmicas sociais, relacionais, racionalidades adaptativas e cotidianidades marcadas por um cenário de dificuldades, de desesperos e de esperanças.

6. O campo da assistência e a presença de instituições religiosas

O fenômeno religioso, em meio aos imigrantes, é algo que reserva certa complexidade, principalmente pelas suas múltiplas polêmicas históricas e políticas, suas ritualidades, intencionalidades e estratégias. Há, na sua relação com o estado, vínculos de apoios ou não com determinados governos das três esferas, preenchimento de lacunas de obrigações de outras instituições, concorrências entre os vários credos e instituições religiosas, metodologias e sentidos das ações, etc.

Em geral, a concepção que se tem em torno do imigrante se revela no âmbito religioso, ou melhor, em razão disso, o campo religioso se torna dinâmico. Isso servia para a imigração de há mais de um século ou de quase dois, especificamente, para o Brasil, bem como a atual. Vimos inúmeros projetos comunitários de assistência e promoção humana junto aos venezuelanos. Experiências em Pacaraima ou em Boa Vista como o Mexendo a Panela, Caminhos da Solidariedade, Fundação Fé e Alegria, dentre outras, possuem uma ampla atuação. Em Pacaraima há abrigos para mães e outros que atendem a idosos e crianças, que expressam a presença de igrejas em seus movimentos religiosos junto aos imigrantes e refugiados. Muitas dessas entidades auxiliam com alimentação e abrigo, que são os horizontes mais prementes para os imigrantes que chegam nas duas cidades que mencionamos.

Autores enfatizam que, em cenários migratórios, as igrejas preenchem lacunas da fragilidade de ações do estado em políti-

cas de acolhimento. Outros dizem que há uma comunidade de interesses, que pode haver deliberação dessa fragilidade para que outras instituições o façam em correspondência com os interesses dos três (estado, igrejas e imigrantes). Há também por parte da literatura que revisamos sobre essa correlação entre estado e igrejas no âmbito das ações com imigrantes de que as primeiras atuam numa dimensão crítica às ações do estado ou à falta delas, demonstrando a fragilidade e vulnerabilidade da situação de imigrantes, que é responsabilidade do estado em dar garantias aos direitos humanos (Vasconcelos, 2021; Senhoras, 2022; Mendes; Silva; Senhoras, 2022).

É em torno de alguns desses elementos que o capítulo busca problematizar de uma forma específica dando centralidade aos campos institucionais religiosos no interior e exterior à Operação Acolhida, ainda que de uma forma genérica e muito sintética.

Um horizonte múltiplo de ações e de instituições

Em nossa pesquisa de campo, ficamos com a convicção de que a centralidade de todos os processos que envolvem a gestão, o comando, as decisões e os acordos da Operação Acolhida, a dotação orçamentária, a disponibilidade de recursos financeiros, dentre outros processos considerados centrais como regramentos, disciplina, determinação de inovações, etc., estão nas mãos do Exército. Nas reuniões que são feitas semanalmente para avaliar e informar as agências envolvidas em Pacaraima, quem centraliza os assuntos, a reunião toda, define pautas, etc., é o comando das Forças Armadas, no caso em particular, o Exército.

Há presença de várias organizações internacionais de cooperação, que são muito mais experientes do que o Exército brasileiro em questões de acolhimento/abrigo, porém, como nos disse uma senhora que esteve presente, representando uma entidade internacional, depois de uma das reuniões que mencionamos, ao ser

questionada sobre como foi o “encontro com o coronel”, ponderou com o seguinte questionamento: “quem é que tem o dinheiro? Quem é que tem a força para controlar e exigir aqui? Onde é que as coisas estão acontecendo? De quem é a Operação Acolhida, não é da Venezuela, é do Brasil. O governo deles está nem se lixando para o que acontece aqui. Então, aqui quem manda é o Exército. Quem tem o dinheiro, quem banca quase tudo disso tudo aqui? Então, nas reuniões, é o comando dessa força que dita as coisas. Ele, em geral, informa e, num tempo curto, abre para alguma pergunta somente e, encerra a reunião. É assim que sempre funciona. As questões mais funcionais são discutidas no interior do Exército. Para discutir as nossas, temos de agendar reuniões. Porém, é importante, dizer, conosco, nos receberam sempre muito bem”.

Insistimos que não podemos nunca esquecer que há uma ampla e variada presença de instituições nacionais e internacionais. Antes da Operação Acolhida, segundo Vasconcelos (2021, p. 165), “o acolhimento dos/as migrantes venezuelanos/as em Roraima era realizado predominantemente pela chamada Sociedade Civil Organizada (SCO) local, categoria ampla que reúne organizações não governamentais, igrejas, sindicatos e outros coletivos. O suporte logístico era provido precariamente pelo governo do estado. A SCO estava majoritariamente representada por entidades religiosas, que em parcerias com professores e alunos da UFRR e agências internacionais executavam ações de acolhida. Durante esse primeiro momento, foram criados espaços de articulações, mobilização e debates sobre o tema. O Comitê para Migrantes e Refugiados – COMIRRR – representava um desses espaços. O COMIRRR é composto por 40 entidades, das quais dez são pastorais sociais distribuídas pelos municípios de Roraima. As reuniões do COMIRRR eram realizadas periodicamente e subdivididas em Grupos de Trabalho organizados em temas específicos coordenados por agências internacionais e movimentos sociais, tais como trabalho, povos indígenas, mulheres e gênero, entre outros”.

Já falamos que as instituições religiosas (Católicas, Cristãs

não católicas – [neo]Pentecostais, dentre outras) marcaram uma intensa participação antes da Operação Acolhida e, com a instalação dessa, estão em seu interior. Seus conhecimentos nas ações de assistência, humanitarismo, solidariedade, pastorais sociais, bem como sua infraestrutura (casas, abrigos, salões, centros de acolhida, paróquias, dentre outros espaços), sua capacidade para sensibilizar os membros das comunidades locais, representantes das agências internacionais a elas ligadas, representantes políticos, dentre outros aspectos, lhes dão esse poder de participação.

A ideia de pertencer, de fazer parte de um grupo é importante para imigrantes de uma mesma nacionalidade, mas inserir-se em macro horizontes da sociedade de destino também é fundamental. As igrejas são esse espaço funcional de constituição de comunidades, de redes de pertencimento (Vasconcelos, 2021; Senhoras, 2022; Silva, 2018). Essas produzem efeitos objetivos também, os quais se expressam nas ações de auxílio, geram compromisso e acionam as dídivas e dão certa garantia de uma melhor situação de vida (Schunemann, 2009).

O fato de a grande maioria dos venezuelanos exteriorizarem sua vinculação à Igreja Católica ou outra, pode funcionar como um elemento de aceitação, de comunhão de valores e intenções comuns, serve, inclusive, como estratégia de imigrantes para uma possível maior adesão das instituições em suas demandas e auxílios (Vasconcelos, 2021; Barrera, 2009; Marinucci, 2011). O pressuposto de uma fé compartilhada entre imigrantes e instituições religiosas de apoio e acolhida permite, com menos barreiras, produzir ações de hospitalidade e reciprocidade (Vasconcelos, 2021; Senhoras, 2022; Mermúdez, 2018). Essa *congregação* e/ou pertencimento (que pode ser forjado como estratégia de momento por imigrantes) acaba transcendendo fronteiras nacionais, criando uma *comunidade de fiéis* e, por isso, deve ser acolhida da melhor forma possível por membros autóctones (Vasconcelos, 2021).

Esse engajamento das igrejas, acreditamos, tenha tido (e continua tendo) uma grande importância, principalmente junto ao

Exército e às instituições internacionais de cunho humanitário. Isso também permitiu concessões e/ou terceirização por parte das instituições governamentais nas ações de acolhida aos imigrantes. Com isso não significa dizer que não haja conflitos expressos em ações que denotam concorrência, sobreposição, invasão no espaço do outro, resistência e desacordo de decisões e de postura nas tomadas de decisão, bem como conflitos internos nas próprias entidades religiosas.



Padaria gerenciada pelas irmãs da Congregação de São José, em Pacaraima. Para além de sua dimensão comercial, o referido estabelecimento oferece um amplo serviço assistencial aos imigrantes venezuelanos, principalmente na confecção de pães para a Operação Acolhida a um preço mais acessível. Fonte: acervo de pesquisa de campo.

Em entrevistas com venezuelanos em Pacaraima, pudemos perceber que se dizer católico, de uma forma genérica, passou a ser otimizador para imigrantes, fator de possível agregação e identificação social, por mais que religiosas e religiosos que dialogamos nessa cidade, nos disseram que isso não era o mais importante, que promoviam ações humanitárias de acolhida e de

assistência “independente da religião que professam”. Sabemos que imigrantes circulam por várias instâncias religiosas. Isso está presente hoje, mas sempre existiu. Ouvimos comentário de um padre em Boa Vista que disse que alguns de seus fiéis vão à sua paróquia, em missas, “mas dizem frequentar a igreja dos Mórmons, bem como as evangélicas e outras espalhadas pela capital; algumas até vinculam as assistências ao número de cultos e de presenças nos templos nos dias da semana previamente agendados, como se o auxílio, uma roupa, um móvel para o espaço de aluguel fossem moedas de troca da fidelidade ao credo religioso, ao seu pertencimento; tem muito disso sim, não dá para dizer que não existe, mas existe; com a Católica, ao que eu sei, não, mas com outras, que cassam adeptos, aí sim”.

Essa estratégia que expressa sincretismo religioso do imigrante venezuelano permite a eles, como já mencionamos, circular por vários espaços, produzir relações e, na medida das condições objetivas, obter alguns auxílios (moradia, aluguel, trabalho, alimentação, assessorias burocráticas, etc.). Ficamos com a impressão de que os espaços das igrejas passam a ser locais de segurança frente ao tratamento repressivo, a xenofobia, marginalização e os estigmas desenvolvidos no cotidiano das relações fora dos abrigos. Há uma irmandade que se constitui simbolicamente, mas que fortalece os laços e lhes transmite confiança e conforto (Montandon, 2011). Um padre de origem italiana, que atende uma paróquia em Pacaraima, após uma celebração eucarística que estivemos, ao ser indagado por nós sobre a presença maior de venezuelanos que de brasileiros, ele disse estranhar isso e que não sabe como proceder, pois, segundo ele, “eu teria de rezar em espanhol, a maioria fala essa língua. Temos de repensar isso. A questão é que pode produzir contraposição, afastar os brasileiros. A situação já não é boa; seria mais um motivo para ampliar os conflitos”.

Há dificuldade de viabilizar a dimensão transnacional dos bens afetivos e simbólicos, até porque grupos estrangeiros vivem fora de sua cultura e isso pode ocasionar temor e resistência por

parte de grupos políticos e religiosos autóctones. Há, entre imigrantes, uma grande renúncia à especificidade e uma forte tendência ao enquadramento, ao assimilacionismo, a incorporação de um “nós” com dimensão difusa e/ou fluida e, que se torna estratégica, ainda que se saiba da dificuldade de impor um só modelo de integração aos imigrantes, pois não há somente um tipo de sociedade multicultural e multiétnica (Ambrosini, 2009). Esse processo anda junto com a ideia de naturalização da diferença, dos fechamentos de grupos em suas dimensões étnicas e culturais previamente definidas. Isso tudo contribui em muito para produzir separações, generalidades na especificidade étnica e rigidez nos confins. A discriminação, o isolamento, a marginalização e a etnicização de conflitos revelam-se tanto no âmbito religioso quanto social. Esses processos hierarquizam e deixam imunes algumas comunidades de imigrantes (Ambrosini, 2009). Por isso, é interessante a mobilidade desses no interior de várias igrejas, ou, então, dizer-se católico num cenário onde esse prepondera como é o caso das cidades onde há maior número de imigrantes venezuelanos.

Diz Vasconcelos (2021, p. 233) que o âmbito religioso “abre espaço para discutir o reconhecimento ou não de uma humanidade comum entre brasileiros/as e venezuelanos/as. Pertencer ou fingir pertencer a um mesmo credo está diretamente relacionado à abertura ou fechamento de portas por parte dos habitantes locais. A hospitalidade, dessa maneira, pode ser pensada como uma abertura à alteridade, condicionada por limites da própria concepção de humanidade em questão. A hospitalidade trata da relação entre desiguais que, no limite, se percebem como semelhantes”. Movidos por essa representação do “amor ao próximo”, independentemente da situação legal em que encontra esse “próximo”, os imigrantes buscam sistematicamente as igrejas. Esse pragmatismo, aliado às necessidades do campo simbólico, transforma as igrejas em espaços por excelência na vida do imigrante e essa realidade produz comunidades de interesses, otimização de fatores que também vão ampliando o “mercado das almas” na mesma proporção

em que pode produzir conflitos com autóctones, saída desses de determinados espaços convencionais de cultos e rituais outros. O que não podemos deixar de lado ou não mencionar é a *comunidade de interesses* que pode se constituir entre todos.

Estivemos em cultos de igrejas não católicas em Pacaraima e Boa Vista para ver se havia presença de imigrantes venezuelanos. Havia muita presença deles. Os rituais eram todos em língua portuguesa como nos da Igreja Católica. As pessoas invocam Jesus e o Espírito Santo em voz alta; louvores, pedidos e agradecimentos são expressos individualmente em uníssono, com euforia e eferescência nos rituais através dos movimentos do corpo e no tom elevado da voz em que se cruzam intenções, palavras soltas, pedidos, agradecimentos variados, pedidos voltados à realidade de imigrantes, ou seja, narrativas, apelos, agradecimentos, etc., pautados pela especificidade de sujeitos presentes. Outro ponto alto é a benção individualizada do pastor aos fiéis, seguida de muitas orações. A dimensão das rezas e dos pedidos são alimentados pela luta e vitória de Deus sobre satanás. Esse último é o grande produtor dos males, que se apossa dos/nos homens e que, com o auxílio do Espírito Santo, deve ser vencido. Cristo deve triunfar (Martes, 1999). Numa ocasião em Pacaraima percebemos que o pastor frisava sempre a centralidade do Espírito Santo para interceder nos auxílios cotidianos, na saúde, na busca de trabalho, na resolução dos problemas aos imigrantes e que a referida igreja iria fazer de tudo para isso, mas o fiel tinha de manifestar seu desejo, sua demanda ao Senhor, sua convicção de fé, participando tantas vezes no local durante a semana. As narrativas do pastor eram conduzidas pelo sentido de uma batalha, de uma guerra cotidiana contra o demônio e seus representantes na terra e em especial no cenário migratório, principalmente os que não permitem os indivíduos seguirem a Deus, a se converterem e a deixarem de serem pecadores. As causas da emigração não são tematizadas; o fato social é trabalhado como um dado, está *aí*, naturalizado; o que se precisa e, julga-se que os imigrantes necessitam é de solução ao aqui e agora

como comida, trabalho, vestimenta, moradia, ou seja, assistência imediata. Atua-se na dinâmica das consequenciais. As causas podem até continuar, sem tantos problemas para eles, pois é uma forma de crescer o mercado das almas, mais fiéis e mais ações dessas instituições. A dimensão da fronteira nacional ganha outros significados no campo religioso.

A mística contida nos rituais permite meditação, aliviar tensões, liberar falas (racionais ou não), sentir-se presente, participando, pertencendo e igualando a todos. A dimensão do coletivo, a manifestação pública de fé solicitando a força do Espírito Santo para solucionar muitas coisas, em especial curar o corpo, esse, não só físico, mas espiritual e, sentir-se na presença e em companhia de Deus, torna-se fundamental para a vida cotidiana do imigrante. Há um visível e um invisível em que a possessão maligna interfere e, para isso são necessários ritos que envolvem choros, delírios, invocações, exortações, gestos corporais, penitências, imposição de mãos sobre pessoas, desejo manifesto, força pessoal e mediada pelo pastor (Martes, 1999; 2001; Maciotti, 2000).

Dinâmicas concorrenciais e comunidades de interesses

Pensamos que o desenvolvimento de valores, o sentir-se membro, o desafio à solidariedade, etc., permitem produzir um sentimento *familista*, transcender os espaços físicos e transnacionalizar rituais, valores, tradições, crenças, pregações, etc. As igrejas produzem sentimento de pertencimento translocal, multi-situado. As condições de vida do imigrante também condicionam suas práticas e/ou rituais religiosos. Muitas igrejas podem fazer alterar a dimensão religiosa do imigrante demonstrando que esse horizonte sociocultural e espacial também é dinâmico, conflituoso e contraditório entre o passado e o presente, continuidade e permanência (mudanças nesse sentido ocorrem no espaço de origem como no de destino). Com isso, percebe-se que a identidade reli-

giosa deve estar *situada* no tempo e no espaço, ser relacional, dinâmica e interativa. Bourdieu (2001) dizia que cada espaço social funciona como espaço também simbólico. Desse modo, as igrejas exercem um grande papel no processo de adaptação do imigrante ao novo contexto (Martes, 1999).

O ganhar dinheiro, idealizado pelos imigrantes venezuelanos e de nacionalidades outras, implica em enfrentar distâncias e a saudade do grupo de origem, por isso a constituição de um grupo no lugar de destino passa a ser fundamental. As igrejas criam essas condições de coletivos. A sua experiência de vida legitima o universo do sagrado e suas instituições mais tradicionais. Essas fazem ampliar as redes sociais, as mais pragmáticas (emprego, creche, moradias, escolas, dentre outras), as do campo da sensibilidade (fé, saudade, situações psicológicas, estranhamentos), as das assistências (alimentação, roupa), as do âmbito legal/jurídico (direitos sociais, legalidade, documentação). Em conversa com uma religiosa, que administra uma padaria em Pacaraima e que faz pães para o Exército distribuir nas refeições no interior dos abrigos, ela nos disse que “imigrantes vivem situação de vulnerabilidade em vários âmbitos, portanto, apegar-se a uma ou mais igrejas, passa a ser um meio de obter algumas garantias, sentir-se mais em casa, pertencendo mais ao seu ou ao grupo do outro em razão da congregação de fé”. Na referida padaria, quando estivemos auxiliando em alguns de seus trabalhos, havia oito funcionários, somente uma brasileira (essa era formada em medicina na Venezuela, porém, não conseguiu até então validar seu diploma no Brasil), todos os sete eram venezuelanos (cinco homens e duas mulheres) e, nem todos identificavam-se como católicos, porém, frequentavam rituais e orações em momentos especiais promovidos por membros (clérigos e irmãs religiosas) da Igreja Católica, tanto na padaria, como em espaços religiosos institucionais católicos. Há *mobilidades* dos imigrantes também nesse âmbito. Acreditamos que no espaço migratório essa flexibilização pode existir sem maiores contraposições e/ou resistências; é um horizonte estratégico.

A identidade religiosa é uma *totalização simbólica* (Bourdieu, 2001) constituída de ritualidades intercambiadas, de interesses múltiplos. Desse modo, o campo religioso, em sua liberdade de expressão, talvez, possa auxiliar na compreensão do sentido do desenraizamento, de solidão, ou, talvez, o inverso, ou seja, de que a experiência migratória carrega consigo esses processos. O elemento religioso é um recurso cultural da comunidade imigrada e, por isso, pode ser importante como fator de coesão e identificação coletiva, de “sentir-se bem” e de estar no mesmo caminho. Estar com a proteção divina é uma das formas de fazer frente aos seus inúmeros limites como imigrantes e numa situação de dependência total como é o caso de sua presença no interior dos abrigos da Operação Acolhida ou fora deles para obter alimentos e alguma forma de trabalho ou de auxílio financeiro sem prestar nenhum trabalho. Insistimos no fato de que a participação dos imigrantes nas igrejas produz uma comunidade de interesses em situações amplas; a adesão pode não ser gratuita (Machado, 2020; Vasconcelos, 2021).

A hospitalidade recebida, na impossibilidade de retribuir objetivamente com outro processo, recompõe a dívida pela adesão à Igreja. A dimensão do dar e receber, da compensação à hospitalidade, para não ficar em dívida e nem dependência, dá-se dessa maneira (Vasconcelos, 2021; Martes, 1999). A fidelização pode também propiciar retornos que se expressam em obtenção de algum trabalho, em cestas de alimentos, inserção em alguns abrigos, etc. Vimos em Pacaraima uma experiência de um músico venezuelano que entrevistamos e que nos disse que estava aguardando a resposta de um padre de uma paróquia da cidade sobre seu projeto de aula de música para adolescentes e jovens venezuelanos que estão em abrigos e fora deles. Ele nos disse que se o projeto for aprovado, “seria uma forma de ganhar dinheiro para permanecer fora do abrigo com a família, pagar aluguel e receber a marmita da referida paróquia todos os dias. [...]. Minha esposa, também venezuelana, trabalha lá nos táxis, mas não é suficiente o ganho da família. Eu sou da música, da arte, de teatro; aqui nisso, está bem difícil”.

Estivemos em uma missa num abrigo de mães, sob a gestão de irmãs de uma congregação (São José), na qual esteve presente o bispo de uma diocese da Venezuela. Constatamos que poucas mulheres presentes sabiam responder aos rituais convencionais da celebração eucarística. Ao indagarmos a religiosa, responsável pelo abrigo, sobre essa constatação, ela nos respondeu que “elas não frequentam a igreja, muitas são de outras religiões, outras não são nem batizadas. Aqui é uma realidade diversa. É assim. Se vem um pastor aqui, é mesma coisa; umas são de uma religião, outras são de outras, outras não são de nenhuma, mas aqui todas são de todas; para elas, é conveniente assim. Onde tem apoio e alguma ação que as auxilie, elas se fazem pertencer”.

Alterações de ações convencionais e de concepções

Vimos que várias igrejas possuem muitas e variadas ações junto aos imigrantes. Há muitos rituais de integração de imigrantes promovidos por elas (festas dos imigrantes, feiras, distribuição de alimentos em dias festivos, porém, há também encontros, seminários, debates em várias instituições e/ou promovidas por elas em que são discutidos os direitos dos imigrantes, cidadania, a integração deles, etc.), ações que permitem escutas de imigrantes e momentos que viabilizam discussões propositivas com eles, principalmente pelas pastorais das várias igrejas inseridas no interior ou não da Operação. Em Boa Vista presenciamos algumas dessas ações.

Segundo Vasconcelos (2021, p. 238) há formas variadas, concepções, metodologias de ação entre igrejas católicas e as não católicas na sua relação com os imigrantes venezuelanos. “Isso ocorre em função do caráter ritualístico e personalizado de recepção de cada igreja. Os/as evangélicos/as assumem uma postura mais calorosa, afetiva, pessoal, sensível, emocional às problemáticas venezuelanas entre/além muros da Igreja. Ao contrário das

cerimonias católicas, mais impessoais, menos frequentes e geralmente direcionadas a formalizar ritos (batismos, casamentos, funerais, catequese, entre outros); na maioria das Igrejas cristãs não católicas, o/a visitante é convidado/a se apresentar perante toda assembleia na ocasião do culto. Isso não apenas retira o anonimato, como também personaliza o contato. Ao final da cerimônia, os/as fiéis cumprimentam o/a visitante pelo nome e convidam a retornar em outras ocasiões, isso quando a conversão não ocorreu de imediato”.

Nesse sentido, a literatura que revisamos diferencia em algo as ações e/ou posições de algumas Igrejas. Enfatizam que as não católicas, em geral, não tomam posição pública de contraposição às ações governamentais, ou em razão de sua ausência, ou desenvolvem ações que proporcionam uma tomada de consciência dos direitos dos imigrantes; elas intencionam mais atrair os imigrantes para seu interior e viabilizar ações que os beneficiem em torno de suas demandas prementes (Vasconcelos, 2021; Sarmento; Rodrigues, 2018). Vimos ações de acolhida aos imigrantes por instituições religiosas católicas, vinculadas à Diocese de Roraima (Caritas, Serviço Jesuíta para Imigrantes e Refugiados, Fundação Fé & Alegria, as Irmãs Scalabrinianas, várias pastorais com denominação ligada aos imigrantes), organizações mais locais, outras de cunho internacional, mas com escritório no Brasil, associações e empresas privadas, dentre outras, ou seja, um amplo e variado universo institucional que atua junto aos imigrantes com maior centralidade nas duas cidades de grande presença de imigrantes no estado de Roraima.

Uma religiosa em Pacaraima nos disse que, nos dois primeiros anos de assistência aos imigrantes (2017 a 2019), muitos da sociedade local criticaram as ações da Igreja Católica junto aos imigrantes, de estarem “protegendo vagabundos, marginais, de levando traficantes para dentro das igrejas, droga para dentro das casas de abrigo, me acusaram de espalhar o vírus do Covid no abrigo de mães; tive de enfrentar a polícia, delegado e mais gente

que queriam revistar a casa, quem sabe até plantar provas para fechar a casa e botar na rua centenas de pessoas que atendemos com muito esforço diariamente”. Um padre que conversamos de uma forma informal também nos relatou a dificuldade enfrentada com a presença de venezuelanos/as nas celebrações. “Hoje já é bem menos, muitos já entenderam a situação, mas um ou dois anos atrás, mais no início, era muito difícil. Havia desconfiança, gente que deixou de frequentar a igreja, críticas e mais críticas por abrir as portas aos venezuelanos. [...]. Temos de entender a realidade deles, acolhê-los, tratá-los como irmãos em Cristo, sejam ou não sejam Católicos; temos de vê-los como imigrantes em situação difícil de vida e, se podemos estender a mão, devemos assim o fazer. [...]. Eu não fico pedir, ‘mas, qual é a sua religião?’ Se vierem na igreja, precisamos acolher como se acolhe a todos, até melhor por estar na situação em que se encontram, de desespero e clamando por ajuda. Como igreja, nos sentimos muito mais úteis e buscando evangelizar a todos”.

Um pastor da Igreja Adventista e um padre da Igreja Católica entrevistados em Pacaraima disseram não haver proselitismo nas igrejas. O pastor nos disse que “a causa é a situação dos imigrantes, até fizemos já ações em conjunto”; dizem centrar suas ações no campo humanitário e não no meramente religioso. Porém, em Boa Vista, em conversas informais com membros da Igreja Católica que atuam em pastorais, eles fizeram questão de frisar algumas divergências de concepções entre as igrejas cristãs e as não católicas no tocante ao fato que essas últimas dão mais centralidade à fé individual com conversão e salvação. Vasconcelos (2021) também demonstrou diferenciações entre as metodologias de ação e concepções entre as várias igrejas que atuam junto a imigrantes em Boa Vista e Manaus, enfatizando que, principalmente, as adventistas centram na pessoa do imigrante, na sua força na determinação de seu destino e de suas conquistas e que as católicas atuam tentando problematizar a realidade em que vivem os imigrantes, a sociedade capitalista, a necessidade de políticas

públicas, ações governamentais para amenizar sofrimento, desigualdades e garantir direitos dos imigrantes, denunciam ações por meio de documentos, reivindicam ações de órgãos governamentais para fazer frente à situação precária de vida (exploração no trabalho, repressão social). O padre italiano entrevistado em Pacaraima disse que “há Igrejas aqui que amenizam os conflitos da realidade migrante, outros a questionam de uma forma mais ampla, enquanto uns suavizam os imigrantes à realidade, outros querem ver soluções. [...]. Tem problema com os militares nos abrigos, principalmente com os indígenas; há um controle exagerado, que eles não querem, não é do feitio deles. [...], já deu muito conflito e, a gente deve denunciar isso”.

As instituições religiosas participam também dos processos e/ ou ações finais da Operação Acolhida, que são as interiorizações. Antes mesmo da referida política governamental, eram elas, em geral, a Católica, que auxiliava nesse processo, principalmente recebendo-os em suas cidades, acolhendo-os, encontrando espaço para morar, mobília da casa, bem como locais de trabalho (Vasconcelos, 2021). Essa ação foi bem intensa em nível de país. Inclusive na cidade onde residimos (Passo Fundo – RS), em 2017, a Arquidiocese do município recebeu mais de 20 famílias de venezuelanos, num acordo com a Arquidiocese de Boa Vista. Eles foram distribuídos em vários municípios que a referida instituição religiosa abarca. As paróquias da arquidiocese receptora envolveram-se para os acolher, encontrar moradia, mobiliar a casa com o mínimo necessário e mediar espaços de trabalho. Acompanhamos e auxiliamos nesse processo, principalmente buscando doações para mobiliar as residências. Muitas dioceses espalhadas pelo Brasil, antes mesmo da Operação Acolhida, juntaram recursos em seus espaços ou utilizaram os seus próprios para viabilizar a interiorização; irmanavam-se com a Arquidiocese de Boa Vista e viabilizavam a migração de venezuelanos, bem como sua acolhida e inserção nos espaços de trabalho. Se havia seleção, critérios religiosos, algum tipo doutrinamento para serem contemplados

na interiorização viabilizada pelas instituições religiosas católicas, não temos condições de afirmar. Não foi de nossa parte um foco de análise, porém, podemos inferir que, em razão do fato de que quem os recebiam e viabilizaram os processos todos, na cidade de destino, eram algum membro da Igreja Católica, talvez, pudessem ter algum direcionamento nesse sentido.

Presenciamos uma conversa de uma imigrante com uma religiosa em Pacaraima em que a primeira insistia para que a segunda a auxiliasse ou mediasse a possibilidade de ser interiorizada em Manaus e/ou Boa Vista para que ela pudesse ficar mais próxima da fronteira e, com isso, poder enviar alimentos para seus familiares que ficaram. A estratégia da proximidade nesse caso facilitaria também o retorno, reduziria custos, a manteria próxima aos seus conterrâneos. Conversamos com um padre de uma paróquia da Arquidiocese de Passo Fundo que recebeu na referida cidade, em 2017, seis famílias de venezuelanos interiorizados pelo acordo entre os bispos de Boa Vista e Passo Fundo e, ele nos falou que “esse negócio de ficar distante, longe do país, dos parentes e dos deles, fez com que muitos das mais de 20 famílias que vieram para a Arquidiocese daqui não estivessem mais. Elas, ou retornaram, ou migraram para outros lugares onde tinha mais dos deles. Imagino também que muitos deles não se habituaram com o frio daqui e nem com o trabalho nos frigoríficos onde muitos deles foram”.

Com a Operação Acolhida, houve uma redução desse maior envolvimento, mas as Igrejas continuam viabilizando abrigos, casas de passagens, mediando ofertas de espaços de trabalho, suportes em ações de integração, dentre outras questões. As paróquias, com sua infraestrutura de ambientes construídos, passaram a ter um papel de extrema importância. Muitas dioceses criaram a Pastoral dos Migrantes; muitos imigrantes buscam as Igrejas para referenciá-los em alguns espaços de trabalho e garantia dos aluguéis. Nesse sentido, há, em muitos casos, uma mescla, uma parceria de ações de setores da sociedade civil, de entidades religiosas e estatais.

Não cansamos de frisar que a Operação Acolhida congrega um amplo conjunto de entidades, instituições de vários matizes. Insistimos nisso para que não configure uma ligação imediata somente com os órgãos de maior expressão ou que aparecem mais como é o caso do Exército e da ONU. “Na ponta final do processo, que é a interiorização, as paróquias podem ter um papel importante, até porque se der errado aqui, todo o envolvimento anterior vai por terra, todo o investimento feito, o traslado, abrigo, os custos, as esperanças, os sonhos deles não é” (Entrevista com um padre responsável por uma paróquia na cidade de Passo Fundo e que abriga imigrantes venezuelanos interiorizados).

Religiosos entrevistados em Pacaraima e Boa Vista disseram que as Igrejas têm uma metodologia diversa da do Exército. “O sentido de acolhida para nós é diferente, não é na base do regimento e nem do autoritarismo. [...]. Cada um faz o melhor possível do seu modo, mas nós entendemos que precisamos somar forças. Muitas ações que as igrejas fazem, não aparecem, se auxiliamos uma família, ficamos felizes, sem tanta propaganda, sem querer aparecer, sem concorrer com ninguém; é o sentido sagrado da acolhida e da assistência. Para alguns, importa os números, a quantidade de gente, para nós não. As pessoas são importantes; uma só pessoa que foi/ é auxiliada em meio a dezenas de milhares que necessitam, já vale”. Nunca esquecendo também que, nas paróquias, há junções de recursos de fiéis para auxiliar economicamente imigrantes nas primeiras semanas antes deles receberem seu primeiro salário; há doações de móveis, roupas, louças, brinquedos para as crianças, etc. Então, ampliam-se os sujeitos e entidades envolvidas para além dos espaços oficiais dos abrigos. Para os que não passam ou permanecem nos abrigos da Operação, a mediação de entidades nos horizontes integrativos, tanto em Pacaraima e Boa Vista, quanto nas cidades de destino para moradia e trabalho, algumas até com parcerias internacionais, é condição *sine qua non* para amenizar os desafios e os limites (Vasconcelos, 2021).

Enfim, o universo religioso, mediado por profissionais do campo eclesialístico de vários matizes, contribui para a ampliação

e sentido de ações que são próprias da situação de imigrante. Esse integra-se ao grupo pela mediação religiosa institucional, ao mesmo tempo, alimenta a consciência do esforço, dedicação e normatização da vida como condição para obtenção dos frutos das migrações. O campo religioso permite reduzir o sofrimento e os limites impressos na vida cotidiana do imigrante, porém, ao mesmo tempo, induz, amarra, vincula, produz dependências e ligações que, nem sempre, são tão edificantes para os imigrantes. Como um morador de Pacaraima nos disse em conversa informal que, “as comunidades religiosas se mobilizam para ajudar os imigrantes; só que ganhando tudo, fica cômodo para eles, ficam só dependendo de ajuda, não vão para a luta como todo mundo aqui. Aliás, as religiosas aqui dão muito mais para os imigrantes do que aos pobres daqui; os mais pobres que temos aqui que são os brasileiros foram deixados de lado porque tem agora os pobres imigrantes. Aqui tem muita pobreza viu. [...]. Os pastores *amarram* (grifo nosso) eles, nas igrejas deles e, depois tiram o dinheirinho que conseguem ganhar fazendo biscates para cá e para lá”. De uma forma ou de outra, e para além dessas relações mediadas por recursos financeiros, entendemos que os horizontes religiosos/espirituais estão imbricados aos econômicos e sociais dos imigrantes, sejam como refúgio, respeito, recurso, confiança, assistência, valores, amizades, trocas sociais, reconhecimento social, conversão imediata, e ampliação da concepção de *família* (pertencimento a um grupo, a uma nacionalidade, a uma etnia) auxílio humanitário, pragmatismo e, muito mais que não tivemos condições de apreender.

7. Interesses comuns e *funcionalidade* do/no programa de Acolhida Humanitária

O imigrante deseja, idealiza e reivindica ser bem acolhido e relacionar-se bem com os autóctones. Ele precisa sempre demonstrar desejo e aptidão para o trabalho, não pode “esperar tudo do Brasil e dos brasileiros”, como disse uma brasileira que auxilia numa casa de apoio para mães venezuelanas em Pacaraima; necessita ser regrado, que conheça os valores, as leis, os costumes e os aceitem. Em tese, para o comando da Operação Acolhida, é ele que precisa integrar-se; esse é o pensamento comum de entrevistados junto a entidades que os acolhe.

O capítulo busca avançar em algumas ideias já desenvolvidas em outros espaços em torno de estratégias adotadas por imigrantes, instituições de apoio e de abrigo para viabilizar a harmonia das relações, não permitir conflitos, não ser indesejável e, com isso, ser bem aceito entre todos os envolvidos.

Obrigações, regras e submissões: estratégias em ação

Quando dávamos aula de língua portuguesa no abrigo que já referimos em Pacaraima, ouvíamos sempre de brasileiras que atuavam lá, quando chamavam as mulheres para a aula, que eram elas “que precisavam aprender português e não nós o espanhol. Vocês precisam aprender português, se convençam disso, senão vocês vão conseguir trabalho de que jeito? Essa é uma exigência,

então gente, vamos lá para a aula! [...]. Vocês precisam aprender muita coisa do Brasil, vocês estão e vão querer ficar no Brasil. A vida de vocês é aqui agora, esqueçam a Venezuela por um tempo. São vocês que estão precisando. Nós só queremos ajudar; o professor veio para colaborar com vocês”. A condição de vulneráveis os obriga ainda mais ao cumprimento de possíveis obrigações determinadas na sociedade que os hospeda, porém, induz ou também provoca a comiseração e/ou a compaixão, as quais, também, podem produzir submissão junto a autóctones, ou seja, “fazerem-se desejáveis” (Vasconcelos, 2021; Sayad, 1998) frente a grande possibilidade de serem indesejáveis, de pressupor barreiras e contraposições; ou, então, para funcionar como estratégia para obter adesão às demandas que eles (imigrantes) julgam necessárias.

Acreditamos que, estrategicamente, imigrantes, frente a determinadas situações, necessitam adaptar discurso (político, por exemplo, em relação ao governo Chávez e Maduro, sobre Bolsonaro e Lula) para fazer frente e/ou evitar possíveis contraposições, para obter resultados em adequação aos esperados, para não produzir críticas e nem conflitos no interior do próprio grupo e com os que os auxiliam; fazer-se “de coitado, de mansos e humildes, é comum entre imigrantes; não só venezuelanas que são assim; tem vezes que parece até que se humilham demais para conseguir algo”, como nos disse uma religiosa que atua com imigrantes em Pacaraima; “elas fazem assim para ganhar as coisas; depois, com o tempo, você vai ver, era uma professora lá da Venezuela, era uma advogada formada, já teve engenheiro da empresa de petróleo que bateu lá em casa pedindo abrigo e comida para sua esposa e filha pequena; anos atrás vinham te pedir uma lona para passar a noite e como casa deles mesmo na rua, antes de se formar bem as carpas (tendas). [...]. É assim, depois eles te mostram pelo celular a casa que deixaram na Venezuela, você não diz que era aquela pessoa que veio te pedir uma tenda, uma roupa, ou alguma coisa para fazer e para comer. Primeiro eles se fazem de coitados, depois te mostram com orgulho o que eles têm lá; é assim, tu podes ver e,

assim tu dizes que não é culpa deles por estar aqui nessa situação; alguém os fez assim”.

Atrair a hospitalidade do autóctone exige e/ou requer estratégias; não produzir descontentamento na “casa do outro” exige perspicácia, domínio de ações, aproximação e distância (Vasconcelos, 2021). A lógica é a mesma para quem atua na Operação Acolhida, no caso, o estado e o imigrante. Aquela existe para esse, porém, esse precisa estar em adequação com os ditames daquela, pois numa relação mais objetiva, quem precisa da primeira (Operação) é o imigrante. No entanto, sabemos que há uma comunidade de interesses. A Operação Acolhida, como já mencionamos várias vezes para que não esqueçamos, também produz visibilidades para as forças armadas, conquistas de espaços políticos internacionais, performance diferenciada e importância social, vínculos estreitos entre entidades internacionais e de governo, bem como da sociedade civil e religiosa nunca havida no país, além dos inúmeros benefícios econômicos que a presença de imigrantes em cidades de fronteira e de acolhida produz.

Na realidade, as duas instâncias (estado e imigrantes) atuam na dimensão das estratégias. Sem imigrantes, ou alterando/melhorando “um pouco a situação econômica e política na Venezuela, eu retorno” (como vários entrevistados nos afirmaram), a política de governo, expressa na Operação Acolhida e toda sua estruturação em redes e pessoas envolvidas, acaba junto. O que queremos dizer é que há múltiplos interesses nas ações de hospitalidade, bem como sentidos, significados e estratégias para otimizar relações e resultados de ambos os lados e, também, que não é só um lado que ganha, ou obtém vantagens e colhe frutos positivos. Dádivas, em geral, pressupõem reciprocidade (dar para receber e/ou retribuir); então, quem recebe, busca oferecer também, viabilizar horizontes de compensação, de reconhecimento, senão de si, de outrem. Não aceitar ser abrigado é expressão de não reconhecimento da oferta do outro, de quem está aí para colher, de quem só existe pela existência do outro (Silva, 2019); sua ausência e/ou

não aceitação faz pensar na sua metodologia de ação, até porque entende ser melhor para o imigrante. Todos os processos burocráticos, de regimentos, as exigências normatizações, são pensadas pela Operação Acolhida, como as mais funcionais aos imigrantes.

Atuamos como voluntário num curso de língua portuguesa para imigrantes promovido pela Pastoral das Migrações da Arquidiocese de Passo Fundo. O funcionamento dessa atividade ocorre todos os sábados pela parte da manhã há mais de oito anos. Na turma que atuamos em 2023 há vários venezuelanos, bem como cubanos e haitianos. Mas, em entrevista, um dos alunos venezuelanos nos disse que “agora que estou aqui posso falar que votei no Chávez e no Maduro também e que não é só culpa deles que o meu país está do jeito que está. Vem de longe, de fora do país e é de tempos atrás esses problemas. Só que agora estourou a bomba, principalmente para os mais fracos, os mais pobres, os que foram ajudados e vistos pelos dois presidentes. Os ricos do país continuam ricos e vão ficar mais porque estão comprando terras e empresas dos que quebraram. Amanhã, quando o país vai ficar melhor, eles vão ganhar muito dinheiro. [...]. Poucos têm coragem de dizer que são os americanos que empobreceram o país. [...]. Estive dois anos na Operação Acolhida, saía e retornava; saía, não arrumava trabalho e, retornava. Passei assim dois anos. Mas lá não dava para falar nada disso. Todo mundo, muitos que pensavam que nem eu, lá [em Pacaraima] não podiam se manifestar, todos culpavam o Maduro, todos faziam de conta que não enxergavam mais longe de medo de não ser recebido, de não conseguir emprego, de ficar na rua. [...]. Agora estou livre para dizer o que penso para vocês brasileiros e para os meus patrícios. [...]. Eu estou trabalhando, vendi tudo o que tinha no meu país e, quero aprender bem o português, e depois montar uma loja. Foi onde sempre trabalhei e criei minha família”.

Exigências, regimentos, proibições, comportamentos considerados adequados pelas instituições de comando, faziam parte do cotidiano e estavam sob o manto constitutivo da *acolhida humani-*

tária. Só o fato de não ficar na rua, na chuva, no frio da noite, de ter um prato de comida, de estar seguro e não ficar à mercê da insegurança das ruas de Pacaraima e Boa Vista, de evitar a prostituição e de serem mal aceitos ou mal falados, já eram expressões dessa concepção do humanitário. Não aceitar isso tudo pelo imigrante e, preferir ficar de fora, poderia ser, para ele, sinônimo de liberdade e de outras necessidades de sua especificidade em suas atribuições familiares, mas, para a Operação, revelaria um problema, um atestado de sua não funcionalidade e atração.

Pessoas com que conversamos e, também, entrevistados deliberadamente escolhidos (como um empresário do setor de vestuário que dialogávamos todas as vezes que passávamos em frente ao seu estabelecimento comercial), foram unânimes em afirmar que, no início da grande emigração de venezuelanos para Pacaraima e Boa Vista, eles eram “uns estorvos, não dava mais para aguentar de tantos que tinha. Eles se faziam de pedintes, de coitados, de miseráveis, dava pena e também uma certa raiva. Havia sensibilização e raiva ao mesmo tempo, ou uns com raiva e outros ajudavam porque os viam como coitados. [...], porque, tu vias aquilo, gente na rua, dormindo na rua, crianças pedindo comida e tu comendo ao meio-dia com comida de sobra; era triste, viu”.

Um outro entrevistado disse que, “depois que a Operação Acolhida se estruturou, daí ficou bem diferente; muitos venezuelanos aqui são donos do comércio, tem muito empregado aqui que é venezuelano; se ouve mais espanhol na rua que português. [...]. Eles ficaram bem mais importantes; já não são mais aqueles pedintes que se humilham; agora trabalham, geram renda na cidade, muitos já pensam em fazer a vida aqui e, ir para a Venezuela só para visitar parentes, vender o que tem lá e botar negócio aqui. Me lembro que um dia veio um aqui pedir para se eu tinha alguma coisa para ele fazer, se não tinha algum biscate por algum prato de comida. Depois que conversamos um tempo, ele me disse que era engenheiro da empresa de petróleo deles, daí quem se sentiu humilhado fui eu! Imagina um engenheiro pedindo para fazer qualquer coisa

aqui na loja, pedindo comida, coisa de não acreditar”. (Empresário que reside em Pacaraima e, atua junto aos imigrantes como voluntário na Operação. Entrevistado em novembro de 2022).

Em Pacaraima, em alguns momentos auxiliamos nas filas e nos encaminhamentos para as vacinações no interior da Operação Acolhida. Muitos reclamavam do longo tempo na fila, que havia muita gente e poucos que atendiam, alguns dias faltavam vacinas e as pessoas ficavam noites nas ruas, pois não podiam entrar nos abrigos sem vacinas em razão da Pandemia, da segurança de todos, etc.; ficavam à espera de vacinas. Todos os dias havia imigrantes que informavam terem sido vacinados contra as várias enfermidades exigidas, porém, não possuíam comprovantes, fato esse que os/as obrigavam a vacinar novamente para poder ficar no país e, em particular, no interior dos processos de abrigamento (da Operação Acolhida).



Imigrantes no interior do posto de triagem em Pacaraima. Realidade cotidiana desde 2018. Foto: Reprodução/Folha Web – 11/11/2022. Fonte: <https://folhabv.com.br/noticia/CIDADES/Interior/Entrada-de-migrantes-venezuelanos-em-RR-continua-alta--veja-video/92323>

A hospitalidade, expressa na acolhida, é um valor, um recurso, uma estratégia que, de uma forma ou de outra, produz compensações (Vasconcelos, 2021). Não é um ato gratuito. Ser recebido, ser abrigado, viabilizar ações de saúde para eles (imigrantes venezuelanos) e para os que estarão com eles nos múltiplos espaços que estiverem, receber alimentos, segurança e possibilidade de encontrar trabalho, sem dúvida, produz gratidão como também resignação, comiseração de uma lado, sobreposição e poder de outro, dons e possíveis contra dons, aceitação/dependência e não reclamação, sujeição e controle social. Legitimam-se ações de um lado e de outro, que podem ser de grandes diferenciações no âmbito do poder e da cidadania (Vasconcelos, 2021; Barbieri *et al.*, 2020). Junto com a dimensão “humanitária/Acolhida” podem ser desenvolvidas relações assimétricas, limites e sofrimentos de um lado, comiseração e abuso de poder na mesma proporção, em outro, ainda que, para o caso da Operação Acolhida, possa ter um caráter transitório de um período em que venezuelanos permanecem em seu interior.

O debate sobre a importância, a quantidade, as origens e a otimização dos imigrantes preenchem muitas páginas nas análises sobre a imigração contemporânea. Dimensões econômicas, demográficas, religiosas, culturais, identitárias, previdenciárias, dentre uma série de outras, compõem esse debate. Porém, grande parte dessa literatura que revisamos é unânime em afirmar que a economia de vários países demanda imigrantes (Ambrosini, 2009; 2020). Estudiosos dizem que os municípios de Pacaraima e Boa Vista são que mais tiveram crescimento vegetativo do país. O primeiro, em 2010, havia 10.433 habitantes, em 2019, o IBGE estimou em 17.401. O segundo, em 2019, possuía em torno de 400 mil habitantes, tendo os imigrantes (na grande maioria venezuelanos) participando com em torno de 12% da população.

Na realidade, os imigrantes são necessários na mesma proporção em que são indesejados ou que não lhes é atribuída a possibilidade de uma integração ou cidadania social. Ou, então, seria

como se disséssemos que a economia os quer e o PIB de alguns países de origem dos fluxos, inclusive, os agradece, porém, sociedades, culturas e referenciais identitários de alguns países de destino, não. Em razão disso, imigrantes vivem entre dinâmicas integrativas, de exclusão e de conflitos, num jogo entre atração e expulsão, necessidade e não reconhecimento, desejáveis e indesejáveis. O tema sobre sua importância ou não é fundamental, pois permite desvendar algumas falácias, ideologizações apressadas e sem fundamento, esboçar dados econômicos e desmistificar algumas representações em torno aos imigrantes e à imigração em determinados países, inclusive no Brasil.

Compreendemos que imigrantes podem passar a ser salvas guardas da possibilidade de continuidade da riqueza das nações que os hospedam. A riqueza destas faz demandar os empobrecidos, que estão inseridos em serviços denominados “nichos de trabalho de imigrantes” (presentes em muitos dos países que incorporam grandes contingentes), que promovem a dinâmica e as “otimizações” setoriais como é o caso da presença deles na agricultura dos Estados Unidos, Espanha, Portugal, Itália dentre outros, em atividades de mineração, pesca, construção civil, infraestrutura, saneamento básico, limpeza pública, cozinhas de restaurantes e hotéis, limpeza de casas e condomínios, cuidados com idosos e crianças etc. Eles dinamizam setores e o processo macroeconômico em geral. Na Inglaterra, em 2020, imigrantes contribuíram com 20% do PIB, na Espanha 31%, na Itália 14%. Nos Estados Unidos, imigrantes registraram em torno de 16% da mão de obra empregada. Na Itália, a participação deles foi de 11% (Idos, 2021).

Dimensionando para o lado mais subjetivo, temos a convicção de que o projeto migratório se constitui em esperanças, promessas e desafios para eles, porém, na prática, muitos acabam produzindo desencantos e arrependimentos. A realidade de migrante vai se constituindo na prática vivencial no decorrer da própria trajetória. A busca de pontos de apoio pelos imigrantes (família, grupos de conacionais, igrejas) é importante para fazer valer de

forma plena seus horizontes identitários, sua qualificação profissional, seus direitos etc. A reprodução da exclusão social e a criminalização dessa, as novas formas de condições de inferiorizado, as políticas de assistência social cada vez mais intolerantes e incapazes de promover ações efetivamente alternativas, atestam a ausência de uma cidadania para todos e de uma inclusão marginal de imigrantes. A Operação Acolhida é um caso atípico; é uma política pública que surgiu num contexto, com múltiplas intenções para além da dimensão da acolhida humanitária, ou para além da esfera das pessoas, dos imigrantes. Para isso, centenas de milhões anuais foram e estão sendo canalizados para dar conta de suas ações. Ela surgiu e pode acabar, inclusive, num tempo curto; ou, quem sabe, continuar e abrir-se para outras nacionalidades de imigrantes e, não mais exclusiva para venezuelanos. Tudo isso vai depender de alguns processos políticos no Brasil, na Venezuela, suas relações com vários países, da dinâmica do fluxo migratório no Brasil.



Imigrantes venezuelanos que trabalhavam numa padaria em Pacaraima quando estivemos por lá. Fonte: pesquisa de campo, em novembro de 2022.

questão revela uma dimensão de controle e repressão para garantir a ordem sem sair da legalidade e/ou produzir conflitos maiores, para que houvesse uma “governança migratória” (Vasconcelos, 2021) sem uma “agenda meramente punitiva” para um dos lados (Dias; Vieira, 2019). Além disso, a ideia era não produzir maior vulnerabilidade aos imigrantes e aos autóctones. Esses últimos reivindicavam segurança no bairro próximo da rodoviária em Boa Vista, bem como nas ruas de Pacaraima e de Boa Vista, para que houvesse possibilidade de mobilidade nestes espaços sem o perigo de assalto. A partir desse momento, junto com a efetivação do complexo da Operação Acolhida, passaram a vigorar ações de monitoramento, controle de espaços pelos militares no interior das cidades onde havia maior concentração de imigrantes, convencimento para serem abrigados, bem como o início dos processos de interiorização; grande parte dessas ações em parceria com a Igreja Católica por meio de dioceses espalhadas pelo Brasil, dentre outros processos. É nessa dinâmica que a ideia de interiorizar, de mediar a possibilidade de abrigo e trabalho em outras partes do país ganhou corpo nos processos e nas ações da Operação Acolhida. Veremos algo disso no capítulo a seguir.



Venezuelanos fazem fila
para agendar pedidos de
refúgio e de residência
temporária em Boa
Vista. Fotografia de Inaé
Brandão/G1 - RR.



PARTE IV

Interiorização:

trabalho e inserção
social de imigrantes



Imigrantes venezuelanas chegando em Pacaraima. Fotografia de Marcelo Camargo/ Agência Brasil, em 06/04/2023. Fonte: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/interiorizacao-e-boa-alternativa-para-refugiados-venezuelanos-no-brasil-diz-porta-voz-da-acnur/>.

8. Interiorização de imigrantes:

*fim de uma etapa e começo
de uma outra*

Entendemos que resulta cada vez mais imperiosa a exigência de mão de obra imigrada para o sistema produtivo em muitos países. Isso, no nosso entender, já é ponto pacífico. Para o nosso caso, os setores agroindustriais, o comércio atacadista e de serviços expressam a intensa presença de imigrantes. Além desses processos, há o aumento do contingente de consumidores e de usuários de múltiplos serviços. Sociedades de destino necessitam de sua força de trabalho, enquanto que a de origem, de seu dinheiro (remessas).

Nesse capítulo buscamos, através de entrevistas com imigrantes venezuelanos e empregadores, relatar e analisar alguns dos elementos que envolvem essa esfera, ainda que de uma forma sintética, apenas para termos algumas ideias do processo em franco dinamismo num contexto específico que é o meio urbano de Passo Fundo, centro-norte do Rio Grande do Sul, bem como outros municípios como é o caso de Marau, Tapejara e Serafina Corrêa.

Encontrar trabalho e um espaço “neste imenso país”

Os imigrantes são vistos pela sociedade hospedeira pela sua funcionalidade ao sistema produtivo. Eles são sujeitos *para o trabalho* (Sayad, 1998), condensam transformações, otimizações e tendências no mercado de trabalho; revelam dinâmicas expressivas

de vários capitais, em geral, industrial e comercial, na agricultura também, como é o caso de alguns países da Europa ocidental e dos Estados Unidos, os quais objetivam maximizar sua ação para obter maiores rendimentos. Esse processo faz perder de vista ou alterar a trama de relações sociais, familiares e simbólicas com o passado, com as intenções pessoais do presente. A preocupação da sociedade hospedeira com a inserção do imigrante no horizonte do trabalho reduziu ou ignorou a possibilidade de integração em outras esferas. O quadro institucional do país, sua regularização normativa e os comportamentos sociais são importantes na determinação e possibilidade de integração social do imigrante, pois é desse horizonte que se constitui o senso comum, as representações, as concepções em relação a eles e vice-versa.

Na dinâmica da interiorização da Operação Acolhida está presente o argumento da importância econômica dos imigrantes para sensibilizar e convencer os demandadores de trabalhadores. Empresário nenhum contrata qualquer trabalhador sem ter presente sua otimização, ou seja, não contrata unicamente por ser imigrante, por comiseração, etc. Os pressupostos de mercados concorrenciais induzem a uma maior exploração da força de trabalho onde sua presença se torna inevitável e/ou mais eficaz para os capitais que a empregam. É nessa dimensão e neste contexto que a presença de imigrantes se torna fundamental e problemática ao mesmo tempo. As sociedades autóctones percebem os imigrantes como mão de obra disponível no mercado de trabalho assalariado, em geral, em espaços de esforço físico, insalubre, de horários elásticos e de remuneração inferior.

Os grandes processos relacionais e estruturais que normatizam e orientam a esfera do trabalho na contemporaneidade estão no centro das grandes questões do fenômeno migratório internacional e, sem dúvida, estão envoltos na realidade laboral que imigrantes venezuelanos, não muito diferente de qualquer outra nacionalidade, se inserem. Dentre essas alterações poderíamos elencar a globalização de mercados, desemprego estrutural fruto do avanço tecnológico em várias de suas dimensões, tendo a infor-

macional como seu carro-chefe, a desterritorialização de capitais e do trabalho, desassalariamento, informalidade, terceirização, desregulamentação (flexibilização produtiva, na esfera da legislação trabalhista etc.) e muitas coisas mais. Talvez o horizonte do trabalho seja o setor da economia e da sociedade que mais se apresenta sensível a essas transformações todas (Dupas, 2005; Antunes, 2017; Martine, 2005; Baeninger, 2018). Muitos desses processos podem ser correlacionados à migração, à funcionalidade econômico-produtiva dos imigrantes, bem como às trajetórias de migração que se ampliaram nas últimas décadas.

Não podemos esquecer que as políticas denominadas de neoliberais das últimas décadas, com raras exceções, ampliaram a grave concentração de renda, o desemprego informal, a estagnação de salários, a redução da participação direta do poder público na produção, a desregulamentação dos mercados e da concorrência, entre um conjunto extremamente alargado de fatores que refletem a conjuntura de pressão e de inserção de países desenvolvidos. O Brasil entrou como sócio minoritário e incluído marginalmente nesse processo, fato esse que reflete e continua influenciando as saídas de pessoas do seu território (Dupas, 2005; Martine, 2005). Essa realidade não é muito diferente em países de grande fluxo de saída, como Bangladesh, Senegal, Haiti, Colômbia, Bolívia, Venezuela, dentre muitos outros grupos que se fazem presentes no Brasil e que configuram as migrações internacionais mais atuais no país. Aspectos estruturais, principalmente no campo da produção, da tecnologia e das políticas públicas estão sempre produzindo processos de mobilidade (Bauman, 2017). Projeta-se para um futuro próximo uma ampliação de fluxos de imigrantes laborais em razão das crises econômicas presentes, da debilidade da economia de muitos dos países que não conseguem ser produtivos e nem acompanhar as transformações intensas do horizonte do trabalho. Nesse cenário, os empregos e as rendas formais estão sendo reduzidas em vários países que já eram empobrecidos como é o caso do Brasil e de outros na América Latina.

Os imigrantes reproduzem os processos de diferenciação regional no interior do país, auxiliando no desenvolvimento de determinadas regiões e/ou empobrecendo outras pela sua ausência e/ou saída, ou mesmo, pela sua presença. Eles são atores de um amplo processo constitutivo do mercado de trabalho, assim como o foram no passado nos projetos de colonização e apropriação da terra em vários países e/ou na constituição de um operariado industrial. Os países mais empobrecidos são os que mais sofrem com esses processos todos, em particular, os que fornecem os quadros dos maiores grupos de imigrantes existentes no Brasil. Nunca esquecendo, porém, que o Brasil é um país que, nas últimas décadas, vem recebendo imigrantes, mas que, também, tornou-se um viveiro de emigrantes para vários países do mundo.

Nesse horizonte da recepção de imigrantes, os venezuelanos tornaram-se a referência dos últimos cinco anos. Como já mencionamos, a interiorização é a última etapa da Operação Acolhida; ela busca viabilizar condições de autossustento dos imigrantes ao inseri-los em espaços de trabalho remunerados e regulamentados. O fim de um processo (da política pública), é o começo de um outro (da vida laboral como imigrantes), idealizado e aguardado, na sua maior parte, durante alguns meses no interior dos abrigos da Operação; demandado pela premência do dinheiro para o sustento de quem emigrou e de quem ficou.

Todos sabemos que há imigrantes e imigrantes; há os que são bem-vindos, os que não são; os que se adaptam com mais facilidade, outros que são mais estranhados e que produzem maiores resistências; os que adotam estratégias para serem bem quistos, para que sejam recebidos, integrados e que possam realizar seu intento de encontrar trabalho, ganhar dinheiro, melhorar de vida, etc. Os elementos que ocasionam isso também são variados; podem ser motivados por representações produzidas no espaço de destino, por questões raciais, nacionais, étnicas, passados históricos e seus vínculos com fatos sociais, relações políticas do país de origem e mesmo de destino, questões religiosas, etc.

Há abordagens que insistem na recepção cordial do brasileiro ao estrangeiro, da hospitalidade e convivência racial pacífica e democrática (Vasconcelos, 2021). Ao mesmo tempo, há muita literatura que insiste na visão negativa, ou seja, de que imigrantes são associados a conflitos sociais, criminalização, perda de referenciais culturais de autóctones; outros ainda entendem que há uma concepção de que imigrantes são um recurso social, econômico e cultural, que é muito importante avançar nos processos que envolvem receptividade (Zambrano, 2021; Vasconcelos, 2021).

Autores discutem as características do movimento migratório venezuelano para o Brasil, ou seja, se é uma migração voluntária, se envolve asilo político e/ou refúgio; outros enveredam pela dinâmica de uma migração forçada, ou seja, de que são imigrantes pressionados por fatores externos em razão de perseguição política, ou violação de direitos humanos (Silva; Abrahão, 2018; Zambrano, 2021). Pelo nosso singelo conhecimento em torno do tema e dessa realidade da migração venezuelana em particular, acreditamos que essa imigração incorpora os vários processos, seu encaixe faz perder de vista outras dimensões. Em todos os processos migratórios, há diversidades; difícil é agrupá-los num horizonte único de determinação, racionalidade e intencionalidade do ato. O que pode haver, talvez, é uma hierarquia de causalidades.

No entanto, forçados ou não, a realidade econômica e/ou política, ou as duas juntas, vêm induzindo a saída em massa de população venezuelana. Essa é uma realidade incontestável. O que percebemos pelas nossas entrevistas e diálogos informais com imigrantes em Pacaraima e Boa Vista é que muitos deles migraram em razão das péssimas condições econômicas, da fome e desemprego, sem muita correlação com questões de ordem política. Estes buscam alimentação, emprego e possibilidade de ganhar dinheiro, sobreviver e enviar um percentual para alguém da família ou de relações embasadas em dívidas que são produzidas pela migração. Desse modo, pode haver migrantes com maior conotação econômica e, outros com maior expressão política, que deman-

dam refúgio. Nem todos os que são contemplados nessa última categoria e/ou demanda, são movidos por questões de ordem de sobrevivência, ou seja, fugindo da fome, das condições precárias vividas. Vimos imigrantes que nos disseram que tinham empresa na Venezuela, deixaram familiares e outros “segundo com a produção lá e, eu vim porque havia muita perseguição política”.

Imigrantes venezuelanos (sem querer ser genérico), ao que nos parece, são mais bem aceitos na sociedade brasileira do que muitos de nações africanas; são, em boa medida, associados à lógica da realidade de haitianos, ainda que para esses, além de dimensões políticas, há desastres ambientais que produziram mobilidades, bem como o empobrecimento da população que foi intensificado com os terremotos. Revisamos literatura que aborda o fato que venezuelanos buscam produzir comiseração na sociedade brasileira pela situação de precariedade econômica do país nestes últimos anos. Isso pode servir de estratégia para ser acolhido na dimensão humanitária e obter a possibilidade da interiorização, a qual lhes possibilitaria inserção no espaço de trabalho e não depender recursos para a sua mobilidade geográfica no interior do país até chegar no destino previamente acordado (Vasconcelos, 2021; Moreira; Camargo, 2017; Senhoras, 2019).

Há, em primeiro lugar, o fato de serem de um país vizinho que sempre conservou relações de proximidade; há, também, como já mencionamos, certa comiseração em razão do vivido no país nos últimos anos e, ao que pudemos constatar, a culpabilização dessa realidade é expressa aos governos de Chávez e Maduro, esse último com maior intensidade; outros, por razões raciais, religiosas e de cunho regional (América do Sul/Latina), entendem que é interessante auxiliá-los e integrá-los no mundo do trabalho e no meio social; de que é um dever acolhê-los por serem vizinhos, por estarem vivenciando uma realidade conjuntural de crise e dificuldade de sobrevivência, algo que, em tese, poderá acontecer com qualquer país e, no Brasil, em particular, pois o governo Bolsonaro, ao politizar a migração venezuelana, desenvolveu a ideia

que se Lula ganhasse, o “país se tornaria uma Venezuela”. Outros enfatizam que são em demasia, que estão “entrando demais”, que se necessita dar “um basta”, questionam “quando isso vai parar? Tem lugar para todos no Brasil? Estarão tomando nosso emprego. Essa política de cama, mesa, banho e segurança [referindo-se à Operação Acolhida] vai até quando? [...]. Vão dar terra para os índios venezuelanos? Não dão nem para os do Brasil que estão reivindicando, então, o que irão fazer com mais de cinco mil índios acampados? Isso tudo é uma incógnita e só o tempo dirá até quando e até aonde vai isso tudo”. São indagações que muitos dos brasileiros nos faziam ao relatarmos impressões, situações vividas em Roraima e explicando o funcionamento da Operação.



Imigrantes venezuelanos/as em voo da FAB, partindo de Boa Vista para serem interiorizados/as no sul e sudeste do Brasil. Esse é o momento idealizado por todos os que se encontram no interior do espaço da Operação Acolhida, pois revela a possibilidade de inserção ao horizonte laboral. Fonte: foto da FAB.

Já mencionamos que residíamos e trabalhávamos (como voluntário) em Pacaraima com alguns imigrantes venezuelanos e, não era incomum, a demanda de alguns deles para que encon-

trássemos algum trabalho no sul do Brasil para eles em suas áreas de qualificação e, ao mencionar sobre os custos da viagem em razão da distância, reduziam-se as possibilidades e as idealizações; daí, percebíamos o quanto era importante para eles a inserção nas normativas da Operação Acolhida em razão da gratuidade do transporte. Porém, para quem não estava no interior dela, era fundamental produzir canais de interligação e/ou intermediação, pequenas redes com vínculos geográficos em várias regiões do Brasil para obter possibilidades de espaços de trabalho. Mesmo ao retornarmos para nossa cidade (Passo Fundo – RS), a demanda não só de alguns que habitávamos juntos em Pacaraima para auxílio financeiros, mas de outros que se diziam amigos de nossos amigos venezuelanos nos enviavam várias mensagens com a demanda por trabalhos, pela nossa mediação, etc.



Padaria em Pacaraima, a qual auxiliávamos, juntamente com mais seis venezuelanos/as. Fonte: pesquisa de campo.

Segundo Bezerra (2018) e Senhoras (2022), nos dois primeiros anos da Operação Acolhida, houve, por meio da grande imprensa do estado de Roraima e mesmo a do país, muitas matérias produzindo um pânico moral por meio de representações negativas dos venezuelanos (prostituição, máfias internacionais, drogas, expressões ligadas à xenofobia, à inferiorização dos imigrantes e ao discurso do ódio). Fora ampla a quantidade de reportagens nesse sentido. A situação vivida nas ruas de Pacaraima, Boa Vista e Manaus chamou a atenção da mídia que começou a divulgar, produzir relatos de histórias de vida, imagens do cotidiano das ruas (lixo no chão, bandos de urubus ao redor das lixeiras em razão de imensa quantidade de lixo no chão), a população imigrante vivendo nelas, pessoas amontoadas dormindo em espaços de proteção à chuva em calçadas das três cidades referidas, fazendo imensas filas para receber a marmita ao meio dia, ou, então, batendo de casa em casa, localizando-se em frente a restaurantes para obter alguma sobra de comida. A mídia televisiva divulgava imagens de situação do cenário urbano muito comum no Brasil, independente da migração de venezuelanos, mas que em Pacaraima e, principalmente em Manaus e Boa Vista, ganhavam correlação com os imigrantes.

Com essas imagens e reportagens, produziu-se uma consciência em relação aos imigrantes como portador de um caos social urbano, de não respeitador da cidade, de ser o causador da sujeira das ruas e ao redor das lixeiras, de serem produtores do desregramento social, como não merecedores da integração à sociedade, hierarquicamente inferiores nos costumes, hábitos, higiene e capacidade laboral. Esses processos todos, nos primeiros dois anos de imigração (2016-2018) dificultaram a aceitação da população autóctone em relação aos imigrantes venezuelanos, às possibilidades de sua integração social e à construção de pensamentos e ações em prol da diversidade (Bezerra, 2020; Vasconcelos, 2021; Baeninger, 2018). Com a intensificação da Operação Acolhida e maior normativa social, proibição de permanecer nas ruas, de maior controle e militarização nos espaços urbanos que mencionamos, houve uma redução desse processo.



Imigrantes venezuelanos/as em espera para serem abrigados/as nas tendas da Operação Acolhida em Pacaraima. Essa era uma realidade diária no período que fizemos pesquisa. Fonte: pesquisa de campo.

A fome/alimentação e a necessidade de encontrar meios para saciá-la demandam a produção de relações sociais para além da necessidade biológica; implica em organizar-se, submeter-se, humilhar-se, oferecer-se para trabalhar, alterar costumes, hábitos, gostos alimentares, implica um horizonte amplo de dependência e incorporação de estigma; revelava o regime político do país e sua negatização, a culpabilização externa aos sujeitos imigrantes, ou, então, (auto)representados como vítimas desse processo, de um governo que não consegue atender às necessidades alimentares e nem às de geração de renda (trabalho/emprego) (Vasconcelos, 2021; Silva, 2019). Já mencionamos que a alimentação passou a ser a questão mais premente de imigrantes ao chegar em Pacaraima e Boa Vista. “Muitos chegaram aqui sem um tostão no bolso. Aqui o clima deixa dormir no relento, mas o estômago fala mais alto do que o abrigo. [...]. No início, era um desespero só por um prato de comida”, comenta uma religiosa em conversa informal em Pacaraima. A mesma religiosa disse que “era triste ver eles se submeterem à humilhação, gente com profissão, professores,

engenheiros que eram na Venezuela. [...]. Eles não tinham outra coisa a pedir que não fosse, ‘por favor, um prato de comida’; chegavam de se oferecer para trabalhar apenas por um prato de comida. Ficavam na fila da marmita horas antes para não ficar sem”. Esse horizonte produziu certa igualdade, comunidade de interesse entre imigrantes; todos se viam na mesma situação, alguns com algo a mais do que outros, mas, no geral, “estavam todos na mesma situação”, disse-nos a religiosa mencionada. A preocupação com as crianças nesse sentido era intensa, por isso, segundo a interlocutora (em conversas informais), “resolvemos abrigar muitas mães com crianças pequenas; já tivemos mais de 200; foi uma luta muito grande, pois, foi bem no tempo da pandemia”.

Um empresário do setor de vestuário em Pacaraima que conversávamos aleatoriamente comentou que “agora melhorou; os militares estão botando ordem, deveriam fazer assim em todo o país! Tem de botar os militares a botar ordem na casa, em todo esse país! Os venezuelanos não são mais arruaceiros, agora compram; são empreendedores também, mas foram os militares que arrumaram a casa; os que estão nas *carpas* (tendas/abrigos), estão lá e aguardam ir para algum lugar nesse país já com proposta de trabalho na mão; então, ficou bem melhor agora. O problema é que uns que aprendem como são as coisas aqui saem e, chegam outros que não sabem e, daí, tem de começar tudo de novo, mas, entre eles se conversam e aprendem logo as regras aqui no país, dá para ver que nos últimos dois anos melhorou muito”.

Em entrevista com responsável pelo comando militar da Operação Acolhida em Pacaraima no período em que estivemos por lá, percebemos a sua contundência em afirmar que “quem entra para o abrigo precisa ser objeto de controle para que a gente não tenha maiores problemas”. Já mencionamos que, segundo militares que entrevistamos, a gestão dos abrigos demanda regramento, evitar saídas e entradas em demasia, pois muitos poderão sair e tornar-se visíveis nas cidades e provocar alguma contraposição pelo excesso de gente perambulando pelas ruas, além de que as instituições que

constituem a Operação poderão perder os contatos, reduzir ou enfraquecer os domínios e os controles. Segundo o entrevistado informado anteriormente, a eficácia da operação é a acolhida, e, essa demanda regramentos e controles; “evita-se correr riscos de tráfico de pessoas, prostituição nas ruas ou tráfico de prostitutas para Manaus ou até fora do país, vagabundagem nas ruas, gente pedindo coisas. [...]. Você controla essa gente com regras e normas, não é? O Exército está aqui com grande efetivo para isso, para agir preventivamente. Depois que acontecem os fatos, o estrago está feito. Então, nossa missão é manter os imigrantes aqui sob controle, para o bem deles e da Operação Acolhida”.

O imigrante venezuelano está para a Operação Acolhida na condição de vítima, de vulnerável, de grupo susceptível a situações de maldades e que será ruim para eles, mas, também, para a eficácia da Operação. Para isso, justifica-se a dimensão do controle, em nome do “humanitário”, ou de uma “humanização do controle” (Vasconcelos, 2021, p. 20), que demanda algum tipo de separação de relações normais de vida cotidiana nas cidades; implica redução da liberdade dos imigrantes, subtraído espaço de contraposição deles e que haja a dimensão da tutela, da administração, da regulação, em particular, para o que for contemplado com o status de refugiado. Isso não é só no interior dos abrigos da Operação, mas, também, junto a entidades associadas, de apoio e que necessitam implementar controles e regramentos nas relações cotidianas, reduzir e/ou impedir mobilidades para fora da porta do seu espaço. Há uma dimensão de clausura em nome do bom funcionamento da instituição e dos objetivos que acreditam seus gestores atingir (Vasconcelos, 2021).

No abrigo que auxiliávamos como voluntário em aulas de língua portuguesa em Pacaraima havia um grande controle das saídas, das entradas e dos regramentos internos. Brasileiras e venezuelanas trabalhavam no seu interior para isso. Havia muitas atividades para envolver as abrigadas, controle temporal dessas atividades, obrigações internas a serem cumpridas.



Nossa colaboração em aulas de língua portuguesa no interior de um abrigo de mães venezuelanas com filhos pequenos, em Pacaraima. Fonte: pesquisa de campo.

É interessante mencionar que no referido abrigo havia mais de uma centena de mulheres venezuelanas e de outros países também (Colômbia, Cuba, Equador), a presença ostensiva de uma cachorra, chamada de “Blanca”, controlava a porta de saída e de entrada. Diz uma religiosa que gerenciava a instituição que “ela era treinada para não deixar homem nenhum entrar”. Realmente, todas as vezes que íamos na casa, havia necessidade de amarrá-la; era nosso maior temor, pois todas as abrigadas relatavam situações em que ela já havia atacado somente homens, que “o mínimo

descuido, ela vai direto nas canelas dos homens. Ela deve ter sido judiada muito por algum homem e, agora ela se vinga neles! [...]. Ela ajuda muito no controle de entrada de homens aqui”.

Medo, ameaças, falta de credibilidade, não aceitação social plena, segurança social, eficácia da Operação, dentre outros processos, fazem das ações de acolhida de imigrantes venezuelanos/as um horizonte de intermédio ou uma estrutura híbrida de um *campo de refugiados*, com ações de securitização, semiconfinamento, militarização, bem como a terceirização junto a agências internacionais; de grupos sociais que se submetem à lógica militar mesmo num contexto que não é de guerra, e, sim, de dimensão *humanitária*, de caráter socioeconômico e político (Vasconcelos, 2021).

“Serem *distribuídos* e integrados à sociedade”: desejos *internos* de demandas externas

Ficamos com a sensação de que a inserção no horizonte da Operação Acolhida funcionava como um processo de aprendizagem, uma normatização para viver no Brasil. Terem garantias de documentação, aceitação, aprendizagem (língua, costumes, alimentação, etc.), ser compreendido, não ocasionar reações contrárias de autóctones, vincular-se a instituições religiosas, aos órgãos públicos, serem mediados por Ongs, pastorais sociais, etc., tudo se tornaria um ritual de inserção, uma tentativa de normatizar, controlar, distribuir em espaços múltiplos para evitar aglomeração nos espaços de entrada e contraposição em todo o território brasileiro. Aglomeração em excesso, além do custo alto de alimentação, infraestrutura, segurança, controle sanitário, etc., revelaria a fragilidade da dimensão da interiorização já que o controle de fronteira não existia/existe e as entradas todos os dias eram sempre uma incógnita em termos de quantidades. “Todos os dias entram, temos de nos precaver e imaginar que amanhã será sempre maior

o número, para não represar aqui e ter de deixar gente na rua”, informa o comandante da Operação em diálogo conosco.

Conversando com um professor na Universidade Federal de Roraima e que estuda sobre esse fenômeno migratório, ele nos chamou a atenção para o fato de que a Operação Acolhida, em última instância, não era para proteger e/ou resolver o problema de venezuelanos e, sim, para evitar conflitos com autóctones, para proteger esses. A quantidade imensa que chegara nos primeiros anos antes da Operação havia produzido um tecido social de temor, de conflitualidades, de invasão, de *tomada* da cidade, de ausência de controle e gerenciamento pelas instituições de controle de fronteira.

A realidade produzida antes da Operação atestava a fragilidade de proteção e a porosidade das fronteiras nacionais; revelava a incapacidade do estado em proteger seus cidadãos da invasão externa. Por isso que a referida política pública de acolhimento não se esgotava somente nessa ação; não podia ser somente acolher e, sim, era necessário mandar o contingente para *frente*, evitar que aconteça o que aconteceu anos antes no estado do Acre em que imigrantes senegaleses, haitianos e de outras nacionalidades chegavam e, o governador, sem saber o que fazer acabava lotando ônibus e os enviava para outros estados, muitos deles sem destino certo e sem saber aonde ir ou o que fazer quando chegavam em determinada cidade e/ou capital. Havia a intenção de passar o problema para outros, socializando custos e envolvimento.

A dimensão da interiorização é fundamental, pois como não se tem controle de entradas e, ao que parece (estamos escrevendo em maio de 2023), vem aumentando sempre mais; a possibilidade de represamento e perda de controle é muito grande, além de que, mesmo lidando com as consequências do problema produzido na Venezuela, não soluciona a questão das entradas; “todos nos diziam que há meio país ainda para entrar, porque lá eles estão divididos, uma parte apoia o governo e a outra não; só que aqui vem todos os que não apoiam e os outros também; então, o negócio aqui vai

longe”, comenta, de uma forma informal, em empresário varejista que nos disse que passou a empregar venezuelanos e paga “por dia, porque um dia eles vêm e, depois em outro resolvem ir para Boa Vista e não te dão satisfação”. Deste modo, como já mencionamos, o processo de interiorização faz parte da última etapa das ações da Operação Acolhida; é quando imigrantes e refugiados saem dos abrigos e são direcionados para algum município do país para residência e trabalho. O traslado fica por conta do Governo Federal, seja ele na forma aérea e/ou terrestre. A decisão fica a cargo do imigrante e/ou refugiado e, conta com o envolvimento associado e auxiliado entre o Governo Federal, as Nações Unidas, empresas requerentes e entidades de apoio no interior da Operação.

A ação de interiorizar exige muito cuidado, clareza do que o imigrante e refugiado irão fazer, quem vai se responsabilizar por eles, o comprometimento da empresa para, com isso, evitar que haja inserções em atividades ilegais e de constrangimento humano em razão do desconhecimento da realidade nova pelos demandantes por trabalho, situação vulnerável da família e da premência por obtenção de recursos financeiros. Por isso a importância das redes de contato entre instituições de acolhida e as de recepção no novo espaço. Há protocolos econômicos e sociais que assegurem e sejam capazes de dar garantias de direitos, ofertas de trabalho com condições humanitárias, proteção aos imigrantes em seus serviços básicos (Vasconcelos, 2021). Se isso realmente se efetiva na prática, de uma forma mais contundente, é difícil dizer. Estudos específicos poderão nos dizer. O cenário é amplo, as relações também, os espaços de destinos são vários, as inserções em trabalhos também são diferenciadas e a realidade está se processando cotidianamente e em dinamismo.

Em 2018, no período intenso de entrada de imigrantes venezuelanos, os estados que mais receberam foram São Paulo, Rio Grande do Sul e Amazonas, em cada um com presença de quase mil migrantes interiorizados. No entanto, as críticas da literatura sobre o tema são muitas, principalmente em torno do marasmo,

da lentidão dos órgãos responsáveis, da ausência de sensibilização social e política nos vários estados brasileiros sobre o fato, principalmente pela falta de abrigo, amparo, excesso de burocratização principalmente para a demanda de refúgio (Senhoras, 2022). As críticas brotam com ênfase no fato do número baixo de interiorização em relação ao número de venezuelanos que a demandam e estão presentes nos abrigos e fora deles. O estado de São Paulo, pelo seu potencial econômico, figura como o maior receptor de imigrantes venezuelanos até então com quase 10 mil interiorizações em 2022. Rio de Janeiro e Minas Gerais também estavam (em 2022) entre os principais, assim como o Rio Grande do Sul (Senhoras, 2022). Segundo os dados mais recentes que temos, fevereiro de 2023, por membros da Operação Acolhida, que comumente obtemos informações de uma forma informal, os venezuelanos interiorizados estão se aproximando de 100 mil.



Venezuelanos/as aguardam atendimento no posto da Polícia Federal, em Pacaraima. É o primeiro passo a ser feito após a entrada no país e o começo para o processo de abrigamento para quem o desejar. Foto: Emily Costa/ G1 RR. Fonte: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2016/07/crise-na-venezuela-provoca-corrida-por-alimentos-na-fronteira-de-roraima.html>

“Encontrar quem me queira [...] para trabalhar”: interesses e resistências

A interiorização vem permitindo o gerenciamento da questão migratória em Pacaraima, Manaus e Boa Vista, pois viabiliza a “desova temporária e a preparação para os que chegam”, como nos disse um militar em diálogo informal no interior dos abrigos em Pacaraima, ou seja, a saída de contingentes e a entrada de outros. Ela amplia dimensão da cidadania e acolhida dos imigrantes e refugiados venezuelanos em razão de que busca encontrar algum meio laboral legal e acordado entre instituições e, com isso, viabilizar o sustento financeiro deles. A referida ação permite distribuição e espacialização dos venezuelanos presentes no interior dos abrigos. Como já mencionamos, ela se processa de uma forma gratuita para o demandante a partir de avaliação, critérios como exame de saúde, legalidade de documentação, anuência do termo de voluntariedade. Os estados do centro-sul do Brasil foram os mais demandados nos últimos seis meses (outubro de 2022 a março de 2023) e, também, os que mais ofertam espaços. No período que estivemos em Boa Vista e Pacaraima (novembro de 2022), o estado de Santa Catarina e o do Paraná eram os que mais estavam interiorizando imigrantes e refugiados venezuelanos.

Segundo informações que obtivemos junto ao OIM (órgão da ONU para migrações) no interior da Operação Acolhida e junto ao comando militar de Pacaraima e de Boa Vista em entrevista, os setores de comércio varejista, agroindústrias, serviços do setor terciário, construção civil são os que mais absorvem essa força de trabalho. De uma forma ainda que superficial e aparente não dá para negar que, desde o momento em que migrantes adentram no país hospedeiro, estão produzindo serviços, promovendo consumos, gastando dinheiro e induzindo um amplo leque de atividades. Dados revelam que os imigrantes assumem trabalhos de nível baixo, fortemente segmentados, de elevadas taxas de desocupação e/ou demandas de trabalho insuficientes, salários mais baixos,

sindicalização e informatização mais escassas. Calcula-se que em torno de 15% das atividades efetuadas por eles possuem alguma característica de informalidade no interior de empresas formais (Antunes, 2020). Na mesma proporção, aposta-se nos imigrantes, principalmente jovens, na saída para a crise da previdência e do setor de saúde pública, pois, em geral, poucos deles usufruem e/ou usufruirão deste serviço e dessa compensação.

Podemos acrescentar ainda que imigrantes complementam setores, pois com o aumento da população, cria-se uma demanda acrescida de bens e serviços que faz ampliar também a ocupação de trabalhadores nacionais. Na agricultura, por exemplo, pode haver muita concorrência entre trabalhadores imigrantes, um contingente de trabalhadores mal pagos como uma necessidade estrutural da economia e do setor. Se tivermos presente o campo doméstico, veremos que se apresenta uma função complementar na assistência, retardando, com isso, a mudança na divisão de papéis e adequando o sistema de *welfare* às novas exigências da sociedade. As empresas menos modernizadas, de baixo salário, tendem a absorver maior número de trabalhadores imigrantes (principalmente as de prestação de serviços). Nesse sentido, os imigrantes garantem maior flexibilidade ao sistema e às empresas no sentido de dar conta das demandas do mercado (Ambrosini, 2009; Antunes, 2020).

Segundo Zambrano (2021), a partir dos dados da Fundação Getúlio Vargas, a economia do estado de Roraima, entre os anos de 2016 e 2017, cresceu 2,3%, enquanto o PIB de outros estados no mesmo período cresceu, em média, 1,4%. Em 2018 a 2019, o crescimento do comércio em Boa Vista foi intenso, principalmente em razão da instalação de todo o complexo da Operação Acolhida, com várias entidades internacionais e nacionais, bem como a intensidade de imigrantes dentro e fora dos abrigos. Houve grande aumento de empregos, principalmente no campo dos serviços e do comércio. A arrecadação de ICMS no primeiro semestre de 2019 cresceu num patamar de 25% (FGV, 2020).

Imaginar que venezuelanos estejam “só se servindo do Brasil e, depois viram as costas e retornam ao seu país”, como nos disse um brasileiro na cidade de Passo Fundo ao comentarmos sobre as entradas de imigrantes venezuelanos no país, é expressão de falta de conhecimento ou de uma visão fragmentada do processo. Falamos com empresários brasileiros em Pacaraima e também em Boa Vista e, praticamente todos foram unânimes em afirmar que houve um divisor de águas entre o antes da Operação Acolhida e o agora com ela; estava havendo um grande incremento no comércio local e regional, que inúmeros serviços foram implementados; “pense só na quantidade de táxis que fazem o traslado de Pacaraima/Santa Elena, e, o retorno; bem como o trajeto de Pacaraima/Boa Vista e Manaus e, o retorno; é carro saindo de 15 em 15 minutos o dia todo. Isso não tinha antes. Quantas famílias de brasileiros estão tirando o sustento nisso? E o comércio aqui? Quantos estão ganhando dinheiro. Os restaurantes, as cozinheiras, os garçons, os proprietários de casinhas que agora entra dinheiro do aluguel; em todo o canto tem venezuelano alugando. Pense no dinheiro que está entrando do estrangeiro, do governo brasileiro aqui e muito mais em Boa Vista, são centenas de milhões por ano para a Operação; lá em Manaus também, olha os ônibus que levam imigrantes, o aeroporto de Boa Vista está sempre lotado agora” (Comerciante brasileiro entrevistado em Pacaraima, novembro de 2022).

Há estudos que demonstram um intenso aumento de arrecadação nas prefeituras de Boa Vista e Pacaraima, bem como em todo o estado de Roraima. Há uma “economia humanitária” em Roraima (Vasconcelos, 2021, p. 246) constituída por agências internacionais e nacionais, entidades variadas, imigrantes, autóctones. É evidente que isso produz mudanças sociais, impactos econômicos, sociais e relacionais, criação de entidades terceirizadas, prestadoras de serviços, talvez, tenha até provocado desemprego junto à população autóctone em razão da precarização do trabalho que imigrantes estão sujeitos e predispostos em razão de sua situação vulnerável (Barbieri, *et al.* 2020), inflação nos preços dos produtos. As igrejas

estão tendo um amplo envolvimento com imigrantes, obtendo recursos externos e internos e que são canalizados nos espaços onde há imigrantes venezuelanos, empregando imigrantes e autóctones em suas ações de solidariedade. Outros atores sociais e institucionais envolvem-se em razão da presença de imigrantes produzindo serviços, mobilizam fatores financeiros e pessoas.

É interessante enfatizar aqui que o setor agroindustrial dos três estados do Sul é o maior demandador, inclusive, como já mencionamos, algumas empresas deste ramo possuem representantes (“escritórios”) no interior do complexo gerencial da Operação Acolhida em Boa Vista para permitir, com isso, um contato mais direto com os possíveis trabalhadores que serão interiorizados e inseridos em seus espaços de trabalho, principalmente, o setor de frigoríficos. Isso nos chamou muito a atenção e, conversamos em vários momentos com uma funcionária de uma delas para ver como esse processo se efetivava; ela disse-nos que seu objetivo era permitir agilizar o processo burocrático, selecionar funcionários a partir de alguns critérios e, com isso, auxiliar junto aos órgãos e entidades que se dedicam ao processo de interiorização. Vimos que há um grande dinamismo, porém, “para nós é um pouco difícil porque eles dizem que não têm prática em cortar carne e desossar; eles acham que vão no frigorífico trabalhar em escritório ou em serviço leve. Na verdade, a gente não fala inverdades. Oferece a vaga e explica, até porque eles te pedem qual é o trabalho que farão. Então temos de ser sinceros; a gente sabe que não é fácil e, muitos deles sempre trabalharam em atividades de pouco esforço físico. [...]. Mas, sempre achamos quem se prontifica a ir. Na nossa empresa, já foram mais de 500 interiorizados, principalmente para o Mato Grosso, Goiás, Santa Catarina, Rio Grande (do Sul) e Paraná”.

A interiorização insere com maior amplitude o princípio de integração do imigrante na sociedade, alivia temporalmente a gestão da política de acolhida, porém, abre espaços para outros. “Aqui é assim, quando sai um ônibus cheio para Boa Vista ou Manaus, logo tem mais um pessoal para ocupar o espaço”, informa o

comandante do Exército em Pacaraima em entrevista. Essa ação distancia o imigrante da fronteira, o desloca, em geral, para o centro-sul do país, como que expressando a socialização do “problema”. Ela amplia dimensão da cidadania e acolhida dos imigrantes e refugiados venezuelanos em razão de que busca encontrar algum meio laboral legal e acordado entre instituições e, com isso, viabilizar o sustento financeiro deles (Vasconcelos, 2021).

Muitos venezuelanos que conversamos gostariam de ter um certo domínio e voz nesse processo, pois, muitos deles nos disseram que “se tiver de voltar logo, estarão sem recursos”, que, o ideal é que fosse o mais perto possível, porém, eles sabem que as maiores ofertas de trabalho estão no centro-sul do país. A idealização geográfica para muitos deles seria Boa Vista e Manaus em razão da maior proximidade com o país, porém, a quantidade imensa de imigrantes inviabilizou essa possibilidade; “não há trabalho minimamente digno para todos eles aqui”, comenta uma liderança religiosa que auxilia e assessora, por meio da pastoral universitária, a realidade de imigrantes venezuelanos em Boa Vista. “Os imigrantes vêm demonstrando a precariedade de vida, o descaso das autoridades governamentais e políticas do estado de Roraima; a mídia agora está por aqui e divulga tudo o que há de limites nesses estados e cidades de fronteira norte deste país”, nos diz um religioso que atua junto aos imigrantes em Boa Vista. Estamos vendo no atual momento (primeiros meses de 2023) diariamente manchetes sobre os indígenas Yanomami e a questão do garimpo que, revelam ilegalidades, descasos, ausência do estado, conivências de governos e políticos, grandes empresários de vários setores.

Voltando aos imigrantes venezuelanos, é interessante enfatizar que, tanto em Pacaraima, quanto Boa Vista, há uma ampla estrutura de abrigos fora do cenário central e de gestão da Operação Acolhida, porém, em boa parte, sob sua coordenação; faz parte das parcerias da Operação com entidades em razão da quantidade de imigrantes, por permitir descentralizar e socializar processos, dentre outros aspectos (Vasconcelos, 2021; Senhoras, 2022; Zambra-

no, 2021). Vimos que muitos dos que conseguem trabalhos no sul do Brasil são os que estão estabelecidos no interior dos abrigos ou, então, em razão de decisões pessoais e/ou de não terem conseguido ser interiorizados num prazo de três meses, tiveram de sair dele e alugar algo na cidade. Desse modo, ao conseguirem a interiorização, precisam cumprir o contrato de aluguel pagando multas rescisórias, bem como desfazerem-se de móveis da casa. Imigrantes conseguem sublocar ou oferecer o espaço de moradia para conterrâneos. Em alguns casos, a integração em outros estados, significa a desintegração em Boa Vista ou Pacaraima, pois, muitos deles, já haviam produzido um processo relacional nesses espaços em razão do tempo longo de espera, porém, sempre enfatizando que a interiorização precisa do aval do imigrante, ninguém é obrigado ou forçado a ir para outro estado ou distante, mas, em geral, segundo um padre que acompanha esse processo junto ao ACNUR e a OIM em Boa Vista, “quando há a possibilidade, eles agarram e sonham, a partir daí, concretamente numa vida melhor. [...]. Eles recebem informações sobre o trabalho, o local, a cidade dos espaços de destino; algumas coisas eles já sabem o que encontrarão lá”.

Quando trabalhávamos com auxílio na aprendizagem da língua portuguesa num abrigo para mães venezuelanas com crianças pequenas em Pacaraima (organizado pelas irmãs da Congregação de São José) era bem comum sermos indagados sobre a cidade tal no Brasil onde alguma ou várias delas estariam sendo enviadas/interiorizadas. “Você podia falar sobre a cidade [tal], como é lá? Conte um pouco para nós sobre o que tem lá”. O interesse era obter o máximo de informação, principalmente se a tal cidade fosse de um estado distante, sul do Brasil por exemplo. Em geral, éramos pegos de surpresa e, algumas de nossas aulas de língua portuguesa transformavam-se de geografia dos municípios do Brasil, curiosidades e informações gerais. Utilizávamos os recursos de internet e projeção de tela que tínhamos disponíveis para melhor explicar e visualizar. Desse modo, percebíamos a importância da informação prévia, a idealização, a expectativa, os temores, as dúvidas em

torno da eficácia do processo que, em boa parte, justificava a dinâmica da interiorização gerenciada por entidades do interior da Operação Acolhida.

Na realidade, havia (ainda há) no interior da Operação Acolhida pessoas designadas para informar algo sobre os trabalhos ofertados, as possibilidades de retorno, dentre outras questões, em geral, enfatizando aspectos positivos do local – lembramos de um expositor que falou várias vezes do churrasco e do chimarrão no Rio Grande do Sul - no entanto, num coletivo maior, muitas delas não faziam as perguntas, ou não tinham a liberdade e a dimensão informal que tinham em nossas aulas, ou, então, nossa contribuição servia também para preencher lacunas, indagações que surgiram posteriormente. Havia muitas que perguntavam sobre a existência de internet, qual a comida “que se come por lá?”, se o “pessoal lá respeita as imigrantes?” Sé “é muito frio come falaram lá nas carpas [lonas/abrigos]?” Se, depois de um tempo, “daria para levar toda a família?”; se “o aluguel era muito caro”? Dentre uma série de outras indagações.

Imigrantes idealizam sociabilidades com os seus (co-nacionais) e com a comunidade de destino; seus horizontes imaginados não se restringem ao país de origem, ainda que, em geral, o pertencimento étnico é quase sempre acionado, porém, há horizontes raciais, de gênero, religioso, comercial, dentre outros, que produzem representações sociais entre os diversos grupos e a sociedade de acolhida e que se tornam ferramentas de “construção de significados e sentidos, relacionadas a disputas por visibilidade, poder, direitos, legitimidade e manutenção ou quebra de hegemônias” (Macedo, 2020, p. 292).

Enfim, ser interiorizado é o sentido maior do ato de atravessar a fronteira; é a chance de ter um trabalho, de melhorar sua situação de vida, porém, aonde ir, o que fazer, com quem ir, como será sua habitação, etc., não são informações claras que imigrantes possuem. A interiorização possui o amparo do estado e das instituições humanitárias, porém, nem sempre isso é possível na

totalidade e em todos os horizontes necessários. Não há um acompanhamento logo após a chegada em seu local de destino, processo esse que faz com que muitos desistam do trabalho, inclusive da cidade onde se encontram. Por isso, é uma realidade complexa, de difícil gestão e de respostas apriorísticas. Se a interiorização não der certo, muito do que foi feito antes no cenário da Operação Acolhida e fora dele, perde muito de seu sentido.



Refugiados venezuelanos procuram trabalho em Boa Vista, capital de Roraima, em outubro de 2017. Reuters/UNODC

9. “Para nunca mais ter de ficar
na rua e pedir marmitta”:
esperanças e desencantos

Sabemos que a esfera do trabalho revela aos imigrantes sentidos múltiplos. Sua identidade social, seja em que espaço for, constitui-se também pelo trabalho. Vimos em entrevistas que havia, ao atravessar a fronteira entre seu país e o Brasil, o desejo e a preocupação constante com o trabalho. Essa dimensão compõe a subjetividade e a micropolítica do imigrante (que envolve o campo familiar, afetivo, de status, da dádiva familiar e de parentesco, de seu vínculo com o local de origem, de “pensar no futuro”). Com esse horizonte, há uma dimensão macro constituída pelo mercado de trabalho, pelo sistema público e financeiro que normatiza e se alimenta no interior do processo. Desse modo, a sua presença no universo de trabalho movimenta e redefine uma multiplicidade de processos histórico-culturais da sociedade capitalista e de seus dinamismos contemporâneos nos espaços de origem e de destino.

O universo do trabalho deixa ainda mais o imigrante num horizonte de angústias e incertezas de sobrevivência, desejo de se livrar de várias formas de violência e tensões. Ao chegar nos espaços de destino, algumas angústias se diluem, outras surgem e/ou complexificam ainda mais as já existentes, principalmente pelo fato de ter abandonado alguém, deixado responsabilidades e redes afetivas, de realizar trabalhos de baixa qualificação e reconhecimento social, temor de ficar doente, de ser demitido, de morte de algum próximo no espaço de origem sem poder estar presente e prestar condolências.

Neste capítulo, como complemento do anterior, buscamos analisar alguns dos processos que envolvem ações de trabalho de imigrantes venezuelanos em setores laborais no município de Passo Fundo; é uma análise incipiente ainda, pois a realidade da interiorização de venezuelanos é recente, os seus processos estão em andamento e em consolidação em determinados espaços de destino de imigrantes.

Horizonte de angústias, incertezas e de sonhos

Não cansamos de enfatizar que o trabalho do imigrante se reveste de múltiplas determinações, correlações e significações; revela sentidos múltiplos, ou seja, está inserido no campo simbólico-religioso, sociocultural, familiar e de gênero. Para um venezuelano, na situação que se encontrava em Pacaraima e/ou Boa Vista fora dos abrigos oficiais, era “não precisar mais da marmita, não ter mais a preocupação desde manhã cedo, todos os dias. [...], de não ter mais que ir cedo na fila lá da Caritas para garantir a comida do dia para mim e para os filhos. [...]”. Prometi que nunca mais na vida iria precisar fazer isso. É humilhante e constrangedor para um pai ou uma mãe de família, que sempre teve tudo na sua casa, agora olhar para os filhos e dizer ‘não tem nada hoje para comer, temos de encontrar’”. Além dessas questões de ordem subjetiva, de sentimentos e de obrigações familiares, o trabalho reflete e dinamiza as grandes transformações na esfera produtiva mundial das últimas décadas.

O projeto migratório é totalmente orientado para o sustento das famílias, que migraram e/ou que ficaram. Trabalhar intensamente para sobrar dinheiro e enviar aos familiares, ou para empreender em algum momento no espaço de origem, ou, ainda, no de destino, transforma o imigrante num sujeito econômico transnacional, que faz circular, através do dinheiro, vínculos, investimentos, obrigações morais e que se expressam no horizonte financeiro, no consumo e na poupança (Ambrosini, 2009; Macedo, 2020).

Um imigrante venezuelano entrevistado em Passo Fundo disse-nos que o que ganha numa atividade de carregar caminhão todo o dia num atacado de uma rede de farmácias lhe permite “comer, morar, vestir e ainda enviar dinheiro ao seu irmão na Venezuela. [...]. O trabalho me deu todas essas condições”. Disse ele que ainda, quando pode, “ajudo na igreja, quando o pastor pede”. Percebe-se que pelo trabalho, o referido interlocutor, dimensiona múltiplos processos que envolvem a família, condições básicas de vida, obrigações morais e religiosas, transnacionaliza parte de seus ganhos, desenvolve a solidariedade, porém, diz ele, “não consegui poupar ainda nada. Não consigo, mas vou conseguir. Minha mulher arrumou trabalho também, então, os dois ganhando fica mais fácil. Vamos dar a volta, se Deus quiser! [...]. Trabalhando, tudo se ajeita. [...]. Agora consigo até ir pagando a prestação do terreno e construir minha casinha”. Ele reside numa ocupação urbana, num terreno que uma das lideranças da ocupação “se apropriou e cobra um valor mensal da gente, mas para mim é bem menos do que um aluguel normal e vou construindo minha casinha com costaneiras. [...]. Um dia, quem sabe poderei registrar [documentar e/ou legalizar sua propriedade], por enquanto está dando para morar seis pessoas. [...]. Há várias famílias de venezuelanos aqui. Eu fiquei sabendo por um deles que já estava aqui e entrei também”.

O trabalho está envolto em relacionalidades para além de seu ato, de seu espaço, de sua característica funcional e financeira. O dinheiro ganha uma lógica específica na vida dos imigrantes entrevistados. Primeiramente, ele é direcionado para a sobrevivência da família. A poupança, os investimentos, as aquisições de bens de custo mais elevado são variáveis, dependentes da dinâmica primeira que é a família. Boa parte desse ganho vai para o espaço de origem, em particular, para os gastos cotidianos da família e para algum tipo de investimento idealizado no espaço de origem. Segundo nossos entrevistados, quem consegue enviar, canaliza um valor que pode ficar entre R\$ 200 a R\$ 400 por mês em média. À medida que os imigrantes se inserem no mercado de trabalho, tor-

nam-se “conhecidos” e procurados por esferas que envolvem para além dos conacionais, o que possibilita para eles, como resultado, maior autonomia e barganha. Alguns, bem raros, conseguem, por meio dessa estratégia, inserirem-se em espaços de maior segurança profissional, remuneração e adequação ao domínio técnico e de saber que trouxeram consigo.

Entrevistamos o presidente da Associação dos Venezuelanos e, ele nos disse que atua numa atividade ligada à saúde, que era bombeiro na Venezuela, mas, ao chegar em Passo Fundo, fez um curso de enfermagem e, por ter um bom domínio da língua portuguesa, conseguiu atuar no interior de um hospital nessa área. Porém, segundo ele, são poucos que conseguem “dar esse salto. A maioria atua em trabalhos manuais, de erguer peso, de cortar carne, de limpeza nas empresas, coisa que nunca fizeram no país de origem, mas que não têm outra opção; por isso que te disse que eu tive muita persistência, o sofrimento que passei me fez ter força de vontade, senão eu também estaria lá [em agroindústria de carnes]”.

Muitas vezes, em razão da aprendizagem adquirida pelo tempo de trabalho nos espaços regionais, muitos imigrantes acabam por não tentar espaços de adequação às aprendizagens anteriores à emigração, conformam-se com a situação, buscam levar vantagem também pelo discurso e prática de empregadores de que autóctones “não querem realizar tais trabalhos”. Esse processo, ao mesmo tempo que os precariza, os torna *valorizados* por quem os contrata. Vimos isso junto a imigrantes venezuelanos que eram gestores de empresas em seu país e que em Pacaraima e/ou Boa Vista atuavam em setores que “nunca imaginei que estaria” e que nos disseram que já tinham “perdido as esperanças” e que necessitavam aprender “a fazer de tudo um pouco” se quisessem ganhar dinheiro. “Mas tu já deves ter visto que venezuelano aqui está em todo o lugar, fazendo de tudo, só que nas empresas pegam o que tem de pior e, se obrigam a fazer isso; são mandados por todos, pelos chefes, pelos colegas, por todos”. Imigrantes dizem em entrevistas que “peguei o que apareceu porque precisava”, “não dava para es-

colher trabalho, peguei o que veio naquele momento lá, desde que me pagassem”, “estava e estou precisando de trabalho”, “aqui não é a gente que escolhe trabalho e nem quanto vai ganhar, é aquele manual e pronto, já se sabe; é só olhar onde estão os imigrantes, nos piores locais, para nós não tem muita escolha”, “imigrante não pode escolher onde trabalhar, é onde aparece”, na realidade, eles estão revelando a necessidade que têm de encontrar trabalho, a premência de trabalhar, que “não há muita escolha”, “se escolher, tu perdes. A gente sabe que não vamos encontrar facilidade. É no frigorífico, no pior local; se for lá e ver, é só imigrantes que estão lá”. (Fragmentos de entrevistas com imigrantes sobre o campo de trabalho em Passo Fundo).

Capitais sociais de imigrantes servem para auxiliar nas chegadas e na organização da vida de novos, bem como para torná-los atores importantes no local de origem (Ambrosini, 2009), podendo alterar o nível de consumo nos locais de onde provêm, receber bens materiais, informações e ideias novas, além de provocar mudanças culturais, *habitus* cristalizados e idealizações (Marini, 2015; Baggio, 2019). Imigrantes agem no interior e em relação a um amplo processo relacional, que pode ser no campo das restrições, dos limites, das relações de poder, de política e ideologia como as vividas na Venezuela, as experienciadas no interior do amplo complexo que envolve a Operação Acolhida ou nos desafios e precariedades para quem optou por ficar fora desta.

Imigrantes agem no interior de um campo de relacionidades que, muitas vezes, se expressa como um campo de forças (Almeida, 2018). Para isso, lançam mão, de formas estratégicas e racionais, de simbologias e representações, de valores como a solidariedade, advogam o humanitarismo, a crença religiosa comum, a latinoamericanidade, etc. (Vasconcelos, 2021). Isso tudo serve como racionalidade para buscar maximizar ações dentro de um horizonte macro de relações, de poder, de desigualdades, de constrangimentos que a decisão de migrar e a incorporação de imigrantes em espaços intermediários (como é o caso no interior da Operação Acolhida) produz.

De que forma migrar, onde migrar, com quem migrar, quem sai e quem fica, o que levar e o que deixar, são todas questões constitutivas do ato de se deslocar de um país para o outro. Com quem deixar a casa e “as coisas da casa”, vendê-las ou não, chavar a casa e sonhar com o retorno? Uma imigrante venezuelana entrevistada em Passo Fundo disse que “deixei coisas na casa que tinha na Venezuela, na que alugamos em Pacaraima e, aqui viemos sem nada, com a roupa do corpo e a vontade de mudar de vida”; isso expressa racionalização, cálculos, meios para viabilizar a saída e, quem sabe, o retorno. “O entendimento da decisão de migrar, como migrar, quem levar ou permanecer na Venezuela, requer o reconhecimento destes distintos agenciamentos. A compreensão mais ampla do conceito de migração contempla diversas possibilidades de deslocamentos, mobilidades e imobilidades” (Vasconcelos, 2021, p. 36). Uma religiosa, coordenadora da Pastoral dos Migrantes na cidade de Passo Fundo, disse que eles se assustam com o frio aqui. Eles não têm roupa quente, não vieram com isso; se tiveram alguma, deixaram lá. Então, nós providenciamos alguma coisa para eles. Mas, é bom saber que muitos deles vêm com a roupa do corpo, chegam aqui e não têm nada, alguma umas casas só com as paredes, precisam de tudo. Por isso, não é fácil”.

Não há dúvida que imigrantes carregam consigo relações, obrigações, sonhos, afetos, dinheiro, expectativas, obrigações, conectividades, conflitos, problemas familiares, etc. (Macedo, 2019; Marabello, 2009). As remessas financeiras (envio de dinheiro) tecem, conectam e materializam essas relações todas. Por isso que imigrantes, em todo o momento de nossas entrevistas, falam que estão aqui para trabalhar e enviar dinheiro para a família. Eles lutam para garantir isso. O primeiro elemento, o trabalho, assegura o segundo e os demais. Ficar sem trabalho/emprego, para eles, é muito problemático, pois várias pessoas dependem deles. Para cada um deles, há um coletivo que demanda seu auxílio. Os horizontes da dívida estão presentes com muita força e possuem uma tenacidade significativa e profunda para os imigrantes. Vimos que

muitos venezuelanos emigraram com a família, porém, há muitos que não, deixaram parte da família no local de origem, ou filhos a membros da família alargada.

Nesse sentido, há uma dimensão moral das migrações. Autores enfatizam que os imigrantes desenvolvem uma “economia do dom” em meio a uma racionalidade que se alimenta pela lógica do dinheiro em seu extremo. Há uma obrigação de auxiliar, que é previamente definida e acordada no interior da família. Nesse sentido, famílias transnacionais podem produzir redefinições, divórcios e distanciamentos com os filhos, além do temor das mães/esposas de que imigrantes constituam outra família e filhos no local de destino. Por tais motivos, partir para outro país distante pode alterar redes, produzir novas (pré)ocupações, sendo que o cotidiano se altera. Dizem imigrantes entrevistados, que há “muita solidão e nada de lazer”. Desse modo, poderá haver mecanismos de compensação que podem ser transgressores, ambientes mais suscetíveis à separação e novas uniões.

Famílias transnacionais dimensionam copresenças, as quais podem se expressar na forma física e virtual. Migra-se ou não em razão de filhos, de cuidar deles ou de idosos. Eles, possivelmente, terão mais dinheiro na diáspora, mas reduzido recurso afetivo. Pais se desincumbem de muitas ações de cuidados e responsabilidades, por isso, não é incomum a reconfiguração familiar. Vivenciar sentimentos de angústia pela incerteza de encontrar no novo país o que não realizou no de origem, pelo fato de estar disposto a “jogar”, a fazer valer tudo, de ser uma “mão-de-obra genérica” (Castells, 2000), que mais executa do que qualifica e inventa como é o caso do trabalho braçal, de ter pouco ou nada de lazer etc. Por isso, a imigração, como novo projeto de vida, pode também causar grandes traumas. Não é simples lidar com novos códigos e valores culturais e linguísticos, expor sua situação de necessitado, enfrentar a estigmatização de ser imigrante, de não conseguir lançar mão de estratégias eficazes de autoproteção para justamente encobrir esses limites, a rotulação que o reduz em termos de identificação social e de autoestima (Ramos, 2003; Macedo, 2019).

Gerenciamento do dinheiro, controle de gastos, investimentos, utilização de remessas, dentre outros aspectos, também revelam esse duplo viver e *estar* dos imigrantes, duas nações, dois lugares de duas nações, espaços os quais há o pertencimento migratório (por isso, alguns falam em translocalismo). Além disso, há associações e/ou pequenos núcleos, com dimensões translocais que agrupam imigrantes de um mesmo lugar de origem num espaço próximo nos locais de destino. Vimos isso entre haitianos, senegaleses e venezuelanos na cidade de Passo Fundo; há, também, os coletivos que congregam imigração de vários locais de saída, mas localizadas na mesma cidade.

Integração, adaptação, precarização ...

A identidade dos imigrantes não fica reduzida aos confins nacionais. Alguns autores veem esse processo como paradoxal em termos de *status* dos imigrantes (valorizados no local de origem, com perda de simbologia no local de destino). No entanto, julgamos ser importante perceber o estreito vínculo com o local de destino e de origem. Objetos, roupas, comida, música, língua, religião, dança, dentre outras, expressam a transmigração simbólica, a sensação “de estar em casa”. A diáspora expressa a dimensão de uma identidade coletiva do grupo e explora o horizonte de pertencimento do grupo, da identidade, por meio de identificação simbólica, do sentido de pertencer a uma nação, a um lugar e/ou *passado comum* (Ceschi, 2012), com características culturais e religiosas que se desenvolvem na mobilidade geográfica.

Uma imigrante venezuelana entrevistada e que trabalha em uma agroindústria de carnes em Passo Fundo enfatiza a dificuldade que teve na adaptação ao trabalho. Ela era enfermeira no país de origem; migrou com seu pai, mãe e mais dois irmãos menores. Diz ela que deixou tudo, as amizades, o trabalho, os estudos de aperfeiçoamento no ramo da enfermagem porque “lá não dava

mais. Eu até podia ficar, mas meu pai e mãe não quiseram porque iria ficar sozinha. Eu sozinha não podia sustentar eles, porque os dois perderam o emprego, porque as empresas fecharam. Meu pai era operador de máquina e minha mãe era vendedora numa loja de roupas”. Os três membros adultos da família trabalham na agroindústria de carnes, fruto da interiorização da Operação Acolhida. Ela enfatiza que o trabalho na agroindústria é repetitivo, pesado, sente dor nas mãos e nos braços, “eles querem que seja rápido, sempre mais rápido, que nem uma máquina. Nos primeiros dois meses, eu senti muita dor nos braços, nas pernas por ficar de pé mais de oito horas. Mas eu pensava, ‘preciso trabalhar, pior do que ficar no abrigo lá em Boa Vista não pode ser, tenho de seguir até arrumar outra coisa melhor’. Meus pais pensavam assim também e, um consolava o outro em casa. [...] Meu pai até dizia que tínhamos de agradecer pela oportunidade porque em nosso país não tem trabalho, não tem mais nada e não dá para agora ficar sonhando com retornar porque lá está um caos”.

O relato dessa nossa interlocutora é longo [aqui está somente um fragmento] e expressivo das dificuldades encontradas por imigrantes interiorizados que, sem saber, o que farão, abraçam a decisão e o convite para migrarem até o local de destino que a Operação organizou. Muitos não sabem qual será sua atividade, informam apenas que “lá a empresa tal precisa de trabalhadores e que a vaga está garantida”; então, não há um conhecimento prévio, nem condição de refletir se há ou não condição de realizar tal serviço em razão dos conhecimentos prévios, saúde e condições outras. Ela narrou que, várias vezes, nestes quase 12 meses que atua na empresa, pediu para sair, mas depois voltara atrás junto com o chefe do setor e, continuava. Disse que mudou várias vezes de setor, mas a esperança de que fosse para algo melhor nunca se evidenciou, que os chefes sempre diziam que ninguém era insubstituível, que tinham “de se acostumar, porque essa é a realidade da empresa e do trabalho. Daí é que eu fui entender porque todo mundo dizia que os brasileiros não queriam fazer isso e, também,

porque quando cheguei me assustei vendo que quase só tinha imigrantes, muitos haitianos e nós da Venezuela”.

A entrevistada disse que, dos quatro setores que já trabalhou, o da desossa e do refilê da coxa do frango é o que mais a fez sofrer, principalmente em razão da dor nos tendões, da rapidez, do frio e umidade do ambiente, de ficar muito tempo de pé. “É um setor que eles não trocam facilmente porque ninguém quer; é perigoso de se cortar ou machucar um outro que está próximo; você só desempenha depois de vários dias de prática. No início, todo mundo fica tirando da tua cara porque não consegue cortar carne como os outros e, um que não sabe prejudica o andamento dos outros, fica amontoando carne no final. Era bem difícil; depois vai pegando jeito, mas daí começa a doer os braços, os tendões do braço, inchar os dedos. [...] Jurei que prefiro fazer qualquer coisa, mas para esse setor vou fazer de tudo para sair e não voltar nunca mais”. Em entrevista, seu pai enfatizou que é sempre comum o desvio de função, a mudança de turno repentino, de ter de cobrir a ausência de colega em horários de madrugada, pois a empresa organiza turnos de trabalho durante as 24 horas do dia. Ele narrou que se contrapôs a uma demanda de seu chefe para vir no outro dia no turno da noite, que começaria as três horas da madrugada e, ao se negar e justificar que não era aquela a sua função e nem horário no contrato, ele o ameaçou de demissão. Portanto, segundo ele, para não perder o emprego, aceitou e, o que para ele ficou sempre pior, é que essas solicitações aumentaram mais. Com a mudança de setor e de chefe, essa demanda não se repetiu. “Eles sabem que precisamos do trabalho, que não temos muitas alternativas, que não dá para voltar para nosso país, que temos família para sustentar e enfrentamos muitos desafios para estar lá e que perdemos quase tudo no nosso país. [...]. Mas a dignidade, essa eu não perdi; essa, ninguém tira de mim”.

Um outro venezuelano entrevistado, que foi interiorizado numa cidade de Mato Grosso para trabalhar num frigorífico de carne bovina, repetiu muito o que o interlocutor anterior falou em

termos de mudança de função, de ter “de tapar buraco em serviço que não tinham domínio, mas que exigia força física”, também em turnos noturnos. Ao findar três meses de contrato inicial e de auxílio da Operação, ele saiu da empresa, migrou para Porto Alegre, para trabalhar como frentista de posto de combustível; depois de quatro meses, saiu e migrou para Joinville (SC) para trabalhar numa padaria que conterrâneos seus atuavam; ficou alguns meses apenas e, continuou migrando, só que desta vez para Passo Fundo com a intenção de trabalhar numa fábrica de laticínios; porém, após dois meses num setor, foi transferido para o de descarte de leite vencido. “Não aguentei o cheiro de leite estragado, parecia coisa podre; me doía o estômago; daí, pedi para mudar de setor e, em vez disso, me demitiram”. No momento da entrevista (dezembro de 2022), ele estava trabalhando numa empresa de materiais de construção no setor de estoque e controle. Disse estar bem melhor, entendendo bem “como funciona a realidade de ser imigrante aqui no Brasil, até já peguei o jeito! [...]. Me convenci que tem de abraçar o que vier. [...]. Tu me perguntaste se eu assumiria a demanda de algum outro venezuelano para ser interiorizado. Eu confesso que não faria, porque, aqui funciona assim, no início é uma coisa e, depois, te fazem outra e tu tens de aceitar. Eu vivi até agora sempre assim. [...]. Não é porque você veio pela Operação Acolhida que tudo fica maravilhoso. Depois que tu estás aqui, não tem mais proteção e nem nada; tu vais ter de fazer tua vida e deu”.

As experiências vividas pelo interlocutor anterior, de ser interiorizado pela Operação Acolhida, de adentrar para uma atividade que não é de seu domínio, de migrar para outras cidades, empresas e trabalhos, bem como de desvio de função, de ser demandado para turnos não previamente definidos, são expressões da presença de imigrantes, independentes de serem enviados pela referida política pública humanitária ou não. Colhemos narrativas de imigrantes venezuelanas que foram contratadas para fazer trabalho de cozinha, pensando que iriam auxiliar na confecção de alimentos em restaurantes e mesmo em agroindústria e, na rea-

lidade, eram demandadas para limpar o chão, para os serviços de limpeza em geral. “As brasileiras diziam para mim que ‘no início é assim mesmo, depois muda’, mas na realidade, já são seis meses e não mudou nada. Elas [colegas brasileiras] dizem que elas são cozinheiras e eu sou doméstica, que o serviço delas não é limpeza; fazem sujeira de propósito para me ver limpar durante as oito horas de trabalho. [...]. Eu fico fazendo isso, pois preciso. Falo com outras [imigrantes venezuelanas] e dá para ver que é com todas assim, com as haitianas aqui também; somos nós e elas”.

Não é incomum essa questão da desconexão entre as atribuições previstas no contrato e a realidade concreta do trabalho. Muitas vezes, imigrantes assinam documentos que não entendem nem o que significam em razão do não domínio da língua e dos termos técnicos. Um imigrante venezuelano entrevistado disse que assinou contrato de experiência por três meses e, ao desistir antes do término deste, “no final, fiquei devendo para empresa em vez de receber pelo trabalho. Fiquei devendo quase R\$ 100,00, tudo porque não cumpri o contrato. Eu nem sabia o que estava escrito lá. Fui num advogado que um colega me orientou e, ele me confirmou que era assim mesmo; no sindicato disseram que era o procedimento da empresa esse e que eu assinei assim. Eles acham que imigrantes começam hoje e largam logo porque acharam algo melhor, então se protegem com esses descontos e, eu não sabia; fiquei devendo mais do que tinha para receber”.

Entre alguns entrevistados (homens e mulheres) havia os que se diziam contentes e agradeciam “a Deus por termos trabalho”, pelo trabalho que fazem, por estarem numa situação muito melhor comparada à que vivenciaram nos últimos anos, tanto na Venezuela, quanto nos meses que permaneceram em Roraima; havia os e as que diziam que vivenciam situações não muito boas em sua atividade específica. Esses últimos enfatizavam, em meio às narrativas de consolo e resignação, que havia exigências de rapidez, repetição de gestos corporais (no corte e desossa de carnes, em particular), atividades que exigiam do aspecto físico para

além de suas capacidades (“*trabajo mui pesado*”), salário baixo e muitos descontos, de serem meros executores (três entrevistados disseram que entendem mais do que quem os comandam, mas não aceitam sugestões), etc.

Alguns entrevistados dão ênfase ao desvio de função, “sempre para pior”. Um deles disse que não era incomum receber comunicado para “vir mais cedo para ajudar na expedição [carregar caminhão]”, sendo que segundo ele, foi contratado como conferente. Seu horário de trabalho começava as três da madrugada e recebia informação para chegar por volta das duas da manhã para auxiliar no carregamento de caminhão. Um outro disse que foi contratado para atuar numa empilhadeira, numa empresa de laticínios em Passo Fundo e, depois de duas semanas, o enviaram para o setor de descarte de leite vencido. Venezuelanas reclamam também das fortes dores no corpo pela atividade repetitiva e de grande intensidade, principalmente as que atuam em frigoríficos. Grande parte dos/as imigrantes venezuelanos/as não estavam habituados/as a esse tipo de trabalho, aliás, a quase que praticamente toda as atividades que passaram a executar.

Isso tudo, somadas às exigências nos espaços laborais, acaba por produzir lesões, dores nos braços, na coluna, nas pernas (são as mais que foram expressas em nossas conversas informais e entrevistas), dentre outros órgãos e, o que é pior, segundo entrevistada, “não dá para reclamar e nem ficar pegando atestado, porque depois te demitem, dizem que tu não queres trabalhar, que és preguiçosa”. Uma entrevistada disse que se automedica quando chega em casa à noite “porque não aguento de dor nas costas, fico em pé cortando carne mais de oito horas por dia e com as costas sempre arcadas para frente; se tu vais endireitar ou querer se espichar, daí reduz o ritmo e outros reclamam porque já deu problema no corte que segue; aí vem o supervisor do setor e te xinga”. A demissão, ou ficar muito tempo sem encontrar trabalho, torna-se muito ruim para os imigrantes, pois, em geral, não é só ele que depende do dinheiro; há um horizonte familiar am-

pliado, há o aluguel, as taxas de água e luz, dentre as necessidades próprias de consumo e de vida em geral.

Hüning (2022), analisando mulheres haitianas e venezuelanas nos trabalhos em agroindústrias em município de Santa Catarina, demonstra as inúmeras questões que as envolvem, principalmente as que denotam exploração, concorrências entre trabalhadores do mesmo setor, processo esse induzido pela empresa que, no final das contas, é ela que é otimizada pelo aumento do ritmo de trabalho, a dimensão perversa do banco de horas, a alteração de turnos, o incentivo da empresa na promoção de lazer em finais de semana para setores produtivos dela e as ações promotoras de disputas com premiação entre trabalhadores que, com isso, vão incorporando ainda com mais intensidade essa dimensão tão benéfica para o empregador.

A referida autora, com ampla análise empírica, dá ênfase ao fato da pouca participação e reduzida força dos sindicatos, os quais acabam também participando desses eventos e contribuindo para beneficiar ainda mais a empresa de uma forma indireta nos momentos de lazer dos trabalhadores. Hüning (2022) deixa clara a fragilização do sindicato em relação aos trabalhadores em geral do setor, mas muito mais, na relação com os/as trabalhadores/as imigrantes. Segundo ela, “[...], essa forma de gestão mostra claramente os interesses e vantagens parciais, desvinculadas dos interesses da classe trabalhadora, e intimamente ligada aos representantes do capital, compradores da força de trabalho - única mercadoria que o trabalhador tem a oferecer. Acrescenta-se à exploração dos trabalhadores, as contratações de serviços de empresas terceirizadas, condição que contribui com a precarização do trabalho, inibe a identificação e vinculação com o grupo de trabalho, além de promover rotatividade, o que torna o trabalho ainda mais desprovido de sentido, fragilizado diante da capacidade de mobilização e integração”. A autora discute a despolitização ou a reduzida presença de imigrantes na vida sindical, do temor deles em relação ao sindicato que poderia redundar na perda do emprego. Para alguns deles,

o sindicato não representa segurança, representação, proteção ao trabalhador; ao contrário, na visão de dois imigrantes que foram indagados e que atuam numa empresa de medicamentos, há a concepção de que o vínculo e a participação em eventos sindicais poderão produzir represálias por parte da empresa, com profundo temor da perda do emprego. Para esses imigrantes, a presença efetiva do sindicato se dá quando da demissão, da rescisão do contrato.

Constatamos que muitos imigrantes venezuelanos buscam apoio, auxílio, orientação e assistência junto às instituições religiosas (Caritas, Pastoral das Migrações, dentre outras). Elas são as que acolhem mais. Isso é visível nas duas cidades que venezuelanos, na sua maioria, adentram quando atravessam a fronteira com o Brasil (Pacaraima e Boa Vista), bem como em seus espaços de destino. Vimos também pelas nossas entrevistas que não são muitos os venezuelanos presentes no município de Passo Fundo que passaram pela Operação Acolhida, muitos deles produziram redes com as primeiras famílias que migraram para o sul do Brasil mediadas por dioceses, as quais foram viabilizando informações, convites e adesões de outros imigrantes. Em conversa com uma religiosa, da Pastoral dos Migrantes da Arquidiocese de Passo Fundo, ela enfatiza que recebe solicitações todos os dias, de vários imigrantes, de nacionalidades diferentes, porém, diz ela, que os venezuelanos são a maioria. As demandas são várias, desde as do campo assistencial como roupas, móveis, auxílio financeiro para a aquisição de remédios, quanto mediação junto ao campo laboral, indicando e/ou referenciando junto aos empresários, ou, então, no espaço de aluguel para não necessitar de fiador, de caução, etc.

Vimos também que os entrevistados que foram interiorizados, muitos deles, já mudaram de emprego, saíram do espaço que foi acordado e mediado pelas entidades da Operação. A grande maioria dos que não passaram por ela enfatizaram que não tiveram maior dificuldade até então de encontrar trabalho; muitos deles reclamam sim das atividades que realizaram ou que estão executando no momento por serem insalubres, pesadas, de bai-

xa remuneração e valorização, etc., aspectos que já foram desenvolvidos nesse capítulo. Alguns que estão há mais tempo (dois ou três anos) já mudaram de empresas e de atividades; alguns já haviam migrado para várias cidades do país, mesmo os interiorizados. Entrevistamos alguns que foram interiorizados no Mato Grosso, em Chapecó, Palhoça, Chapada, Joinville, dentre outras. Essas alterações de espaços e funções se dão em razão da qualidade do trabalho, da remuneração, do fato de “ter um conhecido lá”, um conacional, alguém que vivenciou a experiência no interior da Operação Acolhida em Roraima, proximidade de sua moradia, etc. Essas decisões expressam racionalidades, cálculos de custo/benefício, um certo processo integrativo, mas, acima de tudo, a necessidade de otimização do dinheiro, de ganhar e sobrar recursos financeiros para a família, para enviar para os que ficaram. Essa é uma lógica premente, um desejo intenso que acompanha o imigrante que se desloca, muda sua vida, deixa para trás muita coisa, encara o novo, desafia-se em executar atividades laborais antes nunca pensada.

O envio de dinheiro: dons e necessidades

Interlocutores dizem que enviam dinheiro para quem ficou, em geral, familiares, alguns para os que lhes emprestaram recursos financeiros para migrar. Enfatizam que as remessas são fundamentais, “não é muito, porque aqui o salário não é alto, mas mando sempre, tenho de mandar todos os meses. Lá eles dependem disso”. Na realidade, as remessas estão bem presentes junto aos trabalhadores imigrantes venezuelanos que entrevistamos. As famílias separam-se e, ao mesmo tempo, ficam, de uma forma ou de outra, unidas (Ambrosini, 2017). Mulheres deixam seus filhos no espaço de origem e cuidam dos filhos de outras no espaço de destino. As remessas, num cenário precário de políticas sociais voltadas à população empobrecida, pelo menos em parte, substituem tais

políticas e organizam e/ou auxiliam as demandas por cuidados médicos, de educação, envelhecimento de membros da família.

As remessas podem também produzir diferenciações, desigualdades entre as famílias que recebem e as que não, dívidas morais, conflitos, inveja, desgostos quando não são todos contemplados ou o *quantum* imaginado ou previamente acordado. Como diz Ambrosini (2017, p. 116), nas remessas, há transações explícitas e implícitas, visíveis e não, materiais e simbólicas, reciprocidades, ostentação, racionalidades, assimetrias, recompensas diretas e indiretas. O envio de remessas produz no imigrante um direito moral de reconhecimento, de exigências em relação a quem recebe, transfere poder, de que os que dependem do dinheiro sejam cuidadosos com os filhos e idosos, bem como na aplicação do dinheiro. Em geral, a *economia das remessas* (Ambrosini, 2009) é sempre uma dimensão eivada de tensões e conflitos. Há questões de gênero presente, pois mulheres que administram o dinheiro e os investimentos, ganham também outros papéis sociais, fato esse que as diferencia de outras mulheres/esposas que não possuem maridos e/ou filhos migrantes.

Desse modo, há outros horizontes *produtivos* que se expressam em investimentos emotivos, simbólicos, comunitários, territoriais que, no âmbito dos locais de origem, são importantes. Melhorias na alimentação, na saúde, no cuidado com os idosos, nas escolas, etc., são expressão de um capital humano que produz efeitos fundamentais na sociedade local. Há *remessas inversas* (Ambrosini, 2009), isto é, aquelas provenientes nos locais de origem como os auxílios para viagens, muitas vezes, desfazendo-se de patrimônio, bens simbólicos que chegam para os imigrantes, que repercutam em sua dimensão afetiva e identificação de pertencimento ao local de origem, assim como o cuidado com os filhos e pais idosos, cuidar da casa, reformá-la, etc.

Acreditamos, pela nossa pesquisa de campo e pela literatura que revisamos, que, num cenário de grandes dificuldades, as remessas se tornam fundamentais, principalmente na geração de

filhos, nos cuidados dos pais na velhice e para combater doenças. Elas são também de extrema importância para os que as enviam e aos que as recebem, pois explicitam relações verticais e horizontais, de poder, tramas e obrigações sociais, simetrias ou assimetrias que se constituem, reforçam ou se alteram entre os cônjuges no interior de famílias (Marabello, 2009; Marini, 2015). Como eles dizem, “mesmo que veio a família para cá junto, têm os avós e mais gente que ficou lá e que tem de enviar dinheiro. Se não fizer isso, eles querem também migrar e, daí não temos ninguém para cuidar do que deixamos lá, de nossas casas e nossos pertences. Quando saímos, levamos a roupa do corpo e mais alguma coisinha e deu; ficou tudo lá”.

Essa dimensão da dádiva, presente nas remessas, revela os rearranjos familiares, redes familiares, obrigações morais que, agora ganham uma dimensão transnacional, mas que se alimentam pela dimensão da proximidade, do local, do parentesco, do *familismo* que pode ser ampliado pela esfera parental. Pelas entrevistas que fizemos, para vários dos interlocutores, elas são uma renda sequente, ou, seja, necessária todo o mês, não pode ser algo aleatório. “Todo o mês eu envio, tenho de mandar, porque lá não tem renda suficiente. [...]. Eu saí para alguns ficarem, então, eu só pude sair porque teve alguém que se propôs a ficar e cuidar das coisas, tocar para frente tudo o que fizemos e temos lá”. As remessas se tornam não um complemento de renda, mas, para alguns dos entrevistados, é a renda, é sua fonte principal. Com isso, imigrantes contribuem para atenuar a crise financeira ou o risco econômico dos familiares. Eles dinamizam um processo internacionalizado das trocas e de capitais. A lealdade do emigrante em relação à sua família se revela nesse âmbito. As remessas expressam a sua identidade atual, que se vislumbra no horizonte do protagonismo de sua ação e de seu duplo pertencimento territorial. O *status* social do imigrante ganha performance positiva em relação aos que ficam, pois é ele que dá garantias de sobrevivência ao núcleo. Os que ficam buscam dar garantias de manutenção da famí-

lia como núcleo central da reprodução social, cultural, parental, religiosa e genealógica.

Analistas do tema enfatizam que as remessas financeiras, nas últimas duas décadas, para determinados países, vêm superando os auxílios financeiros diretos, os investimentos estrangeiros e os fundos de auxílio para o desenvolvimento, promovidos por instituições governamentais europeias e de outros países centrais em termos econômicos e de absorção maior de imigrantes (Collier, 2013). O México, Haiti, Senegal, Nigéria, Índia, Ucrânia, Paquistão, o próprio Brasil, dentre outros, são alguns exemplos dessa realidade receptora. Muitas vezes, as remessas financeiras compensam questões ligadas à pobreza, aos limites das condições vividas e tornam-se uma esperança, um conforto, um recurso para melhorar a vida da família e do seu local. De qualquer forma, as remessas permitem manter vivas as relações entre quem partiu e quem ficou, dimensionam o campo afetivo, as obrigações, compensações, sobrevivência, consumo, solidariedade e relações sociais com os que ficaram. Isso produz uma necessária comunicação à distância, manifestando vínculos sociais de longa duração (Ambrosini, 2009), mesmo em espaços longínquos. As remessas contribuem para manter e alimentar múltiplas redes de relações que viabilizam os fluxos migratórios, expressam a consciência da distância e a frustração da impossibilidade de um contato face a face.

Há uma literatura no campo das migrações internacionais que, juntamente, com as remessas financeiras e sociais, discute as “remessas da dor”, que expressam as transferências de sofrimento para os que ficam, as comunidades de origens, seus espaços de raiz, de pertencimento, bem como o temor de perder a vida nos deslocamentos, realidade essa muito comum na atualidade, situações constrangedoras moral e financeiramente, além de riscos de serem detidos em prisões sem direito à comunicação externa, sem as mínimas condições de dignidade e decência humana, com total ausência de direitos humanos, com sofrimentos intensos para as vítimas e para as famílias que ficam sem saber como agir, sem

ter informações (Cantalapiedra, 2022; Ramos, 2019). Isso vem se evidenciando há décadas em várias fronteiras nacionais, em trans-lados marítimos, dentre outras ações estratégicas, na tentativa de grupos empobrecidos para chegar em outro país. As remessas “da dor” podem também se expressar nos retornos de imigrantes, uma vez que, por vários motivos, seu empreendimento não deu certo, deixando suas famílias em situação ainda pior, pois o desembolso financeiro para o traslado deixou-as ainda mais vulneráveis em termos econômicos, quando não os próprios imigrantes retornam com sequelas físicas e morais em razão de abusos sexuais, físicos, morais, dentre outros (Cantalapiedra, 2022).

Além disso, há as remessas sociais (interações geográficas e trocas culturais), as quais produzem transformações nos dois territórios. “As remessas utilizadas para fins de consumo ou de investimento, trazem benefícios às famílias, às comunidades e aos países que as recebem, pelo que devem ser feitos todos os esforços para intensificar o seu impacto no desenvolvimento” (Ramos, 2012, p. 96). Diz a autora que “as mulheres migrantes contribuem, cada vez mais, para as remessas enviadas para o país de origem, com vantagens para este no plano social, educativo e sanitário (Ramos, 2012, p. 65). Isso se deve à capacidade de gestão delas, do fato de incorporarem obrigações familiares, das dificuldades enfrentadas para emigrar e do esforço para tornar compensador o ato. “As mulheres e homens migrantes formulam estratégias de transição entre as normas e os valores das sociedades de origem e de acolhimento contribuindo para novas dinâmicas culturais, familiares, demográficas e econômicas” (Ramos, 2012, p. 87).

Outras dimensões transnacionais também existem e se dão mais *por baixo*, num nível relacional entre imigrantes e atores sociais, produzindo relações *móveis*, com mobilidade de fatores materiais e imateriais. Sob esta perspectiva, há o transnacionalismo *econômico*, muito ligado também ao desenvolvimento, pois atua em territórios múltiplos (Marabello, 2009; Ambrosini, 2020); transnacionalismo *político* (luta pelos direitos de cidadania, vis-

tos humanitários, refúgio); transnacionalismo *religioso* (este muito evidente em todos os grupos que analisamos); transnacionalismo *cultural*, expresso pela língua de origem, vínculos identitários, festas nacionais (que acontecem concomitantes e em relação ao país de origem); transnacionalismo *afetivo*, o qual envolve a família, o parentesco, as obrigações dos papéis assumidos no interior da família; e transnacionalismo *territorial*, expresso nas relações com o local de partida, nos investimentos financeiros e econômicos nele, nas identificações e pertencimentos (dialetos, igrejas, crenças, costumes, sabores, saberes, etc.) (Marabello, 2009; Marini, 2015; Cesareo, 2021; Ambrosini, 2009).

Essas formas de expressão de contatos, vínculos, pertencimentos, afetos, crenças, dádivas, obrigações econômicas, etc., são bem expressas por entrevistados, que dizem manter contato todos os dias “com quem ficou”, “para ver como andam as coisas lá, o que deixamos lá”, “tenho parentes e conhecidos que me pedem como vão as coisas aqui e que querem vir para o Brasil, uns já me pedem se ajudo eles aqui se vierem”, “esses dias recebemos visita de pastor da Igreja Batista que disse que veio para ficar com nós e montar uma igreja aqui”. “Eu falo todas as noites com meu irmão e minha filha que está com ele”, “quando sobra, eu envio dinheiro. Graças a Deus nos últimos meses nunca falhei”, “eu não me arrependo de ter vindo [...], se pudesse, traria minha mãe que ficou lá sozinha e tem quase 70 anos”, “com a vinda de pastores e de outras Igrejas também, vamos conseguir se reunir e fazer nossos encontros e orações como fazíamos na Venezuela, vai tempo ainda, mas vai dar, até porque aqui tem muito venezuelano já”, “eu já pensei em retornar sim, já vi vários que disseram que querem retornar, mas acho que é melhor esperar, ver como andam as coisas lá e, daí sim, se der, retornar. Eu não virei as costas para meu país. Os políticos mudam, um dia muda, o país vai ficar; eu penso assim, por isso, eu estou no Brasil, mas sou e vou continuar a ser venezuelana. Eu amo meu país. Eu morava na Ilha Margarita, ligar mais lindo do mundo para mim, choro só de lembrar onde eu estava. O

desemprego me fez estar aqui. Mas um dia volto lá” (Fragmentos de entrevistas, os quais revelam ligações, contatos, vínculos e obrigações com os que ficaram e que expressam algum horizonte de transnacionalidade, de dádivas, etc.).

Constatamos também que raramente imigrantes interiorizados falam em política no espaço de trabalho. “Lá [no trabalho] não se fala nada. Ninguém pergunta e também não falo. Fora dele, entre nós, falamos alguma coisa, mas com brasileiro, bem pouco, porque não se sabe o que vai pensar, o que ele pensa, de que lado ele está, se é do Bolsonaro ou do Lula. Então, é melhor ficar quieto”. Alguns mencionam, muito discretamente, que a “política em nosso país não está boa”, “que a política fez a economia decair”, que “há muita corrupção na política, como há em todo o mundo, aqui no Brasil também”, “em meu país não dá mais para viver, o governo Maduro estragou tudo e não consegue mais arrumar”, “no estrangeiro ditam a economia dos países da América latina”, dentre outras afirmações. Percebemos nas narrativas que muitos deles/as buscam demonstrar que são trabalhadores, que possuem qualificações, que seus documentos atentam isso; ficam indignados frente à impossibilidade de reconhecer seus diplomas sem tanta burocracia e dispêndio financeiro; percebemos que eles/as buscam romper com preconceitos já produzidos contra outros imigrantes, dentre eles, haitianos e senegaleses, “que dizem aqui para mim que são preguiçosos”, além disso, vivenciam um retrocesso de sua condição e qualificação laboral, de ganhos econômicos e financeiros, sua profunda dependência em relação às políticas de acolhida no Brasil, bem como da ajuda, pois “para onde a gente vai, tem mal e mal a roupa do corpo e, aqui no Sul faz frio e, não temos nada; para comprar custa caro, então vamos buscando informações onde tem algum lugar que doa para a gente”. As mulheres, mães em particular, exercem muito essa função. Nas doações de roupas da Pastoral dos Migrantes da Arquidiocese de Passo Fundo, elas estão diariamente buscando vestimentas para si e para os membros de sua família, seus filhos em especial. Sua pre-

sença no meio social e nos espaços laborais está se fazendo sentir em cidades que fizemos pesquisa.

A presença feminina nos espaços sociais e laborais

A família tem um papel chave no processo migratório; este também exerce alterações nela principalmente no que tange às redefinições de obrigações, responsabilidades, solidariedades, contratos de gênero e de intergerações (Lisboa, 2006). Em geral, há uma grande tendência de aumentar o contingente de mulheres que migram e reagrupam maridos, mas há maridos que também reagrupam mulheres. Nessas realidades, em geral, a presença de filhos passa a ser fundamental no interior da família. “Filhos puxam as mães ou mães puxam os filhos, quando se notam estão com a família toda aqui. Trabalhar com a família é reduzir os limites e as situações adversas que a imigração apresenta”, comenta, em conversa informal, uma liderança comunitária em Passo Fundo que atua junto aos imigrantes.

Com a emigração e, mesmo, no espaço de destino como imigrante, redefinem-se relações, produzem-se novas dinâmicas relacionais e de integração da família. A emigração dinamiza a diferenciação dos formatos familiares, as relações de gênero, a esfera econômica, de poder, de genitorialidade e paternidade em particular e, principalmente, aquela que se processa à distância. Os novos espaços e as novas situações objetivas da vida como imigrante, em geral, produzem relativizações nos formatos e nos papéis familiares; novos cenários induzem mudanças mais amplas, ainda que possam ser temporárias. Autores afirmam que a partida para a estrada da emigração é sempre fruto de uma negociação; é conflitiva; é uma separação, “a gente sai preocupada e deixa os outros [os que ficam] assim também”, diz uma venezuelana em abrigo da Operação Acolhida. Há sempre sentimento de insegurança. Assim como esposas emigram, maridos também o fazem e, talvez,

com mais facilidade nesse significativo processo de negociação. Ao que pudemos perceber, eles têm mais facilidade e alargamentos nos contatos, com parentes, amigos, filhos, seus pais e esposa. Não obstante, para eles também as partidas são sempre produtoras de incertezas, angústias, conflitos, etc. Há renegociação de papéis, de poderes, alterações de relações que antes da emigração pareciam sólidas. Os filhos emigrados também negociam com os pais (permanência, preferência, maior presença, inserção na sociedade maior, consumo etc.); filhos que restam também revelam preocupação, desejo de reagrupar com os pais; entendem a partida dos ou de um dos pais como temporária, ou, talvez, que não serão os pais a retornar e, sim, eles a partir, a se agrupar. Pelas entrevistas, pudemos perceber que as distâncias intensificam as dimensões de obrigação, responsabilidades e temores.

“Os imigrantes hoje, em relação ao passado, têm maior possibilidade de manter relações mais significativas (em termos parentais, comunitários, políticas, religiosas etc.) e de conduzir atividades (viagens, comunicação e negócios), também fora do país no qual residem, do mesmo modo experimentar migrações cíclicas, dividindo a própria vida entre países inclusive muitos distantes” (Decimo, 2005, p. 56).

Os espaços de trabalho para mulheres imigrantes expressam questões de gênero e, acima de tudo, o gênero na imigração, o qual também aparece regado por dimensões racistas, xenofóbicas e de desqualificação social. Ao que pudemos perceber, os espaços oferecidos, mesmo os que são gerenciados pela ação da interiorização, configuram isso, ou seja, os ambientes ligados à limpeza, higienização, ao campo doméstico, dos cuidados (Almeida, 2019). É, em geral, o que se evidencia quando se visita os espaços de produção de agroindústrias do sul do Brasil; além disso, há também um contingente de migrantes de várias regiões do Brasil. Ao ser questionado por nós sobre isso, um supervisor do setor de corte

de uma agroindústria disse que “o pessoal aqui do Sul é reduzido; parece que eles não querem trabalhar em alguns setores das agroindústrias; se disser que trabalha lá na empresa [nome da empresa], vai passar vergonha. [...]. Os imigrantes pegam, bem como o pessoal do nordeste e norte do Brasil. [...]. Temos setores aqui [agroindústria de carnes] onde só tem mulheres imigrantes, haitianas e venezuelanas”. Desse modo, além das questões ligadas à geografia, há outras que são movidas por dimensões sociais, culturais, étnicas, de gênero, bem como econômico-financeiro [remuneração], etc., deixando critérios de qualificação, oportunidades, dentre outros, de lado.

Estudos entre 2011 e 2019, demonstram que mais de 80% das atividades laborais das haitianas no Brasil dividiam-se entre o setor de limpeza e no setor de abate de frigoríficos (Tonhati; Macedo, 2020). Somados a isso, algumas entrevistadas venezuelanas foram contundentes em afirmar que “há pouca confiança com a gente; eles [empregadores] acham que somos umas pobres coitadas que precisamos desesperadamente trabalhar”; além de que, “somos gente lerda, que não faz o serviço, rápido, ‘mais rápido’, como sempre dizem os chefes, que a gente não gosta de trabalhar”. Depois de alguns meses no emprego, uma entrevistada nos disse, “eles vão conhecendo que tínhamos mais no nosso país do que muitos que achavam que nós éramos umas pobres coitadas; nos fizeram de pobres coitados pela política do Maduro [presidente atual], ficam sabendo que tínhamos casa, carro, vida boa, que temos curso superior, muitas aqui do meu setor na [nome da empresa] têm curso superior e, a gente mostra os documentos, fotografias, temos tudo registrado o que tínhamos no país”.



Protagonismo de mulheres e crianças africanas no processo migratório atual. Foto: Aurélie Leroy. Niem - RJ, 18/05/2023. Fonte: <http://bitly.ws/IcIY>



Mulheres, jovens e crianças venezuelanas em Pacaraima. Fonte: Foto: Divulgação Casa Civil/Governo Federal.

O trabalho para elas é de fundamental importância. A dimensão econômica, o ganhar dinheiro para a família torna-se central, transmite dignidade, empoderamento, esperança, alegrias por tê-lo conseguido já que era tanto esperado quando do período no interior da Operação Acolhida; permite pagar algum curso, estudar mais, ampliar a sociabilidade e interação social, sendo vital para os imigrantes; sua identidade é trabalho; sem esse, desmorona muita coisa em sua existência pessoal e social.

Vimos em pesquisa de campo que há uma grande presença feminina no interior dos fluxos atuais de imigrantes, a qual engrossa a dimensão da migração laboral. Nunca esquecendo, porém, que o arquétipo da migração é produzido e representado pelo homem. Mesmo que se tenha isso presente, ainda em 2000, por exemplo, 48% das migrações internacionais eram compostas por mulheres. Em 2021, elas estavam em paridade com os homens (Idos, 2021). Em alguns países, elas chegam a ser a maioria, como é o caso do Sri Lanka, Filipinas e Indonésia. Na Itália, em 2019, período que fizemos pesquisa sobre a imigração de brasileiros/as no país, elas representavam 75% do total dos imigrantes brasileiros no país. Era a segunda nacionalidade de maior percentual (Idos, 2021).

O problema que só o dado estatístico de sua presença pouco resolve. Para as mulheres, a questão da discriminação no mercado de trabalho assume formas mais complexas. Serviços domésticos, assistenciais e de limpeza do lar, por serem, em grande parte, informais, temporários e fragmentados em vários espaços, são pouco ou nada reconhecidos. Não são levadas em conta as competências profissionais das imigrantes. Esse processo submete as trabalhadoras a horários, serviços e condições de trabalho não mais aceitos pelas nacionais. As histórias de vida individuais das migrantes ou dos elementos que as envolvem são muito mais problemáticos do que as dos homens. Em países de maior fluxo de mulheres imigrantes, estudos demonstram que a força de trabalho feminina continua a ser vista como subsidiária com respeito às carências e flexibilidades que as agências e estruturas sociais apresentam.

Na realidade, em várias partes do mundo considerado rico e mais avançado em termos tecnológicos, de direitos, de emancipação feminina, dentre outros processos socioculturais, são manifestação da crise do estado social no tocante à assistência familiar, aos idosos, aos portadores de deficiências e, de grande carência no setor dos cuidados e curas em geral, do mercado de trabalho flexibilizado e, por isso, muito mais explorador.

Entendemos que o trabalho doméstico talvez seja a expressão mais nítida da cadeia migratória, pois se constitui por familiares, amigas, vizinhas, parentes que se auxiliam em encontrar trabalho (Fleischer, 2000). Imigrantes adentram para o terceiro setor e em restaurantes, apresentam-se, em muitos casos, como mulher e mãe num processo de reprodução de uma força de trabalho estrangeira cada vez mais estrutural nas sociedades de economia avançada (Dusi, 2000; Bauman, 2017). Há uma grande tendência de sazonalidade de trabalho e de permanência como imigrante, ausência de normas reguladoras de ingresso em certos momentos e altamente restritivas em outros; a dinâmica da família delas e de quem as contrata se irmana com as imigrantes. “Essa motivação implica em subjetivações, ressignificação de ideais e pertencimentos impactados e transformadas pelas relações sociais estruturadas pelo capitalismo, que determina globalmente questões econômicas, políticas, formando um gigantesco mosaico humano disposto de forma a atender aos seus interesses, dentre eles a mobilidade humana” (Hüning, 2022, p. 67).

Em Pacaraima e Boa Vista vimos mulheres venezuelanas agrupadas com a família, ou como imigrantes deslocadas delas, que decidiram emigrar sozinhas. Vimos, tanto nos abrigos, quanto em casas de acolhida, de apoio e, também nas ruas das duas referidas cidades, em filas para obter a marmita diária do almoço e do café junto a entidades assistenciais. “Viajei sozinha, sem a minha família, mas junto com uma irmã e cunhada; meu marido ficou com os dois filhos que temos; ele tinha um emprego bom que ainda ganha para sustentar e, tem uma pequena lavoura de arroz, então precisa

cuidar. Talvez, daqui um ano ou menos, ele vem para cá; vamos ver como vão as coisas lá. [...]. Eu fiquei seis meses e um pouco mais entre Pacaraima e Boa Vista em 2021; ficamos nos abrigos do Exército. Lá foi bem difícil, que precisaria de horas para te contar; minha irmã entrou em pânico lá. Só com ajuda de psicólogo de Boa Vista para ela superar. [...]. No final daquele ano, conseguimos [ela e a sua irmã] um trabalho [interiorização, pela Operação Acolhida], em Chapecó, numa indústria de carnes. Lá também foi bem difícil, trabalho pesado [...], levantando as 4 da manhã para pegar as 6 horas [...], de chorar só de lembrar. [...]. Só na metade do ano passado é que chegamos aqui junto com mais um venezuelano e uma haitiana, essa tinha amigos aqui e arrumou para nós vir juntos. [...]. Desde que chegamos, pegamos trabalho na (empresa do setor de medicamentos) e, estamos até hoje. Aqui não é ruim, mas é trabalho que se fica de pé todo o dia, selecionando e encaixando remédios para o Brasil inteiro. [...]. Aonde eu trabalho tem mais de 200 imigrantes, muitos da Venezuela, mas do Haiti, do Senegal menos, mas tem muito aqui mulher de vários países”.

A saída/migração da mulher é sempre muito sentida na família, principalmente se tiver filho; “até mais do que o marido”, diz uma venezuelana entrevistada. Sua mobilidade implica em profundas alterações nos papéis familiares, nas concepções sobre imigração e imigrantes, novas e difíceis adaptações para os que ficam e para as que emigram. As entrevistadas foram unânimes em afirmar que os piores trabalhos nas empresas são reservados para elas, que os homens imigrantes “têm trabalhos mais leves que os nossos; aqui no corte e desossa somos nós, na limpeza mesma coisa, nas sangrias só se vê mulheres imigrantes”. Elas falam do idioma (português) que não o entendem, porque “falam rápido”, e que, sem o domínio dele, “nem adianta ficar querendo coisa melhor [espaços de menor esforço de trabalho e remuneração maior]. “Eles [autóctones] aqui não acreditam que temos qualificação. Nossos cursos não são reconhecidos. [...]. É a nossa situação mesmo de necessidade que faz com que nos dão só trabalho de pouca valorização”.

Ao visitarmos famílias de interiorizados, vimos que vários deles possuíam filhos. Isso dificulta ainda mais para as famílias, pois, muitas vezes, não conseguem espaços em creches públicas, nem acompanhar seus filhos na escola, ficam, em geral, sozinhos o dia todo em casa. Se trabalham fora, ao retornarem do trabalho, já cansadas, não têm tempo e nem energia para estar mais de perto, conversando, brincando, participando de suas vidas. Em situações de adoecimento, daí o quadro fica mais agravado, pois há necessidade de faltar ao trabalho e, os chefes de setores nas empresas não são flexíveis, não compreendem e/ou não querem compreender os dilemas vividos por elas e, imprimem penalidades, quando não demissões.

Segundo entrevista com representante da associação de venezuelanos, ele foi bastante enfático em dizer que há preferência por homens nas contratações para evitar questões ligadas à gravidez, ao cuidado do filho pequeno (amamentação, problemas de saúde etc.). “Não sei se é porque eles têm mais força que o serviço precisa, ou se é porque acham que não somos ágeis como eles. Mas já vi isso na prática, de dizer que eles têm preferência por homens. Para nós, sobra a limpeza, que é bem mais difícil, sempre na umidade, com sangue fedendo por todos os lados, sempre com água e ambiente frio. No setor religioso lá [referindo-se ao abate halal de frangos], é puro sangue; a gente limpa num momento, daí meia hora vai de novo e está igual, saímos de lá todas molhadas de sangue, nosso jaleco sai molhado de sangue. Isso eu acho que não faz bem. Tem mulher do Senegal, do Haiti, tem venezuelana, colombiana, lá tem mulher de várias partes do mundo. [...]. Se eu disser para o meu chefe que isso prejudica a saúde, que estão nos deixando doentes, que gostaria de trocar de trabalho ou de setor, que estou gripada, ou qualquer outra coisa, eles acham que é desculpa para não trabalhar, eles te ameaçam de mandar embora, te perguntam se você não veio para o Brasil para trabalhar? Eles sabem que sofremos tanto para arrumar emprego, para chegar até aqui e, ‘agora por coisa pouca, fica inventando ou escolhendo onde quer trabalhar’.

Na realidade te mandam embora ou não aceitam e te dizem para agradecer, porque lá fora tem fila esperando que você saia. [...]. Eu boto na cabeça que estou ajudando para sustentar minha família, que tenho trabalho e, vou enfrentando e passando por cima disso, só que em casa, sem me medicar, não consigo dormir de noite, não consigo me curar de gripe ou algum outro mal no pulmão”.

As mulheres imigrantes passaram a contribuir de uma forma mais intensa na economia familiar. Através da emigração, além de outros aspectos, elas buscam promover *status* social ao grupo familiar, mediante responsabilidade moral de ambos os cônjuges em redistribuir seus ganhos no interior do grupo (Goldberg, 2003). “A migração é muitas vezes interpretada como um rito de passagem, um marco importante no *currículum* individual. Seria preciso partir para ser homem, ter um *status* social ou reconhecimento” (Fall, 2010, p. 2).

Além desse aspecto, vimos em diálogos com representante de uma associação de imigrantes que as mulheres imigrantes “difícilmente vão trabalhar em restaurantes, nas casas e limpeza de prédios; é quase só em frigoríficos, nesses grandes como a Aurora, a JBS e a BRF aqui da região. Aí sim, tem sempre emprego. As oportunidades são nestas e, muito pouco em outros lugares. As que chegam interiorizadas, vão diretamente para os frigoríficos. A gente já sabe disso”. Portanto, há critérios seletivos de gênero pelas empresas, priorizando homens; há priorização de mulheres sem filhos e/ou sem filhos pequenos, desconhecimento e irrelevância de qualificações adquiridas antes de emigrar, muitas delas mediadas por instituições de ensino. Estudos de gênero na imigração alertam para a profunda exploração, a total desregulamentação do trabalho, a ausência de uma rede social de serviços, as privações culturais, os assédios masculinos, a debilitada visibilidade institucional e social, a segregação no espaço de trabalho, a total desvalorização do estudo e da experiência profissional, dentre outras questões a que as domésticas estão expostas (Barros, 2017; Ambrosini, 2017; Hüning, 2022).

A ausência do domínio da língua continua sendo o grande limitador para ambas as partes (imigrantes e empregadores). A língua é uma das maiores barreiras para os processos integrativos e interculturais, tanto no âmbito do trabalho, quanto nos convívios sociais. Na ausência disso, os preconceitos e os estranhamentos se evidenciam ainda mais e produzem relações de distanciamento, assim como pode haver processos de não conhecimento de legislação do trabalho, bem como inexistência de reclamações pela impossibilidade da comunicação de uma das partes.

Algumas das mulheres que conseguimos entrevistar também fizeram questão de pontuar a dificuldade com a língua portuguesa, inclusive configurando os limites para obter melhores empregos em razão disso. Nenhuma das entrevistadas fez algum curso nesse sentido. Duas delas haviam começado um curso em Pacaraima, no abrigo da Operação Acolhida, oferecido por instituição religiosa, porém, logo foram interiorizadas e migraram para outro estado. Há também ênfase na falta de documentação ou na demora para obter renovação ou possibilidade de reagrupar membros da família, vagas em escolas do bairro onde residem. “Sem documentação não te dão trabalho e a regularização leva tempo, muito tempo de espera e, daí tu ficas sem trabalhar. [...]. Na escola exigiram o atestado do meu filho; não adiantou eu dizer que ele estava no quinto ano. Como levaria muito tempo para vir essa declaração, colocaram ele numa série antes; ele não gostou. Então, é sempre difícil com os documentos; sem eles, ninguém confia e ninguém arrisca te dar trabalho”.

Nesse horizonte dos limites, da impotência de imigrantes frente a questões de ordem burocráticas, há também a que envolve a validação dos estudos, que demanda muito tempo e custos elevados, impossível para muitos deles. Alguns possuem a condição de refugiado, então, não podem retornar ao país sem autorização de entidade governamental, daí dependem de procuração para outros conacionais para enviar documentos que faltam. Um imigrante entrevistado diz ficar indignado, pois ele entende de gestão, é

formado em gestão Empresarial na Venezuela e, não pode legalizar o diploma no Brasil por falta de dinheiro e porque disse que não encontrou nenhuma universidade que reconheça a equivalência de seu estudo. Ele narrou processos funcionais em que percebe coisas erradas na gestão e, não pode nem opinar, pois acha que ofenderá o chefe ou o dono da empresa onde atua. Disse que há coisas erradas na gestão da produção, que daria para simplificar processos, que teria sugestões, mas prefere não se envolver “para não complicar a minha situação e rebaixar quem está no comando. Tenho de saber que sou um imigrante e que preciso do trabalho”.

Mas, retornando à questão central que era a correlação entre mulheres imigrantes e o espaço laboral, temos convicção de que o trabalho de muitas delas atesta a importância do trabalho imigrante na dita “sociedade pós-industrial”. Elas, como todos os trabalhadores empobrecidos e que precisam vender sua força de trabalho, contribuem para a dinâmica econômica no cenário da imigração, expressam as transformações no horizonte familiar (separação de famílias, dos filhos, da família mais ampliada) da afetividade, de emancipação, de socialização da dependência e da obrigação de permanecer grande parte do tempo e sua existência no lugar de trabalho, de integração marginal e subalterna (Ambrosini, 2017). As trabalhadoras que entrevistamos dizem sempre que, além de serem preteridas pelos homens em atividades que descobrem que têm vagas para além da limpeza e higienização, elas também reconhecem que são secundadas no geral de todas as atividades, que apenas executam, que são exigidas em termos de ritmo e de força física para além de suas capacidades e habilidades; processos esses que expressam demarcadores seletivos e, conseqüentemente, excludentes, movidos por questões de gênero, de etnia e, também, de classe e raça.

Haitianas, que entrevistamos para uma pesquisa que fizemos em 2019 e 2020, davam ênfase ao fato de que elas eram “sempre deixadas na ponta de trás da fila, que os piores trabalhos eram sempre os nossos [no interior de frigoríficos], acho que achavam que

estávamos desesperadas e que pegaríamos o que aparecesse na frente e sem reclamar”. As desigualdades de oportunidades são evidenciadas também por entrevistadas venezuelanas; duas delas deram ênfase ao fato de que eram mães e não tinham como amamentar os filhos, nem os levar para as creches porque os horários de trabalho não permitiam; outras que se viram na condição de abandonar o trabalho para poder ficar com filhos menores porque não encontraram espaços em creches municipais e não havia ninguém que as auxiliassem na família. Uma delas disse que uma amiga venezuelana cuidava de seu filho de dois anos, mas que, depois de um tempo, ela também preferiu encontrar trabalho assalariado porque ganhava mais, tinha cesta básica, férias, décimo terceiro, etc. Então, a mãe teve de abandonar o trabalho até que conseguisse a creche para o filho, porém, quando encontrou, estava tendo dificuldade para levá-lo ou para buscá-lo em razão do turno e horário de trabalho que, segundo ela, “trocam a todo o momento e, não estão nem aí com as tuas obrigações fora do trabalho. Nem dá para reclamar, porque daí te demitem e, preciso dele [trabalho] como nunca”.

Autores colocam algumas outras características da presença dessas relações de trabalho que configuram questões de *gênero*, dentre as quais estão os trabalhos pouco regulamentados, de intensa flexibilização temporal e espacial, e, em alguns casos, como o de residência, os quais apresentam-se com longos turnos, variabilidade de remuneração em termos de tipo de contrato, do contexto territorial, da nacionalidade de origem, da vizinhança cultural da mediação quando da contratação de trabalho (parentes, indicações de amigos, cooperativas de trabalho) (Hüning, 2022).

Em relação aos venezuelanos no Brasil, a presença feminina é bem intensa. Segundo informação do presidente de sua associação, em momento de entrevista, ele disse que “pelos dados oficiais que venho acompanhando, deve ter mais ou menos uns 35% dos imigrantes no total que são mulheres. Estão crescendo. Sempre está chegando mais mulheres”. Para os haitianos, segundo um dos pastores, que é responsável por uma igreja, que entrevistamos

para outra pesquisa, elas quase se equiparam aos homens, “talvez uns 40% a 45% são mulheres. Elas estão com as famílias, mas também têm as quem vêm sozinhas com parentes e amigos e amigas do Haiti ou de outros países que elas estavam antes”.

Um dos líderes dos haitianos que frequentava um curso de aperfeiçoamento em língua portuguesa, junto à Pastoral das Migrações em Passo Fundo, que estávamos dando nossa contribuição como voluntário, comentou na mesma direção do pastor entrevistado: “elas não sabem falar o português, mas, muitas vezes, são os maridos que não deixam aprender, ou não levam elas para aprender. É ainda uma cultura machista a nossa, mesmo fora do Haiti. Os homens saem e levam junto com eles isso que é da cultura de lá. [...]. Eu falo sempre para aprender o português, tem cursos e mais cursos, até a empresa que eu trabalho está dando curso de português para funcionários e podia levar as esposas, mas pelo que vi, foi uma ou duas. Elas são assim, os homens também são assim. Tu podes ver aqui, tem só duas haitianas em mais de 30 alunos. Elas não se sentem livres e com vontade de aprender desde que o marido saiba, porém, se tiver de trabalhar, vão sofrer muito. [...]. Aqui também elas se acomodam um pouco, mas é o estilo de vida de lá que carregam junto; é o marido que decide”.

As questões que envolvem imigrantes mulheres interiorizadas pela Operação Acolhida não se diferenciam de outras imigrantes. As lógicas relacionais no mundo laboral são as mesmas; trabalho precário, horários alterados constantemente, remuneração reduzida, setores de limpeza e corte de carne, preteridas por contratantes em setores que não sejam de limpeza em relação aos imigrantes homens, há um número bem inferior aos homens que consegue trabalho, possuem muitas dificuldades em conciliar trabalho, escola de filhos, cuidados com eles, acompanhamento escolar e de lazer deles, intensa presença no cenário dos rituais religiosos (isso vimos também com as haitianas e colombianas), pouca valorização de qualificações anteriores à emigração, reduzida participação em cursos de qualificação, etc.

Uma imigrante venezuelana, que entrevistamos várias vezes por ocasião de sua presença nas aulas de português, aos sábados pela parte da manhã, dizia sempre que “que não adianta ficar idealizando um trabalho melhor, aqui é assim, para nós resta as sobras; é o que eles não querem e deu; nós nunca vamos para um escritório, ou na área da informática, como eu sei fazer, nem hoje e nem amanhã”. Percebemos que, mesmo com a intermediação dos processos que envolvem a interiorização da Operação Acolhida, há um amplo hiato entre o antes e o depois da emigração, principalmente nos processos de qualificação, nas necessidades de readaptação e no não reconhecimento de habilidades. O cruzamento da fronteira produz isso junto com a identidade de imigrante.

Para as mulheres, 65% das entrevistadas informaram que estão em atividades ligadas às agroindústrias. Algumas estão em atividades domésticas, principalmente, as que já possuem um bom domínio da língua portuguesa. No mercado de trabalho doméstico, segundo Ambrosini (2009) é interessante perceber a intervenção de fatores que, muitas vezes, não possuem grandes relações com as características comuns dos sistemas produtivos (afetividade, horários de trabalho elásticos e convívios familiares). O trabalho doméstico está muito em correspondência com os estilos de vida e hábitos familiares, a disponibilidade de mão-de-obra feminina local e imigrada, a crescente participação da presença externa das mulheres no trabalho, a distância entre casa-trabalho e a fragilidade das redes de solidariedade familiar.

Os imigrantes, como diz Sayad (1998), são cidadãos de um país/região que lhes hospeda, mas, são hóspedes de um outro país que exterioriza não os querer, portanto, sentem-se indesejáveis devido a um conjunto de fatores que podem ser econômicos, ideológicos, religiosos e étnicos. Na medida em que há a identificação com a nacionalidade, produz-se a diferença, quando não são processos que esteriotipam e diferenciam; o trabalho pode ser um deles e, o da participação de mulheres imigrantes intensifica ainda mais essa representação. A diferença produz desconfiância, quando não discriminação e desqualificação. Isso revela que a lógica

que move o imigrante é alimentada por um conjunto de fatores, alguns desses carregados na *mala de viagem*, outros produzidos no interior da sociedade de destino em razão das novas realidades encontradas, seus limites, objetivos, temporalidades, pares e grupos que vão se formando, entre si e com autóctones.

Em geral, a partir de certo tempo que o imigrante está no país, ele constitui uma rede interna que produz relações informais que propiciam e otimizam ações como empréstimos de dinheiro (mercado de usura informal), inserções em atividades *part-time*, em horizontes produzidos por suas próprias mediações. Essa realidade tende a se firmar e produzir desejos de permanência por mais tempo no país, pois faz com que indivíduos passem a redefinir algumas relações que os *prendiam* com seu local de origem, produzir outras internamente com os recursos, estratégias e adaptações já existentes. Estudos demonstram certa *familiarização* da vida, da residência e dos apelos alargados em relação aos *seus*, da população imigrante, porém com intensa variedade de experiências e sentidos de inserção. Fidelidade, cooperação e solidariedade promovem processos de coesão e capitais sociais que garantem a continuidade de gerações e de transmissão cultural entre um local e outro dos países. Entendemos que sejam valores imprescindíveis para a vida dos/as imigrantes.

Segundo Leonini (2004), são as mulheres trabalhadoras a expressar uma mediação que é bem mais forte da dos homens, principalmente entre as cadeias que produzem as dinâmicas migratórias para além, inclusive, do universo familiar. A emigração de famílias não é homogênea e, muito menos as famílias o são; há nessa decisão e performances, processos específicos que refletem as características das mesmas, suas relações, seus vínculos parentais, de amizade, de vizinhança, afetos, reprodutivos, de dependência econômica, de alianças, diferenças de gênero, diversidade de interesses e perspectivas, configuração jurídica, hospitalidade esperada e viabilizada, redes de suporte informal, transnacional e no interior da sociedade de destino (Leonini, 2004).

Racionalizações e enfrentamentos

Muitos imigrantes deixaram trabalhos fixos, um sistema de relações pessoais e parentais significativo. No novo espaço, há necessidade de um novo ajustamento no sistema de vínculos, nos circuitos assistenciais e de solidariedade, na dinâmica dos gastos, nos papéis de gênero e no interior das famílias, na reestruturação dos tempos etc.; processos esses que não são isentos de conflitualidades, descontinuidades entre os dois contextos e de alterações identitárias.

Em correspondência com nossas pesquisas de campo, ficamos com a consciência de que mulheres imigrantes entrevistadas envolvem-se com demandas sociais, papéis domésticos, transnacionais (manutenção da família e matrimônio), vivem em constante preocupação/tensão em relação ao seu, em geral, duplo pertencimento espacial; colaboram imensamente na redefinição e reconceitualização da categoria família (em termos econômicos, simbólicos, maternais, negociações de gênero, sentimentos e emoções à distância, alterações na verticalização das relações previamente existentes etc.). Diz Pedone (2005, p. 95) que, “as sociedades com maior assimetria de gênero produzem ao mesmo tempo contingentes migratórios maiores. Tanto a maternidade, quanto a paternidade, realizadas em âmbitos tão distantes, de uma forma ou de outra, redefinem e provocam algumas fraturas, mas, também, recompõem e reintegram papéis no interior da família”. Imaginar o congelamento de tempos, de representações e de vividos em cenários que são dinâmicos por excelência, é perder de vista a História. Para dificultar maiores fissuras e promover rituais de aproximação identitária, cultural e afetiva, há o uso intenso da internet e de outros recursos que permitem visibilidades instantâneas. A literatura que revisamos sobre esse tema tende a enfatizar a difícil adaptação de filhos, a dificuldade que eles têm em desconstruir o imaginário do local de origem (Ambrosini; Abbatecola, 2010).

Os novos formatos de família, com a imigração, e, em correspondência com as novas dinâmicas sociais do mundo atual,

desenvolveram com maior intensidade a possibilidade de membros das famílias viverem separados, cônjuges em especial; evidenciam-se formas e estratégias variadas de gestão de separações e de sentimentos afetivos, intercambiando-os sem a convivência física, recodificando e ressignificando situações e necessidades (Ambrosini, 2009). As organizações nesse sentido se produzem na constituição das relações que emigração produz; decisões precisam ser tomadas no espaço familiar o que nem sempre é possível à distância. As ausências atingem a todos os membros; as dimensões de gêneros vão também se alterando em suas assimetrias no mundo do trabalho e da família, fato esse que demonstra seu dinamismo, sua construção social e relacional a partir de condições objetivas da vida cotidiana.

O reagrupamento familiar ameniza uma série de questões, porém há um grande impacto do reencontrar-se; sem dúvida, não é algo natural e calculado, que tudo se possa previamente programar (Ambrosini, 2009). Reagrupar filhos que ficaram um bom tempo separados dos pais significa também redimensionar as relações intergeracionais; demanda a reelaboração recíproca (pais e filhos) das circunstâncias, a produção de novos contatos e a definição de outros limites que a reaproximação produz no contexto migratório. Esse ato de reagrupamento de filhos produz separações múltiplas (de quem os cuidava, de amigos e parentes, para alguns, de irmãos que ficaram, da familiarização e sistemas de afetos reconstituídos em espaços e situações variadas). Filhos percebem a desqualificação e o declínio do prestígio social e do trabalho dos pais, bem como do fato de serem imigrantes e, em particular, deles serem filhos de imigrantes.

Horizontes de afetividade são complexos; se os pais e filhos ficaram alguns anos separados, mundos paralelos foram, com o tempo, constituindo-se, socializações não esperadas ou não programadas também foram construídas. Dependendo da quantidade de tempo que filhos permanecem no espaço de destino, as referências com o local de origem vão se dispersando e/ou ficam fra-

gilizadas as referências que denotam pertencimento com a sociedade de origem de seus pais. Nessas circunstâncias e, mesmo em outras em que filhos também emigraram, o projeto migratório se altera muito; em geral, os filhos não querem voltar com seus pais para o local de origem desses. Integração social, possibilidades de encontrar trabalho no espaço em que se encontra, ausência de vínculos com a sociedade de origem, dentre outros processos, estão na pauta dessas decisões e conflitualidade no interior da família.

Imigrantes (pais e filhos) idealizam encontrar trabalho na sociedade de destino. A economia e a sociedade têm necessidade deles. Imigrantes necessitam manter vínculos, integrarem-se, pelo menos em alguns aspectos, à sociedade de destino para, também, poderem acessar espaços de trabalho. A constituição de capital social que permite produzir canais e redes étnicas, inclusive transnacionais, favorece muito a determinados imigrantes, porém, são necessárias políticas de incentivo, legislações adequadas, processos econômicos, jurídicos, étnicos e familiares e, acima de tudo, elementos da sociedade de destino em correlação com a de origem e que funcionam em redes para abranger o maior número possível, viabilizar a retroalimentação das informações e interesses.

No âmbito do trabalho, algumas análises são enfáticas em dizer que eles desenvolvem trabalhos pesados, precários e perigosos (Ambrosini, 2009). Em geral, em países onde a imigração é muito intensa e de longa data, esses tendem a atuar em mercados de trabalhos segmentados, ao mesmo tempo têm revitalizado muitos setores produtivos em várias partes do mundo. Eles têm demonstrado serem funcionais pelas relações de trabalho que são produzidas onde muitos deles atuam; em geral, com relações pouco regulamentadas e, isso tudo, expressa funcionalidade e otimização para empresários. Estima-se que em torno de 75% das mulheres e 70% dos homens atuam na economia informal em muitos países de média e baixa renda (OIT, 2020). Um amplo contingente de imigrantes se soma nas atividades desse setor.

O recurso à mão-de-obra imigrante reflete interesses e estratégias de atores econômicos e da sociedade que a hospeda. O mundo, em aparência, vive com as *fronteiras deslizantes, desfronteirizado*, porém, se é que isso se evidencia, esse processo se dá na concomitância com a vigilância, normatização, administração e seleção no que se refere a determinados grupos sociais e nacionais. Há como que uma *natural* vinculação do imigrante a certos tipos de trabalho. Há uma discriminação camuflada no interior da sociedade, em especial no horizonte empresarial, nos demandadores de mão-de-obra, no sentido de identificar questões étnicas como determinadoras de posições e espaços de trabalho. A constituição de vínculos/redes entre conacionais e desses com mediadores autóctones que ofertam trabalho, favorece a inserção do imigrante em determinados espaços e lhe dá maior garantia de trabalhos com tempos mais elásticos. Não esquecendo também que há capitais sociais de imigrantes, relações potencializadoras com autóctones, visões de negócio, empreendedorismo imigrante, elementos culturais do grupo, escolaridade e qualificação técnica, experiências anteriores à emigração que, com o tempo, vão ganhando corpo e induzindo espaços.

Ações estratégicas no campo dos negócios, das inserções e integrações sociais, qualificações obtidas, vínculos de representação associativa, etc., vão construindo relações mais cidadãs dos imigrantes nas sociedades. Vimos bem isso em Passo Fundo. Dos vários grupos de imigrantes que já se encontram no município há mais de uma década, há intensas alterações em relação aos que chegaram recentemente como é o caso de venezuelanos. Vimos empresas em que determinados setores são chefiados por imigrantes e, esses, comandam outros imigrantes, em geral, recém-chegados. A integração, os processos de assimilação, de mimetismos culturais, o empreendedorismo, o domínio da língua portuguesa, os vínculos sociais junto aos autóctones, são todos elementos que o tempo produz e, também, construções sociais de relações entre imigrantes e a sociedade maior a que estão inseridos.

De todos os trabalhos que comentamos durante as entrevistas, os da construção civil revelam ser os mais “pesados”, porém, no setor de desossa nos frigoríficos também é expresso como um dos “que tem de ter mais cuidado e, não se pode nem olhar para os lados; é num ritmo muito intenso”. Neste, segundo entrevistados, envolve mais destreza e esforço físico, bem como movimentos repetitivos e de intensa alternância de trabalhadores. Nessa atividade, a presença de imigrantes tem se mostrado intensa. Numa visita a um frigorífico em Passo Fundo, obtivemos as seguintes informações: “[...], eles estão suprindo a mão de obra que necessitávamos; antes tínhamos de buscar em outra cidade, agora eles vêm bater na porta”. Comumente, na parada de ônibus próxima de nossa casa, por volta das sete horas da manhã, vários imigrantes aguardavam o transporte da empresa frigorífica para levá-los ao trabalho; muitos haitianos, senegaleses, bengalis e venezuelanos residem próximo ao frigorífico JBS em Passo Fundo para, justamente, estar mais próximo ao trabalho, pois muitos de seus turnos de trabalho são no período noturno.

Em entrevistas com empregadores se tornou lugar comum afirmar que “pegamos porque tem sempre quem a gente já conhece e que indica, pega confiança daí, não é? [...], muitos dos nossos aqui não querem trabalhar no pesado. Entre eles, um confia no outro, indica e exerce a cobrança depois, né. [...]. Se não fosse os haitianos que nós fomos buscar, teríamos de fechar o frigorífico; eles [imigrantes] salvaram o emprego do pessoal daqui; uma, porque tem pouca gente na cidade, outra, porque têm outros trabalhos mais atrativos e menos pesados. O pessoal aqui já está escolhendo serviço”. Vimos que imigrantes, à medida que se inserem no mercado de trabalho, tornam-se “conhecidos” e procurados por contratantes, o que possibilita, como resultado, maior autonomia e barganha entre eles. A maioria deles informou que conseguiu emprego por informações de amigos, conhecidos ou “indo lá na empresa”. Um disse que passou na frente de um prédio em construção e pediu emprego. Ele conta que já, no mesmo dia, come-

çou a trabalhar e está na mesma empresa há quase quatro anos. Nesse sentido, as estratégias e as formas de inserção são variadas e dinâmicas, fruto de canais pouco convencionais, mas que, para imigrantes, tornam-se importantes.

As doenças que vão sendo produzidas pelo trabalho repetitivo e pesado e pelo ambiente frio e úmido de setores no interior das agroindústrias são expressas por todos/as os/as venezuelanos/as que contatamos. Há o temor que isso redunde em poucos anos na impossibilidade de trabalhar, pois há problemas em membros do corpo como mãos, braços e coluna, além do pulmão pelos constantes resfriados e gripes, sequelas que poderão ser irreversíveis com o passar dos anos (Hüning, 2022).

Neste período que estamos escrevendo (maio de 2023) nos chegou uma notícia que um imigrante venezuelano foi encontrado morto no banheiro de uma unidade do frigorífico JBS, na cidade de Caxias do Sul (RS). Ele possuía 37 anos e trabalhava há poucos dias no referido estabelecimento industrial. Ele havia migrado de Boa Vista alguns meses antes do acontecido, fruto da Operação Acolhida. Segundo a reportagem do Jornal, “ele cumpria seu quarto dia de trabalho no primeiro turno do frigorífico quando, segundo colegas, sentiu-se mal e procurou a enfermaria da empresa. No setor, teria sido informado que *poderia estar com frio e lhe foi solicitado para que retornasse ao serviço*. [...]. Horas depois, Acosta foi encontrado morto em um banheiro”.¹⁷ A notícia informa que entidades de representação dos venezuelanos, bem como do Ministério Público, dos Direitos Humanos e do sindicato da categoria estão verificando o acontecido. Porém, é interessante enfatizar que não é o primeiro caso de morte de imigrantes em espaços laborais em empresas no sul do Brasil. Há vários registros nesse sentido.

Análises dão ênfase ao fato de que imigrantes compõem com mais intensidade o *preariado* (Baeninger, 2021). Nesse cenário

¹⁷ Jornal *Pioneiro*, Caxias do Sul, 10/05/2023. (Grifo nosso). Ver também: “Quem era o venezuelano encontrado morto no banheiro de um frigorífico em Caxias do Sul”, disponível em: <http://bitly.ws/1cLu>

de economia neoliberal do mercado globalizante, flexibilização do trabalho e da acumulação de capitais pelo canal da expropriação do trabalho, imigrantes são obrigados, como boa parte do operariado brasileiro, a aceitar o trabalho flexível para preservar o emprego, tempos de trabalho *part-time*, sazonal, sem identidade profissional, informal, de baixo custo (Baeninger, 2021; Hüning, 2022).

Entrevistados revelam também a ausência de lazer, a falta de espaços para o culto e os rituais religiosos “nossos mesmos”, a ausência de integração social, de vínculos sociais que não sejam para além das interações e sociabilidades do espaço de trabalho e de refeição coletiva nas empresas que oferecem aos trabalhadores. Entendem eles que há múltiplos horizontes que revelam limitações produzidas e/ou expressas pela sua identidade e inserção no país como imigrantes.

As atividades dos imigrantes em frigoríficos expressam uma das grandes características da imigração Sul-Sul presente nas últimas décadas, a qual altera o eixo dos fluxos entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Nesse sentido, imigrantes entrevistados reforçam a ideia de que há um grande nicho de mercado designado para eles neste setor. Na realidade, a situação do imigrante, como força laboral e, em grande parte, precária, tanto no espaço de origem, quanto no de destino, revela-se de uma forma intensa no interior dos frigoríficos, em grandes empresas de atacado onde há “muito trabalho braçal e, aí estamos nós”, em setores de infraestrutura como pavimentação asfáltica e construção civil.

Enfim, a dinâmica da interiorização, viabilizada pela Operação Acolhida, tem o mérito de buscar encontrar inserções laborais a imigrantes venezuelanos. Reconhecemos esse esforço, porém, as relações, os processos, as concepções em torno dos imigrantes, os conduzem a uma lógica de ação revestida, em boa parte, de um horizonte precarizador. Não há diferença nenhuma entre um imigrante interiorizado e qualquer um outro. As situações de uns são as mesmas de outros. Em geral, os espaços encontrados pela referida política pública são os que já possuem grande presença

de imigrantes e, com isso, as lógicas se reproduzem. Por isso, entendemos que encontrar trabalho e inserir imigrantes no âmbito produtivo são ações importantes, abrem caminhos, porém, não são suficientes para alterar quadros de relações otimizadoras para quem os contratam e que, em geral, revelam serem pouco edificantes para os trabalhadores imigrantes.



Imigrantes venezuelanos/as atravessando as savanas e, encontrando caminhos alternativos para chegar na fronteira com o Brasil. Foto: Ricardo Moraes / Reuters – 2019. Fonte: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/04/20/operacao-acolhida-interiorizou-mais-de-50-mil-venezuelanos-no-brasil-diz-governo.ghtml>.

Considerações finais

Vimos alguns aspectos de uma imigração com dimensões geográficas do Sul/Sul global e que vem revelando novos espaços, novas fronteiras e novos desafios. Uma das características dessa dinâmica da imigração entre países mais ao Sul do mundo é que, em geral, não se processam os destinos em cenários tão desenvolvidos em termos econômicos, além de que são países receptores de fluxos, mas, *mandam embora* muitos dos seus. São processos que precisam ser entendidos em suas causalidades e correlações, bem como em suas relacionalidades produzidas nos espaços de destino. Para o nosso caso em questão, são países fronteiriços, portanto, possuem relações de vizinhança que, em geral, envolvem a passagem de pessoas de uma forma mais cotidiana pelas suas fronteiras (“imigração de gravidade) e, comumente, possuem relações comerciais e uma cotidianidade de vividos em sociabilidades comuns.

Nessa dimensão, percebemos que, com a intensificação da imigração venezuelana, o Brasil vem se revelando um país de um amplo contingente de imigrantes e, um destino para muitas nacionalidades. Desse modo, o tema das migrações no país passa a fazer parte de pautas midiáticas, na esfera política, nos municípios em que essa questão não era evidente até então. Novas dinâmicas sociais e relacionais estão sendo gestadas em razão da intensa presença de imigrantes nas últimas quatro décadas, muitas delas alimentadas por polêmicas, contradições, legislação restritiva e

novas realidades, em boa parte, exacerbadas em razão da forte presença de venezuelanos/as.

Vimos uma reportagem do Jornal do Almoço – RBS, do dia 08/03/2023, sobre imigrantes e sua inserção social e laboral no estado do Rio Grande do Sul. O que nos chamou a atenção foi o município de Chapada (região do Centro-norte do RS) que havia incorporado mais de uma centena de imigrantes em atividades industriais, muitos deles haitianos e venezuelanos. A reportagem dava ênfase ao fato de que um município, em grande parte, colonizado por imigrantes alemães no passado, estava incorporando levadas de novos imigrantes latino-americanos e que estavam sendo muito úteis ao sistema produtivo local, bem como ao conjunto dos processos sociais, relacionais e culturais do cotidiano da cidade (escolas, igrejas, lazer e esfera comercial).

Porém, julgamos que não podemos esquecer que na atual fase da globalização econômica e informacional, com o aprofundamento da divisão internacional do trabalho, os países empobrecidos continuam sendo viveiros de mão de obra e de falta de trabalho; tornam-se espaços de consumo para produtos de fora e ofertadores de matérias-primas *in natura*. Essa é uma dinâmica que produz muitas consequências para os países vitimados, uma delas expressa-se pelos fluxos migratórios. O caso venezuelano é paradigmático em razão da dependência econômica em relação ao petróleo; o Brasil não é tão diferente em relação a produtos como a soja, o aço, dentre outros.

Em nossa pesquisa de campo vimos que, para imigrantes venezuelanos, as estratégias, limites, desafios, perigos, constrangimentos e enfrentamentos, são intensos. Os caminhos são tortuosos, quando não cheios de barreiras. Segundo Gonçalves (2022), as fronteiras tornaram-se territórios nevrálgicos, em que se encontram indivíduos de vários países, os quais se vêem impossibilitados de migrar de uma forma legalizada, ou seja, pelos caminhos normais que o visto e o passaporte permitem. Elas se tornam um caminho fechado para muitos, mas, também, entrelaçam sujeitos,

saberes, experiências de vida, motivos, intercâmbios e descoberta de oportunidades. Nesse cenário das fronteiras, em seus vários sentidos, passagens e bloqueios, em geral, está presente a esfera pública, o estado nação e, por isso, demanda governança, controles, gestão territorial, soberania nacional, etc.

Vimos que a Operação Acolhida possui, no seu interior, a incorporação da dinâmica de gestão de fronteira em razão da passagem de milhares de pessoas diariamente e, a necessidade de coibir conflitos, permitir a convivência pacífica com nacionais; que ela surgiu como necessidade frente a um cenário de gestão de conflitos, de situação de vulnerabilidades expressas juntos aos imigrantes, mas, também, junto à população local, no caso de Pacaraima e Boa Vista no estado de Roraima. Nessa governança, estiveram (e, ainda estão) presentes várias instituições, interesses, poderes, hierarquias, comandos e deliberações, conflitualidades, controle social, higienização social (vacinas, controle de saúde, não permissão de residir em espaços públicos como ruas, em frente de casas e prédios, rodoviárias, etc.), jogo político, busca e/ou concessão de recursos financeiros, novas representações e roupagens às forças armadas, visibilidade internacional (país acolhedor), etc. Portanto, houve e há relacionamentos envolvidas e produzidas em razão da experiência migratória de e para venezuelanos.

O pressuposto básico da migração é a busca de uma vida melhor em vários âmbitos em relação a que está sendo vivida; muitos migram para continuar a viver, ou para conseguir uma marmita, como nos disse um padre em Pacaraima, que “para eles é a marmita salvadora; sem ela, eles aqui não vivem e, é para eles e também a família”. O referido religioso oferece diariamente centenas de marmidas para imigrantes venezuelanos que não estão nos abrigos da Operação Acolhida.

É importante que se enfatize que as migrações vêm se revelando cada vez mais como multiespaciais e multidiversas. Sociedades nacionais que recebem mais imigrantes tendem a imprimir mais resistências e bloqueios, estes manifestos de várias formas.

Continua a preponderar a produção do medo do/no imigrante. O medo *do* imigrante serve de retórica para produzir noções como a de invasão, contraposição à identidade nacional, concorrência no trabalho, mudança religiosa e cultural, enfim, narrativas que se sustentam através da produção do mal-estar, inquietação aberta e/ou velada, em geral, promovida por meios de comunicação que se entendem portadores de um sentimento social comum presente na sociedade autóctone.

Analistas do tema dizem que as novas ameaças do século XXI, objeto da ação da polícia e das legislações restritivas de algumas políticas públicas, como a Operação Acolhida, são os imigrantes. O estigma da imigração produz, além de uma série de imagens, representações, simbologias, ações de estranhamento e racismo, práticas políticas e aplicação elástica e radical de normas e procedimentos de regularização, controles sociais endógenos, muros e barreiras naturais. Desse modo, a sociedade atual revela que tem dificuldade de conviver com o fenômeno migratório. Muitos imigrantes são vistos como sujeitos que assustam, portadores de doenças e de mundos representados pelo atraso social, cultural e econômico.

Vimos que a imigração de venezuelanos/as, diferente de outras nacionalidades, vem produzindo uma ampla mobilização social de instituições, de políticas públicas, de envolvimento social e determinação ideológica e política com a intenção de amparo, auxílio, acolhida, ajuda, integração, etc., ou seja, algo deliberado por uma ação pública que implica em controle, gerenciamento, determinação e soberania para que não produza maiores conflitualidades nos espaços de destino. É um complexo relacional que agrega atores sociais e agentes, imigrantes e não-imigrantes, esfera estatal e instituições religiosas e de cunho humanitário. Nesse sentido, o estado brasileiro passou a ser um ator político através de medidas governamentais de acolhida, de direitos humanos, de serviços e de gestão, controle e distribuição de imigrantes em seu território na medida em que são viabilizadas colocações laborais e de moradias. Esse conjunto de ações e de relacionalidades é fruto dos imen-

sos impactos ocorridos pela intensa imigração de venezuelanos na fronteira com o Brasil e na capital do estado de Roraima.

A Operação Acolhida vem se revelando fundamental para gerenciar a crise, controlar a fronteira, amenizar o impacto regional e seus conflitos de convivência e sociabilidade. Nessa empreitada, vimos que as parcerias e instituições envolvidas são inúmeras, caso inédito no Brasil. Sabemos que é algo temporário, que a Operação atua junto às consequências de um processo complexo e amplo e que não se resolve num passe de mágica, pois envolve questões de ordem econômica, política, de credibilidade governamental, acordos e relações comerciais internacionais, modelos de desenvolvimento, etc. Sobre a sua eficácia final, em termos de interiorização, de inserção e integração de imigrantes na sociedade, não se tem maiores informações ainda; há carências de estudos mais localizados nos espaços de interiorização.

Vimos, revisando estudiosos sobre o tema e em nossa singela pesquisa empírica, que imigrantes venezuelanos não são todos iguais, ou todos movidos pelas mesmas causas e condições. Muitos, acreditamos que seja a grande maioria, podem ser configurados como de uma migração forçada, porém, outros, podem ser relativizados nesse horizonte e serem identificados como fluxos migratórios mistos (Silva et al., 2017); há imigrantes de tipo “econômico” e há os que expressam refúgio (Vasconcelos, 2021). Porém, para além de sua identificação política, temos de ter presente que eles são sujeitos que se desterritorializam e realocam identidades, produzem novas experiências de vida e situações conjunturais do país. Vimos em Pacaraima que muitos deles decidiam naquele momento em que estavam formalizando sua entrada no Brasil se solicitariam refúgio ou residência. Eles modificam contextos e a si mesmos. A imigração implica em uma vida em dois universos que se alteram e alternam, nos quais os sujeitos envolvidos jamais serão iguais. Isso acontece para todos/as os/as imigrantes. Identidades se *mobilizam* no interior dos dois espaços (origem e destino) e fundamentam as relações sociais.

Na concomitância das alterações, imigrantes buscam reconstituir processos identitários, adotam estratégias para conservar tradições e crenças bem como ritualizar referenciais que lhes são próprios. Junto com essa dimensão subjetiva e identitária coletiva, há o papel central do estado-nação, o qual atua no gerenciamento migratório, mas, acima de tudo, concedendo ou não os vistos que são demandados pelos imigrantes, produzindo ou não ações de abrigamento. Legislações, barreiras físicas, acordos diplomáticos, repatriamento, políticas de incentivo à atração e ao retorno, políticas sociais e de cidadania, normativas e exigências para conseguir vistos permanentes, políticas de regularização coletiva, constituição de abrigos, abertura e fechamento de fronteiras, investimentos financeiros em países de origem de fluxos, dentre outros processos, estão nas atribuições do estado nacional na sua relação com os imigrantes. Não são raras as ações repressoras e a disseminação do perigo da imigração produzidas por determinados governos. Desse modo, a governabilidade das migrações depende muito da dinâmica social, política e econômica de contextos e de governos.

Pelas narrativas de entrevistas que obtivemos e pela percepção da realidade vivida por imigrantes venezuelanos em Pacaraima, Boa Vista e um de seus espaços de interiorização, que é o centro-norte do Rio Grande do Sul, ficamos com a compreensão que muitos deles estão passando por uma reconfiguração étnica, com forte ressentimento pelo país e pelos dois últimos governantes, que, segundo entrevistados, produziram uma realidade de precarização de vida, do fato de ter de buscar refúgio, de lutar por um prato de comida, um emprego totalmente fora e distante de suas qualificações e experiências, além da baixa remuneração e depreciação social. Imigrantes dizem que estão sendo obrigados a redefinir seus referenciais símbolos identitários, suas condições materiais e imateriais de existência, que se sentem desterrados, sem pátria, deslocados, expulsos por razões políticas e econômicas. Alguns evidenciam que essa é uma realidade passageira, outros dizem que não. Os primeiros enfatizam um retorno rápido

(“No hay que deshacer la maleta”, uma entrevistada nos disse em Boa Vista), porém, há o temor do retorno, de ser estigmatizado por quem permaneceu; desse modo, há uma conflitualidade entre os que ficaram e os que saíram, de terem expresso uma mancha negativa do país, de traição (Ordosgoitti, 2023); argumentam que não são eles os culpados; culpados foram os governantes que reprimiram os opositores, imprimiram um modo de vida social fictício, de riqueza fácil, que não se demonstrou duradoura, mas que serviu para se manter no poder, para atuar de forma autoritária e repressora com boa parte da população; que emigraram como estratégia para fugir do temor da repressão, para tentar melhorar as condições precárias que estavam vivendo, pelo “sentimento de impotência frente ao poder tirano do estado”. Como diz Guerrero (2023), boa parte da população buscou fugir das ações do estado e se socorreu em outro; essa fuga deu-se em razão do abuso e/ou ausência de poder, do uso da violência pelo estado totalitário; de uma evidente biopolítica que tolhia liberdades individuais, que excluía física e simbólica grupos sociais, que transformava cidadãos do país em “hóspedes hostis” (“no perteneces a este proyecto de nación, pero tu puedes quedar si quieres”) (Guerrero, 2023). A emigração, desse modo, apresentou-se como “pulsão do escape” (Guerrero, 2023), como um ato solitário contra a máquina de dominação.

Em sessão no Senado Federal, em 27/11/2022, senadores e comissões de instituições ligadas ao programa da Operação Acolhida debateram sobre os rumos e o futuro da referida política pública, sua necessidade, o que foi feito e se haverá sequência. A Operação foi elogiada, houve ênfase à continuidade e sob a coordenação do governo federal. Seus representantes informaram que há o envolvimento de onze ministérios, de inúmeras agências internacionais e mais de cem entidades da sociedade civil; que até o final de novembro, haviam sido encaminhadas documentação para mais de 800 mil venezuelanos, desses, mais de 400 mil haviam decidido em permanecer no Brasil e, quase 90 mil haviam sido interiorizados

em mais de 800 municípios do país. Diz Silvia Sander, representante do Acnur (entidade da ONU para refugiados) na referida sessão que, “é importante também promover progressivamente a transição dessa resposta emergencial humanitária para ações de desenvolvimento que se voltem a inclusão social, cultural e econômica desses refugiados e migrantes aqui no território brasileiro e que também favoreçam as comunidades de acolhida”.¹⁸

As discussões giraram em torno da necessidade de se pensar políticas mais duradouras de interiorização, de fortalecer e amparar os imigrantes nos espaços de acolhida, de reintegração deles, garantindo serviços e direitos básicos, na necessidade de capacitar governos locais (municípios) para que possam atender as situações específicas e enfrentar as vulnerabilidades que são inerentes aos imigrantes, reforçando apoio aos gestores de políticas públicas. A ênfase também deu-se no sentido de pensar processos e ações que transcendam os atendimentos emergenciais, de integração social e que não se transfira para outros locais os problemas e situação conflituosas vividas no estado de Roraima, que é importante compartilhar responsabilidades com diferentes órgãos federados; que seja um projeto de estado e não de governo, inclusive com maior aporte orçamentário para dar conta das atuais demandas e de outras necessárias para aperfeiçoar as ações e acessos aos serviços de educação, saúde e segurança, capacitação de profissionais para atuar em realidades como essa.

Vimos que não se pode falar em migrações sem adentrar para as questões de gênero, pois se os imigrantes, de uma forma geral, independente de sexo, já são vistos em múltiplos espaços, de uma forma diferenciada entre nações, nas questões de gênero isso se evidencia com força e determinação, processos esses expressivos das dinâmicas sociais em geral do mundo contemporâneo. Estudos demonstram que, nas últimas décadas, as mulheres estão migrando mais, não necessariamente para reagrupar famílias, in-

¹⁸ Ver <https://roraima1.com.br/2022/11/27/senadores-debatem-continuidade-da-operacao-acolhida-em-roraima/>, acesso em 15/02/2023.

clusive as não casadas, fato esse quase impossível até bem pouco tempo em algumas nações.

Em nosso estudo específico, vimos que há um grande dinamismo e presença de venezuelanos na região Centro-norte do estado, em particular, no município de Passo Fundo; que muitos deles foram mediados pela Operação Acolhida. Segundo o Presidente da Associação dos Venezuelanos, “há, com certeza, mais de mil; uns 200 ou mais, estão pela Operação Acolhida sim”. Ao que pudemos perceber pelas entrevistas com representantes de sua associação e junto a empresários de Passo Fundo que empregam imigrantes, eles são exímios trabalhadores e encontram formas de inserção no trabalho. “Difícilmente tem um desempregado; se tem uns nas sinaleiras pedindo auxílio, é porque não querem trabalhar, porque emprego tem; dificilmente um imigrante venezuelano fica mais de uma semana sem trabalho”, nos informa o presidente de sua associação em conversa informal. Porém, imigrantes reclamam da intensidade do trabalho, da não adequação com qualificações anteriores, do fato de serem explorados e colocados em setores de intensa aplicação de força física, destreza braçal e em ambientes insalubres (umidade e frio). Mulheres venezuelanas reclamam que são contratadas para fazer trabalhos de baixa qualificação e remuneração, principalmente no interior de frigoríficos e de grandes atacados.

A Operação Acolhida está em funcionamento há quase cinco anos. Há todo um complexo de (rel)ações que se constitui em seu cotidiano. Há muitos reconhecimentos e expressões de sua importância por entrevistados e pela literatura que revisamos, porém, há críticas no sentido de ser um processo de seleção e controle social, com práticas de triagem de fronteira, depósito de gente em espaços murados, ordenado por pessoas distribuídas a partir de critérios questionáveis e preconceituosos, filas para distribuição de marmitas, entradas e saídas controladas, dispositivos punitivos, sujeitos a suspensão de garantias, definição do mínimo tolerado. Segundo Leite e Castro (2021), há uma atualização colonialista,

que se fundamenta pela proteção ao estrangeiro, da invasão dos bárbaros, o “outro” como ameaça e que, portanto, precisa estar sob vigilância, controle e territorialização em confinamentos, com processos que revelam uma necropolítica de fronteira (Mbembe, 2018). Esse processo também se expressa na tentativa de fechamento institucional de fronteira, nas ações que expressam a produção da xenofobia (Leite; Castro, 2021), principalmente as que culpabilizam os imigrantes venezuelanos pelas questões ligadas à saúde, ao emprego, à falta de segurança, à prostituição em Pacaraima, Manaus e Boa Vista (nesse campo, venezuelanas são vistas como as “ochentas”, em razão do valor cobrado por algumas que foram vistas prostituindo-se e divulgadas imagens pela mídia de Roraima sem uma análise mais detalhada da realidade, principalmente a de que algumas moças eram mantidas por brasileiros, em geral, em cárcere privado, sob ameaça, em troca de comida e pouso, sendo obrigadas a se prostituir e repassar todo o dinheiro). Correia (2019) narra que, em 2019, a Polícia Civil registrou um aumento, em mais de 30%, de casos relacionados a tráfico de mulheres na fronteira brasileira. Nos últimos três anos, mais de 50% das vítimas de tráficos eram venezuelanas.

Nesse sentido, o imigrante vive num horizonte de angústias. Ao chegar nos espaços de destino, algumas angústias se diluem, outras surgem e/ou complexificam ainda mais as já existentes, principalmente pelo fato de ter abandonado alguém, deixado responsabilidades e redes afetivas, de não encontrar trabalho, moradia, amigos, socializar-se etc. (Macedo, 2019). Angústia também pela incerteza de encontrar no novo país o que não realizou no de origem, estar disposto a “jogar”, a fazer valer tudo, de ser uma “mão-de-obra genérica” (Castells, 2000), que mais executa do que qualifica e inventa, trabalho braçal, pouco ou nada de lazer etc. Por isso, a imigração, como novo projeto de vida, pode também causar grandes traumas.

Autores enfatizam que refugiados tornam-se indivíduos desamparados, que saem em busca de proteção, de trabalho e de co-

mida; transitam por vários lugares, sem pátria, sem destino, desnacionalizados, com radical perda de bens materiais e da profissão e, muitos deles, acabam por se sentir inúteis no mundo, movidos por ressentimentos de seu país, com sentimentos de humilhação e de impotência (Kohn, 2023), sem direitos, obrigados a apelar pela caridade e que, ao solicitarem abrigo e proteção, podem também produzir uma representação de rejeição, ou seja, de que, se seu país não os quer, outros terão dificuldade de querer (Kohn, 2023). São pessoas sem estado, localizados num “entre territórios”, ou seja, num local em que correm riscos de que ninguém deseja que sejam seus hóspedes ou residentes. São natos excluídos e excluídos natos de um país. Porém, segundo Hanna Arendt (apud Kohn, 2023), eles possuem o “direito a ter direitos” como condição básica da existência e de convívio social, de reconhecimento identitário, liberdade de poder conviver entre outros, outras línguas e culturas (Kohn, 2023; Camilo, 2023).

Não é simples lidar com novos códigos e valores culturais e linguísticos, expor sua situação de necessitado, enfrentar a estigmatização de ser imigrante, de não conseguir lançar mão de estratégias eficazes de autoproteção para justamente encobrir esses limites, a rotulação que o reduz em termos de identificação social e de autoestima (Ramos, 2003; Macedo, 2019). Imigrantes encontram-se, frequentemente, nos nichos de mercado de trabalho flexíveis. Já vimos que muitos trabalhadores qualificados (diplomados, técnicos, profissionais), ao se inserirem nesses espaços, não conseguem colocar em prática sua aprendizagem. Os trabalhos executados por imigrantes em frigoríficos, na pavimentação de rodovias e na construção civil que analisamos em outros momentos revelam muito bem isso, fato reconhecido e reclamado por eles, mas que encontra pouco eco no campo jurídico e relacional-laboral na sociedade brasileira e em várias outras partes do mundo, em países que dizem primar pelos direitos humanos, democracia e cidadania social, como é o caso de alguns da Europa e da América do Norte.

O dinheiro ganha uma lógica específica na vida dos imigrantes entrevistados. Primeiramente, ele é direcionado para a sobrevivência da família. A poupança, os investimentos, as aquisições de bens de custo mais elevado são variáveis, dependentes da dinâmica primeira que é a família. Boa parte desse ganho vai para o espaço de origem, em particular, para os gastos cotidianos da família e para algum tipo de investimento idealizado no espaço de origem. Nesse sentido, todos o fazem. Apenas cinco de nossos entrevistados informaram que fazem algum tipo de aplicação financeira de longo prazo. Todos eles usam o sistema financeiro, mais para receber o salário e fazer alguma aplicação em poupança.

Gonçalves (2023)¹⁹ diz que, em geral, “a mobilidade social ascendente cedeu o lugar, em grande parte dos casos, a uma mobilidade social descendente. Não obstante estes reveses negativos, porém, os migrantes não abandonam o projeto de voltar ao solo que os viu nascer. Os estrangeiros de primeira geração, diferentemente de seus descendentes, de segunda e terceira gerações, mantêm acesa a chama dessa esperança: rever o lugar, os rostos e as histórias que foram interrompidas”. Nesse sentido, investir no local de origem, é importante.

Vimos entre venezuelanos que a família se torna transnacional, com ligações flexíveis, e estratégias de dispersão para aproveitar oportunidades que os espaços de destino propiciam. A emigração é um projeto e *combinação/acordo de família* (Ambrosini, 2017); é um universo de significados e de fronteiras entre o mundo econômico – ganhos, consumo, dinheiro, *status* social, apropriação de mercadorias e capitais – e a esfera dos dons, dos afetos, das obrigações morais e das alteridades. Esses significados e simbologias circulam com o deslocamento físico e se condensam nas obrigações familiares, nos compromissos, na proteção e na confiança (Gonçalves, 2008). Os horizontes dos dons (dívidas morais) é que sofrem mais abalos e/ou racionalizações. Os imigrantes

¹⁹ “Refugiado: aquele que não pode voltar atrás”. Texto do padre Alfredo Gonçalves enviado ao site do Niem-RJ, em 15/02/2023.

enfrentam muitas barreiras, riscos, constrangimentos, reações negativas para alimentar a esperança de uma vida melhor para a família. Por isso, lançam mão de múltiplos processos, submetem-se às condições impostas pelos empregadores na esfera do trabalho. Eles têm consciência de seu espaço precário no horizonte do trabalho e de vida social.

Os baixos salários no país de origem, somados às condições de subalternas em vários campos, a necessidade de acompanhar a rede familiar que migrou, dentre outros aspectos, fazem da emigração feminina uma dinâmica de forte intensidade e de pouco reconhecimento ou representação de identificação social. Muitos dos preconceitos, das relações afetivas e da sociabilidade, produzidas nas regiões de origem reproduzem-se nas de destino. Não é incomum a identificação da mulher com trabalhos considerados modestos, remuneração menor e alto índice de irregulares. A grande maioria migra em busca de trabalho, mas as causalidades não podem ser reduzidas a esse fator. Há um conjunto de elementos, talvez até diferenciados em relação aos homens, que se inserem nessa prática e decisão.

A decisão da emigração, seu desenvolvimento, retornos, autorizações de quem pode/deve emigrar, sustentação ético-afetivo, obrigação financeira e moral, vínculos, confiança, lealdade etc., são todos elementos em que a família participa, resultando em necessidade de negociações. Não há dúvida que não é nada fácil para as famílias se reorganizarem no espaço migratório; alguns desses limites são sanados, mas outros são produzidos; novas relações demandam novos formatos; o novo contexto produz, reproduz e rompe relações já consolidadas em um dos espaços, mas expressa novos dilemas (Scabibi; Rossi, 2009). As relações transnacionais, os vínculos familiares que as expressam produzem novos rituais e são produzidos por outras estratégias (estar aqui e estar lá, não estar nem aqui, nem estar lá, ou estar aqui, mas pensando em lá), que ligam espaços e tempos, racionalidades e eficácias. No conjunto dos contatos, das relações e ritualidades transnacionais estão as

remessas; já vimos que as mesmas revelam negociações, relações familiares, trocas, circulação de bens e obrigações, sacrifícios, reparações, dívidas, poupança e investimentos. O envio de dinheiro obedece a situações específicas de cada família, quem ficou e quem saiu, intenções e projetos da emigração, o que fazem os que ficaram, sentidos e responsabilidades entre presença/ausência, cuidados e preocupação com quem está longe. Os dons e contra dons presente no ato de trocas simbólicas e transnacionais se revelam nas remessas, bem como nos presentes, nos símbolos que materializam recordações e representações significativas (gostos de alguém, reconhecimento, lembrança, afetividade, presença e ausência de alguém, pertencimento familiar); podem ser expressos também por produtos típicos, um tipo de comida, de roupa, de algo que será conservado para o retorno.

Devemos considerar que os imigrantes são sujeitos que transitam em múltiplos territórios e, por isso, conectam-se e se articulam por várias redes em fronteiras diversas (religiosas, linguísticas, culturais, geográficas e políticas), porém sempre em correlação com a esfera do trabalho. Desse modo, eles diversificam seus pertencimentos, suas relações com os espaços e com as esferas que se retroalimentam. Entendida assim, a imigração é também *circulação*, ou seja, processo que se dá em interligação do aqui e do acolá, como rede de relações possibilitadas por estratégias (retornos, trânsitos, relações mais fortes ou não num determinado lugar, identificação linguística e/ou religiosa com determinados grupos (Ambrosini, 2009).

Esse horizonte agregativo e que permite a mobilidade territorial revela-se, também, em horizontes subjetivos e de identidade nacional, linguística, etc. Esse processo, muitas vezes, é viabilizado na forma de redes, dinâmicas políticas e econômicas, legislações mais brandas se comparadas às de espaços de maior expressão migratória, possibilidades de deslocamentos intercontinentais e transfronteiriços com maior ou menor facilidade (como é o caso dos venezuelanos nos confins com o Brasil), horizontes religiosos

que intencionam se transnacionalizar, famílias que decidem deslocar membros para permitir a permanência de outros no espaço de origem. Essas peculiaridades são uma demonstração da constituição das redes informais e associativas entre imigrantes (Espiro, 2020; Minvielle, 2020). Os vínculos que vão acontecendo entre eles auxiliam na inserção e na escolha de espaços de trabalho e na organização da vida em geral como imigrantes.

Não podemos finalizar nosso estudo sem dar ênfase ao fato que a imigração é um *bem*, um recurso civilizacional, uma dinâmica que precisa ser entendida pela sociedade para, com isso, produzir processos integrativos e humanitários, de cidadania e de ética. O ciclo migratório como um todo precisa ser compreendido contemplando os processos que envolvem as saídas específicas de cada país em particular, os traslados e suas dificuldades, os limites impostos pelas legislações, a diplomacia existente entre os dois países, a origem nacional e étnica, bem como geográfica dos fluxos, a realidade e a experiência como imigrante e o retorno voluntário, planejado ou movido por outras causalidades. Esse último é pouco estudado e levado em conta, mas é interessante mencionar que as lógicas que envolvem a saída, muitas vezes, são as mesmas que induzem ao retorno. Este também é eivado por relações complexas e diferenciadas.

Enfim, vimos em nosso estudo alguns elementos que envolvem a Operação Acolhida e a imigração de venezuelanos para o Brasil. Esses dois elementos interligados revelam uma experiência nova no país e que vêm se somar à realidade migratória em geral em seu interior. É uma experiência com certa especificidade em razão da forte presença do estado brasileiro através de uma ampla política pública. As ações de governo aconteceram após mais de um ano de presença intensa de imigrantes venezuelanos em algumas cidades do norte do país e os conflitos daí decorrentes. Imigrantes passaram a ser culpabilizados por uma série de situações vividas em algumas cidades: aumento da violência, desemprego, caos na saúde, hospitais lotados, “alguém que enfeia a cidade, suas

ruas e praças”, como nos disse uma religiosa entrevistada em Boa Vista expressando, de uma forma crítica, o pensamento comum que havia na referida cidade principalmente antes da efetivação da Operação Acolhida. Havia uma ampla situação de conflitualidades que, em boa parte, fora amenizada, abafada e/ou reduzida pelas ações da Operação Acolhida. Vimos também que nos processos de interiorização, imigrantes venezuelanos são tratados e inseridos em espaços de trabalho não diferenciados de outros imigrantes. A Operação Acolhida não produziu nenhuma alteração nas relações que, em geral, imigrantes estão envolvidos, nem aos homens e nem às mulheres. O tratamento diferenciado e específico aos venezuelanos se processa em sua inserção no interior da Operação Acolhida, mas, na medida em que são interiorizados, distribuídos, despachados e inseridos em múltiplos espaços no país, recaí sobre eles a gestão de sua vida e, nos espaços sociais e laborais do novo espaço, são tratados como imigrantes independente de seu processo de até então. Os espaços e as relações de trabalho, com raras exceções, são movidas pela lógica da otimização de fatores e, nesse horizonte, em meio à exploração do trabalhador em geral, o imigrante revela ser o mais susceptível e vulnerável. Portanto, a imigração vem produzindo relações problemáticas nas sociedades de destino dos fluxos como sempre produziu em sua história, para alguns grupos mais e para outros menos; em alguns períodos históricos mais, outros menos. No interior dos grupos, também há relacionamentos conflituosos, complexos e de difícil percepção. E somente com estudos aprofundados, etnografias, inserções no interior deles é que se consegue apreendê-las.

Referências bibliográficas

ACNUR - Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados. “Abrigos para Refugiados e Migrantes”. ACNUR [2022]. Disponível em: <https://www.acnur.org>. Acesso em: 15/12/2022.

ACNUR - Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados. “Programa de Interiorização de Migrantes Venezuelanos”. ACNUR [2022a]. Disponível em: <https://help.unhcr.org/brazil>. Acesso em: 06/12/2022.

ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados. *Tendências Globais*. Documento, 2022.

ACNUR. *Os Warao no Brasil - Contribuições da antropologia para a proteção de indígenas refugiados e migrantes*. Brasília, 2021.

AGIER, Michel. Refugiados diante da nova ordem mundial. *Tempo Social. Revista de Sociologia da USP*, v. 18, n. 2, p. 197-215, 2006.

ALBUQUERQUE, J. L. C. *A dinâmica das fronteiras: os brasiguaios entre o Brasil e o Paraguai*. São Paulo: Annablume, 2010.

ALBUQUERQUE, J. L. C. *Migrações em territórios fronteiriços: a experiência cotidiana entre legislações nacionais, fronteiriças e regionais*. 38º Encontro Anual da ANPOCS/GT23 – Migrações internacionais: legislações, estados e atores sociais. Caxambu: ANPOCS, 27 a 31 de outubro de 2014.

ALBUQUERQUE, J. M de; OLIVEIRA, M. M. Análises preliminares da “indústria das migrações” em Roraima. In: *Mobilidade Humana na Pan-Amazônia: implicações teóricas e experiências empíricas*. Boa Vista: Editora UFRR, 2020.

ALIEVI, S. *La spirale del sottosviluppo*. Bari: Laterza, 2020.

ALMEIDA, R. G. de. Democracia cercada. Uma análise sobre os muros de fronteira com base no “paradoxo da legitimidade democrática” de Seyla Benhabib. *Revista Carta Internacional*. Belo Horizonte, v. 15, n. 1, p. 80-103, 2020.

AMBROSINI, M. Famiglie migranti. In: FONDAZIONE ISMU. *Ventiduesimo Rapporto sulle migrazione 2016*. Milano: Franco Angeli, 2017, p. 257-278.

AMBROSINI, M. *Famiglie nonostante. Come gli affetti sfidano i confini*. Bologna: Il Mulino, 2020.

AMBROSINI, M. Gli immigrati e la religione: fattore d’integrazione o alterità irriducibile? *Studi Emigrazione*. XLIV, n 165, Roma, p. 33-60, 2007.

AMBROSINI, M. *Sociologia delle migrazione*. Bologna: Il Mulino, 2009.

AMBROSINI, M.; ABBATECOLA, E. (a cura di). *Famiglie in movimento: separazioni, legami, ritrovimenti nelle famiglie migranti*. Genova: Il Melangolo, 2010.

ANDERSON, B. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANTUNES, R. *O privilégio da servidão. O novo proletariado de serviços na era digital*. Editora Boitempo, 2ª edição, 2020.

ARENDT, H. *Las orígenes del totalitarismo*. Madrid: Taurus, 1963.

ASTORGA, O.; KOHN, C. (Coord.). *La migración vista desde la experiencia venezolana*. Caracas: Cedice, 2023.

BAENINGER, R. Governança das migrações: migrações dirigidas de venezuelanos e venezuelanas no Brasil. In: BAENINGER, R.; SILVA, J. C. (Coord.). *Migrações venezuelanas*. Campinas: Núcleo de Estudos de população–NEPO/UNICAMP, 2018, p. 135-140.

BAENINGER, R.; CANALES, A. (Coord.). *Migrações fronteiriças*. Campinas: Nepo, 2018.

BAENINGER, R.; SILVA, J. C. J. (Coord.). *Migrações Venezuelanas*. Campinas: Nepo, 2018.

BAENINGER, R.; VEDOVATO, L. R.; NANDY, S. (Coord.). *Migrações internacionais e a pandemia de Covid-19*. Campinas: NEPO/Unicamp, 2020.

BAGGIO, R. C.; NASCIMENTO, D. B. Do Estatuto do Estrangeiro à

nova Lei de Migração no Brasil: breves apontamentos. In: MEJÍA, M. R. G. (Org.). *Migrações e direitos humanos – Problemática Socioambiental*. Lajeado: Editora da Univates, 2019.

BALDINI, M. Il contributo econômico dell'immigrazione. In: IDOS. *Dossier statistico immigrazione 2019*. Roma: Fondazione Idos, 2021, p. 317-323.

BARBIERI, N. G. et al. Respuestas de los países del pacífico suramericano ante la migración venezolana: estudio comparado de políticas migratorias en Colombia, Ecuador y Peru. *Diálogo Andino*, n. 63, p. 219-233, 2020.

BARRERA, P. Pentecostalismo, migração andina e periferia urbana no Peru. *Estudos de Religião*, v. 23, n. 37, 104-128, jul./dez. 2009.

BARROS, C. R. *Trabalho e território de haitianos na região metropolitana de Belo Horizonte: precariedade e resistência*. São Paulo: USP, 2017.

BARROS, P. S. Chávez e o Petróleo: uma análise da Nova Política Econômica Venezuelana. *Brazilian Journal of Latin American Studies*, 5(9), p. 209-237, 2006.

BASTOS, J. P. B; OBREGÓN, M. F. Q. Venezuela em crise: o que mudou com Maduro? *Derecho y Cambio Social*, 2018.

BAUMAN, Z. *Estranhos à nossa porta*. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

BECKER, B. K. *Amazônia: geopolítica na virada do III milênio*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

BENTO, M. L. *Diáspora Venezuelana: considerações a partir da violência*. Trabalho apresentado no GT 01 – migrações internacionais contemporâneas: novas abordagens teóricas e metodológicas e novos recortes empíricos e temáticos do III Seminário Nacional de Sociologia, realizado de forma remota de 08 a 16 de outubro de 2020.

BERMÚDEZ, Y. et al. *Informe sobre la movilidad humana venezolana: Realidades y perspectivas de quienes emigran*. San Cristóbal: SJR, 2018.

BEZERRA, G. N. *Mídia e diáspora venezuelana: recepção dos leitores sobre a migração no G1 Roraima* (Dissertação de Mestrado em Comunicação Social). Belém: UFPA. 2020.

BOURDIEU, P. *Language et pouvoir symbolique*. Paris: Seuil, 2001.

BRASIL. Decreto n. 10.917, de 29 de dezembro de 2021. Brasília: Diário Oficial da União, 2021.

BRASIL. Operação Acolhida. “1º relatório geral da Operação Acolhida”. [2022b]. Disponível em: <https://www.gov.br/casacivil/>. Acesso em: 06/12/2022.

BRASIL. Portaria Interministerial nº 28, de 3 de março de 2022b. *Diário Oficial da União*, Ministério da Justiça e Segurança Pública e Ministério das Relações Exteriores. Brasília-DF, nº 42-A, de 03/03/2022, Seção 1, p. 1 (Edição Extra).

CALZA, E. C. *Criança migrante e a escola: diversidade cultural e direito à educação em igualdade de condições*. Passo Fundo: UPF, 2022. Texto para qualificação do Mestrado em Educação (PPGED).

CAMILO, R. R. A manera de introducción: la emigración forzada. In: ASTORGA, O.; KOHN, C. (Coord.). Op., cit., p. 18-31.

CAMPOS, A. F. Venezuela: resultados e desafios da reforma petrolífera dos anos 2000. *Revista Augustus*, 20 (40), p. 92-104. 2016.

CANCLINI, N. G. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: EDUSP, 2008.

CASTELLS, M. *A sociedade em rede. A era da informação: economia, sociedade e cultura*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

CASTLES, S. *Globalização, transnacionalismo e novos fluxos migratórios*. Lisboa: Edições Fim de Século, 2005.

CASTRO, C. *O espírito militar: um antropólogo na caserna*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2000.

CESAREO, V. Per un novo protagonismo dell`Europa. In: Fondazione ISMU. *Ventiseiesimo Rapporto sulle migrazioni – 2020*. Milano: Ismu, 2021, p. 53-66.

CESAREO, V. Uno sguardo d`insieme alle sfide poste dalle migrazioni. In: FONDAZIONE ISMU. *Ventiduesimo Rapporto sulle migrazione 2019*. Milano: Franco Angeli, 2020.

CESCHI, S. (a cura di). *Movimenti migratori e percorsi di cooperazione*. Roma: Carocci, 2012.

CIRINO, C. A. M. Índios, migrantes e refugiados: os Warao e a proteção jurídica do estado brasileiro. In: *Revista Entrerios*, v. 3, n. 2, p. 124-136, 2020.

COLLIER, P. *Exodus: How Migration is Changing our World*. Nueva York: Oxford University Press, 2013.

CONARE – Comitê Nacional para os Refugiados. “Refúgio em números”. Observatório das Migrações Internacionais – OBMigra [2021].

CORREIA, C. Migrações de venezuelanas aumenta tráfico de mulheres na fronteira com o Brasil. *Jornal Estado de São Paulo*, Internacional, 2019, p. 12.

CRUZ, A. P. T. Migração e mercado laboral transnacional: uma análise das relações de trabalho na Venezuela (Santa Elena de Uairén). In: Seminário Internacional Sociedade e Fronteiras, 1., 2014, Boa Vista. *Anais...* Boa Vista, UFRR, 2014.

DECIMO, F. *Quando emigrano le donne*. Bologna: Il Mulino, 2005.

DELLA PUPPA, F. *Uomini in movimento. Il lavoro della maschilità fra Bandladesh e Italia*. Torino: Rosenberg Sellier, 2013.

DIAS, G. M.; VIEIRA, R. Os limites da apropriação de um léxico migratório internacional no Brasil. *Dilemas, Revista Conflito Controle Social*. Rio de Janeiro – Edição Especial nº 3 –2019.

DUPAS, G. *Atores e poderes na nova ordem global: assimetrias, instabilidades e imperativos de legitimação*. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

DUSI, P. *Flussi migratori e problematiche di vita sociale. Verso una pedagogia dell'intercultura*. Milano: Vita e Pensiero, 2000.

ESPIRO, M. L. “La gente pide que estén los senegaleses”: negociaciones en una ciudad turística de la Patagonia Argentina. *Revista Iluminuras*, v. 24, n. 54, p. 587-624, 2020.

FALL, P. D. *Sénégal. Migrations, marché du travail et développement*. Genevra: INES, 2010.

FERNÁNDEZ, A. J. P. Venezuela entre la hegemonía y la contra-hegemonía (una lectura contextual para comprender una complejidad socio-histórica). *Textos & Debates*, Boa Vista, n.32, p. 175-198, jan./jun. 2019

FERREIRA, M. A. A. *Comércio Formiga Fronteiriço entre Venezuela e Brasil 2010 – 2014* (Dissertação de Mestrado em Sociedade e Fronteiras). Boa Vista: UFRR, 2015.

FGV- Fundação Getúlio Vargas. *A economia de Roraima e o fluxo*

venezuelano. Evidências e subsídios para políticas públicas. Rio de Janeiro: FGV, 2020.

FIGUEIRA, M. S. *Desenvolvimento econômico na cadeia global do petróleo: Venezuela e Arábia Saudita em perspectiva sistêmica*. Dissertação. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Florianópolis, 2017.

FIGUEIRA, R. R. Razões da xenofobia. Ensaio sobre os fatores contribuintes da violência xenofóbica contra imigrantes e refugiados venezuelanos em Roraima. In: BAENINGER, R.; SILVA, J. C. J. (Coord.). *Migrações Venezuelanas*. Op. cit., p. 225-230.

FILIPPI, V. Quando gli immigrati diventano imprenditori: la realtà dell'artigianato in Veneto e a Treviso. In: *Studi Emigrazione*. Roma, a. XXXVIII, n. 144, p. 811-829, 2001.

FONDAZIONE ISMU. *Rapporto sulle migrazioni 2021*. Milano: Franco Angelo, 2022.

GAMBERONI, E.; PISTOCCHI, F. *L'Africa Occidentale: ritratto di un'Africa che cambia*. Bologna: Pátron-Editore, 2013.

GIUDICI, C.; WIHTOL DE WENDEN, C. *I nuovi movimenti migratori. Il diritto alla mobilità e le politiche di accoglienza*. Milano: Franco Angeli, 2020.

GOMARASCA, P. Dossiê: “Dilemas éticos das migrações”: direito de excluir ou dever de acolher? A migração forçada como questão ética. *REMHU. Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana*. V. 25, p. 11-24, Brasília, 2017.

GONÇALVES, J. M. F. M. *A “modernidade” do sacrifício: Qurban, lugares e circuitos transnacionais entre bengladeshis em Lisboa*. Lisboa: Universidade de Lisboa. Tese em Ciências Sociais, 2022.

GRIMSON, A. Cortar puentes, cortar pollos: conflictos económicos y agencias políticas em Uruguayanna (Brasil) – Libres (Argentina). In: CARDOSO DE OLIVEIRA, R.; BAINES, S. G. (Orgs.). *Nacionalidade e etnicidade em fronteiras*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2005.

GUERRERO, C. Totalitarismo y éxodo: el dilema político del individuo libre. In: ASTORGA, O.; KOHN, C. (Coord.). Op., cit., p. 87-98.

HÜNING, R. M. *Mundos do trabalho: inter-relações na trajetória da mulher imigrante na agroindústria, Chapecó/SC (2013-2020)*.

Chapecó: UFFS, 2022. Dissertação em História.

IDOS, *Fondazione. Dossier statistico immigrazione* – 2020. Roma: Idos Edizione, 2019, 2020; 2021; 2022.

IDOS, *Fondazione. Dossier statistico immigrazione* – 2021. Roma: Idos Edizione, 2022.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. “Migração Venezuelana - Roraima: Evolução, Impactos e perspectivas”. Ministério do Desenvolvimento Regional, 2021. Disponível em: <https://http://repositorio.ipea.gov.br> - Acesso em: 10/11/2022.

JUBILUT, L. L.; FERNANDES, A. P. A atual proteção aos deslocados forçados da Venezuela pelos países da América Latina. In: BAENINGER, R; SILVA, J. C. J. (Coord.). *Migrações venezuelanas*. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de população – NEPO/UNICAMP, 2018, p. 164-177.

KOHN, C. El derecho de los migrantes: uma aproximación desde Hanna Arendt. In: ASTORGA, O.; KOHN, C. (Coord.). *Op., cit.*, p. 193-219.

LEITE, C. G; CASTRO, M. A. Migrações venezuelanas, crise da reprodução social capitalista e necropolíticas de fronteira. In: *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais – RBHCS*. Vol. 13, nº 26, p. 73-102, jan./jun. de 2021.

LEMKE, T. *Biopolítica: críticas, debates e perspectivas*. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2017.

LEONINI, L. Donazioni ed eredità: scambi economici e simboli nelle famiglie italiane. In: *Inchiesta*, n. 146. Roma, p. 71-73, 2004.

LISBOA, T. K. Gênero emigrações, trajetórias globais, trajetórias locais de trabalhadores domésticas. *Revista REMHU. Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*. Ano XIV, n. 26 e 27, Brasília, p.151-166, 2006.

MACEDO, C. A. *Imigrantes haitianos no Brasil: trajetórias e perspectivas*. São Paulo: Dialética, 2020.

MACEDO, J. S. *Pessoas e mundos em movimento: migrantes haitianos e senegaleses na região da Grande Florianópolis (SC)*: UFSC, 2019. Tese em Antropologia Social.

MACHADO, I. J. R. (Org.). *Etnografias do refúgio no Brasil*. São Carlos: EdUFSCar, 2020.

MACHADO, L. O. Limites, Fronteiras, Redes. In: STROHAECKER, Tânia Marques et al. (Orgs.). *Fronteiras e espaço global*. Porto Alegre: AGB, 1998.

MACIOTI, M. I. (A cura di). *Immigrati e religioni*. Napoli: Ligouri, 2000.

MARABELLO, S. *Antropologia e Migrazioni: una storia di co-sviluppo tra l'Italia ed il Ghana*. Bologna: Università di Bologna, 2009. Dottorato di Ricerca. Cooperazione Internazionale e Politiche per lo Sviluppo Sostenibile.

MARINGONI, G.; DA COSTA, E. V. *A Revolução Venezuelana*. São Paulo: Unesp, 2009.

MARINI, F. *Co-sviluppo e integrazione*. Milano: Franco Angeli, 2015.

MARINUCCI, R. Reconfiguração da identidade religiosa em contexto migratório. *Estudos de Religião*, v. 25, n. 41, jul./dez. 2010.

MARTES, A. C. B. Os imigrantes brasileiros e as Igrejas em Massachusetts. SALES, T.; REIS, R. R. *Cenas do Brasil migrante*. São Paulo: Boitempo, 1999, p. 87-122.

MARTINE, G. A globalização inacabada: migrações internacionais e pobreza no séc. XXI. In: *Travessias na De\$ordem Global*. São Paulo: Paulinas, p. 37-75, 2005.

MARTINEZ-MONGE, F. No 25º aniversário da lei de proteção aos refugiados, ACNUR saúda solidariedade do Brasil. *ACNUR Brasil*, 22 de julho de 2022.

MARTINO, A. A.; MOREIRA, J. B. A política migratória brasileira para venezuelanos: do “rótulo” da autorização de residência temporária ao do refúgio (2017–2019). *REMHU, Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, v. 28, n. 60, p. 151-166, 2020

MARTINS, J. de S. *Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano*. São Paulo: Contexto, 2009.

MBEMBE, A. *Necropolítica*. São Paulo: N-1edições, 2018.

MENDES, F. L.; SILVA, C. A. B. da.; SENHORAS, E. M. (Org.). *Migração Venezuelana: Roraima como epicentro dos deslocamentos*. Boa Vista: Editora IOLE, 2022.

MENDES, F. S. *Do consenso ao dissenso: o Movimento Bolivariano e o ressurgimento da política na Venezuela*. Dissertação de mestrado- Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Campinas, SP: IFCH/UNICAMP, 2010.

MILESI, R.; COURY, P.; SOUZA, J. R. Migração venezuelana ao Brasil: discurso político e xenofobia no contexto atual. *AEDOS*. Porto Alegre, v. 10. N. 22, p. 53-70, 2018.

MINVIELLE, R. *Le bout de la terre: migrants africains à Buenos Aires*. Paris: L'Harmattan, 2020.

MISSÃO PAZ E CONECTAS. *Missão a Roraima e Manaus: Migração Venezuelana*. 2017.

MONTANDON, A. (Org.). *O livro da hospitalidade: acolhida do estrangeiro na história e nas culturas*. São Paulo: Editora Senac, 2011.

MOREIRA, E.; CAMARGO, J. *Perfil sociodemográfico e laboral da imigração venezuelana no Brasil*. Curitiba: CRV, 2017.

OBMIGRA - Observatório das Migrações Internacionais. "Sistema de Tráfego Internacional". OBMIGRA, 2022.

OIM - Organização Internacional para as Migrações. *World Migration Report - 2020*. Genebra: OIM, 2020. Disponível em: <https://worldmigrationreport.iom.int/>

OIM. *Tendência migratórias em América del Sur*; n. 1, 2017 e 2023. Documento.

OLIVEIRA, W. A. *Operação Acolhida: um recorte sobre a maior crise migratória brasileira*. Belo Horizonte: Editora Dialética, 2021.

OLIVERIA, R. Muito além de direitas e esquerdas: os giros e a densidade dos regimes democráticos na América do Sul. In: GONZÁLEZ M. & CRUZ D. (Eds.). *Democracia na América Latina: Democratização, tensões e aprendizados*. CLACSO, 2018, p. 52-71.

ONU. *Regolamento del Parlamento Europeo e del Consiglio*. Bruxelles, 2016. Documento.

ORDOSGOITTI, E. A. G. La diáspora y la nueva venezolanidad. In: ASTORGA, O.; KOHN, C. (Coord.). Op., cit., p. 32-63.

PÁEZ, T. Presentación. In: ASTORGA, O.; KOHN, C. (Coord.). Op., cit., p. 11-16.

PAEZ, T.; VIVAS, L. The Venezuelan Diaspora: Another Impending Crisis? *Freedom House. Special Report*. Abril, 2017.

PAIVA, A. R.; GONÇALVES, A. G. Operação Acolhida: entre a militarização e a assistência social. In: *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais –RBHCS*. Vol. 13, n.º 26, p. 164–181, jan./jun. de 2021.

PATARRA, N. L. Migrações internacionais: Teorias, políticas e movimentos sociais. In: *Estudos Avançados*. São Paulo: USP, 20, (57), 2006, p.7-24.

PEDONE, C. Relazioni di genere e catene familiari ecuadoriane nel contesto migratorio internazionale. In: AMBROSINI, M.; QUEIROLO PALMAS, L. *I latinos alla scoperta della Europa*. Milano: Franco Angeli, 2005, p. 94-123.

RAMÍREZ, J.; LINARES, Y.; USECHE, E. (Geo)Políticas Migratorias, Inserción Laboral y Xenofobia: Migrantes Venezolanos en Ecuador. In: BLOUIN, C. *Después de la llegada. Realidades de la migración venezolana*. Lima (Peru): Themis-PUCP, 2019.

RAMOS, M. C. Pereira. “Impactos demográficos e sociais das migrações internacionais em Portugal”. In: RAMOS, N. (Org.). *Saúde, Migração e Interculturalidade. Perspectivas teóricas e práticas*. João Pessoa, EDUFPB, 2003, p. 11-44.

RAMOS, M. da C. *Migrações, Desenvolvimento e Dinâmicas Locais e Regionais. Grandes Problemáticas do Espaço Europeu*. Porto: FLUP, 2012.

RAMOS, M. M. *Fronteiras inflamáveis: migração e comercialização do combustível na cidade de Santa Elena do Uairén (Venezuela)*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Roraima, Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteira- Boa Vista, 2019.

RIBEIRO, V. *Os caminhos de uma nova siembra petrolera: distribuição e circulação da renda petroleira na Venezuela Bolivariana (2003-2012)*. Niterói: UFF, 2018.

RICCI, A. Migrazioni, demografia e sviluppo: lo scenario mondiale nel 2015. In: *IDOS. Dossier statistico immigrazione 2021*, op., cit., p. 17-24.

RODRIGUES, F. dos S. Migração transfronteiriça na Venezuela. *Estudos Avançados* 20. São Paulo: EDUSP, p. 197-207, 2006.

- SANTOS, A. R. *Interação social e estigma na fronteira Brasil/Venezuela: um olhar sociológico sobre a migração de brasileiros e venezuelanos*. Porto Alegre: UFFRS, 2018. Tese em Sociologia.
- SANTOS, B. de S. *Reconhecer para libertar. Os caminhos do cosmopolitismo multicultural*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2011.
- SANTOS, F. L. B. *Uma história da onda progressista sul-americana (1998-2016)*. São Paulo: Elefante, 2019.
- SARMENTO, G. S.; ROGRIGUES, F. S. Entre a acolhida e o rechaço: breves notas sobre a violência e os paradoxos da migração venezuelana para o Brasil. In: BAENINGER, R; SILVA, J.C. ZUBEN, C. et al (Orgs.). *Migrações venezuelanas*. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de população – NEPO/UNICAMP, 2018. p. 242-249.
- SASSEN, S. *Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2016.
- SAYAD, A. *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: Edusp, 1998.
- SCABIBI, E.; ROSSI, G. *La migrazione come evento familiare*. Milano: Vita e Pensiero, 2008.
- SCHÜNEMANN, H. S. O papel das imigrações no crescimento da Igreja Adventista do Sétimo Dia. *Estudos de Religião*, v. 23, n. 37, 146-170, jul./dez. 2009.
- SENHORAS, E. M. “Venezuela em rota de colisão: da estabilidade à crise”. Portal Eletrônico *Jornal Roraima em Foco* [1º abr. 2019].
- SENHORAS, E. M. *Migração venezuelana no Brasil e em Roraima*. Boa Vista: Editora da UFRR, 2022.
- SILVA, C. R. Migração de venezuelanos para São Paulo: reflexões iniciais a partir de uma análise qualitativa. In: BAENINGER, R. et al. (Org.). *Migrações Sul-Sul*. Campinas: NEPO, 2018, p. 356-367.
- SILVA, J. C. J. Uma política migratória reativa e inadequada à migração venezuelana para o Brasil e a resolução n. 126 do Conselho Nacional de Imigração (CNIg). In: BAENINGER, R. et al. (Org.). *Migrações Sul-Sul*. Campinas: NEPO, 2018b, p. 637-650
- SILVA, J. C. J. *Migração forçada de venezuelanos pela fronteira norte do Brasil*. 41º Encontro da ANPOCS – Caxambu, 2017. Caderno de Resumos.

SILVA, J. C. J. *O ACNUR antes e depois da Operação Acolhida: uma análise à luz da resposta humanitária brasileira*. Brasília: ACNUR, 2022.

SILVA, J. C. J. *O transbordamento no Brasil da tensão na Venezuela*. Mundorama, agosto, 2017a.

SILVA, J. C. J.; BAENINGER, R. O êxodo venezuelano como fenômeno da migração Sul-Sul. In: *REMHU - Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana*. Brasília, v. 29, n. 63, p. 123-139, dez. 2021.

SILVA, J. C. J.; BOGUS, L. M. M.; SILVA, S. A. G. J. Os fluxos migratórios mistos e os entraves à proteção aos refugiados. *Revista Brasileira de Estudos de População*, São Paulo, SP, v. 34, n. 1, p. 15-30, 2017.

SILVA, J. C. J.; GÓIS, P. As migrações como consequência da geopolítica global no século XXI. In: *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais –RBHCS - Vol. 13, nº 26, Jan./Jun., 2021*.

SILVA, J. C. J.; PERES, V. P. S. Rentismo e crise. *Textos e Debates*, n. 34, p. 23-40, 2020.

SILVA, K. C. da. *As nações desunidas: práticas da ONU e a estruturação do Estado em Timor-Leste*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

USECHE, E.; LINÁREZ, Y. La migración venezolana: el petróleo como agente movilizador. In: *Cuadernos de Formación - CELAG*. Quito: CELAG, 2018.

VASCONCELOS, I. dos S.; SANTOS, S. M. de A. La Dieta de Maduro: migração venezuelana, geopolítica e a alimentação. In: *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais–RBHCS*. Vol.13, n.º 26, p. 25-46, jan./jun. de 2021.

VASCONCELOS, I. S. “*Desajáveis*” e “*indesejáveis*”: diferencialidades e paradoxos no acolhimento de venezuelanos/as em Roraima e no Amazonas. Tese de Doutorado em Antropologia Social. Universidade Federal de São Carlos, 2021.

VAZ, A. C. A crise venezuelana como fator de instabilidade regional. *Análise Estratégica*, vol. 3, n. 3, 2017.

WENDLING, K. C. S.; NASCIMENTO, F. L.; SENHORAS, E. M. “A crise migratória Venezuelana”. *Boletim de Conjuntura (BOCA)*, vol. 8, n. 24, 2021.

WIHTOL DE WENDEN, C. *La question migratoire au XXIe siècle*.

Paris: Presses de Sciences Po, 2013.

ZAMBRANO, E. G. *Acolher entre línguas: representações linguísticas em políticas de acolhimento para migrantes venezuelanos em Roraima*. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Letras, 2021.

ESTA OBRA FOI COMPOSTA EM RUDA E GANDHI
SERIF PELA ACERVUS EDITORA E IMPRESSA EM
PAPEL OFFSET PELA ALLPRINT VARELLA



ACERVUS EDITORA

Av. Aspirante Jenner, 1274 – Lucas Araújo

Passo Fundo | Rio Grande do Sul | Brasil

Tel.: (54) 99676-9020

acervuseditora@gmail.com

acervuseditora.com.br

O livro analisa aspectos da imigração de venezuelanos/as no Brasil, parte dela mediada e gerenciada pela Operação Acolhida, tendo o Estado como ator político central. O estudo contempla ações que revelam a chegada de imigrantes no estado de Roraima, seu abrigamento e acolhida, e a interiorização pelo país, nessa última, o enfoque se concentra no centro-norte do Rio Grande do Sul.

